



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011
CONSOLIDADO E AGREGADO**

Brasília, março de 2012



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011
CONSOLIDADO E AGREGADO**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

SUMÁRIO

1. Identificação.....	06
2.informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:.....	08 .
3. Informações sobre o reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos .	18
4. Informações sobre a inscrição de restos a pagar no exercício e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	18
5. Informações sobre recursos humanos da unidade	18
6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de 2010.	18
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no sistema integrado de administração de serviços gerais – siasg e no sistema de gestão de convênios, contratos de repasse e termos de parceria – siconv, conforme estabelece o art. 19 da lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	18
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	18
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da uj, contemplando os seguintes aspectos:	19
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (ti) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a instrução normativa nº 1/2010 e a portaria nº 2/2010, ambas da secretaria de logística e tecnologia da informação do ministério do planejamento, orçamento e gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o decreto nº 5.940/2006.	20
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da uj, classificado como “bens de uso especial”, de propriedade da união ou locado de terceiros.	
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (ti) da uj, contemplando os seguintes aspectos:	21

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.conteúdos específicos por unidade consolidada.....	21
14. Informações sobre renúncia tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à secretaria da receita federal do Brasil – SRFB, ao fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS e à Seguridade Social.	21
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de Controle Interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	21
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	22
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	25

Anexo I - Unidades Consolidadas

Anexo II – Declaração quanto à regularidade dos servidores em relação à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Anexo III – Manifestação do Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal quanto à execução física, financeira, orçamentária e patrimonial do FCDF – exercício de 2010

Anexo IV– Declaração plena do contador

Anexo V– Demonstrações contábeis

Anexo VI – Unidades Agregadas

ABREVIATURAS

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
 CF – Constituição Federal
 CGU – Controladoria Geral da União
 DF – Distrito Federal
 FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal
 GDF – Governo do Distrito Federal
 MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 OGU – Orçamento Geral da União
 PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
 PGDF – Procuradoria Geral do Distrito Federal
 PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
 SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
 SEF – Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
 SESDF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
 SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
 SOF – Secretaria de Orçamento Federal
 TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
 TCU – Tribunal de Contas da União
 UG – Unidade Gestora
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 UO – Unidade Orçamentária

QUADROS

QUADRO I – Identificação das UJ Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
 QUADRO II – Detalhamento dos programas do FCDF
 QUADRO III - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
 QUADRO IV – Identificação das Unidades Orçamentárias
 QUADRO V – Identificação das principais ações do programa
 QUADRO VI –Resumo da execução da despesa - 2010
 QUADRO VII –Comparativo da execução orçamentária
 QUADRO VIII - Programação de Despesas Correntes
 QUADRO IX – Programação de Despesas Capital
 QUADRO X - Quadro Resumo da Programação de Despesas
 QUADRO XI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
 QUADRO XII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
 QUADRO XIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos
 QUADRO XIV - Estrutura de controles internos da UJ
 QUADRO XV - Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
 QUADRO XVI - cumprimento das recomendações do OCI – PMDF
 QUADRO XVII - cumprimento das recomendações do OCI - PCDF
 QUADRO XVIII - cumprimento das recomendações do OCI – Saúde e educação
 QUADRO XIX - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - SESDF
 QUADRO XX - Programação de Despesas Correntes - SESDF
 QUADRO XXI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – SESDF
 QUADRO XXII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ – SESDF
 QUADRO XXIII – Restos a pagar de exercícios anteriores - SESDF

QUADRO XXIV – Quadro de Recursos Humanos – SESDF

QUADRO XXV – Recomendações do OCI – SESDF

QUADRO XXVI - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – SEEDF

QUADRO XXVII – Execução Orçamentária por elemento de despesa – SEEDF

QUADRO XXVIII - Programação de Despesas Correntes – SEEDF

QUADRO XXIX - Resumo da Programação de Despesas – SEEDF

QUADRO XXX - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – SEEDF

QUADRO XXXI – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa - SEEDF

QUADRO XXXII – Restos a pagar de exercícios anteriores – SEEDF

QUADRO XXXIII – Quadro de Recursos humanos – SEEDF

QUADRO XXXIV – Recomendações do OCI - SEEDF

1. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO I - DAS UJ RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF			
Denominação abreviada: FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901		Código SIAFI: 170.392
Natureza Jurídica: FUNDO			
Principal Atividade: Segurança Pública, Saúde e Educação			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61)3312-5938		
E-mail: canogueira@fazenda.df.gov.br			
Página na Internet: http://www.fazenda.df.gov.br			
Endereço Postal: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar, Brasília – Distrito Federal -CEP: 70.075-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
Secretaria de Estado de Educação do DF		Ativa	001929
Secretaria de Estado de Saúde		Ativa	001929
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem:			
Denominação completa: Polícia Militar do Distrito Federal			
Denominação abreviada: Segurança Pública			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901		Código SIAFI: 170.393
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: FUNDOS			
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3910-1302	(61)3910-1303	
E-mail:			
Página na Internet: www.pmdf.df.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área 4. Palácio Tiradentes 70.610-200 Brasília – DF.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído por meio da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2002, em atendimento às disposições contidas no artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal ¹ .			
Lei Nº 6.450, de 14 de outubro de 1977. Dispõe sobre a Organização Básica da Policia Militar do Distrito Federal, e dá outras providencias.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 7289/84 alterada pela Lei nº 7475/86 (Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170.393	Polícia Militar do Distrito Federal		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
170.485	Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal		
170.484	Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF (INATIVA)		

¹ Art. 21. Compete à União: (...) XIV - organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios
Com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998 passou a: (...) XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170392		0001	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Denominação abreviada: CBMDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA:	Código SIAFI: 170394	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(61) 3901-5912	(61) 39015915	
E-mail: dif@cbm.df.gov.br			
Página na Internet: http://www.cbm.df.org.br			
Endereço Postal: SAIN LOTE D MODULO E CEP 70610-600 ASA NORTE DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856			
Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991 e			
Decreto nº 16.036, de 04 de novembro de 1994			
Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009			
Decreto nº 7.163 de 29 de abril de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170495	Assistência Médica e Odontológica do CBMDF		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170.394		00001	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem:			
Denominação completa: Polícia Civil do Distrito Federal			
Denominação abreviada: PCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901	Código SIAFI: 170.395	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: FUNDOS			
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3362-5840	(61)3362-5817	(61)5871
E-mail: dof@pcdf.df.gov.br			
Página na Internet: www.pcdf.df.gov.br			
Endereço Postal: SAI/SO Lote 23 – Bloco A – Complexo da PCDF 1º andar – CEP 70.610-200 – Brasília – DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			

O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído por meio da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2002, em atendimento às disposições contidas no artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal ² .	
Lei nº 947 de 29/12/1902 (Reorganizou a Polícia da Capital Federal), Lei nº 4.483/64 (Reorganiza a DFSP sediando-a em Brasília-DF – Estrutura orgânica e quadro de pessoal da Polícia Civil do DF que passa a integrar a Secretaria de Segurança Pública do DF), Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994 (Autonomia Administrativa e Financeira).	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009, que aprova o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências; Decreto Distrital nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170.395	Polícia Civil do Distrito Federal
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
0001	Tesouro

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE:

Com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, foi instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, por meio da Lei nº 10.633, sancionada em 27/12/2002, tendo sido implantado no exercício de 2003.

De acordo com a Lei nº 10.633, a execução dos serviços públicos de manutenção da segurança pública e da assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, deve ser realizada por meio de dotações do FCDF, devendo ser discriminadas por atividades específicas, que, no caso em tela, compõem uma única ação: “Manutenção”.

Considerando a necessidade de aprimorar a gestão orçamentária e financeira do FCDF, foi publicado o Decreto nº 33.370, de 29/11/11, que criou a Coordenação da Despesa Pública e do Fundo Constitucional do Distrito Federal - CODEF, unidade orgânica diretamente subordinada à Subsecretaria do Tesouro/SUTES-SEF, passou a ter duas Gerências: Gerência de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Constitucional do Distrito Federal - GEOFI e a Gerência de Acompanhamento e Controle do Fundo Constitucional do Distrito Federal – GECON.

A CODEF é responsável pela elaboração, acompanhamento da execução e revisão periódica da programação financeira dos Órgãos Distritais. Coordena, ainda, a gestão dos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, acompanhando, controlando e administrando os créditos orçamentários e os repasses financeiros para as áreas de segurança, saúde e educação.

² Art. 21. Compete à União: (...) XIV - organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios
Com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998 passou a: (...) XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Análise do Resultado Alcançado						
Campo não aplicável aos recursos do FCDF.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não aplicável - NA	NA	NA	NA	NA	NA
Fórmula de Cálculo do Índice						
Campo não aplicável aos recursos do FCDF.						
Análise do Resultado Alcançado						
Campo não aplicável aos recursos do FCDF.						

Fonte:

QUADRO IV – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73.901	73.901

2.3.2 PRINCIPAIS AÇÕES DOS PROGRAMAS

QUADRO V – IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as decorrentes de Legislação Específica
Ação	
090300FJ	Auxílio-transporte aos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
090300FH	Auxílio-alimentação aos servidores da Polícia Militar do Distrito Federal
090300FN	Auxílio-alimentação aos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
090300FE	Auxílio-alimentação aos servidores do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
090300FF	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
090300FL	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores da Polícia Militar do Distrito Federal
090300FQ	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
090300FI	Assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
090300FM	Assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal
09030032	Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
09030036	Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal
09030037	Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal
090300F1	Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal
090300F2	Pessoal Inativo e Pensionistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
09030041	Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Civil
0903009T	Assistência financeira para a realização de serviços públicos de saúde do Distrito Federal
09040312	Assistência financeira para a realização de serviços públicos de educação do Distrito Federal

Fonte: Orçamento Geral da União – 2011 Lei nº 12.381 de 05/02/11, DOU de 10 de fevereiro de 2011, retificada em 15/08/11, QUADRO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIO, PÁGNA 1.728 - 1.729.

2.3.3 RESULTADOS

No exercício em análise, o valor do orçamento inicial foi de R\$ 8.748.271.757,00.

QUADRO VI – RESUMO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - 2010

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - 2011	
CATEGORIAS ECONÔMICAS	VALORES EM R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES	8.587.247.002,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.004.306.356,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	582.940.646,00
DESPESAS DE CAPITAL	161.024.755,00
INVESTIMENTOS	161.024.755,00
TOTAL	8.748.271.757,00

FONTE: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

É importante ressaltar que, em virtude dos remanejamentos necessários ao bom andamento da execução orçamentária das unidades gestoras participantes do FCDF, o valor atual das áreas difere-se da dotação inicial. O cenário orçamentário, até 31/12/2011, apresenta a situação descrita na Tabela abaixo:

QUADRO VII – COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÁREA	VALOR INICIAL – R\$	VALOR ATUAL – R\$	% ATUAL
SEGURANÇA	4.692.005.925	4.688.005.925	53,59
SAÚDE	2.286.477.041	2.286.788.791	26,14
EDUCAÇÃO	1.769.788.791	1.773.788.791	20,27
T O T A L	8.748.271.757	8.748.271.757	100,00

FONTE : SIAFI.

Inicialmente, as alterações orçamentárias ocorreram por meio da Portaria Interministerial nº 066, publicada no D.O.U de 08/08/2011, que objetivou troca de fonte de recursos da 112 para a 100 da Unidade Gestora 170.399 (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE) totalizando R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Por meio do Decreto Federal S/N, publicado no DOU de 21/10/2011, houve o remanejamento no montante de R\$ 200.789.627 (duzentos milhões, setecentos e oitenta e nove mil e seiscentos e vinte e sete reais) do Grupo Natureza da Despesa - GND 1 (Pessoal e Encargos Sociais), e do GND 4 (Investimento) da Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF; da Manutenção da Polícia Militar do DF GND 3 e 4, da Manutenção da Polícia Civil do DF, GND 1; dos Auxílios-Alimentação e da Assistência Pré-Escolar do CBMDF e da PMDF; do Auxílio-Transporte da PCDF e da GND 3 da Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Seus Dependentes do CBMDF, bem como do GND 4 da Assistência Médica e

Odontológica aos Servidores e Seus Dependentes da PMDF, visando atender despesas dos Grupos 1 (Pessoal ativo e Inativo), 3 (Custeio) e 4 (Investimento) da área de Segurança Pública

Tendo havido, ainda, o remanejamento de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil) da Fonte de Recursos – FT 106, GND 3 para FT 388 do Programa de Trabalho – 28 845.0903.00FI 0053 (ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, DO DISTRITO FEDERAL), bem como do valor de R\$ 1.062.796,00 (um milhão, sessenta e dois mil e setecentos e noventa e seis reais) do programa de trabalho – 28 845.0903.00FM 0053 (ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL), cuja Portaria Interministerial S/N, foi publicada no DOU de 14/12/2011, totalizando o montante de R\$ 1.522.796,00 (sete milhões de reais).

Por meio do Decreto S/N, publicado no DOU – Edição Extra nº 240-A, de 15/12/2011, houve remanejamento de dotação orçamentária suplementando o Programa de Trabalho referente ao Auxílio Alimentação e o GND 3 da Manutenção da Polícia Militar do DF, o Pessoal Inativo e Pensionista da PCDF, e ainda, o GND 3 da Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal, totalizando R\$ 36.357.000,00 (trinta e seis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil reais).

Por fim, com a publicação da Lei nº 12.555, de 15/12/2012, publicado no DOU – Seção 1, nº 241, de 16/12/2012, houve remanejamento de dotação orçamentária suplementando o Programa de Trabalho para Pessoal Inativo e Pensionista da Polícia Militar do Distrito Federal e para a Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Civil do DF.

2.3.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

QUADRO VIII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Enc. dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta UO	7.941.914.000,00	7.182.053.000,00			590.533.002,00	435.833.761,00
	PLOA	7.941.914.000,00	7.182.053.000,00			590.533.002,00	435.833.761,00
	LOA	7.941.914.000,00	7.182.053.000,00			590.533.002,00	435.833.761,00
CRÉDITOS	Suplementares	(+) 225.490.156,00	(+) 170.939.086,00			(+)36.555.604,00	(+) 102.300.000,00
	Especiais						
	Abertos						
	Reabertos						
	Extraord inários						
	Abertos						
	Reabertos						
Créditos Cancelados		(-) 163.097.800,00	(-) 317.950.000,00			(-)44.147.960,00	(-)26.689.086,00
Outras Operações							
Total		8.004.306.356,00	7.035.042.086,00	0,00	0,00	582.940.646,00	511.378.868,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

QUADRO IX – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta UO	215.824.755,00	67.684.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLOA	215.824.755,00	67.684.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LOA	215.824.755,00	68.284.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIT	Suplementares	(+)7.200.000,00	(+)105.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais						
	Abertos						

		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			(-)62.000.000,00	(-)20.600.000,00			
Outras Operações								
Total			161.024.755,00	152.684.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

QUADRO X - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva Conting.	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta UO	8.532.447.002,00	7.617.886.761,00	215.824.755,00	67.684.563,00		
	PLOA	8.532.447.002,00	7.617.886.761,00	215.824.755,00	67.684.563,00		
	LOA	8.532.447.002,00	7.617.886.761,00	215.824.755,00	68.284.563,00		
CRÉDITOS	Suplementares	(+)262.045.760,00	(+) 273.239.086,00	(+) 7.200.000,00	(+)105.000.000,00		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		(-)207.245.760,00	(-)344.639.086,00	(-)62.000.000,00	(-)20.600.000,00	
Outras Operações							
Total		8.587.247.002,00	7.546.486.761,00	161.024.755,00	152.684.563,00		

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

As propostas orçamentárias dos exercícios de 2010 e 2011 foram elaboradas a partir das demandas apresentadas pelas Unidades Gestoras – UG’S do FCDF, bem como houve levantamento de dados, projeções e análise e realização de reuniões com as referidas unidades. No decorrer dos exercícios o orçamento sofreu alterações devido às necessidades verificadas pelas próprias UG’s do FCDF, bem como por parte desta UG que acompanhou o comportamento da execução orçamentária e financeira, projetando-se a despesa com foco na análise do comportamento dos gastos mensais com pessoal, custeio e investimento.

QUADRO XI - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	170.392		8.004.306.356,00		582.940.646,00
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da

						Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	170.392		161.024.755,00		
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

QUADRO XII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		RP Não-Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 - Despesas de Pessoal								
01-APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.767.109.449,96	2.368.887.629,23	2.767.088.344,24	2.368.887.629,23	0,00	137.054.255,06	2.691.417.409,82	2.368.858.880,04
03-PENSOES	459.638.214,11	389.281.755,06	459.638.214,11	389.281.755,06	0,00	16.302.456,47	434.829.513,65	389.278.199,27
04-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	88.470.789,18	51.284.297,09	88.470.789,18	51.284.297,09	0,00	3.181.578,35	88.464.839,88	51.283.807,67
08-OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.314.743,96	1.364.692,74	1.272.237,66	1.364.692,74	0,00	93.478,82	1.204.286,89	1.364.692,74
09-SALARIO-FAMILIA	1.451,37	914,94	1.451,37	914,94	0,00	126,56	1.451,37	914,94
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.280.224.940,65	2.284.543.618,10	2.280.224.940,65	2.284.543.618,10	0,00	148.567.571,94	2.211.067.486,46	2.284.339.791,42
12-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	1.668.309.638,23	1.437.945.304,20	1.668.309.635,23	1.437.945.304,20	0,00	133.310.368,68	1.504.197.032,80	1.437.943.228,99
13-OBRIACOES PATRONAIS	30.833.133,42	26.846.284,86	30.833.133,42	26.846.284,86	0,00	1.057.226,90	30.833.133,42	26.846.226,95
16-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	132.642.978,93	101.788.818,21	132.642.978,93	101.788.818,21	0,00	10.371.494,21	132.599.933,31	101.788.818,21
17-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	53.488.171,61	50.019.586,99	53.488.171,61	50.019.586,99	00,00	1.915.871,87	47.543.960,83	50.019.586,99
91-SENTENCAS JUDICIAIS	1.451.207,62	1.442.470,29	1.451.207,62	1.442.470,29	0,00	134.065,40	1.331.810,32	1.442.470,29
92-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	488.509.001,19	307.581.641,82	478.723.343,26	307.148.075,32	5.658.137,67	3.572.341,57	474.973.099,44	307.138.438,20
94-INDENIZACOES E	28.776.137,20	12.131.995,25	28.776.137,20	12.131.995,25	0,00	1.358.898,17	28.776.137,20	12.131.995,25

RESTITUICOES TRABALHISTAS94-								
96-RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	3.536.131,07	1.749.097,29	3.536.131,07	1.749.097,29	0,00		3.536.131,07	
3 - Outras Desp. Correntes								
08-OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	15.734.307,90	18.123.225,18	15.620.088,98	17.235.409,05	600.067,55	912.551,37	14.786.624,89	17.235.409,05
14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL	351571,28	215.685,82	351.571,28	215.685,82	0,00	0,00	351.571,28	215.685,82
15-DIARIAS - PESSOAL MILITAR	6.052.805,53	5.068.675,01	5.809.394,06	5.048.292,41	0,00	32.528,38	5..684.934,48	5.048.292,41
19-AUXILIO- FARDAMENTO	22.236.789,29	30.241.029,38	22.236.789,29	30.241.029,38	0,00	2.138.243,56	21.819.369,00	30.241.029,38
30-MATERIAL DE CONSUMO	55.767..109,85	41.432.943,26	25.099.943,21	26.342.292,24	13.037.712,91	6.835.245,79	25.079.479,52	26.342.292,24
31-PREMIAÇÕES CULT.ART.CIENT.DESPO RTIVAS E OUTRA	512.384,00	112.228,00	456345,00	106.478,00	5.750,00	0,00	456.345,00	106.478,00
32-MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	00,00	162.223,75	0,00	52.834,00	99.202,25	0,00	99.202,25	52.834,00
33-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	995.614,02	1.148.080,64	775.693,10	1.105.544,85	22.652,53	3.075,94	775.693,10	1.105.544,85
35-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	4.810,00	0,00	0,00	4.810,00	0,00	4.810,00	0,00
36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	460.807,50	512.987,28	391.775,06	433.237,91	75.737,37	34.167,00	391.775,06	433.237,91
37-LOCACAO DE MAO- DE-OBRA	8.173.305,06	4.625.466,67	6.280.561,21	3.164.064,66	1.425.586,01	103.332,79	6.280.561,21	3.164.064,66
39-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	199.586.215,39	165.666.016,54	121.875.836,88	106.415.298,20	35.580.934,19	26.351.834,56	120.933.780,69	106.414.838,18
46-AUXILIO- ALIMENTACAO	216.456.591,66	181.860.009,20	216.044.034,21	174.038.653,76	7.821.355,44	8.880.896,51	205.147.823,19	174.038.653,76

47-OBRIg.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA- ORCAMENTARIAS	679.903,45	1.044.874,35	679.903,45	1.032.189,97	3.136,84	10.477,50	679.903,45	1.032.189,97
49-AUXILIO- TRANSPORTE	22.012.876,71	27.656.600,92	22.012.667,07	26.907.723,02	493.275,66	1.787,43	22.012.043,25	26.907.723,02
92-DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	22.597.979,14	9.778.968,98	12.975.677,52	9.739.079,78	39.889,20	60.278,01	12.975.677,52	9.739.079,78
93-INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.102.280,48	10.181.891,77	3.473.687,63	1.103.867,51	9.069.097,00	8.448,83	3.473.687,63	1.103.867,51
39-OUTROS SERV. TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00	15.036,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

QUADRO XIII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS

Grupos de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		RP Não-Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
51-OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	36.688.245,05	53.794.192,16	14.702.097,84	19.047.393,77	29.549.982,95	24.892.329,33	14.702.097,84	19.047.393,77
52-EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	121.085.100,59	98.634.620,53	60.384.498,53	21.645.720,14	59.920.764,70	35.391.139,11	59.602.554,53	21.645.720,14
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PJ	676.412,46	0,00	423.881,93	0,00	15.036,42	0,00	423.881,93	0,00

Fonte: SIAFI

Os demais demonstrativos exigidos no item 2, Parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, constam dos conteúdos específicos de cada unidade executora do FCDF.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Nada a declarar.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO XIV - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.905.779,73	157.937,95	2.730.253,53	101.335,73
2009	5.517.129,65	1.208.168,33	1.697.773,62	2.611.187,70
2008	4.409.164,55	0,00	4.409.164,55	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	612.422.449,58	916.961,43	562.546.715,44	37.515.013,60
2009	226.174.031,84	7.800.679,61	207.277.602,74	11.095.749,49
2008	108.612.398,12	268.315,94	98.278.346,76	10.065.736,76
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

Nada a declarar.

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE.

Nada a declarar.

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Nada a declarar.

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

QUADRO XV - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou	Final do	Final do

		Início do exercício de Função ou Cargo	exercício da Função ou Cargo	exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	03	03	03
	Entregaram a DBR	03	03	03
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte Diretoria-Geral de Pessoal/UAG/SEF

No Anexo II, consta Declaração da Diretoria-Geral de Pessoal/UAG/SEF, que os servidores relacionados na mesma estão em dia com as exigências legais de prestar Declaração de Bens e de Rendimentos de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

- A) AMBIENTE DE CONTROLE;
- B) AVALIAÇÃO DE RISCO;
- C) PROCEDIMENTOS DE CONTROLE;
- D) INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;
- E) MONITORAMENTO.

QUADRO XVI - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X			X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X			X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.

Não se aplica.

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.

Não se aplica.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

- A) PLANEJAMENTO DA ÁREA;
- B) PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS;
- C) SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;
- D) DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS;
- E) CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TI.

Não se aplica.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UG CONSOLIDADA

Não se aplica.

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.

Não se aplica.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO XVII - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundo Constitucional do Distrito Federal					1929
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	014.470/2009-2	311/2010 e 2631/2010			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FUNDO DE SAÚDE DA PMDF E DO CBMDF					
Descrição da Deliberação:					
Operacionalização do Fundo de Saúde da PMDF e do CBMDF por meio do SIAFI					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Saúde da Cada unidade executora e Gestor do FCDF					

Síntese da providência adotada:
O Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, enviou mensagem via SIAFI (MÓDULO COMUNICA) às Unidades Gestoras – UG informando sobre os procedimentos operacionais para recolher as receitas relativas a contribuição dos policiais militares e do corpo de bombeiros militares do Distrito Federal, visando emissão de GRU a favor do Tesouro Nacional, bem como da execução dos recursos do referidos fundos no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a partir de 2011, conforme última determinação constante do Acórdão 2631/2010.
Síntese dos resultados obtidos:
Execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo de Saúde da PMDF e do CBMDF por meio das UG 170.485 (PMDf) e 170.495 (CBMDF).
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A adoção das providências foi prejudicada ao longo do processo em virtude das ações para o atendimento ao Tribunal depender diretamente do Ministério da Fazenda – MF e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG para autorizar, disponibilizar e operacionalizar a criação da Unidade Gestora no SIAFI, bem como das diversas divergências entre os posicionamentos normativos e de gestão entre as áreas federal e distrital que dificultaram a operacionalização e acatamento plena da determinação do TCU. Mesmo assim, entendemos que a solução apontada pela SOF/MPOG e MF é caracterizada por flagrante ilegalidade, pois contraria os ditames da Lei nº 10.633/02, que, em seu art. 2º, estipula que a partir de 2003, inclusive, o aporte anual de recursos destinados ao FCDF será de R\$ 2.9000.000.000,00; corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida – RCL da União. Assim sendo, não é possível, a inclusão de elemento estranho à lei para compor o limite de dotação cabível ao FCDF, como quer fazer a SOF, incluir recursos arrecadados com a contribuição dos policiais militares e corpo de bombeiros militares no limite de dotação para o FCDF.

15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Nada a declarar.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

Quanto aos Relatórios de Auditoria do órgão de controle interno da União, foram atendidas as recomendações conforme abaixo relatado.

CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

QUADRO XVIII- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - FCDF

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundo Constitucional do DF - Polícia Militar do Distrito Federal			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	246554	1.1.4.1(005)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundo Constitucional do DF e Polícia Militar do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Polícia Militar do Distrito Federal a pronta continuidade e conclusão das apurações quanto aos valores pagos indevidamente e aos respectivos responsáveis, encaminhando os resultados à CGU.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Fundo Constitucional do DF e Polícia Militar do Distrito Federal			001929

Síntese da providência adotada:
O Gestor do FCDF encaminhou o Ofício nº 019/2011-SUTES/SEF-FCDF, de 13/05/2011, ao Comandante-Geral da PMDF, reiterando e solicitando informações sobre o atendimento das recomendações da CGU, com cópia ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, Ofício nº 020/2011-SUTES-SEF-FCDF, também de 13/05/2011, solicitando gestão daquela Pasta para acompanhar junto a PMDF o fiel cumprimento das recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 246554.
O Gestor do FCDF encaminhou cópia do Relatório de Auditoria nº 201109258/002, por meio do Ofício nº 42/201-SUTES/SEF-FCDF, datado de 13/10/2011 à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, solicitando realização de auditoria, tendo em vista as situações verificadas pela Controladoria-Geral da União-CGU na Polícia Civil do DF, na Polícia Militar do DF, no Corpo de Bombeiros Militar do DF, na Secretaria de Estado de Educação do DF e na Secretaria de Estado de Saúde do DF.
Síntese dos resultados obtidos
A Polícia Militar do Distrito Federal informou ao Gestor do FCDF houve abertura de nova sindicância para apuração dos valores pagos indevidamente e posterior apuração de responsabilidades.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Cabe ao gestor do FCDF acompanhar e solicitar aos gestores das demais UG's do FCDF o atendimento às recomendações da CGU, entretanto, por tratar-se de questões internas da PMDF, o gestor do FCDF não tem como intervir diretamente nos procedimentos administrativos instaurados para apurar responsabilidades e valores pagos indevidamente às empresas que celebraram contratos com aquela Corporação. Sendo que, até a presente data, não se tem notícia de resultado conclusivo da referida sindicância.

QUADRO XIX- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - FCDF

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado de Educação			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nos Recursos Federais Transferidos ao DF no Período 2006-2009 2ª etapa (29/06/2010) – e Relatório de Auditoria 201109258		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Educação			001929
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se ao gestor do FCDF e às Secretarias de Saúde e Educação que agilizem a apresentação das informações solicitadas, tanto as relativas aos registros inconsistentes nas folhas de pagamento, acrescentando as eventuais providências que foram adotadas, quanto aquelas em relação aos extratos bancários.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Educação			001929
Síntese da providência adotada:			
O Gestor do FCDF oficiou às Secretarias de Estado de Saúde e Educação para encaminharem as informações relativas aos registros nas folhas de pagamento, bem como encaminhar os extratos bancários. Ainda, em 2011, o Gestor do FCDF encaminhou o Ofício nº 23/2011 – SUTES/SEF – FCDF, solicitando à SES as informações acerca das providências adotadas por esta Secretaria em relação às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 246555.			
O Gestor do FCDF encaminhou cópia do Relatório de Auditoria nº 201109258/002, por meio do Ofício nº 42/201-SUTES/SEF-FCDF, datado de 13/10/2011 à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, solicitando realização de auditoria, tendo em vista as situações verificadas pela Controladoria-Geral da União-CGU na Polícia Civil do DF, na Polícia Militar do DF, no Corpo de Bombeiros Militar do DF, na Secretaria de Estado de Educação do DF e na Secretaria de Estado de Saúde do DF			
Síntese dos resultados obtidos			
Por meio do Ofício nº 21/2011-SUTES/SEF-FCDF, datado de 13/05/2011, e o Ofício nº 26/2011-SUTES/SEF-FCDF, datado de 08/06/2011, o Gestor do FCDF encaminhou à CGU, as informações/documentos solicitados da Secretaria			

de Estado de Educação/SEE, conforme Solicitação de Auditoria nº 201109258/002. Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109258/002, de 18/04/2011, o Gestor do FCDF encaminhou o Ofício nº 1.919/2011-GAB/SES, de 16/09/2011, o qual complementa o Anexo I do 1.1155/2011-GAB/SES de 16/06/2011, e encaminha manifestação da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos/DIGEP/SUGEPS, constando ainda lista de servidores que se encontram acumulando cargos indevidamente

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A Unidade Gestora 170.392 é apenas unidade repassadora dos recursos do FCDF, não tendo nenhum poder de gestão sobre os demais órgãos da estrutura do Governo do Distrito Federal.

QUADRO XX - CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO - FCDF

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109258	3.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
25915/Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO 001: Proceder à inscrição das cessionárias no CADIN, referente a não quitação de crédito relativo ao ressarcimento de remunerações dos servidores da PCDF, cedidos a órgãos do GDF. RECOMENDAÇÃO 002: Proceder à inscrição do Governo do Distrito Federal no CADIN, pertinente a não quitação de crédito relativo ao pagamento de servidores do GDF lotados na PCDF, com recursos do FCDF.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Subsecretaria do Tesouro/SEF			001929
Justificativa para o seu não cumprimento:			
1 - Segundo informações da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, por meio do Ofício nº 128/2011-DAG, de 06/05/2011, o processo nº 052.002.554/2008 foi enviado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, visando alocação de dotação orçamentária na Lei Orçamentária do Distrito Federal – LOA, para que aquela Corporação possa quitar seus débitos junto ao FCDF relativo ao pagamento de servidores do Governo do Distrito Federal, lotados e em exercício na PCDF. Entretanto, até a presente data o gestor do FCDF não obteve nenhuma informação ao atendimento do pleito da PCDF junto à Secretaria de Estado de Planejamento do Distrito Federal. 2 – Entendemos que a PCDF tem maiores condições de reunir os dados necessários para informar o quantitativo exato de servidores cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal, tendo sido enviado Ofício nº 33/2011-SUTES/SEF-FCDF à PCDF solicitando informações atualizadas sobre quais órgãos e entidades devem ressarcir o FCDF, somente, após consolidar todas as informações enviadas pela PCDF, o gestor do Fundo, poderá providenciar o envio para registro no Cadin, sendo que até a presente data, ainda não foi possível obter todas as informações consolidadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
1 - Gestor do FCDF entende que antes da adoção de medidas que venham prejudicar o Governo do Distrito Federal, com a sua inscrição no CADIN, deve-se, esgotar todas as possibilidades administrativas cabíveis visando a quitação do débito o Governo do Distrito Federal (PCDF) junto ao FCDF.			

2 – Cabe à U.G 170.392, como Unidade repassadora do recursos do FCDF, tão somente, oficiar a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF , solicitação de informações atualizadas sobre quais órgãos e entidades devem ressarcir o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF em decorrência da cessão de servidores da PCDF aos mesmos, e os respectivos valores de ressarcimento.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

(CONFORME ANEXOS II DA DN – TCU – 108/2011)

Os recursos carreados para o Distrito Federal, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal, são distribuídos entre as unidades que desempenham as funções de segurança pública, saúde e educação públicas na capital, com ações direcionadas conforme relatório de gestão agregado da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Educação, bem como dos relatórios gestão consolidado da Polícia Militar do Distrito Federal, da Polícia Civil do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

O anexo III refere-se à manifestação do Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal quanto à execução física, financeira, orçamentária e patrimonial do FCDF.

ANEXO I - UNIDADES CONSOLIDADAS

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SIAFI: 170397

1. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF tem por finalidade formular a política de saúde do Distrito Federal além de planejar, organizar e coordenar a execução, a fiscalização e a avaliação das atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde.

No que diz respeito ao FCDF e em cumprimento ao inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal e a Lei nº 10.633 a SES/DF recebe à razão de duodécimos recursos para atender as necessidades financeiras na execução de serviços públicos de saúde.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Os recursos repassados pelo FCDF são integralmente aplicados na complementação do pagamento de pessoal, visando prestar serviços essenciais de saúde pública do Distrito Federal.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ:

2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO XXI - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	Não se Aplica					
Denominação	Programa 0903 – Operações especiais – Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica.					
Tipo do Programa	903 – Operação Especial					
Objetivo Geral	Dar cumprimento ao dispositivo constante do inciso XIV do artigo 21 da Constituição Federal e Lei 10.633 de 27/12/2002.					
Objetivos Específicos	Prestar assistência financeira aos serviços públicos de saúde do Distrito Federal.					
Gerente	Não se Aplica					
Público Alvo	População do Distrito Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						E m R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.286.477.041,00	2.286.477.041,00	2.286.477.041,00	2.286.477.041,00		2.286.477.041,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Não Aplicável - NA	NA	NA	NA	NA	NA
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se Aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se Aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se Aplica						
Fonte: SIAFI						

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

A execução do FCDF é realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI para atender a despesas com pessoal da SES/DF.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO:

Os recursos repassados pelo FCDF são integralmente aplicados na complementação do pagamento de pessoal, visando prestar serviços essenciais de saúde pública do Distrito Federal.

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

QUADRO XXII - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73.901	73.901999999

2.4.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO XXIII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		2.286.477.041,00	2.195.786.161,00				
	PLOA		2.286.477.041,00	2.195.786.161,00				
	LOA		2.286.477.041,00	2.195.786.161,00				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados			(-) 0,00	(-)209.500.000,00				
Outras Operações								
Total			2.286.477.041,00	1.986.286.161,00				

Fonte: SIAFI

2.4.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Não se Aplica

2.4.3.1 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Não se Aplica

2.4.3.2 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**QUADRO XXIV - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**Valores
em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	170.392		2.286.477.041,00		
	Recebidos	170.397		2.286.477.041,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**2.4.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ****1.1.1.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Não se Aplica

1.1.1.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**QUADRO XXV- DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
01 – APOSENTADORIAS E REFORMAS	671.597.838,87	523.468.098,64	671.597.838,87	523.468.098,64	0,00	41.695.892,95	671.597.838,87	523.468.098,64
03 - PENSÕES	70.898.440,63	58.012.760,34	70.898.440,63	58.012.760,34	0,00	4.508.399,65	70.898.440,63	58.012.760,34
04 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	53.446.958,22	32.031.768,15	53.446.958,22	32.031.768,15	0,00	3.181.578,35	53.446.958,22	32.031.768,15
09 – SALARIO-FAMILIA	41,48	281,67	41,48	281,67	0,00	0,00	41,48	281,67
11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.312.220.405,04	1.227.876.364,67	1.312.220.405,04	1.227.876.364,67	0,00	38.366.100,63	1.312.220.405,04	1.227.876.364,67
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16.884.540,78	11.528.684,77	16.884.540,78	11.528.684,77	0,00	1.057.226,90	16.884.540,78	11.528.684,77
16 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	129.249.810,08	94.511.473,30	129.249.810,08	94.511.473,30	0,00	9.174.638,41	129.249.810,08	94.511.473,30
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.402.868,70	26.724.734,21	3.402.868,70	26.724.734,21	0,00	657.265,77	3.402.868,70	26.724.734,21
94 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	28.776.137,20	12.131.995,25	28.776.137,20	12.131.995,25	0,00	1.358.898,17	28.776.137,20	12.131.995,25

Fonte: SIAFI

1.1.1.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Não se Aplica

2.4.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

Não se Aplica

2.4.4.3 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Não se Aplica

2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO XXVI - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
01 – APOSENTADORIAS E REFORMAS	671.597.838,87	523.468.098,64	671.597.838,87	523.468.098,64	0,00	41.695.892,95	671.597.838,87	523.468.098,64
03 - PENSÕES	70.898.440,63	58.012.760,34	70.898.440,63	58.012.760,34	0,00	4.508.399,65	70.898.440,63	58.012.760,34
04 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	53.446.958,22	32.031.768,15	53.446.958,22	32.031.768,15	0,00	3.181.578,35	53.446.958,22	32.031.768,15
09 – SALARIO-FAMILIA	41,48	281,67	41,48	281,67	0,00	0,00	41,48	281,67
11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.312.220.405,04	1.227.876.364,67	1.312.220.405,04	1.227.876.364,67	0,00	38.366.100,63	1.312.220.405,04	1.227.876.364,67
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16.884.540,78	11.528.684,77	16.884.540,78	11.528.684,77	0,00	1.057.226,90	16.884.540,78	11.528.684,77
16 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	129.249.810,08	94.511.473,30	129.249.810,08	94.511.473,30	0,00	9.174.638,41	129.249.810,08	94.511.473,30
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.402.868,70	26.724.734,21	3.402.868,70	26.724.734,21	0,00	657.265,77	3.402.868,70	26.724.734,21
94 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	28.776.137,20	12.131.995,25	28.776.137,20	12.131.995,25	0,00	1.358.898,17	28.776.137,20	12.131.995,25

Fonte:SIAFI

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSO

Nada a Declarar

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

QUADRO XXVII - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	100.000.000,83	0,00	100.000.000,83	0,00
2009	57.037.014,47	0,00	57.037.014,47	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.1 ANÁLISE CRÍTICA

Nada a declarar

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES

QUADRO XXVIII – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DA SES/DF – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - DF	QUANTIDADE FÍSICA			
	ATIVO	INATIVO	INSTIT. PENÇÃO	TOTAL
Ativos	29.174	8.618	1.593	39.385
Técnicos	304			304
Contratos Temporários	388			388
Agentes de Vigilância Ambiental	406			406
Agente Comunitário de Saúde	1.187			1.187
Jeton	9			9

Médicos Residentes	832			832
<i>Total</i>	32.300	8.618	1.593	42.511

6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

Não se Aplica

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI N.º 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Não se Aplica

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Referidas informações encontram-se no Anexo II.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.

Referidas informações constam do item 9 do Relatório da UG Consolidadora.

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ti) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 1/2010 E A PORTARIA N.º 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO N.º 5.940/2006.

Não se Aplica.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

Não se Aplica.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS N.ºS 5.355/2005 E 6.370/2008.

Não se Aplica.

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.

Não se Aplica

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não se Aplica

15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não se Aplica

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO XXIX – RECOMENDAÇÕES DO OCI – SES/DF

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado de Educação			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nos Recursos Federais Transferidos ao DF no Período 2006-2009 2ª etapa (29/06/2010) e Solicitação de Auditoria 201109258/002 de 18/04/11	39.b	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Educação			001929
Descrição da Recomendação:			

Recomenda-se ao gestor do FCDF e às Secretarias de Saúde e Educação que agilizem a apresentação das informações solicitadas, tanto as relativas aos registros inconsistentes nas folhas de pagamento, acrescentando as eventuais providências que foram adotadas, quanto aquelas em relação aos extratos bancários.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Educação	001929
Síntese da providência adotada:	
O Gestor do FCDF encaminhou o Ofício nº 23/2011 – SUTES/SEF – FCDF, solicitando à SES as informações acerca das providências adotadas por esta Secretaria em relação às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 246555.	
Síntese dos resultados obtidos	
As informações solicitadas foram prestadas pela Secretaria de Estado de Saúde, por meio dos Ofícios N.º 1.869/2010-GAB/SES, de 12/08/2010, 2.120/2010-GAB/SES, de 23/09/2010, 1.155/2011, de 16/06/2011 e 1.919/2011-GAB/SES, de 16/09/2011.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A Unidade Gestora 170.392 é apenas unidade repassadora dos recursos do FCDF, portanto, sua atuação limita-se a interlocução entre os órgãos de controle interno e a referida unidade responsável pela execução orçamentária e financeira dos recursos do referido fundo.	

15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não se Aplica

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ORGÃO, APRESENTADO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não se Aplica

16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO

Não se Aplica

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SIAFI: 170399

1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:

a) Responsabilidades institucionais da Unidade:

I. Competência Institucional:

Atender às necessidades e melhorias nos Sistema de Educação do Distrito Federal.

II. Objetivos estratégicos:

Os recursos repassados são integralmente aplicados na complementação do pagamento de pessoal, visando à manutenção do Ensino Público no Distrito Federal.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida:

Não se aplica, uma vez que os recursos são destinados exclusivamente para pagamento de pessoal.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão:

Não se aplica, uma vez que os recursos são destinados exclusivamente para pagamento de pessoal.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ:

Não se aplica.

II. Execução física das ações realizadas pela UJ:

Os recursos repassados são integralmente aplicados na complementação do pagamento de pessoal, visando à manutenção do Ensino Público no Distrito Federal.

d) Desempenho Orçamentário/Financeiro

Responsabilidades institucionais da unidade

Prestação de Serviços Públicos de Educação no Distrito Federal.

1.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Os recursos repassados são integralmente aplicados na complementação do pagamento de pessoal, visando à manutenção do Ensino Público no Distrito Federal.

1.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO XXX - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - SEEDF

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: Não se aplica		Denominação: Programa 0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica				
Tipo do Programa: 903 – Operação Especial						
Objetivo Geral: Dar cumprimento ao dispositivo constante do Inciso XIV do Artigo 21 da Constituição Federal e Lei 10.633 de 27/12/2002.						
Objetivos Específicos: prestar assistência financeira aos serviços públicos de educação do Distrito Federal.						
Gerente: Não há, visto que o programa não é finalístico.				Responsável: Não há, visto que o programa não é finalístico.		
Público Alvo: População do Distrito Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.769.788.789,00	1.786.788.789,00	1.786.788.028,00	1.786.788.028,28	127.275.333,07	1.786.665.030,27	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não aplicável - NA	NA	NA	NA	NA	N
Fórmula de Cálculo do Índice						
Campo não aplicável aos recursos do FCDF						
Análise do Resultado Alcançado						
Campo não aplicável aos recursos do FCDF.						

Fonte: SIAFI

1.4 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Não se aplica.

Indicadores Institucionais

Não se aplica.

QUADRO XXXI - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES - SEEDF

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Enc. dívida		3- Outras Despesas	
			Exercícios		Exercícios		Exercí	
2011		2010		2009	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta UO		1.660.654.217,00	1.464.164.565,00			109.134.572,00	105.975.364,
	PLOA		1.660.654.217,00	1.464.164.565,00			109.134.572,00	105.975.364,
	LOA		1.660.654.217,00	1.464.164.565,00			109.134.572,00	105.975.364,
CRÉDITOS	Suplementares		(+) 13.000.000,00	(+)30.000.000,00			(+) 4.000.000,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraord inários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total			1.673.654.217,00	1.494.164.565,00			113.134.572,00	105.975.364,

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

QUADRO XXXII - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS - SEEDF

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva Conting.	
		Exercícios		Exe		Exercícios	
		2011	2010	2	2	2011	2010
LOA	Dotação proposta UO	1.769.788.789,00	1.570.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLOA	1.769.788.789,00	1.570.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LOA	1.769.788.789,00	1.570.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		(+)30.000.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		(+)17.000.000,00				
Outras Operações							
Total		1.786.788.789,00	1.600.139.929,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

QUADRO XXXIII - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA - SEEDF

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas
Movimentação Interna	Concedidos	170.392		1.660.654.217,00	0,00	113.134.572,00
	Recebidos	170.399		1.660.654.217,00	0,00	113.134.572,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 –
Movimentação Interna	Concedidos	170.392		0,00	0,00	0,
	Recebidos	170.399		0,00	0,00	0,
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

QUADRO XXXIV- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-

Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	1.673.653.847,41	1.494.164.565,00	1.673.531.381,93	1.493.951.175,96
Pagamento em Folha	1.673.653.847,41	1.494.164.565,00	1.673.531.381,93	1.493.951.175,96
Diárias	-	-	-	-
Outras	113.134.180,87	97.060.665,35	113.133.648,34	97.060.665,35
Totais	1.786.788.028,28	1.591.225.230,35	1.786.665.030,27	1.591.011.841,31

Fonte: SIAFI

**QUADRO XXXV - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR
MOVIMENTAÇÃO**

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.673.653.847,41	1.494.164.565,00	1.673.653.847,41	1.494.164.565,00	-	126.037.610,86	1.673.531.381,93	1.493.951.175,96
Aposentadorias , reserva remunerada e reformas	1.142.215.596,44	1.007.363.827,75	1.142.215.596,44	1.007.363.827,75	-	81.152.349,95	1.142.155.289,84	1.007.335.078,56
Despesas de exercícios anteriores	266.488.984,26	132.545.439,08	266.488.984,26	132.545.439,08	-	293.007,53	266.476.612,43	132.535.801,96
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal – Civil	135.763.321,42	253.835.609,17	135.763.321,42	253.835.609,17	-	38.072.392,89	135.735.408,00	253.664.651,65
Demais elementos do grupo	129.185.945,29	100.419.689,00	129.185.945,29	100.419.689,00	-	6.519.860,49	129.164.071,66	100.415.643,79
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	113.134.180,87	105.975.364,00	113.134.180,87	97.060.665,35	8.914.698,65	1.237.722,21	113.133.648,34	97.060.665,35
Auxílio-Alimentação	84.202.106,42	64.359.286,20	84.202.106,42	56.537.930,76	7.821.355,44	1.237.722,21	84.202.106,42	56.537.930,76
Auxílio-Transporte	22.011.976,71	27.381.066,92	22.011.976,71	26.887.791,26	493.275,66	-	22.011.444,18	26.887.791,26
Outros Benefícios Assistenciais	5.349.594,37	7.628.069,27	5.349.594,37	7.028.001,72	600.067,55	-	5.349.594,37	7.028.001,72
Demais elementos do grupo	1.570.503,37	6.606.941,61	1.570.503,37	6.606.941,61	-	-	1.570.503,37	6.606.941,61
Totais	1.786.788.028,28	1.600.139.929,00	1.786.788.028,28	1.591.225.230,35	8.914.698,65	127.275.333,07	1.786.665.030,27	1.591.011.841,31

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recurso

Nada a Declarar

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO XXXVI - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	213.389,04	0,00	123.720,90	89.668,10
2010	127.287.462,90	0,00	127.287.462,90	12.129,83
2009	4.146.775,30	0,00	4.146.775,30	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	8.914.698,65	12.129,83	8.914.698,65	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.1 Análise Crítica

O saldo a pagar em 31/12/2010 no valor de R\$ 12.129,83 refere-se a ressarcimento de salários de servidores cedidos empenhado, mas aguardando documentação para posterior liquidação e pagamento

Nada a declarar

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.

5.1 Composição do Quadro de Servidores

QUADRO XXXVII – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	49.450	40.532	721	1.526
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	2	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	49.449	40.531	719	1.525
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	49.449			1.521

		40.139	711	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		392	8	4
2. Servidores com Contratos Temporários	6.500	6.602	6.602	6.602
3. Total de Servidores (1+2)	55.950	47.134	7.323	8.128

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH

** O quantitativo autorizado para contratação de temporários é 6.500 de forma concomitante.

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO XXXVIII – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	387
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	387
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	6
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	6
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	488
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	487
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	483
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	199
5.2. Serviço militar	

5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	280
5.5. Mandato classista	4
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	195
6.1. Art. 120 da Lei nº 8.112/90	57
6.2. Atuação no Conselho Tutelar - Lei nº 4.451/2009	8
6.3. Reclusão - art. 229 da Lei nº 8.112/90	6
6.4. Afastamento para estudos	124
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1.559

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO XL – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	4.941	14.286	18.432	7.820	1.655
1.1. Membros de poder e agentes políticos			1		
1.2. Servidores de Carreira	2.305	11.653	17.403	7.553	1.617
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2.636	2.633	1.028	267	38
2. Provedimento de cargo em comissão	249	1.418	1.882	393	39
2.1. Cargos de Natureza Especial	2	17	37	10	2
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	56	632	813	177	27
2.3. Funções gratificadas	191	769	1.032	206	10
3. Totais (1+2)	5.190	15.704	20.314	8.213	1.694

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

** Os servidores de Carreira nomeados para cargo em comissão foram considerados 2 (duas) vezes no relatório

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO XLI – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	3	46	417	532	13.410	12.434	19.061	1.068	163
1.1. Membros de poder e agentes políticos						1			

1.2. Servidores de Carreira	3	46	417	532	9.841	9.404	19.058	1.067	163
1.3. Servidores com Contratos Temporários					3.569	3.029	3	1	
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	3	28	1.135	979	1.730	89	17
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	4	25	18	18	3
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	2	7	143	390	1.102	48	13
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	21	988	564	610	23	1
3. Totais (1+2)	3	46	420	560	14.545	13.413	20.791	1.157	180
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

** Os servidores de Carreira nomeados para cargo em comissão foram considerados 2 (duas) vezes no relatório

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO XLII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	13.128	1.078
1.1 Voluntária	11.787	1.010
1.2 Compulsória	63	8
1.3 Invalidez Permanente	1.278	60
1.4 Outras		
2. Proporcional	4.639	102
2.1 Voluntária	2.922	
2.2 Compulsória	807	
2.3 Invalidez Permanente	910	102
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	17.767	1.180

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO XLIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	1.214	124
1.1. Integral	923	82
1.2. Proporcional	291	42
2. Em Atividade	1.242	52
3. Total (1+2)	2.456	176

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

Não se Aplica

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI N.º 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Não se Aplica

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Referidas informações encontram-se no Anexo A.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.

Referidas informações constam do item 9 do Relatório da UG Consolidadora.

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ti) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 1/2010 E A PORTARIA N.º 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO N.º 5.940/2006.

Não se Aplica.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

Não se Aplica.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS N.ºS 5.355/2005 E 6.370/2008.

Não se Aplica.

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.

Não se Aplica

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não se Aplica

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não se Aplica

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO XLIV – RECOMENDAÇÕES DO OCI – SEE/DF

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado de Educação			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nos Recursos Federais Transferidos ao DF no Período 2006-2009 2ª	39.b	

	etapa (29/06/2010) e Solicitação de Auditoria 201109258/002 de 18/04/11		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Educação			001929
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se ao gestor do FCDF e às Secretarias de Saúde e Educação que agilizem a apresentação das informações solicitadas, tanto as relativas aos registros inconsistentes nas folhas de pagamento, acrescentando as eventuais providências que foram adotadas, quanto aquelas em relação aos extratos bancários.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
FCDF e Secretaria de Estado de Saúde e Educação			001929
Síntese da providência adotada:			
O Gestor da Secretaria de Estado de Educação encaminhou o Ofício nº 407/2011-SUGEPE/SEE-DF, datado de 03/06/2011, constando as informações/documentos solicitados pela CGU, conforme Solicitação de Auditoria nº 201109258/002 e 201109258/003.			
Síntese dos resultados obtidos			
As informações solicitadas foram prestadas pela Secretaria de Estado de Educação, por meio dos Ofícios N.º 407407/2011-SUGEPE/SEE-DF.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Unidade Gestora 170.392 é apenas unidade repassadora dos recursos do FCDF, portanto, sua atuação limita-se a interlocução entre os órgãos de controle interno e a referida unidade responsável pela execução orçamentária e financeira dos recursos do referido fundo.			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não se Aplica

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ORGÃO, APRESENTADO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não se Aplica

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Não se Aplica

Brasília, de março de 2.012,

MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA – Titular da Unidade e Ordenador de Despesa do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Assinatura:

Telefone: 61. 3312.5800

PAULO SANTOS DE CARVALHO – Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Assinatura:

Telefone: 61. 3312.5812

Responsáveis pela elaboração:

CLÁUDIA AZEVEDO CÔRTEZ – Coordenadora da Despesa Pública e do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Assinatura:

Telefone: 61. 3312.5805

CLEIDE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA – Gerência de Controle e Acompanhamento do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Assinatura:

Telefone: 61. 3312.5836

Responsável pela elaboração: Gerência de Acompanhamento e Controle do FCDF/Sutes-SEF

**ANEXO II – DECLARAÇÃO
QUANTO À REGULARIDADE DOS
SERVIDORES EM RELAÇÃO À
ENTREGA E AO TRATAMENTO
DAS DECLARAÇÕES DE BENS E
RENDAS**

ANEXO II



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para compor o processo de Prestação de Contas Anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal, o item 8, da Parte A, do Anexo II da Decisão Normativa/TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, que os servidores abaixo relacionados estão em dia com as exigências legais de prestar Declaração de Bens e de Rendas de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, perante a esta unidade de pessoal.

Servidor	CPF
VALDIR MOYSES SIMÃO	021.728.738 -70
MARCELO P. DE SIQUEIRA	125.350.606 - 04
PAULO SANTOS DE CARVALHO	244.666.971 - 91

Brasília, de março de 2012.

EDVALDO MENDES CHAGAS
Diretoria de Gestão de Pessoas/UAG/SEF
Diretor

**ANEXO III – MANIFESTAÇÃO DO
CONTROLE INTERNO DO PODER
EXECUTIVO DO DISTRITO
FEDERAL QUANTO À EXECUÇÃO
FÍSICA, FINANCEIRA,
ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL
DO FCDF – EXERCÍCIO 2011**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral



RELATÓRIO Nº 01/2012–DIFIS/CONEP/CONT/STC

**MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL QUANTO À EXECUÇÃO
FÍSICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO
DISTRITO FEDERAL – FCDF
EXERCÍCIO 2011**

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	3
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	4
III – RESULTADO DOS EXAMES	6
III.1 – Síntese da Execução Orçamentária e Financeira do FCDF	6
III.2 – Despesa Empenhada por Modalidade de Licitação	8
III.3 – Despesa Liquidada por Categoria de Gasto.....	8
IV – ANÁLISE DA GESTÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS	9
IV.1 – Polícia Militar do Distrito Federal e Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal.....	9
IV.2 – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e Assistência Médica – CBMDF	16
IV.3 – Polícia Civil do Distrito Federal.....	24
IV.4 – Secretaria de Estado de Saúde.....	30
IV.5 – Secretaria de Estado de Educação	34
V – ASPECTOS PREJUDICIAIS À AVALIAÇÃO DAS UNIDADES MANTIDAS COM RECURSOS DISTRITAIS E DO FCDF39	
VI – CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE O TCU E O TCDF PARA A FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FCDF. 40	
VII – CONCLUSÃO.....	41

**MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL QUANTO À EXECUÇÃO
FÍSICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO
DISTRITO FEDERAL – FCDF
EXERCÍCIO 2011**

INTERESSADO : Fundo Constitucional do Distrito Federal
UNIDADES : Polícia Militar do Distrito Federal
JURISDICIONADAS Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal – PMDF
AGREGADAS Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Assistência Médica – CBMDF
Polícia Civil do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
OBJETO : Exame da prestação de contas anual do Fundo Constitucional do DF
EXERCÍCIO : 2011

Senhora Controladora-Adjunta,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 2, de 05/01/2012 – CONT/STC, apresenta-se o relatório contendo a manifestação da Controladoria-Geral do Distrito Federal quanto à execução física, financeira, orçamentária e patrimonial do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, ano base 2011.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 16/01/2012 a 02/03/2012, por meio do exame da documentação fornecida pelas Unidades Jurisdicionadas Agregadas ao FCDF, de consultas ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SAIFI e da documentação extraída do Portal do Senado Federal (www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Execucao:EDFS).

I – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído pela Lei Federal nº 10.633/2002, que dispõe em seu artigo 1º:

Art. 1º – Fica instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, de natureza contábil, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

Os recursos do mencionado Fundo são geridos no âmbito da União por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, administrado pelo Ministério da Fazenda. Assim, as Unidades Jurisdicionadas Agregadas, embora pertençam à

estrutura administrativa distrital, executam parte das despesas com recursos do FCDF no Orçamento da União, por meio das Unidades Gestoras – UGs identificadas a seguir:

TABELA 1 – UGs CADASTRADAS NO SIAFI

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
170393	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
170485	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE PESSOAL/PMDF
170394	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
170495	ASSISTÊNCIA MÉDICA/CBMDF
170395	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
170397	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
170399	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

FONTE: SIAFI

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A organização e a apresentação da prestação de contas anual da gestão dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal são disciplinadas pela Instrução Normativa nº 63, de 01/09/2010, do Tribunal de Contas da União – TCU, que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, cujos artigos 12 e 13 seguem transcritos a seguir:

Art. 12. Os relatórios de gestão referidos no caput do art. 3º devem contemplar todos os recursos orçamentários e extra-orçamentários utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pelas unidades jurisdicionadas, ou pelas quais elas respondam, incluídos os oriundos de fundos de natureza contábil recebidos de entes da administração pública federal ou descentralizados para execução indireta.

Art. 13. Os autos iniciais dos processos de contas serão constituídos das peças a seguir:

I- rol de responsáveis [...];

II- relatório de gestão dos responsáveis [...];

III- relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos, observados os formatos e os conteúdos definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º deste normativo; (grifo nosso)

IV- relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno, conforme formato e conteúdo definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º deste normativo;

V- certificado de auditoria, emitido pelo órgão de controle interno competente;

VI- parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente; e [...]

Considerando o disposto nos incisos II a VI do art. 13, retro mencionado, o presente relatório tem por objetivo atender ao disposto no inciso III, uma vez que compete à esta Controladoria-Geral o pronunciamento sobre a gestão dos responsáveis pelas unidades gestoras que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal, nos termos do Decreto Distrital nº 24.582/2004.

Estando assim exposta a fundamentação legal para a apresentação do presente relatório, convém ressaltar que, além da mencionada instrução, também normatizam a prestação de contas do exercício de 2011, conforme consulta ao sítio eletrônico da Controladoria Geral da União – CGU, as seguintes:

- Orientações para atualização do Plano de Providências Permanente (PPP);
- Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010, que aprova Norma de Execução destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal, sobre o acompanhamento do Plano de Providências Permanente, a elaboração do Relatório de Gestão, os procedimentos da auditoria anual de contas realizada pelo órgão de controle interno e a organização e formalização das peças que constituirão os processos de contas da administração pública federal a serem apresentadas ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista na Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010 ou norma que a substitua;
- Decisão Normativa TCU nº 108, de 24/11/2010, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2011, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010;
- Decisão Normativa TCU nº 117, de 19/10/2011, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2011 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos artigos 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º/09/2010; e
- Portaria TCU nº 123, de 12/05/2011, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011.

Dessa forma, a Decisão Normativa – TCU nº 108, de 24/11/2010, dispõe das seguintes informações, inclusive quanto à data limite para a apresentação do relatório de gestão do FCDF, em seu Anexo I:

TABELA 2 – UNIDADES JURISDICIONADAS QUE APRESENTARÃO RELATÓRIO DE GESTÃO

UNIDADES JURISDICIONADAS	CLASSIFICAÇÃO (IN TCU Nº 63/2010, ART. 5º)	DATA LIMITE
MINISTÉRIO DA FAZENDA / ADMINISTRAÇÃO INDIRETA / FUNDOS FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL (FCDF), CONSOLIDANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DO DF, E AGREGANDO A GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF), DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF), DO FUNDO DE SAÚDE DA PMDF, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CBMDF) E DO FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF.	CONSOLIDADO E AGREGADO	31/03/2012

FONTE: DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108/2010 - ANEXO I

Convém ressaltar que a referida Decisão Normativa também é composta das Partes A e B em seu anexo II, sendo que a parte A – CONTEÚDO GERAL contempla informações gerais sobre a gestão e a Parte B contém as INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.

Ou seja, a prestação de contas anual do FCDF, a ser apresentada pela gestora do Fundo à Controladoria-Geral da União, até o dia 31/03/2012, deve conter todos os elementos listados na mencionada Decisão normativa.

III – RESULTADO DOS EXAMES

III.1 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FCDF

No ano de 2011, por meio da Lei Federal nº 12.381, de 09/02/2011, foi destinado à Unidade Orçamentária 73.901 – FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL dotação inicial no valor de R\$8,7 bilhões. A execução orçamentária e financeira foi realizada por meio do Programa 0903 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

Dessa forma, a execução orçamentária e financeira para a referida UO, no exercício sob exame, foi executada conforme a síntese por UG demonstrada a seguir:

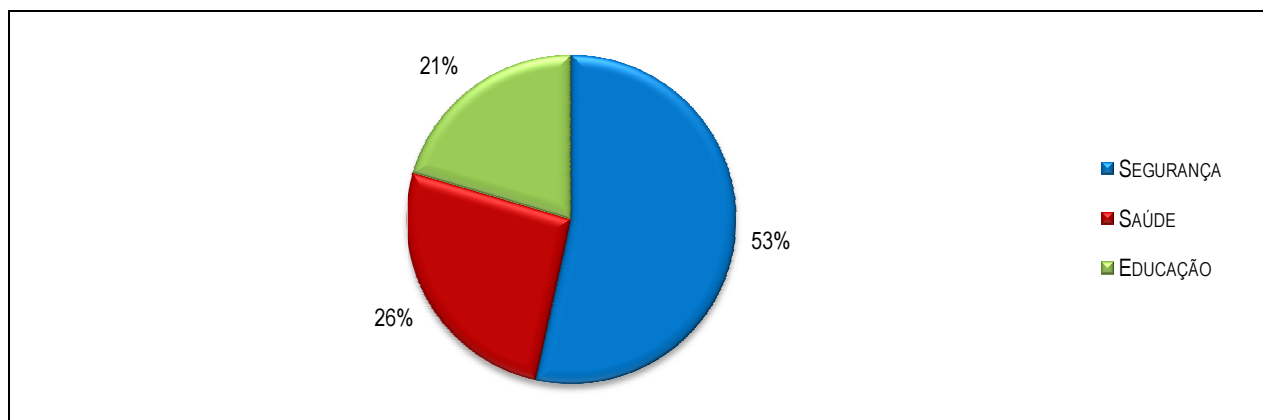
TABELA 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FCDF, POR UG – EXERCÍCIO 2011 R\$1,00

CÓDIGO	UG DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL PAGO
170393	POLÍCIA MILITAR DO DF	1.959.478.662	2.079.025.094	2.079.025.094	2.079.025.094	1.880.931.106
170485	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA PMDF	137.810.700	93.410.700	91.050.675	91.050.675	28.346.871
170394	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF	971.389.757	964.287.757	964.245.086	964.245.086	793.361.676
170495	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA CBMDF	53.575.200	49.575.200	49.575.000	49.575.000	29.049.716
170395	POLÍCIA CIVIL DO DF	1.569.751.608	1.488.707.176	1.488.707.176	1.488.707.176	1.361.522.591
170397	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO DF	2.286.477.041	2.286.477.041	2.286.477.040	2.286.477.040	2.286.477.040
170399	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO DO DF	1.769.788.789	1.786.788.789	1.786.788.028	1.786.788.028	1.786.665.030
TOTAL		8.748.271.757	8.748.271.757	8.745.868.100	8.745.868.100	8.166.354.030

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO.

Observa-se que, das despesas autorizadas para o Fundo Constitucional do DF no ano de 2011, a Segurança Pública foi responsável pela execução de 53% dos recursos, e as ações da Saúde e da Educação responsáveis por 26 e 21% respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

FIGURA 1 – DESPESAS EMPENHADAS POR ÁREA



FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO

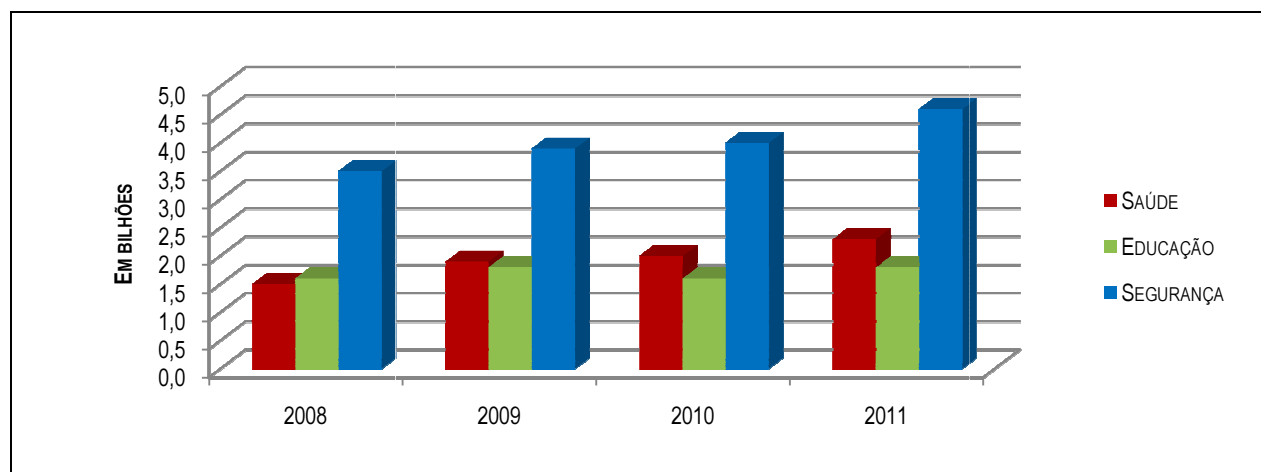
Quanto a essa distribuição, nos últimos quatro anos, as áreas da Segurança Pública e da Saúde vêm aumentando progressivamente a sua participação nas despesas autorizadas para o Fundo Constitucional do DF, conforme dados comparativos a seguir:

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS DE SEGURANÇA, SAÚDE E EDUCAÇÃO NO FCDF EM BILHÕES

ÁREAS	2008	2009	2010	2011
SEGURANÇA	3,5	3,9	4,0	4,6
SAÚDE	1,5	1,9	2,0	2,3
EDUCAÇÃO	1,6	1,8	1,6	1,8
TOTAL	6,6	7,6	7,6	8,7

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO (CONSOLIDADO)

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS AUTORIZADAS POR ÁREA



FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO

III.2 – DESPESA EMPENHADA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A Tabela 5, a seguir, discrimina as despesas empenhadas no ano de 2011 com recursos do FCDF, por modalidade de licitação.

TABELA 5 – DETALHAMENTO POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO – UO 25915 – EXERCÍCIO 2011 **R\$1,00**

CONTA CONTÁBIL	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL
199410202	CONVITE	83.391,91	0,00
199410203	TOMADA DE PREÇOS	4.688.062,94	0,05
199410204	CONCORRÊNCIA	42.959.236,27	0,49
199410206	DISPENSA DE LICITAÇÃO	27.398.717,81	0,31
199410207	LICITAÇÃO INEXIGÍVEL	128.067.664,08	1,46
199410208	NÃO APLICÁVEL	8.321.857.817,44	95,15
199410209	SUPRIMENTO DE FUNDOS	444.603,22	0,01
199410212	PREGÃO	220.368.606,29	2,52
TOTAL		8.745.868.099,96	100,00

FONTE: SIAFI – GRUPO DE CONTA CONTÁBIL 192410200 – EMPENHOS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Constata-se que 95% das despesas à conta do FCDF foram realizadas na modalidade de licitação Não Aplicável, destinadas ao custeio de Pessoal e Encargos Sociais. Destacam-se, quanto aos gastos desse grupo de despesa, as Unidades Jurisdicionadas Secretaria de Estado de Saúde, Polícia Militar do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Educação, que alcançaram, respectivamente, 27%, 24% e 21% do montante.

III.3 – DESPESA LIQUIDADA POR CATEGORIA DE GASTO

A Tabela 6 a seguir discrimina as despesas liquidadas no ano de 2011 com recursos do FCDF, por categoria de gasto.

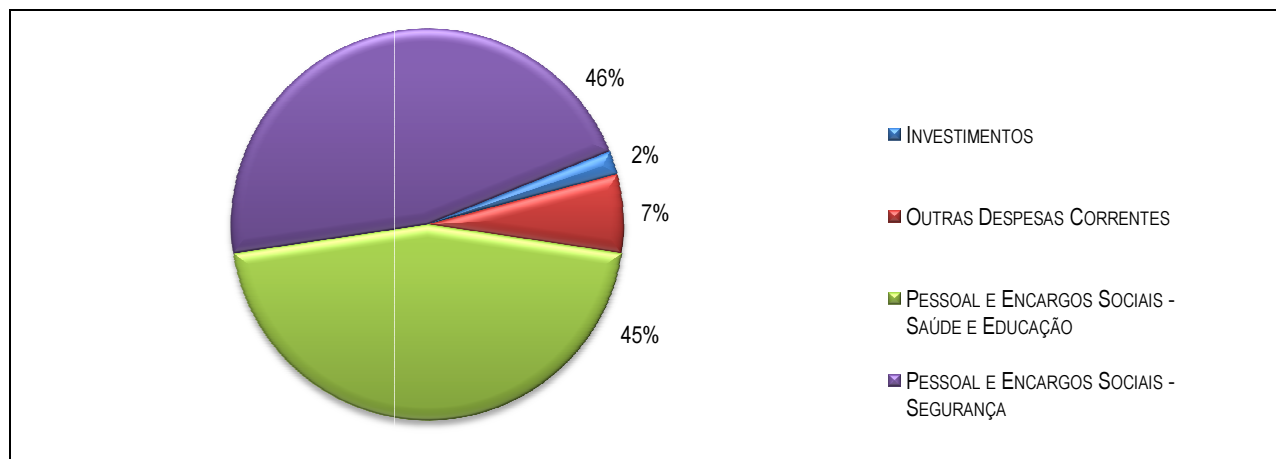
TABELA 6 – DETALHAMENTO POR CATEGORIA DE GASTO – EXERCÍCIO 2011 **R\$1,00**

ÁREA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL (A)
SEGURANÇA PÚBLICA	4.044.175.098	469.586.361	158.841.573	4.672.603.032
SAÚDE	2.286.477.041	0	0	2.286.477.041
EDUCAÇÃO	1.673.653.847	113.134.181	0	1.786.788.028
TOTAL	8.004.305.986	582.720.542	158.841.573	8.745.868.101
PERCENTUAL SOBRE (A)	91,5	6,7	1,8	100

FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO

Consoante a Tabela 6, o montante das despesas com Pessoal e Encargos Sociais correspondem a 91,5% do total das despesas empenhadas e liquidadas no Fundo Constitucional do DF no ano de 2011. Assim, as Outras Despesas Correntes e os Investimentos equivalem, respectivamente, a 6,7% e 1,8% de todos os recursos executados.

FIGURA 3 – EMPENHOS LIQUIDADOS POR CATEGORIA DE GASTO



FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO

A Figura anterior também demonstra que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais da Segurança Pública estão equivalentes com o somatório dessas despesas das áreas de Saúde e Educação. Inclusive, os percentuais de execução do exercício sob análise correspondem aos mesmos percentuais alcançados no ano de 2010.

IV – ANÁLISE DA GESTÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS

IV.1 – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE PESSOAL

IV.1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na tabela a seguir constam as dotações iniciais, autorizadas e executadas pelas Unidades PMDF (UG 170393) e Fundo de Saúde da PMDF (UG 170485), esta última está cadastrada no sistema SIAFI como Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – PMDF E FS-PMDF

R\$1,00

CÓDIGO	AÇÃO / SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL PAGO
UG 170393 – PMDF						
0036	MANUTENÇÃO DA PMDF	1.383.678.860	1.427.807.127	1.427.807.127	1.427.807.127	1.278.775.935
00FH	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	94.546.080	90.218.239	90.218.239	90.218.239	83.143.312
00FL	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	6.739.800	5.773.581	5.773.581	5.773.581	5.254.236
00F1	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA DA PMDF	474.513.922	555.226.147	555.226.147	555.226.147	513.757.623
SUBTOTAL (UG 170393)		1.959.478.662	2.079.025.094	2.079.025.094	2.079.025.094	1.880.931.106
UG 170485 – FUNDO DE SAÚDE DA PMDF						
00FM	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	137.810.700	93.410.700	91.050.675	91.050.675	28.346.871
TOTAL (UGs 170393 e 170485)		2.097.289.362	2.172.435.794	2.170.075.769	2.170.075.769	1.909.277.977

FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO

Conforme a Tabela 7, destaca-se que as despesas empenhadas para custeio da manutenção da PMDF, à conta do FCDF, alcançaram aproximadamente 69% do total dos recursos autorizados para a Unidade, e as despesas com pessoal inativo e pensionista aproximadamente 27%. Já os recursos empenhados para a Ação relativa ao Fundo de Saúde da PMDF foi de 4% sobre o total empenhado nas duas Unidades Gestoras.

De acordo com consultas efetuadas por meio do sistema SIAFI (conta contábil 195310000 – RESTOS A PAGAR POR NE), na UG PMDF foi inscrito em Restos a Pagar não Processados, no exercício sob análise, o montante de R\$33,6 milhões, equivalentes a 2% do total empenhado, e na UG do FS-PMDF foi inscrito R\$61,8 milhões, o que equivale a 68% do total empenhado. Ressalta-se que a percentagem de inscrição de restos a pagar no FS-PMDF é bastante elevada para a execução orçamentária do exercício.

IV.1.2 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADOS

O Decreto Distrital nº 31.793/2010, dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, que, por meio do art. 19, criou o Departamento de Controle e Correição. E, nos termos do seu §1º, art. 77, foi definida a competência da Auditoria, como órgão de direção setorial:

Art. 77. À Auditoria compete assessorar, orientar, fiscalizar, avaliar e acompanhar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, assim como dar o devido tratamento aos processos de auditoria e controle externo no âmbito da Corporação, compreendendo as seguintes seções:

I - Seção Administrativa;

II - Seção de Auditoria Financeira;

III - Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio;

IV - Seção de Tomada de Contas Especial.

Por meio do Ofício nº 2341/SAF, de 09/12/2011, a Corporação informou que no decorrer do ano de 2011 começaram os trabalhos de instalação e composição dos meios para operacionalização desse setorial, e que, concomitantemente foram realizados cursos de capacitação e de especialização do efetivo existente na Auditoria, fato que impossibilitou a elaboração do Plano de Auditoria/2011.

Nesse contexto, a Corporação ainda informou que houve o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos órgãos de controle interno e externo, bem como apresentou o quadro demonstrativo das principais demandas de auditorias, que trata de uma relação contendo números de documentos (ofícios, decisões, solicitações de auditoria, etc.) e as respectivas descrições sucintas do assunto.

No entanto, os documentos apresentados não substituem o Plano Anual de Auditoria. Assim, constata-se que não foram realizadas auditorias internas pela própria Unidade Jurisdicionada.

Verifica-se, outrossim, que foram implementados os Planos de Providência Permanente, tendo por objetivo acompanhar e controlar as ações adotadas para o cumprimento das recomendações feitas pela Controladoria-Geral da União.

IV.1.3 – RESULTADOS DAS ANÁLISES

Objetivando subsidiar a presente manifestação, foram feitas verificações em pontos de controle relativos à execução de Restos a Pagar não Processados, de controle contábil de contratos e dos registros patrimoniais, por meio de amostragem aleatória. Os exames realizados detectaram as seguintes impropriedades ou inconsistências:

A) INCONSISTÊNCIAS NOS CONTROLES PATRIMONIAIS

Identificou-se a permanência de registros nas contas contábeis do Ativo Permanente (Bens Móveis e Imóveis), bem como divergências entre a totalização dos valores incorporados, consoante os Demonstrativos Anuais emitidos pelo Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT, ao se comparar os valores registrados nas contas do Ativo Permanente dos sistemas SIAFI e SIGGo, conforme Tabela 8 e Tabela 9 a seguir:

TABELA 8 – BENS MÓVEIS – PMDF E FS-PMDF

SUBITEM	DESCRIÇÃO SISGEPAT	SALDO EM 31/12/2011 (R\$)	CONTA CONTÁBIL (SIAFI / SIGGo)	SALDOS EM 31/12/2011 (R\$)		
		SISGEPAT		SIAFI		SIGGo
				UG 170393	UG 170485	
02 A 58	BENS MÓVEIS – GESTÃO FCDF	190.921.797,27	142120400	0	4.339,00	(*)
			142123600	23.928,00	0	(*)
			142128700	16.920,00	0	(*)
			DEMAIS	0	0	(*)
TOTAL GERAL DE TODOS OS BENS MÓVEIS (FCDF + OUTRAS GESTÕES)		275.587.579,75	TOTAL GERAL	40.848,00	4.339,00	275.587.579,75

FONTE: SISGEPAT, SIAFI, SIGGo

Observação: Os saldos do SIAFI não guardam correlação com os controles efetuados pela COPAT/SUCOM/SEF, evidenciando existência de pendências relativas a exercícios anteriores.

(*) Valores não utilizados para a análise

TABELA 9 – BENS IMÓVEIS – PMDF E FS-PMDF

TABELA 10 SUBITEM	TABELA 11 DE DESCRIÇÃO TABELA 12 SIS GEPAT	TABELA 13 S ALDO EM TABELA 14 3 1/12/2011 (R\$)	TABELA 15 CONTA TABELA 16 CONTÁBIL TABELA 17 SIAFI /	TABELA 18 SALDOS EM TABELA 19 31/12/2011 (R\$)	
		TABELA 20 S		TABELA 21 SIAFI	TABELA 22 SIG

		ISGEPAT	SIGGo)	TABELA 23 G 170393	TABELA 24 U G 170485	Go
TABELA 25 -	TABELA 26 B ENS IMÓVEIS A REGULARIZA R	TABELA 27 0	TABELA 28 42119000	TABELA 29	TABELA 30 0	TABELA 31 4.75 0.734,51
TABELA 32 (91) 02	TABELA 33 O BRAS EM ANDAMENTO	TABELA 34 2 9.359.129,64	TABELA 35 42119100	TABELA 36 2.555.473,4 6	TABELA 37 0	TABELA 38 43.6 90.268,21
TABELA 39 -	TABELA 40 I NSTALAÇÕES	TABELA 41 0	TABELA 42 42119200	TABELA 43 01.804,60	TABELA 44 0	TABELA 45 0
TABELA 46 -	TABELA 47 B ENF. EM PROPR. DE TERC.	TABELA 48 0	TABELA 49 42119300	TABELA 50 56.192,93	TABELA 51 0	TABELA 52 0
TABELA 53 0 2 PRÉDIO	TABELA 54 B ENS IMÓVEIS INCORPORAD OS	TABELA 55 3 .009.043,75	TABELA 56 EMAIS	TABELA 57	TABELA 58 0	TABELA 59 43.3 37.520,51
TABELA 60 TOTAL DE BENS IMÓVEIS		TABELA 61 3 2.368.173,39	TABELA 62 OTAL GERAL	TABELA 63 3.213.470,9 9	TABELA 64 0	TABELA 65 91.7 78.523,23

FONTE: SISGEPAT, SIAFI, SIGGO

Observação: Os saldos do SIAFI não guardam correlação com os controles efetuados pela COPAT/SUCOM/SEF, evidenciando existência de pendências relativas a exercícios anteriores.

Os esclarecimentos da Unidade para os fatos apontados foram feitos por meio do Ofício nº 53/2012-Seção ADM, de 01/03/2012, conforme transcrição a seguir:

[...]

Do que foi possível levantar, verificou-se que na conta 142123600 o saldo se deve a um **erro na confecção da Nota de Lançamento ainda no ano de 2006**, cujo código de evento foi inadequado. Já foram iniciados os trabalhos para regularizar a situação.

No que se refere à conta contábil 142128700 **o saldo persiste por ainda não ter sido dado a baixa**. De forma idêntica ao item anterior as providências para a regularização foram iniciadas.

Quanto às demais contas, referem-se às obras e reformas contratadas pela Corporação. A regularização desta conta contábil depende de informação de outro Órgão, o qual já foi demandado. (grifos nosso)

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Constata-se, além da existência de erros ou intempestividade de lançamento, conforme esclarecimentos apresentados pela Unidade, que os valores de Bens Móveis e Imóveis com saldo no sistema SIAFI em 31/12/2011 (contas contábeis 142123600 e 142128700, na UG 170393) possivelmente encontram-se em duplicidade, uma vez que os mesmos são anteriores ao exercício de 2011 e já devem constar no sistema SIGGo.

No que se refere à conta 142120400 – Aparelhos de Medição e Orientação, cujo saldo é de R\$4.339,00, trata-se de aquisição de equipamentos de aparelho de fax e projetor digital, de feita por meio da 2011NS000547, de 09/11/2011, que deveria já ter sido regularizada junto ao SISGEPAT, até o encerramento do exercício sob análise. Verificou-se, inclusive, que a

mesma foi classificada na conta de despesa nº 344905206 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, evidenciando divergências na classificação contábil.

E, ainda, observa-se que não foi feita a incorporação de todos os bens imóveis no SISGEPAT, considerando as divergências constatadas entre os registros contábeis e os saldos dos Demonstrativos Anuais desse sistema.

B) UTILIZAÇÃO DE SALDO DE RESTOS A PAGAR EM DESACORDO COM AS NORMAS DE EXECUÇÃO

Observou-se, na UG 170393, que despesas com telefonia móvel pessoal e 3G, contratadas com a empresa VIVO S.A. – CNPJ: 02.449.992/0155-10, relativas ao período de janeiro a março de 2011, foram custeadas indevidamente com saldo de restos a pagar não processados do exercício de 2010, contrariando o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, conforme exemplificado a seguir:

TABELA 66 – UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE SALDO DE RESTOS A PAGAR – PMDF

PROCESSOS (ORIGINAL E DE PAGAMENTOS)	NOTAS DE EMPENHO UTILIZADAS	VALORES PAGOS EM 2011, COM SALDO DE RPNP			COMPETÊNCIA DA DESPESA INDICADA NA NS	OBJETO (DESCRIÇÃO NAS NS)
		VALOR (R\$)	DOC. DE LANÇAMENTO	DATA DO LANÇAMENTO		
054-0381/10 054-0573/10	000352/2010	27.309,56	NS 418/11	07/02/2011	JAN/2011	TELEFONIA MÓVEL PESSOAL
		27.729,78	NS 884/11	03/03/2011	FEV/2011	
		25.114,58	NS 1704/11	11/04/2011	MAR/2011	
054-0381/10 054-0573/10	000353/2010	2.308,12	NS 418/11	07/02/2011	JAN/2011	TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (3 G)
		2.270,07	NS 886/11	03/03/2011	FEV/2011	
		1.809,15	NS 1705/11	11/04/2011	MAR/2011	
		2.222,69	NS 2054/11	11/05/2011	ABR/2011	

FONTE: PESQUISAS NO SISTEMA SIAFI, EM 15/02/2012

Em resposta a questionamento da Controladoria-Geral do DF, a Unidade informou por meio do Ofício nº 554/SAPP/DCC/PMDF, de 01/03/2012, e documentos anexos, que:

[...] se tratam de notas de empenho estimativas que foram reforçadas tão logo abertas a fim de possibilitar a realização das despesas assumidas nos contratos nº 10/2010 e 70/2009, firmados entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a sociedade empresária Vivo S.A. ao longo do exercício financeiro e **até o término da vigência do contrato avençado**; [...] (grifo nosso)

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Constata-se que a utilização de saldo de restos a pagar para a apropriação de despesas do exercício seguinte, até o término da vigência do contrato, contraria o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, bem como o art. 67 do Decreto nº 93.872/1986.

C) INSCRIÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM RESTOS A PAGAR

Observou-se, na UG 170485, a inscrição indevida de saldo de empenho em restos a pagar, conforme exemplificado a seguir:

TABELA 67 – INSCRIÇÃO INDEVIDA DE RESTOS A PAGAR – FS-PMDF

CREDOR	NOTAS DE EMPENHO					INSCRIÇÃO - RPNP
	NÚMERO	DATA	ND	FINALIDADE	VALOR (R\$)	
ROVER – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	NE 255	06/07/2011	339092	ATENDER DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38.230,73	R\$ 38.230,73, CONFORME NS 730, DE 31/12/2011 (*)
	NE 434	12/09/2011	339092	[...] DODF Nº 126 DE 01/07/2011.	38.230,73	R\$ 4.205,38, CONFORME NS 764, DE 31/12/2011 (**)

FONTE: SIAFI

Observações:

(*) Presume-se indevida a inscrição do valor de **R\$38.230,73** em Restos a Pagar não Processados, caso a Nota de Empenho tenha sido emitida em duplicidade;

(**) Presume-se indevida a inscrição do valor de **R\$4.205,38** em Restos a Pagar não processados, uma vez que a NS nº 000391, de 14/09/2011, apropria a despesa de Reconhecimento de dívida no valor de R\$34.025,35, e informa que a retenção de impostos no valor de R\$4.205,78 já havia sido feita por meio do proc. de pagamento. 054-000.396/08.

A Unidade apresentou os esclarecimentos por meio do Ofício nº 553/SAPP/DCC/PMDF, de 01/12/2012, informando que:

[...] referente à 2011NE000255, **houve erro de digitação do CNPJ** da empresa contratada, sendo a 2011NE000255 referente à empresa ROVER e a 2011NS000730 referente à Clínica Recanto de Orientação Psicossocial, CNPJ 01.431.250/0001-49. Portanto, conforme análise, constatou-se que a 2011NS000730 refere-se à 2011NE000609 no valor de R\$5.226,57, que foi liquidado e pago através da 2011OB800723 no valor de 4.816,29, havendo as devidas retenções tributárias no valor de R\$410,28.

[...] referente à 2011NE000434, ocorreu inscrição indevida do citado valor, tendo em vista que conforme a 2011NS000391 o pagamento da retenção do imposto foi efetivado no processo de pagamento nº 054.000.396/2008 no valor de R\$4.205,38. Portanto, **informo que o valor inscrito indevidamente** – em Restos a Pagar – será anulado. (grifos nossos)

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Diante das informações apresentadas, procedeu-se à nova consulta ao SIAFI e constatou-se que a 2011NE000255 foi inscrita em Restos a Pagar por meio da NS 760/2011, tendo apenas sido informado equivocadamente na Tabela 67 com o número NS730/2011, permanecendo, portanto, a inconsistência relatada. Considerando, portanto, que os esclarecimentos apresentados não mitigaram as constatações apresentadas, conclui-se que houve ocorrência de falhas na inscrição de despesas em restos a pagar, no exercício sob análise.

D) INCONSISTÊNCIA NO CONTROLE CONTÁBIL DE CONTRATOS

Foi observado, na UG 170393, que os registros contábeis relativos aos contratos firmados com a empresa Vivo S.A, dentre outros, foram efetuados em valores fracionados na conta contábil 199720200 – Contratos de Serviços, ao longo do exercício, sem obediência aos valores constantes dos termos de contrato ou termos aditivos.

Por meio do Ofício nº 554/SAPP/DCC/PMDF, a Corporação informou:

[...] Esclareço que para evitar a duplicidade de lançamentos e conflito de informações no que tange ao registro de contratos nos sistemas SIAFI e SIGGo, **os valores são lançados** na conta supra, **a medida da emissão das faturas pela contratada**, quando da etapa de liquidação para viabilizar o pagamento; (grifo nosso)

Também foi constatado que o mesmo procedimento é adotado na UG 170485, conforme verificado, a título exemplificativo, na conta contábil nº 199720200 – Contratos de Serviços, conforme credores: 01371628000166 – JA – Assistência Técnica em Equipamentos e 049444460000129 – Rover – Administração de Serviços Ltda. Para esse questionamento, foi encaminhada resposta por meio do Ofício nº 553/SAPP/DCC/PMDF:

[...] por se tratar de serviços continuados, a UG adota o procedimento de **confeccionar uma NL para cada nota fiscal liquidada quando da efetivação do pagamento**, vindo a gerar a Ordem Bancária na conta contábil de contratos e serviços. (grifo nosso)

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Constata-se que as contas contábeis destinadas ao controle dos contratos não estão sendo utilizadas adequadamente, uma vez que os lançamentos estão sendo feitos fracionadamente, por ocasião da emissão das faturas pela contratada, razão pela qual não espelham com fidedignidade e exatidão a situação dos saldos dos contratos.

E) AUSÊNCIA DE METAS FÍSICAS E/OU INDICADORES INSTITUCIONAIS

Em resposta a questionamento sobre as metas físicas previstas e realizadas ou indicadores institucionais, consoante o que dispõe a Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 c/c Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, foram apresentadas informações parciais, por meio dos Ofícios nºs 10 e 11/2012, da Seção de Orçamento, os quais acompanham o Ofício nº 554/SAPP/DCC/PMDF. Entretanto, nos casos em que houve informações sobre as metas físicas, as mesmas se referem apenas aos quantitativos alcançados (realizados), conforme a seguir:

TABELA 68 – METAS FÍSICAS REALIZADAS – PMDF E FS-PMDF

AÇÃO /SUBTÍTULO		TOTAL EMPENHADO (R\$)	META S FÍSICA S	OBSERVAÇÕES
CÓDIG O	DESCRIÇÃO			
UG 170393 – PMDF				
036	Manutenção da PMDF	.427.807.127	-	INFORMAÇÃO DE QUE 100% DOS CRÉDITOS FORAM EXECUTADOS
	Auxílio-Alimentação		15.348	SERVIDORES ATIVOS BENEFICIADOS

0FH		0.218.239		
0FL	Assistência Pré-Escolar	.773.581	5.934	DEPENDENTES BENEFICIADOS
0F1	Pessoal inativo e pensionista da PMDF	55.226.147	8.324	BENEFICIADOS
Subtotal (UG 170393)		.079.025.094		
0FM	Assistência Médica e Odontológica	1.050.675	-	OF. Nº 11/2012- SEÇÃO DE ORÇAMENTO: A INFORMAÇÃO NÃO ATENDEU À SOLICITAÇÃO
Total (UG s 170393 e 170485)		.170.075.769		

FONTE: OFÍCIOS Nº 10 E 11/2012-SEÇÃO DE ORÇAMENTO/PMDF

Quanto aos indicadores institucionais, a Unidade contemplou, no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2011, a seguinte informação:

[...]

2.3 Indicadores de Desempenho

Devido ao processo de reestruturação interna em andamento no ano de 2011, foi necessário realizar testes para implementação dos indicadores de desempenho para a Corporação. Vale ressaltar que esses indicadores não eram oficiais e apenas serviram como uma base para experimento. Em 2012 os indicadores padrões que a PMDF utilizará serão os delineados para o Plano Plurianual 2012/15 (PPA 2012/15). O estudo para a definição dos indicadores de desempenho, adequados à gestão da nova estrutura da Instituição, está em andamento no Estado-Maior da Corporação.

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Constata-se que a Corporação ainda não conseguiu implementar, no exercício sob análise, as orientações contidas na Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 c/c Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, quanto à fixação e atingimento de metas físicas e à adoção de indicadores institucionais.

IV.2 – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E ASSISTÊNCIA MÉDICA – CBMDF

IV.2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na Tabela 69 a seguir constam as dotações iniciais, autorizadas e executadas pelas Unidades CBMDF (UG 170394) e Fundo de Saúde do CBMDF (UG 170495), esta última está cadastrada no sistema SIAFI como CBMDF – Assistência Médica.

TABELA 69 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – CBMDF E FS-CBMDF

R\$1,00

AÇÃO / SUBTÍTULO		DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL PAGO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					

UG 170394 – CBMDF						
0032	MANUTENÇÃO DA CBMDF	658.552.188	634.852.188	634.852.183	634.852.183	488.231.225
00FE	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	32.594.400	31.579.842	31.567.002	31.567.002	29.148.387
00FF	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	2.647.080	2.259.638	2.229.813	2.229.813	2.054.419
00F2	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA DACBMDF	277.596.089	295.596.089	295.596.089	295.596.089	273.927.645
SUBTOTAL (UG 170394)		1.959.478.662	971.389.757	964.287.757	964.245.086	964.245.086
UG 170495 – FUNDO DE SAÚDE – CBMDF						
00FI	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	53.575.200	49.575.200	49.575.000	49.575.000	29.049.716
TOTAL (UGs 170394 E 170495)		1.024.964.957	1.013.862.957	1.013.820.086	1.013.820.086	822.411.392

FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO

Conforme a tabela supra, destaca-se que as despesas empenhadas para custeio da manutenção do CBMDF, à conta do FCDF, alcançaram aproximadamente 66% do total dos recursos autorizados para a Unidade, e as despesas com pessoal inativo e pensionista aproximadamente 31%. Já os recursos empenhados para a Ação relativa à Assistência Médica e Odontológica do CBMDF foi de 5% sobre o total empenhado nas duas Unidades Gestoras.

De acordo com consultas efetuadas por meio do sistema SIAFI (conta contábil 195310000 – RESTOS A PAGAR POR NE), na UG CBMDF foi inscrito em Restos a Pagar não Processados, no exercício sob análise, o montante de R\$91,7 milhões, equivalentes a 10% do total empenhado, e na UG do FS-CBMDF foi inscrito R\$20,5 milhões, o que equivale a 41% do total empenhado. Neste último, considera-se essa percentagem bastante elevada para a execução orçamentária do exercício.

IV.2.2 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADOS

A Lei Federal nº 7.163/2010 dispõe sobre a atividade de auditoria interna na organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, consoante o art. 14, conforme transcrição parcial a seguir:

Art. 14. À Auditoria, órgão de controle responsável pela supervisão, fiscalização, análise e avaliação da administração orçamentária e financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e operacional da Corporação, compete:

[...]

II - apresentar ao Comandante-Geral, por meio do Controlador, plano anual de auditoria elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Controladoria;

Entretanto, por meio do Ofício nº 091/2011/AUDIT/CTROL – CBMDF, de 05/12/2011, a Corporação informou:

[...]

- Item II – o planejamento para Auditoria até 2011 tratava de previsão nos anos anteriores de vários procedimentos que se coadunam com o labor de auditoria e que continuam sendo efetivados dentro dos ditames hodiernos com empenho e considerável eficácia. Em que pese a legislação pertinente, cumprimos o estabelecido nos seguintes regramentos: Art. 70. do Dec. nº 16.106/94; Art. 4º do Dec. Nº 28444/07; Arts. 140 a 143, da Resolução 038/TCDF e Decisões TCDF nºs 5002/2005 – 5769/2005 e 6962/2005, **ainda que não tenham sido descritos num planejamento específico.** (grifo nosso)

Nesse mesmo expediente, a Corporação relacionou alguns procedimentos adotados pela Auditoria do CBMDF, elencando as principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício. No entanto, as informações apresentadas não correspondem ao Plano Anual de Auditoria a que se refere o inc. II, art. 14 da Lei Federal nº 7.163/2010. Assim, constata-se que não foram realizadas auditorias internas pela própria Unidade Jurisdicionada.

Verifica-se, outrossim, que foram implementados os Planos de Providência Permanente, tendo por objetivo acompanhar e controlar as ações adotadas para o cumprimento das recomendações feitas pela Controladoria-Geral da União.

IV.2.3 – RESULTADOS DAS ANÁLISES

Objetivando subsidiar a presente manifestação, foram feitas verificações em pontos de controle relativos à execução de Restos a Pagar não Processados, de Controle contábil de Contratos e dos registros patrimoniais, por meio de amostragem aleatória. Os exames realizados detectaram as seguintes impropriedades ou inconsistências:

A) INCONSISTÊNCIAS NOS REGISTROS PATRIMONIAIS

Identificou-se a permanência de registros nas contas contábeis do Ativo Permanente (Bens Móveis e Imóveis), bem como divergências entre a totalização dos valores incorporados, consoante os Demonstrativos Anuais emitidos pelo Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT, ao se comparar os valores registrados nas contas do Ativo Permanente dos sistemas SIAFI e SIGGo, conforme a seguir.

TABELA 70 – BENS MÓVEIS – CBMDF E FS-CBMDF

SUBITEM	DESCRIÇÃO SISGEPAT	SALDO EM 31/12/2011 (R\$)	CONTA CONTÁBIL (SIAFI/ SIGGo)	SALDOS EM 31/12/2011 (R\$)		
		SISGEPAT		SIAFI		SIGGo
				UG 170393	UG 170485	
02 A 60	BENS MÓVEIS – GESTÃO FCDF	90.382.080,48	142120200	6.161.184,00	0	(*)
			142122400	37.665,00	0	(*)
			144100000	15.036,42	0	(*)
			DEMAIS	0	0	(*)
TOTAL GERAL DE TODOS OS BENS MÓVEIS (FCDF + OUTRAS GESTÕES)		191.541.954,44	TOTAL GERAL	6.213.885,42	0	191.541.954,44

FONTE: SISGEPAT, SIAFI, SIGGo

Observação: Os saldos do SISGEPAT apresentam divergências em relação aos registros contábeis SIAFI/SIGGo.

(*) Valores não utilizados para a análise

TABELA 71 – BENS IMÓVEIS – CBMDF E FS-CBMDF

SUBITEM	DESCRIÇÃO SISGEPAT	SALDO EM 31/12/2011 (R\$)	CONTA CONTÁBIL (SIAFI/ SIGGo)	SALDOS EM 31/12/2011 (R\$)		
		SISGEPAT		SIAFI		SIGGo
				UG 170393	UG 170485	

	ESTUDOS E PROJETOS	0	142118000	255.853,91	0	0
-	BENS IMÓVEIS A REGULARIZAR	14.000,00	142119000	0	0	1.290.842,44
(91) 02	OBRAS EM ANDAMENTO	364.984,61	142119100	0	0	4.898.738,40
-	INSTALAÇÕES	0	142119200	0	14.502,50	0
-	BENF. EM PROPR. DE TERC.	0	142119300	0	0	0
02 PRÉDIO	BENS IMÓVEIS INCORPORADOS	384.897,70	DEMAIS	0	0	30.851.790,02
TOTAL DE BENS IMÓVEIS		763.882,32	TOTAL GERAL	255.853,91	14.502,50	37.041.370,86

FONTE: SISGEPAT, SIAFI, SIGGO

Observação: Os saldos do SISGEPAT apresentam divergências em relação aos registros contábeis SIAFI/SIGGo.

A Corporação apresentou esclarecimentos, por meio do Memorando nº 374/2012-DEALF/DIOFI, de 11/03/2012, anexo ao Ofício nº 021/2012-AUDIT/CTROL, de 04/03/2012, informando, no que se refere à conta contábil nº 142120200 - Aeronaves, que não incorporou a aquisição das duas aeronaves no valor de R\$6.161.184,00, porque uma delas foi entregue em novembro de 2011 e a outra está com previsão para entrega em 2012. Informou, ainda, que as demais contas mencionadas foram regularizadas por meio dos seguintes documentos: 2012NL000078 (R\$37.665,00) e 2012NL000083 (R\$15.036,42).

Quanto aos saldos das contas de Bens Imóveis, informou que procedeu à baixa da conta nº 142118000 – Estudos e Projetos, no valor de R\$255.853,91, por meio da 2012NL000059, e quanto à conta 142119200/Instalações, que não foi encontrado nessa conta o saldo de R\$14.502,50, informando que existia um saldo anterior de R\$344.951,86, cuja baixa teria ocorrido por meio da 2011NL000308.

E quanto às divergências de saldo nos sistemas SISGEPAT e SIAFI, a Unidade informou que:

[...] a conciliação dos saldos do SISGEPAT são efetuados no SIGGo [...] e não no SIAFI. Os saldos do SISGEPAT estão em perfeita concordância com o SIGGo conforme Demonstrativos dos Bens Patrimoniais – Bens Móveis e Imóveis e Balancete Contábil [...].

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Observa-se a existência de registros contábeis que constaram indevidamente no Balancete da UG, no SIAFI, acarretando saldos inconsistentes no Ativo Imobilizado, com posição em 31/12/2011, uma vez que as regularizações dos mesmos só foram efetuados em 2012 (NLs 78, 83 e 59/2012). Inclusive, permaneceu incorreto o saldo de R\$14.502,50, na conta 142119200 - Instalações, conforme verificado em nova consulta ao razão da UG 170495 / SIAFI, cujo lançamento foi feito por meio da NS 729/2011, de 05/11/2011.

B) PERMANÊNCIA INDEVIDA DE REGISTROS EM CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE DE CONTRATOS

Observa-se, na UG 170394, a permanência de diversos registros nas contas contábeis de controle de contratos, sem movimentação nos exercícios de 2010 e 2011, conforme apontados, a título exemplificativo, na Tabela 72 a seguir:

TABELA 72 – CONTRATOS SEM MOVIMENTAÇÃO EM 2010 E 2011 – CBMDF

CONTA CONTÁBIL NO SIAFI	DESCRIÇÃO DAS CONTAS	MONTANTE DOS SALDOS SEM MOVIMENTAÇÃO EM 2010 E 2011 (EM R\$)	QTDE DE REGISTROS		% DE REGISTROS SEM MOVIMENTAÇÃO (B / A)
			NA CONTA EM 31/12/2011 (A)	SEM MOVIMENTAÇÃO 2010 E 2011 (B)	
199720100	CONTRATOS DE SEGUROS	1.354.236,25	1	1	100
199720200	CONTRATOS DE SERVIÇOS	6.760.506,04	455	152	33
199720400	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	5.848.373,46	284	197	69
TOTAL		13.963.115,75	740	350	-

FONTE: SIAFI

Por meio do Memorando nº 374/2012-DEALF/DIOFI, anexo ao Ofício nº 021/2012-AUDIT/CTROL, a Corporação informou:

Os contratos não foram baixados em tempo conveniente. A Diretoria de Contratações – DICOA será solicitada, a partir da presente auditoria, que realize controle mensal dos contratos com fins de não permitir a permanência de saldo em contratos baixados. Ademais, foi designada força tarefa para verificação de todos os contratos com a finalidade de baixar os contratos inativos; [...]

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Constata-se que a permanência de registros nas contas contábeis de controle dos contratos, sem movimentação nos exercícios de 2010 e 2011, decorre da falta de conciliação e acompanhamento pela Unidade, razão pela qual os Demonstrativos Contábeis não apresentam, relativamente aos contratos, saldos fidedignos e confiáveis.

C) CONTRATOS PARA O MESMO CREDOR, COM CNPJs OU UGs DIFERENCIADOS

Observa-se a permanência de saldos de contratos para o mesmo credor, com CNPJs ou UGs diferenciados, conforme exemplos relacionados a seguir, extraídos da conta contábil nº 199720200 – Contratos de Serviços. Convém salientar que o fato também ocorre na conta contábil 199720400 – Contratos de Fornecimento de Bens, nas UGs 170394 e 170495:

TABELA 73 – CONTRATOS PARA O MESMO CREDOR, COM CNPJs OU UGs DIFERENTES – CBMDF

CREDOR	CNPJ ou UG	SALDO EM 31/12/2011 (R\$)	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS
GRAND PREMIER VEÍCULOS LTDA.	04.122.142/0001-82	2.614,50	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011

	04.122.142/0002-63	73.469,21	
VIVO S. A.	02.449.992/0001-64	15.523,97	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
	02.449.992/0055-10	1.300,72	
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S. A.	34.274.233/0001-02	13.223,66	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
	34.274.233/0012-10	67.000,00	
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	110408	466.481,34	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
	111408	92.110,22	
	112408	980.812,98	
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0007-07	103.535,63	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
	4150001	88.320,41	
PHILIPS DO BRASIL S. A.	61.086.336/0139-49	30.627,80	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
	61.086.336/0141-63	1.820,90	
BRASIL TELECOM S.A.	76.535.764/0001-43	780.987,52	HOUVE MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
	76.535.764/0326-90	313.316,49	VERIFICAR SALDO INICIAL DA CONTA NO ANO DE 2011
	910917	225.151,28	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
FILIAL TELEBRASÍLIA – BRASIL TELECOM S.A.	910840	28.305,39	
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA	28.176.998/0001-07	69.239,41	SEM MOVIMENTO NA CONTA NO ANO DE 2011
	28.176.998/0004-41	70.000,00	

FONTE: SIAFI

A Unidade informou, no mesmo expediente já mencionado, que:

A permanência de saldos de contratos para o mesmo credor, com CNPJ's ou UGs diferenciados nos exemplos relacionados deu-se pelo fato de tratar-se de contrato e/ou objetos diferentes com matriz e filial. Informo ainda que, com exceção dos credores Petrobrás Distribuidora S.A., Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Brasil Telecom S.A., **não haverá necessidade de utilização do saldo existente e, por esta razão, serão baixados os contratos dos demais credores, nos moldes do item 3.** Aponho ainda que a citada força tarefa do item anterior fará conferência de todos os contratos vigentes para detectar casos semelhantes e instruir a regularização das contas contábeis. (grifo nosso)

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Conforme demonstrado na Tabela 73, permaneceram saldos de diversos contratos para o mesmo credor, com CNPJs diferenciados, dentre os quais muitos não tiveram movimentação no exercício de 2011. Tal fato também decorre da falta de conciliação tempestiva e de acompanhamento pela Unidade, o que acarreta distorções nas peças contábeis, bem como dificulta os trabalhos da Unidade, e, ainda, concorre com maior probabilidade de erros durante a execução orçamentário-financeira.

D) DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL E SEM PRÉVIO EMPENHO

Verificou-se que a Unidade procedeu à publicação de reconhecimento de dívidas relativas aos meses de julho a setembro do exercício de 2011, a favor da empresa Brasil Telecom S.A, no valor de R\$108.165,22, no DODF nº 245, de 23/12/2011, Seção III, p. 41. Entretanto, o ato administrativo consignou o elemento de despesa 339039-08, ratificando que a despesa é de competência do exercício de 2011.

Diante do exposto, foi solicitado à Unidade que apresentasse a motivação para o procedimento adotado. Em resposta, foram apresentados os seguintes esclarecimentos:

O reconhecimento de dívida foi publicado no DODF nº 245, de 23/12/2011, refere-se as diferenças de valores detectados **após o encerramento do contrato**, não tendo saldo no **empenho estimativo** e cobertura contratual para cobrir estas despesas efetuadas e atestadas; no entanto não foi efetivado o pagamento naquele ano, sendo publicado no DODF nº 16/2012, novo ato retificando o Despacho anterior e pago neste exercício como despesa de Exercício Anterior, [...] (1º grifo nosso)

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Verifica-se que o procedimento adotado pela Unidade tem por base o disposto no parágrafo único, art. 88 do Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, que dispõe sobre o reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, a serem apropriadas no elemento de despesa “92”. Entretanto, o fato apresentado pela Unidade refere-se a reconhecimento de despesa **sem cobertura contratual e sem saldo de empenho**, que constitui realização de despesas à revelia da Lei nº 8.666/1993, bem como incorre no descumprimento de outros dispositivos legais, tais como o art. 60 da Lei nº 4.320/1964 e o art. 50, inc. II e III da LRF.

E) METAS FÍSICAS E/OU INDICADORES INSTITUCIONAIS

Em resposta a questionamento sobre as metas físicas previstas e realizadas ou indicadores institucionais, consoante o que dispõe a Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 c/c Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, a Unidade apresentou as seguintes informações:

As ações sob a responsabilidade do CBMDF por se tratarem de Operações Especiais, por definição orçamentária, não possuem metas, todavia demonstramos no quadro a seguir a execução das ações:

Tabela 13 – Metas Físicas realizadas

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	TIPO DA AÇÃO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA	META REALIZADA
28	845	0903	0032	OP	4	-	100%	100%
28	845	0903	00F2	OP	4	3.541	100%	100%
28	845	0903	00FE	OP	4	5.674	100%	100%
28	845	0903	00FF	OP	4	23.340	100%	100%
28	845	0903	00FI	OP	4	-	100%	100%

A Corporação, objetivando aferir o desempenho organizacional e após análise de seus processos definiu por meio da Portaria nº 88, de 25 de novembro de 2011, os seus indicadores institucionais.

A aferição do desempenho por meio de indicadores e principalmente a sua utilização efetiva para o processo decisório é **ainda um processo em desenvolvimento na Instituição**.

O primeiro passo foi dado com a edição da portaria em tela, entretanto **alguns indicadores propostos ainda são objeto de análise e questionamentos**, podendo ao longo de 2012 serem alterados, excluídos ou substituídos por outros mais adequados à realidade institucional. (grifos nosso)

Dessa forma, quanto aos indicadores institucionais a Unidade apresentou a relação daqueles que já foram desenvolvidos, com suas respectivas fórmulas de cálculos, os quais também foram contemplados no Relatório de Gestão do exercício de 2011, conforme os títulos seguir:

TABELA 74 – INDICADORES INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS

ORDEM	INDICADORES DESENVOLVIDOS	INDICADOR AFERIDO EM 2011	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA 2011	AFERIÇÃO DO INDICADOR	
					ANO BASE	BASE DE CÁLCULO
1	OCORRÊNCIAS ATENDIDAS	106,84	OCORRÊNCIAS	(1)	2003	75699
2	ÁREA QUEIMADA	79,22	OCORRÊNCIAS	(1)	2010	30996
3	OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIOS ATENDIDAS	187,92	OCORRÊNCIAS	(1)	2008	1706
4	PROJETOS ANALISADOS	94,90	PROJETOS	(1)	2010	5044

TABELA 18 – CONTINUAÇÃO

ORDEM	INDICADORES DESENVOLVIDOS	INDICADOR AFERIDO EM 2011	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA 2011	AFERIÇÃO DO INDICADOR	
					ANO BASE	BASE DE CÁLCULO
5	OCORRÊNCIAS FLORESTAIS ATENDIDAS	139,09	OCORRÊNCIAS	(1)	2008	5269
6	VISTÓRIAS REALIZADAS	63,29	VISTÓRIAS	(1)	2010	6560
7	PERÍCIAS DE INCÊNDIO REALIZADAS 1	96,62	PERÍCIAS	(1)	2010	207
8	PERÍCIAS DE INCÊNDIO REALIZADAS 2	4,09%	PERCENTAGEM	95 A 100%	-	-
9	ABSENTISMO ÀS CONSULTAS ODONTOLÓGICAS AGENDADAS	8,05%	PERCENTAGEM	5%	-	-
10	CONSULTAS ODONTOLÓGICAS REALIZADAS	95,51	CONSULTAS	(1)	2010	24078
11	SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS DA PODON	8,48	GRAU MÉDIO	(1)	-	-
12	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS CORRENTES	99,99%	PERCENTAGEM	95 A 100%	-	-
13	EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS DESPESAS CORRENTES	83,01%	PERCENTAGEM	95 A 100%	-	-
14	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS DE CAPITAL	100%	PERCENTAGEM	95 A 100%	-	-
15	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	11,07%	PERCENTAGEM	0 A 10%	-	-
16	TEMPO MÉDIO DE VIATURA PARADA PARA MANUT. CORRETIVA	6,84	DIA/VIATURA	1 A 5 DIAS	-	-
17	TEMPO MÉDIO DE VIATURA PARADA PARA MANUT. PREVENTIVA	7,12	DIA/VIATURA	1 A 5 DIAS	-	-
18	ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100%	PERCENTAGEM	90 A 100%	-	-
19	ÁREA CONSTRUÍDA	11.932,11	M²	(1)	-	-
20	ÁREA REFORMADA	3.259,37	M²	(1)	-	-
21	DISPONIBILIDADE DE FROTA OPERACIONAL	78,06%	PERCENTAGEM	90 A 100%	-	-

22	PROCESSOS ANALISADOS (AUDITORIA CBMDF)	95,68%	PERCENTAGE M	90 A 100%	-	-
23	INDICADOR DE EXTRANET	99,97%	PERCENTAGE M	100%	-	-

FONTE: MEMORANDO Nº374/2012-DEALF/DIOFI/CBMDF E RELATÓRIO DE GESTÃO CBMDF/2011

Legenda: ⁽¹⁾ Meta não definida

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Constata-se que a Corporação apresentou avanços significativos quanto ao desenvolvimento dos indicadores, no sentido de atender às orientações contidas na Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 c/c Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010. Entretanto, observa-se que para diversos indicadores, informados na Tabela 74, a meta do exercício não havia sido definida, razão pela qual as análises ficam prejudicadas. Outrossim, a própria Unidade já esclarece que “*alguns indicadores propostos ainda são objeto de análise e questionamentos, podendo ao longo de 2012 serem alterados, excluídos ou substituídos por outros mais adequados à realidade institucional*”.

IV.3 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

IV.3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na Tabela 75 a seguir constam as dotações iniciais, autorizadas e executadas pela Unidade PCDF (UG 170395).

TABELA 75 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – PCDF

R\$1,00

AÇÃO / SUBTÍTULO		DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL PAGO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					
0037	MANUTENÇÃO DA PCDF	1.090.890.573	957.992.773	957.992.773	957.992.773	872.320.199
0041	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA DA PCDF	457.458.999	508.508.663	508.508.663	508.508.663	468.921.000
00FJ	AUXÍLIO-TRANSPORTE	52.800	900	900	900	599
00FN	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	20.563.776	21.061.865	21.061.865	21.061.865	19.246.639
00FQ	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	785.460	1.142.975	1.142.975	1.142.975	1.034.154
TOTAL		1.569.751.608	1.488.707.176	1.488.707.176	1.488.707.176	1.361.522.591

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL/ ORÇAMENTO

Conforme a tabela supra, destaca-se que as despesas empenhadas para custeio da manutenção da PCDF, à conta do FCDF, alcançaram aproximadamente 64,4% do total dos recursos autorizados e empenhados pela Unidade, as despesas com pessoal inativo e pensionista, aproximadamente 34,2% e o restante foi destinado a auxílio alimentação (1,4%) e assistência pré-escolar (0,1%).

De acordo com consultas efetuadas por meio do sistema SIAFI (conta contábil 195310000 – RESTOS A PAGAR POR NE), foi inscrito em Restos a Pagar não Processados, no

exercício sob análise, o montante de R\$14,2 milhões, equivalentes a apenas 1% do total empenhado.

IV.3.2 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADOS

O Decreto Distrital nº 30.490, de 22/06/2009, aprovou o regimento interno da Polícia Civil do Distrito Federal, e em seu art. 5º tratou da composição da estrutura administrativa da Unidade; entretanto, não foi contemplada nessa estrutura nenhuma Unidade de Auditoria ou de Controle Interno.

Assim, o Decreto Distrital nº 32.752, de 04/02/2011, dispôs sobre a criação de unidades de controle interno no âmbito do Governo do Distrito Federal, consoante a transcrição a seguir:

Art. 1º Deverá ser prevista na nova estrutura organizacional e no regimento interno de cada **Secretaria de Estado**, Unidade de Controle Interno composta por servidores da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal (grifo nosso)

Dessa forma, o referido dispositivo legal também não dotou a PCDF de Unidade de Controle Interno, conforme se depreende do texto. Em razão disso, a Unidade informou, por meio do Despacho nº 170/2011-DOF, anexado ao Ofício nº 1026/2011-Ass/DGPC, de 14/12/2011, sobre a impossibilidade de apresentar relatório sobre as auditorias planejadas para o exercício de 2011, em atenção ao questionamento desta Controladoria-Geral.

IV.3.3 – RESULTADOS DAS ANÁLISES

Objetivando subsidiar a presente manifestação, foram feitas verificações em pontos de controle relativos à execução de Restos a Pagar não Processados, de controle contábil de contratos e dos registros patrimoniais, por meio de amostragem aleatória. Os exames realizados detectaram as seguintes impropriedades ou inconsistências:

A) AVALIAÇÃO DOS REGISTROS PATRIMONIAIS

Identificou-se divergências entre a totalização dos valores incorporados, relativamente aos Bens Móveis, consoante os Demonstrativos Anuais emitidos pelo Sistema Geral de Patrimônio - SISGEPAT, ao se comparar os valores registrados nas contas do Ativo Permanente dos sistemas SIAFI e SIGGO, conforme a seguir.

TABELA 76 – BENS MÓVEIS E IMÓVEIS – PCDF

R\$1,00

SUBITEM	DESCRIÇÃO SISGEPAT	SALDO EM 31/12/2011 SISGEPAT	CONTA CONTÁBIL SIAFI	SALDOS EM 31/12/2011 SIAFI	CONTAS DE DESPESA (3449051xx) SIAFI	SALDOS EM 31/12/2011 SIGGo
02 A 60	BENS MÓVEIS (SOMATÓRIO)	129.946.928,94	142120200 A 142125700	0,00	18.524.805,30	132.602.803,75

A Unidade apresentou esclarecimentos, por meio do Ofício nº 51/2012-DAG/PCDF, de 12/03/2012, acompanhado de Despacho da Divisão de Orçamento e Finanças,

informando, em relação aos Bens Móveis, que “foi efetuado Ajuste de Patrimônio de 2010 pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, através da 2012NL00023 UG 130101-00001, de 02/01/2012, o que acertou os saldos do SISGEPAT em relação aos saldos do SIGGO, [...]”.

Quanto aos saldos das contas de Bens Imóveis, a Unidade apresentou os esclarecimentos pertinentes, demonstrando que as Obras em Andamento, os Bens Imóveis Incorporados e os Bens Imóveis a Regularizar encontram-se com os saldos compatíveis entre o SISGEPAT e o saldo do Balancete Contábil do SIGGO.

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Por meio da conciliação dos subitens dos Bens Móveis, relativos à Gestão 99009 – FCDF, verificou-se divergências que refletiram no somatório de todos os subitens constantes do Demonstrativo Anual do SISGEPAT, em comparação com os saldos registrados no SIGGO. Dessa forma, em que pese o somatório dos saldos apresentados em 31/12/2011 não refletirem os saldos reais do Ativo Imobilizado quanto aos Bens Móveis, a Unidade apresentou documento comprobatório da regularização, a qual foi efetuada em 02/01/2012.

B) UTILIZAÇÃO DE SALDO DE RESTOS A PAGAR EM DESACORDO COM AS NORMAS DE EXECUÇÃO

Constatou-se a utilização de saldo de Restos a Pagar do exercício anterior (2010) para a apropriação de despesa do exercício de 2011, conforme exemplos a seguir:

TABELA 77 – RESTOS A PAGAR EM DESACORDO COM AS NORMAS

CREDOR	ORDEM BANCÁRIA	DATA DE EMISSÃO	VALOR (R\$)	FINALIDADE / OBSERVAÇÕES
DAMOVO DO BRASIL S.A. CNPJ 56.795.362/0003-32	801559	09/06/2011	14.599,98	DESPESA COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA (PARTE NFs 12981, 12982, 12983 E 13049) APROPRIADA COM SALDO DA 2010NE000308 REF. AO PERÍODO DE 03/01 A 02/05/2011
SÃO MARTINHO IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES CNPJ 00.893.573/0001-91	800087	17/01/2011	11.258,79	DESPESA COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL APROPRIADA COM SALDO DA NE 2010NE000100 REF. AO PERÍODO DE 10/12/2010 A 10/01/2011
	800088		15.007,53	
	800089	17/01/2011	1.343,35	PARTES DO REAJUSTE REFERENTE A LOCAÇÃO DE IMÓVEL APROPRIADA COM SALDO DA NE 2010NE000100 REF. AO PERÍODO DE 10/12/2010 A 10/01/2011
	800331	10/02/2011	1.841,60	PARTES DE DESPESA COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL APROPRIADA COM SALDO DA NE 2010NE000100 REF. AO PERÍODO DE 10/01/2011 A 10/02/2011

FONTE: SIAFI

A Unidade apresentou os seguintes esclarecimentos:

A restrição quanto ao pagamento de serviços ou fornecimento de material liquidados no exercício seguinte ao da inscrição, se dá em virtude da criação do denominado “orçamento paralelo”, o qual poderia ser evitado pela unidade orçamentária por meio do cancelamento dos restos a pagar que não se refiram a despesas ocorridas em seu exercício de inscrição, e apuração do saldo em superávit financeiro para voltar ao orçamento do exercício para ser executado.

Contudo, tal prática, [...] é inviável no âmbito das despesas executadas no Fundo Constitucional do Distrito Federal – FDCDF, porque a lei que o instituiu não prevê nenhum tipo de receita ou despesas senão as originariamente previstas no artigo 2º da

Lei 10.633/2002. Assim, todo resto a pagar que é anulado, retorna ao Tesouro da União e deixa de ser aplicado à finalidade precípua para a qual o recurso fora disponibilizado, no caso a manutenção da PCDF.

[...]

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Constata-se que a utilização de saldo de restos a pagar para a apropriação de despesas do exercício seguinte, contraria o disposto nos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, bem como o art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, e, ainda, fere o princípio contábil da competência da despesa e o princípio da anualidade dos orçamentos.

C) IMPROPRIEDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Em referência ao Contrato nº 22/1999, firmado entre a PCDF e a empresa São Martinho Imobiliária e Participações, com vigência no período de 11/11/1999 até 10/11/2012, cujo objeto é a locação de imóvel, foram constatadas as seguintes impropriedades:

1. manutenção do contrato por período ininterrupto de 12 anos, haja vista o disposto no art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, que limita a duração dos contratos até o prazo máximo de 60 meses;
2. ausência de lançamentos na conta contábil de controle de nº 199720300 – Contratos de Aluguéis, dos valores acrescidos ao contrato por motivo de reajustes anuais; e
3. concessão de reajuste no mês de dezembro/2011, no percentual de 112,92%, elevando o acréscimo de R\$15.007,53 para R\$31.954,31, conforme a Ordem Bancária nº 803382, de 13/12/2011, e outras verificadas nos meses subsequentes.

Quanto ao prazo de duração do contrato, a Unidade informou que:

[...] para abrigar as unidades internas da PCDF, dentre elas a Corregedoria Geral de Polícia, foi necessário a manutenção do referido Contrato com vigência superior a 60 (sessenta) meses visto que, rescindi-lo, quando a lei permite sua manutenção, redundaria na necessidade de instrução de uma nova contratação para a mesma finalidade, com muito maior custo para a administração.

Quanto aos lançamentos na conta contábil de controle, foi informado:

[...] entendemos que o referido procedimento está de acordo com o que prevê o § 8º do Art. 65 da Lei 8.666/1993, pois a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato é realizado através de simples apostilamento. Portanto, na conta contábil 199720300 é lançado anualmente apenas o valor inicial do contrato.

E quanto ao reajuste do valor do contrato foram apresentadas as seguintes justificativas:

[...] o valor mensal do aluguel vigente era de R\$29.007,53 [...], dos quais R\$14.000,00 [...] correspondiam ao valor inicial do contrato e R\$15.007,53 [...] à reajustes. A empresa São Martinho Imobiliária e Participações Ltda. solicitou através da carta datada

de 31/08/2011, a repactuação do valor do aluguel para o valor de R\$45.954,31 [...]; caso não fosse de comum acordo o imóvel deveria ser restituído ao contratado.

Após Avaliação da Divisão de Arquitetura e Engenharia da PCDF e com base no Laudo de Avaliação Imobiliária confeccionado pela empresa CMP – Construtora Marcelino Porto Ltda., que avaliou o valor do aluguel em R\$47.000,00 [...] mensais, O Diretor de Administração Geral da PCDF, com base no Laudo e Avaliação Imobiliária e no Inciso X, do art. 24 da Lei 8.666/1993, deferiu o pedido de repactuação solicitado pela empresa, passando o valor mensal do aluguel para R\$45.954,31, vigente a partir de 11 de novembro de 2011. [...]. Desse R\$15.007,53 se refere a reajustes pretéritos, e R\$16.946,78 à repactuação, concedida em novembro de 2011, com base na Lei 8.666/1993.

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

De acordo com os esclarecimentos prestados, constata-se que a Unidade vem mantendo o contrato de locação de imóvel em desacordo com o que dispõe o art. 57 da Lei nº 8.666/1993, e alterações posteriores, conforme transcrição a seguir:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

[...]

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

Verifica-se, consoante o disposto no inciso V do art. 57, que as contratações por Dispensa de Licitação, com base no inc. X do art. 24 da mesma lei, não foram contempladas nas exceções, que dispõem sobre as situações em que os contratos poderão ter vigência por até 120 meses.

No que se refere aos lançamentos na conta contábil de controle, observa-se que o § 8º, art. 65 da Lei de Licitações trata da dispensa de celebração de termo aditivo para reajustes, atualizações, compensações ou penalizações financeiras, e não sobre a forma de contabilização dos contratos e suas respectivas alterações. Ou seja, os registros devem obedecer aos princípios contábeis determinados pelas Resoluções do CFC, em especial a Resolução nº 1.132/2008, que dispõe sobre o Registro Contábil, bem como às normas contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 06/08/2009.

Quanto à repactuação do valor do contrato, a letra d, inc. II, do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, dispõe sobre as condições para a sua aplicação, conforme transcrito a seguir, o que não se afigura respaldo para o caso em tela, por não se tratar de nenhuma das hipóteses previstas. Destaca-se, especialmente, o elevado percentual de reajuste concedido, uma vez que o contrato vinha sendo reajustado anualmente:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, **na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado**, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifo nosso)

D) METAS FÍSICAS E/OU INDICADORES INSTITUCIONAIS

Em resposta a questionamento sobre as metas físicas previstas e realizadas ou indicadores institucionais, consoante o que dispõe a Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 c/c Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, a Unidade apresentou as seguintes informações:

[...] através da Portaria nº 20, de 07 de junho de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 106/2010, fora instituída comissão com o escopo de estabelecer o projeto de planejamento de administração e estratégico da Polícia Civil, modulação de efetivo por unidade e criação de projeto para acompanhamento e avaliação de desempenho e produtividade das Unidades da Polícia Civil do DF para o quadriênio 2011/2014.

[...] juntamente com o esboço do Plano estratégico para o quadriênio 2011/2014, à época, também foi encaminhado à Direção Geral – DGPC, o “Projeto Preliminar de Concepção de Indicadores de Desempenho” da Polícia Civil, [...].

[...]

O Projeto Preliminar de Concepção dos Indicadores de Desempenho, por sua vez, ainda encontra-se sob análise da Direção Geral da Polícia Civil, sendo certo que aquela DPA ressenete-se de informação sobre aprovação ou alteração do sobredito projeto.

[...]

De resto, e levando-se em conta as considerações anteriormente alinhavadas, resta prejudicada a resposta ao item 4 do documento em epígrafe, visto que a PCDF ressenete-se da implementação de Sistema de Avaliação nos termos propostos pelo “Projeto Preliminar de Concepção dos Indicadores de Desempenho”.

MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Diante das informações apresentadas, constata-se que a Unidade ainda não conseguiu implementar, no exercício sob análise, as orientações contidas na Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 c/c Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, quanto à previsão e atingimento de metas físicas e à adoção de indicadores institucionais.

Não obstante, verifica-se, por meio da Tabela 05 do Relatório de Gestão – 2011 da Unidade, o detalhamento das ações realizadas com recursos do FCDF, com indicação dos nomes dos projetos, Unidades de medidas, quantidades respectivas, produtos e valores. Entretanto, tais informações ainda são insuficientes para propiciar a avaliação quanto ao atingimento de metas, uma vez que não há um planejamento prévio contemplando as metas previstas.

IV.4 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

IV.4.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SES

A Tabela 78 a seguir apresenta a dotação orçamentária executada pela Secretaria de Estado de Saúde na UG 170397 do FCDF.

TABELA 78 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SES

R\$1,00

AÇÃO / SUBTÍTULO		DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL PAGO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					
009T	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO DF	2.286.477.041	2.286.477.041	2.286.477.040	2.286.477.040	2.286.477.040
TOTAL		2.286.477.041	2.286.477.041	2.286.477.040	2.286.477.040	2.286.477.040

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL/ ORÇAMENTO.

De acordo com consultas realizadas no sistema SIAFI, todos os recursos orçamentários foram empenhados para o custeio de despesa com pessoal, na modalidade de licitação “não aplicável”, conforme a distribuição por Grupo de Despesa apresentado na Tabela 79 a seguir:

TABELA 79 – DESPESA EXECUTADA POR GRUPO

R\$1,00

GRUPOS DE DESPESA		DESPESA EMPENHADA (E)	% (E/T)
01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	671.597.838,87	29,4
03	PENSÕES	70.898.440,63	3,1
04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	53.446.958,22	2,3
09	SALÁRIO-FAMÍLIA	41,48	0,0
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.312.220.405,04	57,4
13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16.884.540,78	0,7
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	129.249.810,08	5,7
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.402.868,70	0,1
94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	28.776.137,20	1,3
TOTAL (T)		2.286.477.041,00	100,0

FONTE: RELATÓRIO DE GESTÃO – 2011 - SES.

Analisando a execução orçamentária da SES, destacam-se os Vencimentos e Vantagens Fixas, que representam 57% dos recursos, e as Aposentadorias e Reformas, que alcançam 29% das despesas executadas no FCDF, conforme demonstrado na Tabela 79.

IV.4.2 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADOS

Quanto às atividades realizadas pela unidade de Auditoria Interna no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, convém apresentar as informações consignadas por meio do Ofício nº 006/2012 – GAB/COR/SES, de 16/01/2012, conforme a seguir:

[...] por meio do Decreto Distrital nº 32.747, de 2 de fevereiro de 2011, foi criada a Corregedoria da Saúde, Unidade Orgânica diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, na qual, dentre suas atividades, constavam a Controladoria e a Diretoria de Instrução e Procedimento Disciplinar, [...].

Ressalta-se que os critérios para funcionamento das Unidades de Controle Interno das Secretarias de Estado do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal foram estabelecidos pelo Decreto Distrital nº 32.752, que passou a vigorar em 4 de fevereiro de 2011, ou seja, apenas dois dias após a data de criação da Corregedoria da Saúde.

Por conseguinte, infere-se que não houve o tempo suficiente de maturação para se avaliar a situação da Corregedoria da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, já dotada de uma Controladoria, visto que um Decreto Distrital é ato normativo formal, destinado a regulamentar determinada lei ou situação e, por óbvio, depende de estudos aprofundados, sem prejuízo das consultas jurídicas de estilo.

[...]

Assim, para compor o Sistema Nacional de Auditoria do SUS, a legislação estabelece, além do DENASUS/MS, os componentes estaduais e municipais, o que deu azo à necessidade de criação da Controladoria como unidade subordinada à Corregedoria da Saúde, com atribuições de auditar os recursos repassados pelo SUS à SES/DF, em atividades compostas por auditores do DENASUS/MS e auditores da própria Controladoria/COR/SES, cujo objetivo precípua é o de coibir os desvios de conduta funcional na defesa do interesse e do patrimônio público.

[...]

Registre-se, ainda, que, a partir do mês de agosto de 2010, a SES/DF passou a realizar seus trabalhos de auditoria e controle interno por meio do Sistema de Auditoria do SUS – SISAUD/SUS, ferramenta de execução e acompanhamento de auditoria via WEB, fornecida pelo Ministério da Saúde.

Quanto às informações apresentadas, constata-se que a Secretaria de Estado de Saúde já contava com uma estrutura de controle interno, a qual foi reestruturada por meio do Decreto nº 33.384, de 05/12/2011, passando a ter a seguinte composição, vinculada à Corregedoria da Saúde:

[...]

14.3 Controladoria

14.3.1 Gerência de Controle Interno

14.3.2 Gerência de Auditoria Contábil

14.3.3 Gerência de Auditoria de Logística em Saúde

14.3.4 Gerência de Auditoria Assistencial

[...]

Desta forma, percebe-se que a Unidade não está totalmente adequada ao que dispõe o Decreto Distrital nº 32.752, de 04/02/2011, uma vez que não atende ao disposto em seu artigo 1º, por não contar com servidores da Carreira de Controle Interno.

Outrossim, quanto às atividades de auditoria planejadas para o exercício de 2011, foi informado, no Ofício supra mencionado:

[...] foram programadas 40 (quarenta) atividades de auditoria, sendo que destas, 34 (trinta e quatro) foram concluídas, ou seja 85% do planejado, restando em análise e/ou instrução o total de cinco auditorias, o equivalente a 15%.

Quanto ao perfil das auditorias realizadas, os temas foram separados em natureza contábil, de logística em saúde, assistencial e, outra, abarcando a natureza assistencial e de logística em saúde simultaneamente, identificadas com o percentual conforme a tabela abaixo:

PERFIL DA AUDITORIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ASSISTENCIAL	15	43%
CONTÁBIL	3	11%
LOGÍSTICA EM SAÚDE	13	37%
ASSISTENCIAL/LOGÍSTICA EM SAÚDE	3	9%
TOTAL	34	100%

Constatou-se, também, que 11% das auditorias realizadas referem-se à verificação de regularidade contratual e 18,4% a denúncias de descumprimento de carga horária e de escalas de plantão e pagamento indevido de horas extras.

IV.4.3 – RESULTADOS DAS ANÁLISES

Não foram feitas análises de auditoria no contexto do presente trabalho relativos à Unidade Gestora 170397 – SES, considerando que a mesma executou recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal apenas para o custeio de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.

Outrossim, convém destacar que a Diretoria de Auditoria de Pessoal Ativo desta Controladoria-Geral realizou auditoria de conformidade na Secretaria de Estado de Saúde, relativa ao exercício de 2011, objetivando a avaliação da conformidade dos procedimentos e do deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário dos servidores, que resultou no Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRPA/CONAP/CONT/STC, de 23/11/2011.

Por meio do referido relatório foram apontadas as impropriedades e irregularidades quanto a procedimentos e pagamentos de pessoal, com base nos registros do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, para as quais foram feitas as devidas recomendações, e cujos pontos de controles analisados seguem relacionados:

TABELA 80 – PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2011–DIRPA

ITEM DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE EXAMINADOS	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES
III.1	GRATIFICAÇÃO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE LABORATÓRIO (GAAL)	SERVIDORES QUE POSSUEM LOTAÇÃO SECUNDÁRIA QUE DIFEREM DO PRESCRITO NO ARTIGO 3º DA LEI Nº 4.278/2008.
III.2	GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO ÀS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE (GIABS)	SERVIDORES QUE POSSUEM LOTAÇÃO SECUNDÁRIA EM BRANCO OU QUE NÃO CORRESPONDE A “POSTOS DE SAÚDE RURAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE”, COM PERCEPÇÃO DA GIABS EM 20%; SERVIDORES QUE ESTÃO LOTADOS EM UNIDADES TÍPICAMENTE ADMINISTRATIVAS, O QUE NÃO CONFIGURA “UNIDADES RELACIONADAS COM AS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE”.
III.3	GRATIFICAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO (GAMOV)	SERVIDORES QUE RESIDEM NA REGIÃO ADMINISTRATIVA EM QUE ESTÃO LOTADOS, NÃO FAZENDO JUS AO PERCEBIMENTO DA GAMOV; SERVIDORES QUE RECEBEM A GRATIFICAÇÃO E NÃO RESIDEM NO DISTRITO FEDERAL, EM DESACORDO COM O ART. 3º

		DA LEI Nº 318/1992
III.4	PARCELA PECUNIÁRIA	SERVIDORES QUE POSSUEM CARGO DE ORIGEM DE “NÍVEL AUXILIAR”, PERCEBENDO A PARCELA PECUNIÁRIA NO VALOR DE “NÍVEL MÉDIO”; SERVIDORES QUE NÃO POSSUEM SEUS CARGOS DE ORIGEM CADASTRADOS NO SIGRH, O QUE IMPOSSIBILITA O CONFRONTO DO VALOR PAGO COM A TABELA DE VALORES QUE CONSTA ATUALMENTE NO ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 4.439/2009.
III.5.1	GRATIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (GAMU): DESCUMPRIMENTO DO CRITÉRIO DE EXCLUSIVIDADE	SERVIDORES VINCULADOS A DUAS OU MAIS LOTAÇÕES PERCEBENDO GAMU EM DESACORDO COM CRITÉRIO DE EXCLUSIVIDADE ESTABELECIDO EM LEI
III.5.1.2	SERVIDORES RECEBENDO GAMU EM DUAS MATRÍCULAS	SERVIDORES QUE PERCEBEM A GAMU EM MAIS DE UMA MATRÍCULA NA SES/DF, SEM VINCULAÇÃO EXCLUSIVA NO SAMU.

TABELA 24 – CONTINUAÇÃO

ITEM DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE EXAMINADOS	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES
III.5.2	PAGAMENTOS COM PERCENTUAIS SUPERIORES AO ESTABELECIDO EM LEI	SERVIDORES QUE PERCEBEM A GRATIFICAÇÃO GAMU, CUJOS VALORES NÃO CORRESPONDEM AO PERCENTUAL DE 20% SOBRE A REMUNERAÇÃO INICIAL DO CARGO DA RESPECTIVA CARREIRA
III.6	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS (GIURB)	SERVIDORES DA CARREIRA DE AUDITORIA DE ATIVIDADES URBANAS DO DF EXERCENDO ATIVIDADES EM LOTAÇÕES INCOMPATÍVEIS COM AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO
III.7	GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO (GTIT)	SERVIDORES RECEBENDO PARCELA DE GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO EM DESACORDO COM A LEI, BEM COMO SEM O DEVIDO CERTIFICADO OU SEM A RESPECTIVA PUBLICAÇÃO NO DODF
III.8	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (ATS)	AUSÊNCIA DE REGISTRO DOS AFASTAMENTOS SUPERIORES A 2 ANOS OU 730 DIAS, REFERENTES À LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE, QUE IMPLICA EM ERROS NA CONTAGEM DO TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO, E CONSEQUENTEMENTE NO PERCENTUAL DE ATS
III.9.1	FALHAS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS FÍSICOS	AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS NAS PASTAS FUNCIONAIS; LANÇAMENTO DE ABANDONO DE PONTO, SEM O DEVIDO PROCESSO DE APURAÇÃO; PASTA FUNCIONAL E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS NÃO LOCALIZADOS NA UNIDADE; AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA EM VÁRIAS PASTAS FUNCIONAIS; PASTAS FUNCIONAIS COM DOCUMENTOS ARMAZENADOS SEM CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E PRECARIEDADE NOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DOS DOCUMENTOS ALI ARMAZENADOS.
III.9.2	FALHAS NA GESTÃO NO CADASTRO DE INFORMAÇÕES NO SIGRH	AUSÊNCIA DE FERRAMENTAS QUE PERMITAM, DE FORMA EFICIENTE, EFETUAR LANÇAMENTOS DE DADOS E CONSULTAS SOBRE AFASTAMENTOS, LICENÇAS, FREQUÊNCIAS E FALTAS, ENTRE OUTRAS FORMAS DE CADASTRO; DEMAIS SITUAÇÕES APONTADAS: REGISTRO NO SIGRH DE CARGA HORÁRIA DIFERENTE CARGA HORÁRIA DO CONCURSO, SERVIDORES CADASTRADOS SOB A MESMA MATRÍCULA PARA MAIS DE UMA LOTAÇÃO; SERVIDORES COM CADASTRO DE CARGA HORÁRIA FRACIONADA, COM LOTAÇÃO ÚNICA; CADASTRO DE CARGOS DESATUALIZADOS; E LOTAÇÃO PRIMÁRIA DIFERENTE DA LOTAÇÃO SECUNDÁRIA.
III.10	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	SERVIDORES PERCEBENDO O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO EM DUPLICIDADE
III.11.1	RECOLHIMENTO AO IPREV/DF	SERVIDORES ADMITIDOS A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2007 SEM A CORRETA ASSOCIAÇÃO DA RUBRICA PREVIDENCIÁRIA PELO IPREV/DF, CONTRARIANDO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 769/2008
III.11.2	RECOLHIMENTO AO INSS	DIVERGÊNCIAS NO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO INSS, RELATIVAS AOS CARGOS COMISSIONADOS SEM VÍNCULO, APONTANDO AS HIPÓTESES DE: SERVIDORES NÃO INFORMADOS NA SEFIP OU RECOLHIMENTOS A MAIOR AO INSS.
III.12	CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	REMUNERAÇÃO PARA OS CARGOS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA SUPERIOR AO VALOR DA REMUNERAÇÃO FIXADA PARA OS SERVIDORES NO INÍCIO DE CARREIRA DAS MESMAS CATEGORIAS, EM DESCUMPRIMENTO À LEI Nº 4.266/2008, ART. 7º, INC. I.
III.12.1	GESTÃO DESCENTRALIZADA DO CADASTRO TEMPORÁRIO	A DESCENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA CADASTRO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SES TEM CAUSADO ATRASOS NA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE ADMISSÕES E CONCESSÕES – SIRAC, PODENDO COMPROMETER O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS ARTS 78, INC. III, E 80 DA LODF
III.12.2	ACUMULAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO	ACUMULAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EM DESACORDO COM O ART. 6º DA LEI Nº 4.266/2008
III.12.3	CONTRATOS PRORROGADOS	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO EM DESACORDO COM O DISPOSTO NO

	APÓS O FINAL DA VIGÊNCIA	PARÁGRAFO ÚNICO, ART. 4º DA LEI Nº 4.266/2008
III.12.4	PAGAMENTOS REALIZADOS APÓS A VIGÊNCIA DO CONTRATO TEMPORÁRIO	DETECÇÃO DE PAGAMENTOS REALIZADOS APÓS O FINAL DA VIGÊNCIA DO CONTRATO TEMPORÁRIO
III.12.5	AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE DAS CELEBRAÇÕES E PRORROGAÇÕES DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS	AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE DOS EXTRATOS DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS REALIZADAS COM BASE NA LEI Nº 4.266/2008; PRORROGAÇÕES DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS

TABELA 24 – CONTINUAÇÃO

ITEM DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE EXAMINADOS	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES
III.13	SERVIDORES COM DESVIO DE FUNÇÃO	SERVIDORES EM LOTAÇÕES QUE NÃO ENSEJAM O EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÕES CONDIZENTES COM AS DO SEU CARGO ORIGINAL, COM INDÍCIOS DE DESVIO DE FUNÇÃO
III.14	READAPTAÇÃO	SERVIDORES QUE, AO TÉRMINO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO, NÃO TIVERAM SEUS CARGOS ALTERADOS, EM DESACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 24 DA LEI Nº 8.112/1990
III.15	SERVIDORES COM REMUNERAÇÃO ACIMA DO TETO REMUNERATÓRIO	SERVIDORES PERCEBENDO REMUNERAÇÃO ACIMA DO TETO REMUNERATÓRIO, EM DESACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA–SEAP Nº 01, DE 27/10/2011
III.16	SERVIDORES COM ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS	SERVIDORES COM ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS E COM CARGA HORÁRIA INCOMPATÍVEL COM AS ATIVIDADES A SEREM LABORADAS (EXEMPLO DE 120 HORAS SEMANAIS)
III.17	ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO (HORAS EXTRAS)	SERVIDORES RECEBENDO HORAS EXTRAS POR 36 MESES ININTERRUPTOS, PODENDO ENSEJAR DEMANDAS JUDICIAIS QUANTO ÀS FUTURAS INCORPORAÇÕES
III.17.1	AUMENTO DA DESPESA MENSAL COM HORAS EXTRAS	ACRÉSCIMO PROGRESSIVO DAS HORAS EXTRAS NOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011
III.17.2	DISTORÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE HORAS EXTRAS	CÁLCULO DO IMPACTO SOBRE A QUANTIDADE DE SERVIDORES EFETIVOS
III.17.3	LIMITE MÁXIMO DE HORAS DESRESPEITADO	CONCESSÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS ACIMA DO LIMITE DE DUAS POR JORNADA, OU DE 44 HORAS EXTRAS MENSAIS, CONTRARIANDO O DISPOSTO NO ART. 74 DA LEI Nº 8.112/1990

FONTE: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2011 – DIRPA/CONAP/CONT/STC, DE 23/11/2011.

IV.5 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

IV.5.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEE

A Tabela 81 a seguir apresenta a dotação orçamentária executada pela Secretaria de Estado de Educação, na UG 170399 do FCDF:

TABELA 81 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEE

R\$1,00

AÇÃO /SUBTÍTULO		DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL PAGO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					
0312	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	1.769.788.789	1.786.788.789	1.786.788.028	1.786.788.028	1.786.665.030
TOTAL		1.769.788.789	1.786.788.789	1.786.788.028	1.786.788.028	1.786.665.030

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL/ ORÇAMENTO.

De acordo com consultas realizadas no sistema SIAFI, todos os recursos orçamentários foram empenhados para o custeio de despesa com pessoal, na modalidade de

licitação “não aplicável”, conforme a distribuição por Grupo de Despesa apresentado na Tabela 82 que se segue:

TABELA 82 – DESPESA EXECUTADA POR GRUPO		R\$1,00
GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA (E)	% (E/T)
1 – DESPESAS DE PESSOAL		
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	1.142.215.596,44	63,9
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	266.488.984,26	14,9
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	135.763.321,42	7,6
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	129.185.945,29	7,2
SUBTOTAL DESPESAS DE PESSOAL	1.673.653.847,41	93,7
3- OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	84.202.106,42	4,7
AUXÍLIO-TRANSPORTE	22.011.976,71	1,2
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	5.349.594,37	0,3
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	1.570.503,37	0,1
SUBTOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.134.180,87	6,3
TOTAL (T)	1.786.788.028,28	100,0

FONTE: RELATÓRIO DE GESTÃO – 2011 – SEE

Analisando a execução orçamentária da Secretaria de Estado de Educação, destacam-se as despesas com Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas, que respondem por 64% do total executado, seguido das Despesas de Exercícios Anteriores, que respondem por 15% das despesas executadas no FCDF, conforme demonstrado na tabela supra.

IV.5.2 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADOS

Preliminarmente, convém destacar que a Unidade de Auditoria Interna da Secretaria de Estado de Educação, até o dia 12/12/2011, estava estruturada de acordo com o Decreto nº 32.462/2010, por meio do qual foi criada a Coordenação de Controle Interno – CCI/SEEDF com a seguinte estrutura:

- Gerência de Supervisão e Controle;
- Núcleo de Acompanhamento e Controle;
- Gerência de Auditoria;
- Núcleo de Inspeção;
- Núcleo de Análise de Diligências.

A referida estrutura foi alterada, passando a vigorar de acordo com a estrutura administrativa criada pelo Decreto nº 33.409, de 12/12/2011, transcrita a seguir:

[...]

8. Secretaria Adjunta

8.1. Assessoria Especial de Segurança nas Escolas

8.2. Unidade de Controle Interno

- 8.2.1. Gerência de Acompanhamento e Controle
- 8.2.2. Gerência de Inspeção
- 8.2.2.1. Núcleo de Auditoria
- [...]

Assim, a Unidade informou que já se adequou ao estabelecido no Art. 1º do Decreto Distrital nº 32.752, de 04/02/2011, que dispôs sobre a criação da Unidade de Controle Interno no âmbito das Secretarias de Estado do Distrito Federal.

Em atenção a questionamento formulado por esta Controladoria-Geral, o Chefe da Unidade de Controle Interno informou, por meio do Ofício nº 001/2012-UCI/SEE, de 05/01/2012, que:

[...]

3. Em 2011 não houve planejamento de auditorias. A este respeito, justifico que, sendo o primeiro ano de governo, somente houve nomeação de Assessor Especial para responder pela Diretoria de Controle Interno em meados de maio/2011. Frente ao baixo número de pessoal disponível para o desenvolvimento do trabalho, não foi possível o planejamento e a execução de auditorias no exercício de 2011.

4. Além da atuação sistemática na instrução de processos de dano ao patrimônio público, no exercício de 2011 o controle interno atuou mediante provocação, para a normalização do funcionamento desta Secretaria. Nesse íterim, destacam-se: inspeção nos convênios nº 1 a 44/2009, [...] em vista de irregularidades diversas na execução de recursos públicos; auditoria no CEM Setor Leste, [...] para apuração de irregularidades na ocupação de espaços públicos, arrecadação e utilização de recursos e venda de uniformes no âmbito da instituição educacional; e inspeção no Convênio nº 8/2011, [...] para apuração de irregularidades na execução de recursos públicos. A implementação dos resultados ainda não restou demonstrada. [...]

5. Por fim, não houve auditorias acompanhadas por esta Unidade de Controle Interno, realizadas pela Controladoria Geral da União ou por Órgãos de Controle Externo no exercício de 2011, acerca da execução dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

IV.5.3 – RESULTADOS DAS ANÁLISES

Da mesma forma que registrado para a Secretaria de Estado de Saúde, também não foram feitas análises de auditoria, no contexto apresentado no presente trabalho, referentes à Unidade Gestora 170399 – SEE, considerando que a mesma executou recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal apenas para o custeio de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.

Também convém destacar que a Diretoria de Auditoria de Pessoal Ativo desta Controladoria-Geral realizou auditoria de pessoal ativo na Secretaria de Estado de Educação, relativa ao exercício de 2011, objetivando a avaliação da conformidade dos procedimentos e do deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário dos servidores, que resultou no Relatório de Auditoria nº 01/2011–DIAPE/CONAP/CONT/STC, de 30/08/2011.

Por meio do referido relatório foram apontadas as impropriedades e irregularidades constatadas quanto a procedimentos e pagamentos de pessoal, com base nos registros do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, para as quais foram dirigidas as recomendações pertinentes, e cujos pontos de controles analisados seguem relacionados:

TABELA 83 – PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2011–DIAPE

ITEM DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE EXAMINADOS	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES
III.1	GRATIFICAÇÃO EM ATIVIDADE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM TEMPO INTEGRAL AO MAGISTÉRIO (TIDEM)	INDÍCIOS DE SERVIDORES QUE PERCEBEM A GRATIFICAÇÃO TIDEM, MAS QUE, EM ALGUM MOMENTO, EXERCERAM OU EXERCEM ATIVIDADE REMUNERADA EM OUTRO ÓRGÃO OU EMPRESA
III.2	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	SERVIDORES EXPOSTOS AO MESMO RISCO AMBIENTAL, PERCEBENDO ADICIONAIS DIFERENCIADOS, COM LOTAÇÃO DIVERSA DA CONSTANTE NO LAUDO PERICIAL, RECEBENDO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE INDEFERIDA OU SEM LAUDO EMITIDO PELA DSO, PERCEBENDO ADICIONAL CONDICIONADO À REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE SUA LOTAÇÃO, RECEBENDO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, APESAR DE EXTINTO O RISCO REFERENTE AO SETOR CONSTANTE DO LAUDO PERICIAL
III.3	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE REGÊNCIA DE CLASSE (GARC), INCORPORADA E READAPTADA	SERVIDORES PERCEBENDO A GRATIFICAÇÃO, MAS NÃO ESTAVAM EM EFETIVO DESEMPENHO DE REGÊNCIA DE CLASSE OU NAS UNIDADES ESTABELECIDAS NOS NORMATIVOS; RECEBENDO A GRATIFICAÇÃO PELA CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS, PORÉM, SUAS LOTAÇÕES NÃO SE ENCONTRAM CONTEMPLADAS NAS SITUAÇÕES PREVISTAS NO AR. 21, §1º DA LEI Nº 4075/2007 E PORTARIA Nº 255/2008; COM DUAS LOTAÇÕES, RECENDO A GARC SOBRE A CARGA HORÁRIA TOTAL DE 40 HORAS, PORÉM, SOMENTE A LOTAÇÃO SECUNDÁRIA PERMITIRIA O RECEBIMENTO DA GRATIFICAÇÃO PELA CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS; SERVIDORES RECEBENDO A GARC EM PERCENTUAIS NÃO PREVISTOS EM LEI; E MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS EM 2010
III.4	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ALFABETIZAÇÃO (GAA)	SERVIDORES LOTADOS EM UNIDADES ESCOLARES QUE NÃO CONTEMPLAM O PERCEBIMENTO DESSA PARCELA; RECEBIMENTO DE GAA POR SERVIDORES VINCULADOS A CONVÊNIOS

TABELA 27 – CONTINUAÇÃO

ITEM DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE EXAMINADOS	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES
III.5	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ENSINO ESPECIAL (GAEE)	RECEBIMENTO DA GAEE POR SERVIDORES EM LOTAÇÕES INCOMPATÍVEIS AO DETERMINADO EM LEI, E POR SERVIDOR QUE NÃO TRABALHA DIRETAMENTE EM ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ENSINO ESPECIAL
III.6	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EM ZONA RURAL (GAZR)	PERCEBIMENTO DA GAZR POR SERVIDORES LOTADOS EM UNIDADES URBANAS
III.7	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SUPORTE EDUCACIONAL (GASE)	PAGAMENTO INDEVIDO DA GASE PARA SERVIDORES EM LOTAÇÃO QUE NÃO CONTEMPLAM ESTA PARCELA
III.8	GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO TÉCNICO (GDT)	SERVIDORES NOS CARGOS DE VICE-DIRETOR E DIRETOR DE UNIDADES DE ENSINO OU DE DREs PERCEBENDO A GDT EM VALORES DIFERENTES DO QUE DETERMINAM A LEI Nº 3.881/2006
III.9	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE DOCÊNCIA EM ESTABELECIMENTO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE (GADERL) E GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE DOCÊNCIA EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO DIFERENCIADO (GADEED)	SERVIDORES QUE PRESTARAM SERVIÇO NAS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS EM LEI NÃO TIVERAM A DIMINUIÇÃO DO VALOR DA COMPLEMENTAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO §1º, ART. 25 DA LEI Nº 4.075/2007
III.10	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (ATS)	LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE COM PERÍODO SUPERIOR A 2 ANOS OU 730 DIAS NÃO ESTÃO SENDO DESCONTADAS PARA FINS DE ADICIONAL PARA TEMPO DE SERVIÇO
III.11	FUNÇÃO GRATIFICADA E CARGOS COMISSIONADOS	IMPROPRIEDADES NO PAGAMENTO DOS CARGOS COMISSIONADOS, EM RAZÃO DA LEI Nº 4.036/2007 ESTABELECE A CORRELAÇÃO ENTRE A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES E O VALOR DA REMUNERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO OU FUNÇÃO GRATIFICADA QUE EXERCEREM
III.12	ADICIONAL NOTURNO	SERVIDORES QUE, EM ANÁLISE CONJUGADA DE SEUS CARGOS COM SUAS RESPECTIVAS

		LOTAÇÕES, NÃO DEVERIAM RECEBER O ADICIONAL NOTURNO.
III.13	DÉCIMOS LEI Nº 1.004/1996 E DÉCIMOS LEI Nº 1.141/1996	LANÇAMENTO NO SIGRH DE FORMA MANUAL, POR MEIO DA TELA PAGMOV04, EM DETRIMENTO DO LANÇAMENTO AUTOMÁTICO POR MEIO DO CADINC31.
III.14	PREVIDÊNCIA – RPPS E SEGURIDADE SOCIAL	SERVIDORES ADMITIDOS A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2007 SEM A CORRETA ASSOCIAÇÃO DA RUBRICA PREVIDENCIÁRIA PELO IPREV/DF
III.15	ADMISSÃO DE SERVIDOR	ADMISSÃO DE SERVIDORES SEM O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS: CARGA HORÁRIA DIFERENTE DA PREVISTA PARA O CONCURSO, ERRO DE DIGITAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E CADASTRAMENTO DE CARGOS DESATUALIZADOS NO SIGRH E CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO COM RUBRICA DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA – 1445
III.15.1	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS	PROCESSOS INSTAURADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, COM O FITO DE APURAR SITUAÇÕES RELACIONADAS AOS TRABALHOS DE AUDITORIA EM CURSO, ENTRE ELAS A ADMISSÃO DE SERVIDORES COM INDÍCIO DE ACUMULAÇÃO ILÍCITA
III.16	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO	PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA A CONTRATAÇÃO
III.16.1	SUSPENSÃO DE CONTRATO	PROCEDIMENTOS INDEVIDOS DE SUSPENSÃO DE CONTRATOS, POR FALTA DE AMPARO LEGAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.266/2008
III.16.2	FUNDAMENTO LEGAL DESATUALIZADO	TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE PROFESSORES SUBSTITUTOS COM FUNDAMENTO LEGAL DESATUALIZADO, PODENDO ACARRETER DEMANDAS JUDICIAIS
III.16.3	EXTINÇÃO DE CONTRATO	EXTINÇÃO DE CONTRATO FUNDAMENTADO INDEVIDAMENTE NA LEI Nº 4.266/2008, QUE PODE ACARRETER DEMANDAS JUDICIAIS, UMA VEZ QUE O NORMATIVO VIGENTE É O DECRETO Nº 31.439/2010
III.16.4	PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE DAS CONTRATAÇÕES DE PROFESSORES SUBSTITUTOS
III.16.5	DESCENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA CADASTRO DE CONTRATO TEMPORÁRIO	A DESCENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA CADASTRO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PELAS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO TEM CAUSADO ATRASOS NA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE ADMISSÕES E CONCESSÕES – SIRAC
III.17	FALHAS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS FÍSICOS	FICHAS DE REGISTRO DE EMPREGADOS EM BRANCO, PARCIALMENTE PREENCHIDAS E DESATUALIZADAS; DOCUMENTOS DOS SERVIDORES ARMAZENADOS DE FORMA DESCENTRALIZADA, PARTE NAS DREs, PARTE NAS UNIDADES EM QUE O SERVIDOR ESTÁ LOTADO E PARTE NAS UNIDADES DAS SEDES I E II; AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS DE SEGURANÇA FÍSICA DOS DOCUMENTOS, ETC.

TABELA 27 – CONTINUAÇÃO

ITEM DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE EXAMINADOS	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES
III.18	DESVIO DE FUNÇÃO X READAPTAÇÃO	A SEE ENCAMINHOU AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS O OFÍCIO Nº 06/2011-NSC, DE 25/03/2011, INFORMANDO QUE 5.328 PROFESSORES DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DF ATIVOS ESTÃO FORA DA FUNÇÃO DE DOCÊNCIA, SENDO 2.123 PROFESSORES ATUANDO EM CARGOS COMISSIONADOS, 1.604 EM FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, 1.306 COM LIMITAÇÃO DE FUNÇÃO PROLONGADA, 201 CEDIDOS E 94 AFASTADOS
III.18.1	PROFESSORES EM FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO, CONSIDERANDO O RETORNO DOS PROFESSORES EM FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA AS SALAS DE AULA EM COMPARAÇÃO COM A ECONOMIA COM A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS, BEM COMO A INDICAÇÃO DA BURLA AO CONCURSO PÚBLICO COM A ADMISSÃO DE TEMPORÁRIOS
III.18.2	PROFESSORES COM LIMITAÇÃO DE FUNÇÃO PROLONGADA (AFASTAMENTO MÉDICO, EXCLUINDO-SE LTS)	SERVIDORES COM LIMITAÇÃO DE FUNÇÃO PROLONGADA, NA CONDIÇÃO DE READAPTAÇÃO, RECEBENDO INDEVIDAMENTE GRATIFICAÇÕES; DESCUMPRIMENTO DE NORMATIVOS LEGAIS, ENQUANTO NÃO HOUVER A FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO
III.19	ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS E COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS	INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS E COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS; EXISTÊNCIA DE SERVIDORES COM MAIS DE UM CARGO PÚBLICO NO DF E CARGA HORÁRIA SEMANAL SUPERIOR A 60 HORAS; PROFESSOR COM MAIS DOIS OUTROS VÍNCULOS COM O GDF
III.20	FOLHAS DE FREQUÊNCIA ASSINADAS COM ATRASO, ANTECIPADAMENTE OU SEM ASSINATURA	FOLHAS DE FREQUÊNCIA ASSINADAS COM ATRASO, ANTECIPADAMENTE OU SEM ASSINATURA; E FOLHAS DE FREQUÊNCIA ENTREGUES COM ATRASO NAS UNIDADES ESCOLARES
III.21	RECESSO DE SERVIDORES EM UNIDADES ADMINISTRATIVAS	CONCESSÃO DE RECESSO PARA SERVIDORES DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO E SERVIDORES DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO PÚBLICO, LOTADOS NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEE/DF, EM DESACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS
III.22	SUSPENSÃO DE CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO	DETECÇÃO DE REGISTROS DE SERVIDORES NA SITUAÇÃO DE SUSPENSÃO DE CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO, CADASTRADOS NO SIGRH POR MEIO DOS CÓDIGOS 215 (LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE) E 214 (LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES), OS QUAIS NÃO CORRESPONDEM AO MOTIVO DO AFASTAMENTO

FONTE: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2011 – DIAPE/CONAP/CONT/STC, DE 30/08/2011.

V – ASPECTOS PREJUDICIAIS À AVALIAÇÃO DAS UNIDADES MANTIDAS COM RECURSOS DISTRITAIS E DO FCDF

Analisando os relatórios gerenciais extraídos do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG/SIGGO, constata-se a execução de subtítulos da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal com recursos do Fundo Constitucional do DF, da mesma forma que nos exercícios anteriores, conforme exemplos a seguir:

TABELA 84 – EXEMPLOS DE PROGRAMAS DISTRITAIS EXECUTADOS COM RECURSOS DO FCDF

SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DESPESA AUTORIZADA (R\$)	TOTAL EMPENHA DO (R\$)	TOTAL LIQUIDADO (R\$)	DESCRIÇÃO DA META	ETAPA PREVISTA / ETAPA REALIZADA
06.122.0800.8517.0086 MANUTENÇÃO DE SERV. ADM. GERAIS DO CBMDF (UO 24104)	1.693.420	3.530.952	1.318.618	849.859	ÓRGÃO MANTIDO (UNIDADE) QTDE: 1	0003 – MANTER OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DO CBMDF ÓRGÃO MANTIDO (EM CONJUNTO COM FCDF)

TABELA 28 – CONTINUAÇÃO

SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DESPESA AUTORIZADA (R\$)	TOTAL EMPENHA DO (R\$)	TOTAL LIQUIDADO (R\$)	DESCRIÇÃO DA META	ETAPA PREVISTA / ETAPA REALIZADA
06.122.2600.8517.0101 MANUTENÇÃO DE SERV. ADM. GERAIS DA PCDF (UO 24105)	25.000	4.800	4.800	4.800	ÓRGÃO MANTIDO (UNIDADE) QTDE: 1	0005 – MANTER OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA PCDF ÓRGÃO MANTIDO (TAMBÉM PELO FCDF)
06.128.2600.2655.0676 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA PCDF (UO 24105)	1.000	0	0	0	SERVIDOR CAPACITADO (PESSOA) QTDE: 1	0006 – CAPACITAR SERVIDORES DA PCDF CURSO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS GEOCONÔMICAS E BIOTECNOLOGIAS EM NÍVEL DE MESTRADO (PAGAMENTO DE 21 PARCELAS EM 2010 E OUTRAS 3 PARCELAS PAGAS EM 2011 NO SIAFI COM O ORÇAMENTO DO FCDF).
06.181.0400.6301.0001 MANUTENÇÃO DA POLICLÍNICA DA PCDF (UO 24105)	5.000	0	0	0	ÓRGÃO MANTIDO (UNIDADE) QTDE: 1	0007 – MANTER A POLICLÍNICA DA PCDF POLICLÍNICA MANTIDA. (TAMBÉM COM RECURSOS DO FCDF. PROG. 28.845.0903.0037.0053)
06.122.2600.4010.0003 COORDEN. DOS RECURSOS DO FUNDO DE MODERN. MANUT. E REEQUIP. DA PCDF (UO 24906)	5.450.000	2.694.043	2.636.959	1.778.962	ÓRGÃO MANTIDO (UNIDADE) QTDE: 1	0001 – MANTER OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA PCDF ÓRGÃO MANTIDO. (FCDF E FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO DF)

FONTE: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO GOVERNAMENTAL – SAG/SIGGO.

Tal fato provoca distorção na avaliação da eficácia e eficiência dos programas distritais mencionados, bem como dificulta a execução orçamentária por parte das Unidades envolvidas, pois os recursos referentes às etapas lançadas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG/SIGGO não estão integralmente contabilizados no Sistema Integrado de Administração Contábil – SIAC/SIGGO.

Quanto aos problemas decorrentes da estrutura orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Constitucional do DF, também verifica-se a existência de Ações que não fazem distinção entre atividades meio e fim, em especial aquelas destinadas à PMDF, CBMDF e PCDF.

Essa estrutura dificulta o estabelecimento de metas para as ações vinculadas ao programa por onde serão executados os recursos desse Fundo e, por consequência, a avaliação da consecução dos objetivos, prejudicando o cumprimento do disposto no caput do artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Inclusive, observa-se que não foram estipuladas metas para as Ações destinadas à manutenção dos órgãos integrantes da segurança pública, na Lei Orçamentária Anual Federal.

VI – CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE O TCU E O TCDF PARA A FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FCDF

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 739/2004 – Plenário, dentre outros, firmou jurisprudência no sentido de que os recursos do FCDF estão sujeitos às ações de controle e fiscalização pelos órgãos de controle da União, em que pese restringir-se somente à área de segurança, uma vez que não foram mencionadas as competências em relação aos demais serviços públicos distritais (saúde e educação), conforme se depreende do texto reproduzido a seguir:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Solicitação de Informação, encaminhada a esta Corte pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado João Paulo Cunha, “acerca da competência na apreciação das contas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal”;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação de Informação, com fulcro nos arts. 38, inciso II, da Lei nº 8.443/92, 1º, inciso III, e 232, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.2. informar à Câmara dos Deputados que, por força do disposto nos arts. 21, inciso XIV, 70, parágrafo único, e 71, inciso II, da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, inciso I, e 5º, inciso I, da Lei nº 8.443/92, os recursos federais destinados à organização e à manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal estão sujeitos às ações de controle e fiscalização do Tribunal de Contas da União, as quais, com a instituição do Fundo Constitucional do Distrito Federal, passarão a ser efetuadas, inclusive, por meio de processo ordinário de contas; [...].

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, por sua vez, firmou entendimento pela defesa da competência quanto à fiscalização dos recursos do FCDF, por meio da Decisão Ordinária nº 2.214/2007, conforme transcrição a seguir:

[...] II - resolver pela necessidade de defesa imediata da competência constitucional desta Corte de Contas envolvendo o Fundo Constitucional do Distrito Federal, solicitando à Presidência que adote as medidas necessárias para dirimir a questão; III - determinar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e aos órgãos jurisdicionados das áreas de saúde, educação e segurança, beneficiários dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, que, neste exercício de 2007: a) incluam, nas Leis Orçamentárias Anual e de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal, os valores provenientes da União relativos ao FCDF; b) registrem a execução orçamentário-financeira dos recursos provenientes da União referentes ao FCDF no sistema contábil oficial do Distrito Federal; c) utilizem contas bancárias vinculadas e específicas para a movimentação, no âmbito dos órgãos de segurança, saúde e educação do Distrito Federal, dos recursos pertinentes ao FCDF;

Outrossim, pronunciamentos mais recentes demonstram que ainda persiste o impasse e o conflito de competência entre as cortes de contas TCU e TCDF, conforme o Acórdão nº 2108/2009 – TCU – Plenário e a Decisão TCDF nº 5290/2010.

Quanto à execução dos recursos dos fundos de saúde da PMDF e do CBMDF, o TCU, por meio do Acórdão nº 2631/2010 – Plenário, determinou:

1.5.1. o registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011;

1.5.2. os superávits dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Distrito Federal, apurados em exercícios anteriores ou que vierem a ser apurados no exercício de 2010, sejam executados no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF.

A determinação supra decorre do entendimento de que a contribuição para o fundo de Saúde, da maneira como está formalizada, é compulsória e obrigatória, sendo, portanto, a sua execução de competência da esfera federal. No entanto, constatou-se que as Unidades Gestoras PMDF e CBMDF não executaram, no exercício de 2011, os recursos decorrentes dos superávits apurados.

Diante dos fatos, impende ressaltar que a apreciação da legalidade dos atos de admissão e de aposentadoria dos servidores custeados com recursos do FCDF é feita no âmbito do Tribunal de Contas do DF, por meio do Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC, que os atos administrativos de licitação e contratação são executados no âmbito distrital, sendo submetidos à apreciação do TCDF, e que, inclusive, os processos de tomadas de contas especiais que envolvam recursos do FCDF são encaminhados e julgados também pelo TCDF.

Por fim, convém destacar que o Parecer Prévio sobre as Contas de Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 2010, apontou como ressalva à gestão governamental, o teor desse conflito de competência, conforme transcrição:

RESSALVAS:

c) Quanto à gestão governamental:

i. não inclusão, no orçamento do DF, dos valores oriundos da União para as áreas de saúde, educação e segurança, provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal, com ofensa à Lei nº 10.633/2002, aos princípios da Universalidade e do Orçamento Bruto e ao disposto nos arts. 2º a 4º da Lei nº 4.320/1964;

VII – CONCLUSÃO

Com base nas consultas realizadas por meio do sistema SIAFI, dos relatórios de execução orçamentária extraídos do Portal do Senado/Orçamento, e dos demais documentos examinados, relativos ao exercício de 2011, conclui-se que os referidos recursos foram aplicados nas áreas de educação, saúde e segurança, em conformidade com as finalidades estabelecidas pela Lei nº 10.633/2002.

E, em face dos exames realizados, objetivando o cumprimento do disposto no inc. III, art. 13, da IN nº 63/2010 – TCU, apresentam-se as ressalvas, impropriedades e irregularidades constatadas por esta Controladoria-Geral da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, relatadas nos Subitens IV.1 a IV.5 do presente relatório, as quais comprometem a manifestação sobre a regularidade na aplicação desses recursos, quanto à execução física, financeira, orçamentária e patrimonial do FCDF.

Por conseguinte, a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade dos programas de governo, vinculados ao uso dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, fica prejudicada em razão da ausência de metas e de indicadores institucionais consolidados.

Por todo o exposto, destaca-se, ainda, que o conflito de competência existente entre o TCU e o TCDF para a fiscalização dos recursos do FCDF, além de prejudicar as ações de controle e dificultar a correta operacionalização por parte dos gestores, vem constituindo ressalvas nas contas anuais do Governo do Distrito Federal, quanto à gestão governamental.

Brasília, 23 de março de 2012.

Gisele Alves de Rezende
Auditora de Controle Interno
Matrícula nº 44.116-3

ANEXO IV – DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N° 107/2007***Declaração Plena do Contador***

Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FCDF			170392
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	20/03/2012
Contador Responsável	CLEIDE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA	CRC nº	015218/O-1

ANEXO VI – UNIDADES AGREGADAS



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE CONTROLE E CORREÇÃO
AUDITORIA**



**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2011**

Brasília-DF, 01 de março de 2012.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Relatório de Gestão 2011 apresentado ao Tribunal de Contas da União, por meio da Subsecretaria do Tesouro do Governo do Distrito Federal - SUTES/GDF, como prestação de contas anual, que o GDF tem o dever legal de o fazer nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com os dispositivos e normas legais baixadas pelo Tribunal de Contas da União.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF
CNPJ: 08.942.610.0001/16
Setor de Áreas Isoladas Sudoeste , Área 4. Palácio Tiradentes
70.610-200 Brasília - DF
Telefones: (61) 3910-1302/3910-1303
Internet: www.pmdf.df.gov.br

Brasília-DF, 01 de março de 2011.

Lista de Abreviações e Siglas

BOPE- Batalhão de Operações Especiais da PMDF;
BPCães- Batalhão de Policiamento de Cães da PMDF;
BPChoque- Batalhão de Policiamento de Choque da PMDF;
BPesc- Batalhão de Policiamento Escolar da PMDF;
BPM - Batalhão de Polícia Militar;
BPMA- Batalhão de Polícia Militar Ambiental da PMDF;
BPRv – Batalhão de Policiamento Rodoviário da PMDF;
BPTran- Batalhão de Policiamento de Transito da PMDF;
CI – Centro de Inteligência da PMDF;
CIADE - Central Integrada de Atendimento e Despacho da SSP/DF;
CME- Comando de Missões Especiais da PMDF;
CPCDH - Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF;
CPRL- Comando de Policiamento Regional do Leste da PMDF;
CPRM- Comando de Policiamento Regional Metropolitano da PMDF;
CPRO- Comando de Policiamento Regional do Oeste da PMDF;
CPRS- Comando de Policiamento Regional do Sul da PMDF;
DCC- Departamento de Controle Correccional da PMDF;
DGP- Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF;
DICC – Diretoria de Controle Contábil da PMDF;
DITel- Diretoria de Telemática da PMDF;
DLF- Departamento de Logística e Finanças da PMDF;
DOp – Departamento Operacional da PMDF;
DOU – Diário Oficial da União;
DPMT – Diretoria de Patrimônio Manutenção e Transporte da PMDF;
EDUCS - Educação para a Cidadania;
FSPMDF - Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal;
GEPES – Sistema de Gerenciamento de Pessoal da PMDF;
IPM – Inquérito Policial Militar;
IT – Inquérito Técnico;
LDO- Lei de Diretriz Orçamentária;
LOA- Lei Orçamentária Anual;
PA – Processo Administrativo;
PMDF- Polícia Militar do Distrito Federal;
PPA- Plano Plurianual;
PROERD- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência;
RA – Região Administrativa;
ROTAM- Rondas Ostensivas Táticas Móveis da PMDF;
RPMon- Regimento de Polícia Montada da PMDF;
SCIA- Setor Complementar de Indústria e Abastecimento;
SGO - Sistema Geral de Ocorrências da PMDF;
SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira;
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria;
SIGGO- Sistema Governamental de Gestão Orçamentária.
SPOA- Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração;
SSP/DF- Secretaria de Estado de Segurança Pública;
SUTES- Subsecretaria do Tesouro do DF;
UPM – Unidade Policial Militar

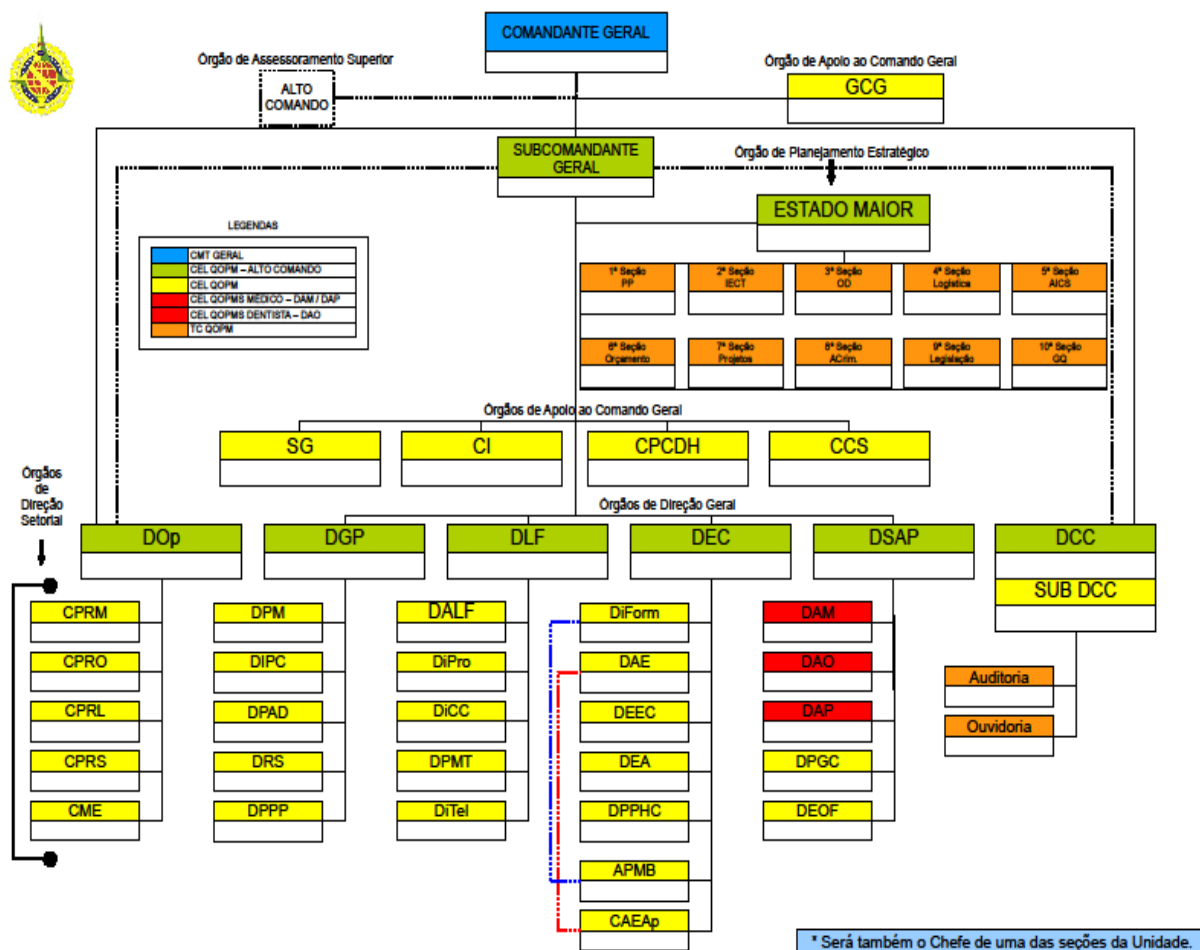
SUMÁRIO

Descrição	Página
Folha de Rosto	1
Lista de Abreviações e Siglas	3
Organograma	5
Introdução	6
Declarações	7
1 – Identificação	9
2 – Planejamento e gestão orçamentária e financeira da Unidade	10
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	10
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	11
2.3 Indicadores de Desempenho	15
2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro (Programas e Ações):	30
3-- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	38
4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	39
5 – Recursos	39
5.1 –Recursos Humanos	39
5.2 – Recursos Materiais	42
6-Contratos e Convênios	42
7-Declarações , Contratos e Convênios SIASG e SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei n ° 12.309, de agosto de 2010	42
8 – Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1.993 e entrega e Tratamento de Declarações de bens e rendas	42
9 - Funcionamento do sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada	42
9.1- Quadro Demonstrativo - Estrutura de controles internos da UJ	43
10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI), em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006	46
11 - Gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros	47
12- Gestão de tecnologia da informação (TI) da Unidade Jurisdicionada	47
13 - Utilização de cartões de pagamento do governo federal (Cartão Corporativo)	48
14- Renúncia Tributária	48
15 - Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento	49
15.1-Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício de 2011	49
15.2 – Auditorias e Tomada de Contas Especiais	52

16 - Recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento	60
16.1-Relatório de cumprimento das recomendações do OCI:	60
17 – Informações Complementares	71
17.1 – Balanço Financeiro	71
17.2 – Balanço Patrimonial	71
17.3 – Balanço Orçamentário	71
Lista de Anexos	72

ORGANOGRAMA

Previsão do Art. 63 da Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009 e do Decreto Federal nº 7.165, de 29 de abril de 2010.



cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União.

Neste relatório estão contempladas informações e dados relativos aos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2011 (LOA 2011) e sua execução financeira, a atuação da Polícia Militar do Distrito Federal no cumprimento de sua missão constitucional, a aplicação e monitoramento do Plano Estratégico da Corporação para o período 2011-2022, o desempenho operacional da Corporação no cumprimento de atribuições legais, os indicadores de ocorrências atendidas, operações realizadas, autuações de trânsito realizadas, além de outras atividades desenvolvidas pela Corporação. Estão apresentados, ainda, os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial.

DECLARAÇÃO

Declaro para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, alterado pela Decisão Normativa/TCU de nº 88, de 28 de novembro de 2007, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Brasília-DF, 01 de março de 2012.

SEBASTIÃO DAVI GOUVEIA- CEL QOPM
Comandante-Geral da PMDF

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que a Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF não possui quadro de Contador, sendo que a responsabilidade da contabilidade do Fundo Constitucional do Distrito Federal fica a cargo do Órgão Central de Contabilidade do Governo do Distrito Federal.

Brasília-DF, 01 de março de 2012.

SEBASTIÃO DAVI GOUVEIA- CEL QOPM

Comandante-Geral da PMDF

1 – Identificação:

Nome completo da unidade e sigla	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF
CNPJ da Unidade Jurisdicionada (FCDF)	05.448.380.0001/45
CNPJ Do Fundo Constitucional do DF	05.448.380.0001/45
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério da Fazenda (Fundo Constitucional do Distrito Federal)
Endereço completo da Sede	Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área Especial 04, Setor Policial Sul, Quartel do Comando Geral, Brasília, DF, CEP 70.610-200
Endereço da página institucional na Internet	http://www.pmdf.df.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Norma de criação e finalidade da unidade jurisdicionada: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê: Art. 21 – Compete à união: Item XIV – Organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio. Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Item V – polícias militares e corpos de bombeiros militares, Parágrafo 5º – Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública... Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Lei Nº 6.450, de 14 de outubro de 1977. Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas. Lei nº 7289/84 alterada pela Lei nº 7475/86 (Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal).
Código da UJ titular do relatório	73901 – Fundo Constitucional do DF - Polícia Militar do Distrito Federal.
Código das UJ abrangidas	73901 – Polícia Militar do Distrito Federal.
Situação da Unidade	Em funcionamento
Função de Governo predominante	73 – Transferência Estado, Distrito Federal e Municípios
Tipo de atividade	Segurança Pública no Distrito Federal
Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	170393 – Departamento de Logística e Finanças da PMDF; 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF (inativa no ano de 2011); 170485 – Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da PMDF.

2 – Planejamento e gestão orçamentária e financeira da Unidade:

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade:

A Polícia Militar do Distrito Federal tem a sua missão definida na Carta Magna, mais especificamente no Art 144, § 5º, “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;” em todo o Distrito Federal, podendo ainda realizar atividades de policiamento ostensivo na região do entorno, mediante a celebração de convênio com os estados limítrofes.

O principal programa de governo (Segurança em Ação) do Governo do Distrito Federal, executado pela Corporação em conjunto com os outros órgãos do sistema de segurança pública e coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, tem por objetivo reverter os níveis de criminalidade, de forma imediata e permanente, e transformar o Distrito Federal em um modelo de qualidade, eficiência e eficácia em segurança pública, trabalhando com ênfase na filosofia de Polícia Comunitária e na cultura da paz.

2.1.1 Competência Institucional:

Promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, com ênfase no respeito aos direitos humanos e na participação comunitária, buscando sempre disseminar a cultura da Paz.

2.1.2 Objetivos Estratégicos:

- Assegurar recursos orçamentários necessários;
- Garantir a execução financeira dos recursos orçamentários;
- Aprimorar a gestão de recursos humanos;
- Fortalecer o desenvolvimento dos recursos humanos;
- Estimular o desenvolvimento técnico-científico em segurança pública;
- Incrementar as atividades disciplinares e correccionais;
- Promover a motivação dos recursos humanos;
- Aprimorar a gestão logística;
- Implementar a gestão Estratégica;
- Garantir as informações necessárias à tomada de decisões;
- Fomentar as estratégias de aproximação com a população do DF;
- Ampliar a capacidade de resposta imediata;

- Otimizar o policiamento ostensivo e preventivo;
- Fomentar o respeito aos direitos humanos e garantias constitucionais;
- Melhorar a capacidade dos serviços prestados a população;
- Aumentar a confiança da população em relação a polícia;
- Elevar a sensação de segurança da população.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

Pode-se traduzir a estratégia da PMDF, no seguinte contexto: A PMDF que tem como missão promover a segurança e o bem estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, com ênfase no respeito aos direitos humanos e na participação comunitária, buscando disseminar a cultura da Paz, pretende chegar ao ano de 2022 sendo reconhecida como uma Corporação moderna e de referência nacional, valorizando o estudo da análise criminal, o policiamento orientado para resolução de problemas e buscando a melhoria da qualidade profissional de seus integrantes.

Para tornar isso possível, pretende assegurar os recursos orçamentários necessários e garantir a respectiva aplicação financeira, investindo no aprendizado e no crescimento de seu pessoal. Com recursos corretamente aplicados, a Corporação deseja aprimorar a gestão e fortalecer o desenvolvimento de seus Recursos Humanos, promovendo com isso a motivação do público interno, melhorando os processos afetos às atividades disciplinares e correcionais, além de estimular o desenvolvimento técnico científico na área de Segurança Pública.

Tendo sua base bem alicerçada, espera poder aprimorar seus processos internos e logísticos implantando uma gestão estratégica que lhe possibilite utilizar-se das informações estratégicas para a correta tomada de decisões. Desta forma, a Corporação busca aperfeiçoar o policiamento ostensivo/preventivo ampliando a capacidade de resposta imediata e fomentando as estratégias de aproximação com a população do Distrito Federal.

Em assim sendo, verifica-se que os grandes “alvos” desta estratégia resumem-se basicamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados, no fomento ao respeito aos direitos humanos e garantias constitucionais, com a elevação da sensação de segurança e no aumento da confiança da população em relação à Corporação.

Para melhor planejar, organizar e coordenar a aplicação do policiamento ostensivo, visando atender os anseios da população, dando maior mobilidade, flexibilidade e redimensionando a distribuição do efetivo na área do Distrito Federal, no ano de 2011, a PMDF encontra-se em processo de reestruturação interna, conforme dispositivos constantes na Lei Federal nº 12.086, de 06

de novembro de 2009, posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.165, de 29 de Abril de 2010 e pelo Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de Junho de 2010.

Com o advento dos citados mandamentos legais, criou-se o Departamento Operacional (DOP), Órgão de Direção Geral, sendo este responsável pelo policiamento ostensivo na área do Distrito Federal, competindo-lhe ainda a realização do planejamento, coordenação, fiscalização e controle dos cinco comandos de policiamento a ele diretamente subordinados.

Ao DOP subordinam-se os seguintes órgãos de direção setorial operacional, os quais constituem-se nos grandes comandos responsáveis pelo policiamento nas respectivas regiões de responsabilidade, definidas no plano de articulação da Corporação:

- I - Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM);
- II - Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO);
- III - Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL);
- IV - Comando de Policiamento Regional Sul (CPRS); e
- V - Comando de Missões Especiais (CME).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I - 1º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Asa Sul (RA-I);
- II - 3º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Asa Norte (RA-I);
- III - 4º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Guará (RA-X), no SIA (RA-XXIX), no SCIA/Cidade Estrutural/Cidade do Automóvel (RA-XXV);
- IV - 5º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Lago Sul (RA-XVI), bem como prestar segurança e assistência às missões diplomáticas, repartições consulares e organismos internacionais sediados no Distrito Federal;
- V - 6º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Área Central de Brasília (Esplanada / RA-I);
- VI - 7º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Cruzeiro (RA-XI) e Sudoeste/Octogonal (RA-XXII);

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I - 2º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Taguatinga (RA-III);
- II - 8º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Ceilândia (RA-IX);
- III - 11º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Samambaia (RA-XII);
- IV - 16º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Brazlândia (RA-IV);

V - 17º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Águas Claras (RA-XX) e em Vicente Pires (RA-XXX);

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I - 13º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Sobradinho (RA-V) e em Sobradinho II (RA-XXVI);
- II - 14º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Planaltina (RA-VI);
- III - 19º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento ostensivo de guarda na área externa do Complexo Penitenciário de Brasília;
- IV - 20º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Paranoá (RA-VII) e em Itapoã (RA-XXVIII);
- V - 21º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em São Sebastião (RA-XIV);
- VI - 24º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Lago Norte (RA XVIII) e no Varjão (RA-XXIII);

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Sul (CPRS) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I - 9º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Gama (RA-II);
- II - 25º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Park Way (RA-XIV), em Candangolândia (RA-XIX) e no Núcleo Bandeirante (RA-VIII);
- III - 26º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Santa Maria (RA-XIII);
- IV - 27º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Recanto das Emas (RA-XV);
- V - 28º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Riacho Fundo I (RA-XVII) e no Riacho Fundo II (RA-XXI);

Subordinam-se ao Comando de Missões Especiais (CME) as seguintes unidades de missões especiais:

- I - Batalhão de Operações Especiais (BOPE) – Atividades policiais e de segurança pública complexas que requeiram um alto grau de especialização em todo o Distrito Federal;
- II - Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães) – Policiamento especializado com cães em todo o Distrito Federal;

- III - Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque) – Policiamento especializado, como força de pronto emprego e de dissuasão para as situações de controle de distúrbios em todo o Distrito Federal;
- IV - Batalhão de Aviação Operacional (BAVOp) – Policiamento aéreo em todo o Distrito Federal;
- V - Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) – Policiamento ambiental em todo o Distrito Federal;
- VI - Regimento de Polícia Montada (RPMon) – Policiamento montado em todo o Distrito Federal;
- VII - 12º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios;
- VIII - 1º Batalhão de Policiamento Escolar – Policiamento escolar em todo o Distrito Federal;
- IX - 1º Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) - Policiamento de trânsito urbano nas Regiões Administrativas de Brasília (RA-I), Lago Sul (RA XVI), Lago Norte (RA XVIII), Cruzeiro (RA-XI) e Sudoeste/Octogonal (RA-XXII);
- X - 3º Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPRv) - Policiamento de trânsito rodoviário em todo o Distrito Federal.

Cabe citar ainda que atualmente está em funcionamento o 1º Batalhão de Patrulhamento Tático Motorizado (1º Batalhão de RoTaM) - responsável pela execução do policiamento tático motorizado em todo o Distrito Federal. Esta Unidade Policial Militar está vinculada atualmente diretamente ao Departamento Operacional da Corporação.

Algumas Unidades Policiais Militares criadas nos dispositivos legais ainda não foram implementadas, pois entrarão em atividade de acordo com as orientações estratégicas da Corporação.

Visando dar suporte, e o necessário apoio logístico, ao emprego da atividade operacional, a Corporação dispõe de diversas unidades administrativas responsáveis pelo planejamento e execução de atividades nas áreas de educação, orçamentária financeira, de pessoal, tecnológica e de saúde.

Os policiais militares lotados nessas unidades, além de trabalharem administrativamente, em caso de necessidade, de emergência ou também voluntariamente, reforçam as demais Unidades no policiamento ostensivo, aumentando o efetivo empregado na atividade fim.

Essas unidades estão vinculadas ao Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e estão distribuídas com a seguinte estrutura:

- I - Gabinete do Comando Geral.
- II - Secretaria Geral;
- III - Centro de Inteligência;
- IV - Centro de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos;
- V - Centro de Comunicação Social;
- VI - Estado Maior: ao Estado Maior subordinam-se 10 (dez) Seções Estratégicas;
- VII - Departamento de Gestão de Pessoal;
- VIII - Departamento de Logística e Finanças;
- IX - Departamento de Educação e Cultura;
- X - Departamento de Saúde Assistência ao Pessoal;
- XI - Departamento de Controle e Correição.

2.3 Indicadores de Desempenho

Devido ao processo de reestruturação interna em andamento no ano de 2011, foi necessário realizar testes para implementação dos indicadores de desempenho para a Corporação. Vale ressaltar que esses indicadores não eram oficiais e apenas serviram como uma base para experimento. Em 2012 os indicadores padrões que a PMDF utilizará serão os delineados para o Plano Plurianual 2012/15 (PPA 2012/15). O estudo para a definição dos indicadores de desempenho, adequados à gestão da nova estrutura da Instituição, está em andamento no Estado-Maior da Corporação.

2.3.1 Desempenho Operacional:

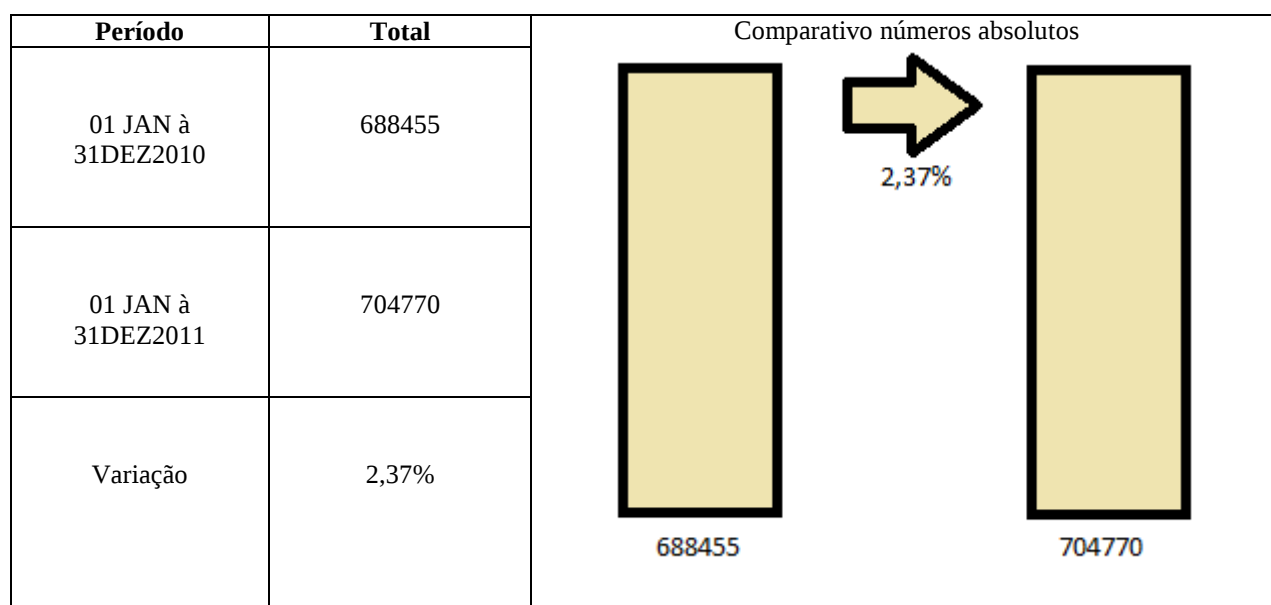
Os dados referentes às atividades operacionais desenvolvidas pela PMDF no atendimento emergencial, através de viaturas, com acionamento pela Central Integrada de Atendimento e Despacho (CIADE) através do telefone 190, são as seguintes:

2.3.1.1 - Atendimento de ocorrências PMDF (190):

No ano de 2011, a PMDF realizando o policiamento preventivo, ostensivo e repressivo de acordo com o quadro abaixo, que demonstra o comparativo em números absolutos das ocorrências acionadas pela CIADE, para atendimento das viaturas da PMDF, no Distrito Federal, nos períodos de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2010, e de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2011, havendo um aumento de 2,37% no atendimento de ocorrências pela Corporação. Tal dado aponta para o resultado dos investimentos realizados na renovação da frota da PMDF.

No decorrer do ano de 2011, foram registradas pela PMDF 704.770 (setecentas e quatro mil, setecentas e setenta) ocorrências resultantes do acionamento pela CIADE. Tais dados são catalogados mediante registro das solicitações de ação policial, através das ligações telefônicas no número 190. Após o término da ocorrência há o registro dos dados no Sistema de Gestão de Ocorrências (SGO) da PMDF.

Houve um aumento de 2,37% no atendimento de Ocorrências durante o ano de 2011 em comparação ao mesmo período no ano de 2010.



Fonte: SGO - Sistema Geral do Ocorrências PMDF

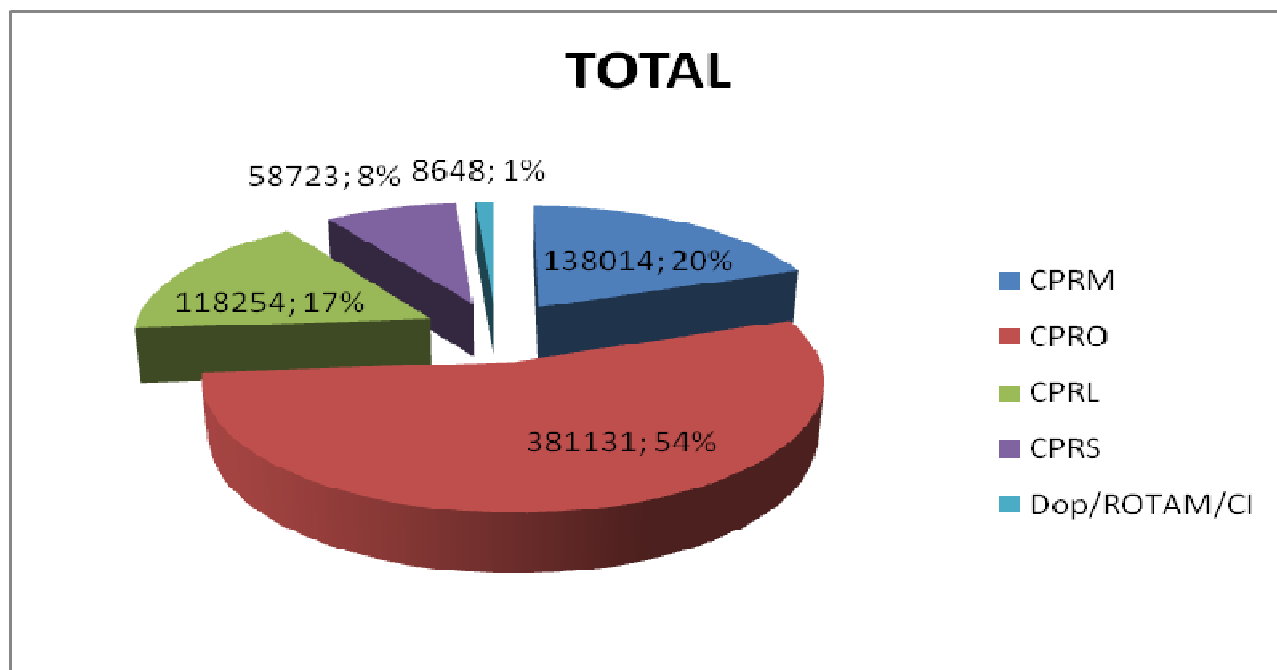
As ocorrências que foram registradas, de acordo com as regiões de policiamento, seguem a seguinte distribuição em dados quantitativos e percentuais:

Quadro demonstrativo do total de ocorrências atendidas por Comando Regional, Departamento Operacional, ROTAM e CI no ano de 2011.

COMANDO	TOTAL	PORCENTAGEM APROX
CPRM	138.014	20%
CPRO	381.131	54%
CPRL	118.254	17%
CPRS	58.723	8%
DOP/ROTAM/CI	8.648	1%
TOTAL	704.770	100%

Fonte: Seção de Estatística- DOP

Gráfico demonstrativo do total de ocorrências atendidas por Comando Regional, Departamento Operacional, ROTAM e CI no ano de 2011



2.3.1.2 - Produtividade policial

A produtividade policial da PMDF referente às apreensões de arma de fogo, veículos localizados e condução de criminosos às delegacias por tráfico de drogas no ano de 2011 encontram-se especificadas nos seguintes quadros demonstrativos e gráficos:

a. Apreensão de Arma de fogo

Quadro comparativo e Gráfico dos números absolutos das Armas apreendidas no Distrito Federal por período.

Período	Total de Armas Apreendidas	Comparativo números absolutos
01 JAN à 31DEZ2010	1.674	
01 JAN à 31DEZ2011	1.131	
Variação	-32,4%	

Fonte: SGO- Sistema Geral do Ocorrências PMDF

b. Veículos localizados pela PMDF

Quadro comparativo e Gráfico dos números absolutos dos veículos localizados no Distrito Federal por período.

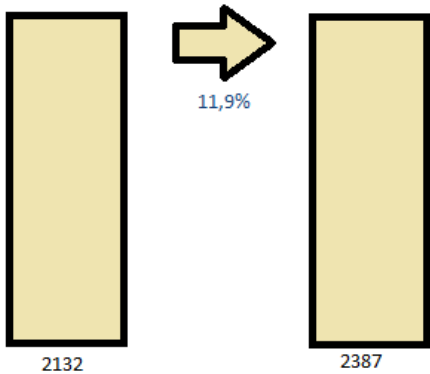
Período	Total de Veículos localizados pela PMDF	Comparativo números absolutos	
01 JAN à 31DEZ2010	4.432		
01 JAN à 31DEZ2011	4.803		
Variação	+8,3%		

Fonte: Anuários Estatísticos 2010 e 2011: Ditel- Diretoria de Telemática-PMDF.

c. Ocorrências de Tráfico de drogas

No ano de 2011, houve o registro de 2.387(duas mil trezentas e oitenta e sete) ocorrências de tráfico de drogas, havendo um aumento percentual de 11,9%, em relação ao mesmo período no ano de 2010.

Quadro comparativo e Gráfico dos números absolutos das ocorrências de tráfico de drogas no Distrito Federal por período.

Período	Tráfico de drogas	Comparativo números absolutos	
01 JAN à 31DEZ2010	2132		
01 JAN à 31DEZ2011	2387		
Variação	11,9%		

Fonte: Relatório do Superior de Dia dos anos 2010 e 2011-PMDF

2.3.1.3 - Média diária de efetivo operacional

A Média Diária de Efetivo Operacional baseia-se no Mapa Diário de Meios Disponíveis na Corporação, onde foram obtidos os seguintes dados:

Modalidade de Policiamento	Média diária de efetivo	Média diária de viaturas
----------------------------	-------------------------	--------------------------

Motorizado	1280	480
Motociclístico	82	82
Policimento a pé	340	***
Policimento Montado	43	01
Policimento Velado	25	75
Postos Policiais	240	80
TOTAL	1967	718

Fonte: Mapas Diários de Meios disponíveis na corporação.

2.3.1.4 - Principais Operações Desenvolvidas no ano de 2011.

No ano de 2011, a PMDF desenvolveu as seguintes operações:

Operação	Quantitativo	Unidade	DOP/Comando Regional/CME
Operações diversas	04	DOP	DOP
Operação Carrossel	323	DOP	DOP
Operação Integrada	01	DOP	DOP
Operação Noroeste	01	DOP	DOP
Operação PIN	37	DOP	DOP
Operação Reveillon	01	DOP	DOP
Operação Varredura	364	1ºBP Esc	CME
Operação Escola Livre	87	1ºBP Esc	CME
Operação Bloqueio Escolar	194	1ºBP Esc	CME
Operação Blitz Escolar	104	1ºBP Esc	CME
Operação Perímetro de Segurança Escolar	219	1ºBP Esc	CME
Operação Cosme e Damião	230	1ºBP Esc	CME
Operação Carrossel	120	1ºBP Esc	CME
Operação Noroeste	02	1ºBP Esc	CM
Operação Marco Zero	02	1ºBP Esc	CME
Operação Volta às Aulas	02	1ºBP Esc	CME
Operação Carnaval	01	1ºBP Esc	CME
Operação Integrada Descentralizada	02	1ºBP Esc	CME
Operação Varredura	364	1ºBP Esc	CME
Operação Escola Livre	87	1ºBP Esc	CME
Operação Reveillon	01	1ºBP Tran	CME
Operação Volta às Aulas	01	1ºBP Tran	CME

Operação Manutenção da Ordem Pública	01	1ºBPTran	CME
Operação Carnaval	01	1ºBPTran	CM
Operação Galeria Nova Ouvidor	01	1ºBPTran	CME
Operação Aniversário de Brasília	01	1ºBPTran	CME
Operação Cidade da Paz	01	1ºBPTran	CME
Operação Dionísio	01		CME
Operação Buriti	01	1ºBPTran	CME
Operação Aeroporto	01	1ºBPTran	CME
Operação Tolerância	01	1ºBPTran	CME
Operação 07 de Setembro	01	1ºBPTran	CME
Operação Integrada PMDF/PMGO	01	1ºBPTran	CME
Operação Marco Zero	01	1ºBPTran	CM
Operação Carrossel	01	1ºBPTran	CME
Operação Fora do Eixo	01	1ºBPTran	CME
Operação Visibilidade	01	1ºBPTran	CME
Operação Saturação	01	1ºBPTran	CME
Operação Álcool Zero	01	1ºBPTran	CME
Operação CLS	01	1ºBPTran	CME
Operação Canalização	01	1ºBPTran	CME
Operação Intensificação de Policiamento	06	12ºBPM	CME
Operação Buriti	09	12ºBPM	CME
Operação Cosme e Damião	01	12ºBPM	CME
Operação Noroeste	01	12ºBPM	CME
Operação Integrada	01	12ºBPM	CME
Operação Intensificação de Policiamento	06	12ºBPM	CME
Operação Álcool Zero	312	BPRv	CME
Operação Conjunta Integrada	08	BPRv	CME
Operação Granja do Torto	02	BPRv	CME
Operação Festa do Morango	01	BPRv	CME
Operação Intensificação de Policiamento	179	BPRv	CME
Operação Boas Festas	03	BPRv	CME
Operação Buriti	02	BPRv	CME
Operação Caravana	03	BPRv	CME
Operação Carrossel	04	BPRv	CME
. Operação Chuvas	04	BPRv	CME
Operação Finados	01	BPRv	CME
Operação Fluidez	11	BPRv	CME
Operação Koresmos	01	BPRv	CME
Operação Marco Zero	01	BPRv	CME
Operação Noroeste	01	BPRv	CME
Operação Radar	01	BPRv	CME
Operação Ponto de Demonstração	03	BPRv	CME
Operação Saturação	01	BPRv	CME

Operação Táxi Seguro	01	BPRv	CME
Operação Via Sacra	01	BPRv	CME
Operação Eventos Esportivos	01	BPRv	CME
Operação Shows Diversos	01	BPRv	CME
Operação Ambiental	05	BPMA	CME
Operação Barreira Ambiental	96	BPMA	CME
Operação Intensificação de Policiamento	98	BPMA	CME
Operação Voltas às Aulas	01	BAVOP	CME
Operação Carnaval	01	BAVOP	CME
Operação Morro da Capelinha	01	BAVOP	CME
Operação Aniversário de Brasília	01	BAVOP	CME
Operação Corpus Christi	01	BAVOP	CME
Operação Festa de Pentecostes	01	BAVOP	CME
Operação Dia de Finadas	01	BAVOP	CME
Operação Dia do Evangélico	01	BAVOP	CME
Operação Proclamação da República	01	BAVOP	CME
Operação PIN	01	BAVOP	CME
Operação Entorno	01	BAVOP	CME
Operação Tolerância Zero	01	BAVOP	CME
Operação Hurus	01		CME
Operação Gerente	07	BOPE	CME
Operação Ameaça	19	BOPE	CME
Operação Petardo	08	BOPE	CME
Operação Anti-bombas	18	BOPE	CME
Operação Varredura	52	BOPE	CME
Operação Jogo de Futebol	48	BPChoque	CME
Operação Marco Zero	21	BPChoque	CME
Operação Intensificação de Policiamento	32	BPChoque	CME
Operação 1.000 Dias para a Copa do Mundo	01	BPChoque	CME
Operação Natal Seguro	01	BPChoque	CME
Operação Boas Festas	01	BPChoque	CME
Operação Finados	01	BPChoque	CME
Operação Aeroporto Seguro	02	BPChoque	CME
Operação Segurança Comunitária em Ação	01	BPChoque	CME
Operação Integrada da Estrutural	01	BPChoque	CME
Operação Ato Público	01	BPChoque	CME
Operação Zona Rural	01	BPChoque	CME
Operação Circuito Muito Mais que Segurança	01	BPChoque	CME
Operação Marcha Nacional da Educação	01	BPChoque	CME
Operação Posse de Ministro do TCU	01	BPChoque	CME
Operação Greve dos Servidores Penitenciários	01	BPChoque	CME
Operação Reveillon	01	BPChoque	CME
Operação Reintegração de Posse	01	BPChoque	CME
Operação Formatura do GTOP	01	BPChoque	CME
Operação Praça do Trabalhador	01	BPChoque	CME
Operação Formatura do CFP II	01	BPChoque	CME
Operação Noroeste	01	BPChoque	CME
Operação Shows em Brasília	01	BPChoque	CME
Operação Mobilização de Atos Públicos	01	BPChoque	CME
Operação Dia dos Inativos	01	BPChoque	CME
Operação Religiosa Israelense	01	BPChoque	CME
Operação 07 de Setembro	01	BPChoque	CME
Operação Festa do Morango	01	BPChoque	CME
Operação Independência do Brasil	01	BPChoque	CME
Operação Marcha das Margarida	01	BPChoque	CME
Operação Comando Militar do Planalto à PMDF	01	BPChoque	CME
Operação Inauguração de PCS's	01	BPChoque	CME
Operação Arraiá EDUCS	01	BPChoque	CME
Operação Brasília Moto Capital	01	BPChoque	CME
Operação Entrega de Espada	01	BPChoque	CME

Operação Formatura do CTOR II	01	BPChoque	CME
Operação Formatura do PROERD	01	BPChoque	CME
Operação Marcha das Margarida	01	BPChoque	CME
Operação Comando Militar do Planalto à PMDF	01	BPChoque	CME
Operação Inauguração de PCS's	01	BPChoque	CME
Operação Arraiá EDUCS	01	BPChoque	CME
Operação Equus	01	RPMont	CME
Operação Taguatinga/Areal	01	RPMont	CME
Operação Riacho Fundo/Recanto das Emas	02	RPMont	CME
Operação São Sebastião	01	RPMont	CME
Operação Sol Nascente	01	RPMont	CME
Operação Ceilândia	01	RPMont	CME
Operação Santa Maria	02	RPMont	CME
Operação Planaltina	01	RPMont	CME
Operação Samambaia	01	RPMont	CME
Operação Equus	01	RPMont	CME
Operação Taguatinga/Areal	01	RPMont	CME
Operação "Saturação".	01	CPRM	CPRM
Operação "Carnaval Gran Folia".	01	CPRM	CPRM
Operação "Visita do Presidente dos EUA".	01	CPRM	CPRM
Operação "Brasília 51 Anos".	01	CPRM	CPRM
Operação "Dia do Trabalhador".	01	CPRM	CPRM
Operação "Red Bull X Fighter".	01	CPRM	CPRM
Operação "Força Tática".	01	CPRM	CPRM
Operação "Corpus Christ".	01	CPRM	CPRM
Operação "Independência".	01	CPRM	CPRM
Operação "Reveillon".	01	CPRM	CPRM
Operações Diversas	560	1º BPM:	CPRM
Operações Diversas	670	3º BPM:	CPRM
Operações Diversas	314	4º BPM:	CPRM
Operações Diversas	246	5º BPM:	CPRM
Operações Diversas	348	6º BPM:	CPRM
Operações Diversas	188	7º BPM:	CPRM
Operação Buriti (PMDF)	24	UPM(S) DO CPRL	CPRL
Operação Koresmos (DOp)	05	UPM(S) DO CPRL	CPRL
Operação Leste Seguro (CPRL)	13	UPM(S) DO CPRL	CPRL
Operação Via Sacra (PMDF)	01	14ºBPM	CPRL
Operação Trinta Melhores (SSP)	08	UPM(S) DO CPRL	CPRL
Operação Despachando com o Comando (CPRL)	26	UPM(S) DO CPRL	CPRL
Operação Integrada PMDF e PMGO	01	14ºBPM	CPRL
Operação Planaltina Segura	03	14ºBPM	CPRL
Operação Arcanjo	29	21ºBPM	CPRL
Torneio Operacional;	01	CPRO	CPRO
Operações Segurança Cirúrgica;	03	CPRO	CPRO
Operação de Intensificação de policiamento em toda área do CPRO;	01	CPRO	CPRO
Operações de Intensificação de policiamento na área de Taguatinga;	03	CPRO	CPRO
Operação Força Tarefa durante o Carnaval;	01	CPRO	CPRO
Operações Ponto de Bloqueio;	21	CPRO	CPRO
Operação de Intensificação de policiamento em Samambaia;	01	CPRO	CPRO
Operação de Intensificação de policiamento em Ceilândia.	01	CPRO	CPRO
Operações de Intensificação de policiamento;	15	2ºBPM	CPRO
Operação Barreira Itinerante;	01	2ºBPM	CPRO

Operação Choque de Ordem;	01	2ºBPM	CPRO
Operação de Fiscalização “Férias de Verão”;	01	2ºBPM	CPRO
Operação Integrada;	01	2ºBPM	CPRO
Operação Especial Noturna;	01	2ºBPM	CPRO
Operação Feira dos Goianos;	01	2ºBPM	CPRO
Operações de Intensificação de policiamento;	01	2ºBPM	CPRO
Operação Barreira Itinerante;	15	2ºBPM	CPRO
Operação Choque de Ordem;	01	2ºBPM	CPRO
Operação Choque de Ordem;	01	2ºBPM	CPRO
Operação de Fiscalização “Férias de Verão”;	01	2ºBPM	CPRO
Operações Manutenção da Ordem Pública;	03	16ºBPM	CPRO
Operações Força Tarefa no Entorno;	02	16ºBPM	CPRO
Operações Desarmamento;	12	16ºBPM	CPRO
Operações Transporte Coletivo;	19	16ºBPM	CPRO
Operações Cidade Tranquila;	02	16ºBPM	CPRO
Operações Força Integrada;	04	16ºBPM	CPRO
Operação Integrada com a PMGO;	01	16ºBPM	CPRO
Operação de Intensificação de policiamento nas áreas bancárias de Brazlândia	01	16ºBPM	CPRO
Operação de Intensificação de policiamento na Expansão de Samambaia;	01	11ºBPM	CPRO
Operações conjuntas com a 26ª DP/PCDF;	03	11ºBPM	CPRO
Operação Cerco Total;	01	11ºBPM	CPRO
Operações Toca das Gatas;	06	11ºBPM	CPRO
Operação Conjunta com a AGEFIS;	01	11ºBPM	CPRO
Operações Pontos de Bloqueio;	02	11ºBPM	CPRO
Operação Integrada com a PMGO;	01	11ºBPM	CPRO
Operação de Intensificação de policiamento nas áreas bancárias de Samambaia.	01	11ºBPM	CPRO
Operações Visibilidade;	27	8ºBPM	CPRO
Operações Cidade Tranquila;	20	8ºBPM	CPRO
Operações Arara;	09	8ºBPM	CPRO
Operações Fiscalização de Trânsito;	07	8ºBPM	CPRO
Operação de combate ao tráfico de drogas;	05	8ºBPM	CPRO
Operações de combate a pirataria;	03	8ºBPM	CPRO
Operações Comércio Seguro;	03	8ºBPM	CPRO
Operações contra o Comércio Ilegal;	03	8ºBPM	CPRO
Operações Presença;	03	8ºBPM	CPRO
Operações Saturação;	03	8ºBPM	CPRO
Operações de Fiscalização de Estabelecimentos comerciais;	02	8ºBPM	CPRO
Operações Volta as Aulas;	02	8ºBPM	CPRO
Operação Cidade Segura;	01	8ºBPM	CPRO
Operação Desarmamento.	01	8ºBPM	CPRO
Operação Carnaval	01	CPRS	CPRS
Operação Integrada	04	CPRS	CPRS
Operação Carrossel	12	CPRS	CPRS
Operação Intensificação de Policiamento	04	CPRS	CPRS
Operação Trinta Melhores	01	CPRS	CPRS
Operação dias melhores	01	CPRS	CPRS
Operação Buriti	01	CPRS	CPRS
Operação Buriti	01	CPRS	CPRS
Operação Intensificação de policiamento CFP	01	CPRS	CPRS
Operação Policiamento Intensivo de Natal(PIN)	01	CPRS	CPRS
Operação Carrossel	26	9ºBPM	CPRS
Operação Buriti	14	9ºBPM	CPRS
Operação Conjunta	01	9ºBPM	CPRS
Operação Intensificação	01	9ºBPM	CPRS
Operação Pré-Carnaval	02	9ºBPM	CPRS
Operação Integrada	01	9ºBPM	CPRS
Operação Trinta Melhores	01	9ºBPM	CPRS

Operação Integrada	04	25ºBPM	CPRS
Operação Carrossel	15	25ºBPM	CPRS
Operação Buriti	03	25ºBPM	CPRS
Operação Expediente	15	25ºBPM	CPRS
Operação PIN	02	25ºBPM	CPRS
Operação Natal Seguro	01	25ºBPM	CPRS
Operação Pré-Carnaval	03	25ºBPM	CPRS
Operação Ressaca de Carnaval	01	25ºBPM	CPRS
Operação Brasília 51 anos	01	25ºBPM	CPRS
Operação Intensificação de Policiamento	02	25ºBPM	CPRS
Operação Integrada	01	26ºBPM	CPRS
Operação Santa Maria	01	26ºBPM	CPRS
Operação Transporte Irregular de Passageiros	30	26ºBPM	CPRS
Operação Intensificação de Policiamento	01	26ºBPM	CPRS
Operação Carrossel	22	27ºBPM	CPRS
Operação Integrada	36	27ºBPM	CPRS
Operação Buriti	10	27ºBPM	CPRS
Operação Intensificação de Policiamento	17	27ºBPM	CPRS
Operação Trinta Melhores	08	27ºBPM	CPRS
Operação Integrada Descentralizada	02	27ºBPM	CPRS
Operação Pré-carnaval	05	27ºBPM	CPRS
Operação FAREMAS	04	27ºBPM	CPRS
Operação Intensificação	01	28ºBPM	CPRS
Operação Integrada	04	28ºBPM	CPRS
Operação Buriti	04	28ºBPM	CPRS
Operação Carrossel	09	28ºBPM	CPRS
Operação Volta às Aulas	01	28ºBPM	CPRS
Operação Pré-carnaval	01	28ºBPM	CPRS
Operação Trinta Melhores	01	28ºBPM	CPRS
Operação Abordagem Total	01	28ºBPM	CPRS
Operação Marco Zero	01	28ºBPM	CPRS
Operação Segurança Integrada	01	28ºBPM	CPRS
TOTAL DE OPERAÇÕES REALIZADAS PELA PMDF	6.147	TODAS AS UPM(S) DA PMDF	

Fonte: Departamento operacional da PMDF

2.3.1.5 - Elaboração e cumprimento de Ordens de Serviço no âmbito da PMDF

No ano de 2011, a PMDF, no âmbito dos Comandos Regionais de Policiamento, elaborou 17.084 (dezessete mil e oitenta e quatro) Ordens de Serviço, havendo o cumprimento de 17.475 (dezessete mil e quatrocentos e setenta e cinco) Ordens de Serviço elaboradas por parte das Unidades Operacionais da PMDF.

COMANDO	UPM	EXPEDIDAS PELO COMANDO REGIONAL E CUMPRIDAS PELAS UPM(s)	DESENCADEADAS E CUMPRIDAS PELAS UPM(s)
DOP	DOP	1.304	1.304
CME	1º BPEsc	1.024	1.024

CME	1º BPTran;	1.418	1.418
CME	12º BPM	179	179
CME	BPRv	1.558	1.558
CME	BPMA;	266	266
CME	BAVOP;	160	160
CME	BPCoque	267	267
CME	BPCÃES	161	161
CME	RPMONT	537	537
CPRM	TODAS AS UPM(s) DO CPRM	1.725	1.735
CPRL	CPRL	0	94
CPRL	13º BPM	300	675
CPRL	14º BPM	619	871
CPRL	19º BPM	175	85
CPRL	20º BPM	285	105
CPRL	21º BPM	296	273
CPRL	24º BPM	230	168
CPRO	CPRO	818	818
CPRO	2º BPM	769	769
CPRO	8º BPM	1.020	1.020
CPRO	11º BPM	584	584
CPRO	16º BPM	476	471
CPRS	CPRS	587	587
CPRS	9ºBPM	736	736
CPRS	25ºBPM	571	571
CPRS	26ºBPM	410	410
CPRS	27ºBPM	271	271
CPRS	28ºBPM	338	338
TOTAL		17.084	17.475

Fonte: Departamento operacional da PMDF

2.3.1.6 - Apoios prestados a Outros Órgãos

No ano de 2011, a PMDF procedeu 2.973(dois mil novecentos e setenta e três) apoios a Outros Órgãos, conforme quadro a seguir:

COMANDO REGIONAL/CME	UPM	APOIO PRESTADO	QUANTIDADE
CME	1ºBPTRAN	DFTRANS	1
CME	1ºBPTRAN	NOVACAP	1
CME	12ºBPM	Apoios a outros órgãos e Unidades	663
CME	BPRV	CBMDF	3
CME	BPRV	CEB	20
CME	BPRV	DER	150
CME	BPRV	DFTRANS	10
CME	BPRV	ENGEBRÁS/INMETRO	92
CME	BPRV	PERKONS	20
CME	BPMA	IBRAM	8
CME	BPMA	ICMBio	5
CME	BPMA	SEAPA	24
CME	BPMA	INFRAERO	1
CME	BPMA	Coordenadoria de Cidades	1
CME	BPMA	SEOPS	1
CME	BPMA	IBAMA	4
CME	BPMA	UNB	1
CME	BPMA	DETRAN	1
CME	BAVOP	FLONA	1
CME	BAVOP	GDF	1
CME	BAVOP	SUDESA	1
CME	BAVOP	CAESB	1
CME	BAVOP	Embaixadas	1
CME	BAVOP	Banco Central	1
CME	BAVOP	FLONA	1
CME	BAVOP	GDF	1
CME	BOPE	Não houve apoio	0
CME	BPCHOQUE	BACEN,PCDF,FIFA	54
CME	BPCÃES	PCDF	25
CME	BPCÃES	PRF	2
CME	BPCÃES	PF	1
CME	BPCÃES	PMDF	90
CME	RPMONT	AGEFIS	1
CME	RPMONT	SUDESA	1
CME	RPMONT	SESIPE	1
CME	RPMONT	CNTC	1
CME	RPMONT	SUPROC	1
CME	RPMONT	PCDF	1
CME	RPMONT	Vara da Infância	1
CPRM	UNIDADES DO CPRM	DIVERSOS	136
CPRL	CPRL	APOIOS A OUTROS ÓRGÃOS	08
CPRL	13º BPM	APOIOS A OUTROS ÓRGÃOS	94
CPRL	14º BPM	APOIOS A OUTROS ÓRGÃOS	28
CPRL	19º BPM	APOIOS A OUTROS ÓRGÃOS	54
CPRL	20º BPM	APOIOS A OUTROS ÓRGÃOS	71
CPRL	21º BPM	APOIOS A OUTROS ÓRGÃOS	61
CPRL	24º BPM	APOIOS A OUTROS ÓRGÃOS	33
CPRL	13º BPM	APOIO À SUDESA	55
CPRL	14º BPM	APOIO À SUDESA	21
CPRL	19º BPM	APOIO À SUDESA	31

CPRL	20º BPM	APOIO À SUDESA	50
CPRL	21º BPM	APOIO À SUDESA	26
CPRL	24º BPM	APOIO À SUDESA	17
CPRO	CPRO	APOIOS DIVERSOS	00
CPRO	2º BPM	APOIOS DIVERSOS	453
CPRO	8º BPM	APOIOS DIVERSOS	312
CPRO	11º BPM	APOIOS DIVERSOS	39
CPRO	16º BPM	APOIOS DIVERSOS	10
CPRS	9ºBPM	APOIOS DIVERSOS	144
CPRS	25ºBPM	APOIOS DIVERSOS	69
CPRS	26ºBPM	APOIOS DIVERSOS	29
CPRS	27ºBPM	APOIOS DIVERSOS	19
CPRS	28ºBPM	APOIOS DIVERSOS	20
TOTAL			2973 APOIOS PRESTADOS PELA PMDF A DIVERSOS ÓRGÃOS

Fonte: Departamento operacional da PMDF

2.3.1.7 - Policiamento Comunitário

O Policiamento Comunitário ou de Proximidade é um tipo de policiamento que utiliza estratégias de aproximação, ação de presença, permanência, envolvimento e comprometimento com o local de trabalho e com as comunidades na preservação da ordem pública, da vida e do patrimônio das pessoas.

2.3.1.8 – Projetos Sociais

No exercício de 2011, houve um desenvolvimento dos projetos sociais, os quais aumentaram de forma considerável a abrangência de público atingido, onde a prevenção e a conscientização são o escopo destas ações, com reflexos profundos na sociedade. Terão efeitos a médio e longo prazos, na sociedade do DF, pois busca a conscientização da importância de um trânsito cidadão, abordando também de maneira clara e direta os problemas oriundos das drogas (junto a crianças e suas famílias em fase educacional), bem como elevar a consciência quanto ao trato das questões referentes ao meio-ambiente, dentre outras.

No ano de 2011 a PMDF atendeu 154.583 (cento e setenta e seis mil e novecentos e setenta e oito) pessoas através de diversos programas institucionais, buscando desenvolver ações de prevenção e conscientização no âmbito do DF, conforme quadro a seguir:

QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS/2011												
Descrição	E f e t i v o	MA R	A B R	MA I	JU N	J U L	A G O	SE T	O U T	NO V	D E Z	TO TAL
PROE RD	38	22.400	----	18.000	10.478	-----	-----	15100	-----	15199	5190	63972
LOBO GUAR Á	08	3147	6350	-----	2862	4700	7578	1022	2237	2780	710	33 170
JUVE NTUD SEMP RE ALER TA	08	480	1200	1200	1200	1060	1060	2300	2300	1600	1600	12 940
EDUC S	22	190	210	120	983	250	300	278	278	692	300	3 601
ARTE TÁTIC A	04	-----	-----	-----	-----	-----	300	970	2080	1650	250	5 250
RODO VIA	05	2950	7420	-----	8700	1100	4200	1100	1200	5000	-----	31 670
GINÁ ST.	02	430	430	505	980	375	430	245	245	240	100	3 980
COM UNIT.												

Fonte: Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF

A Polícia Militar do Distrito Federal está trilhando o caminho da especialização técnica de seu maior patrimônio: o policial militar. A reestruturação prevista na Lei nº 12.086/09, está em andamento, o que trará a modernização necessária à administração policial militar para garantir o emprego eficaz e eficiente do policiamento ostensivo na Capital Federal.

A Corporação está em busca para melhorar continuamente as condições de atendimento ao seu público, buscando sempre novas técnicas e tecnologias para atuar através da execução da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, garantindo bem estar social e segurança pública da sociedade do Distrito Federal.

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro (Programas e Ações):

2.4.1 Programa 0903 Operações Especiais:

Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica:

Tipo de programa	Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica.
Objetivo geral	73 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. 90 - Reserva de Contingência.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Manter a Polícia Militar conforme o que preceitua a Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV e a Lei nº. 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
Público-alvo (beneficiários)	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica.

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF

2.4.2- Principais Ações do Programa:

2.4.2.1 - Programa 0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as decorrentes de Legislação Específica:

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: Programa 0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica				
Tipo do Programa: Operação Especial						
Objetivo Geral: Dar cumprimento ao dispositivo consoante ao Inciso XIV do Artigo 21 da Constituição Federal e Lei 10.633 de 27 de dezembro de 2002.						
Objetivos Específicos: Manutenção da PMDF, da PCDF, do CBMDF e assistência á serviços Públicos de saúde e Educação.						
Gerente: Não há, pois não é finalístico			Responsável: Não há, pois não é finalístico			
Público Alvo: Servidores da Polícia Militar Ativos, Inativos e Pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.087.556.670,00	2.163.762.898,00	2.161.402.873,05	2.071.908.923,73	89.493.950,00	1.906.537.621,48	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não Aplicável- NA	NA	NA	NA	NA	NA
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não aplicável aos Recursos do FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF						
Análise do Resultado Alcançado						
Campo não aplicável aos recursos do FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF						
2.4.2.1-Execução Física das ações realizadas pela UJ						

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	
28	845	0903	0036	OP	3	R\$	100,00%	100,00%	0,00%	
28	845	0903	00F1	OP	3	R\$	100,00%	100,00%	0,00%	
28	845	0903	00FH	OP	3	R\$	100,00%	100,00%	0,00%	
28	845	0903	00FL	OP	3	R\$	100,00%	100,00%	0,00%	
28	845	0903	00FM	OP	3	R\$	100,00%	98,16%	1,84%	
Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira.										

2.4.2.2-Ação: 00360000 Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal

Tipo	Transferência Obrigatória
Finalidade	Transferir recursos financeiros destinados ao custeio administrativo e operacional da Polícia Militar do Distrito Federal.
Descrição	Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas voltadas para a manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal
Unidade Administrativa responsável	Secretaria-Executiva/MF
Implementação da Ação	Transferência Obrigatória / Os recursos são transferidos pela SPOA à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal, mediante convênio.
Base legal da Ação	Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF

2.4.2.3-Ação: 00F1000 Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal:

Tipo	Transferência Obrigatória
Finalidade	Possibilitar o pagamento de pessoal inativo e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal.
Descrição	Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de pessoal inativo e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal.
Unidade Administrativa responsável	Secretaria-Executiva
Implementação da ação	Os recursos são transferidos pela SPOA à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal, mediante convênio.
Base legal da Ação	Constituição Federal, art. 21, inciso XIV e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF

2.4.2.4-Ação 00FH0000 Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal:

Tipo	Descentralizada
-------------	-----------------

Finalidade	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos militares ativos da Polícia Militar do Distrito Federal.
Descrição	Concessão de auxílio-alimentação aos militares ativos da Polícia Militar do Distrito Federal, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos da União.
Unidade Administrativa responsável	Secretaria-Executiva/MF
Implementação da ação	Transferência Outras
Base legal da Ação	Art. 2º da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002.

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF.

2.4.2.5-Ação 00FL0000 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal:

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Oferecer aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal que tenham filhos em idade pré-escolar.
Unidade Administrativa responsável	
Implementação da ação	Transferência Outras
Base legal da Ação	Inciso IV, do art. 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 e art. 2º da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002.

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF

2.4.2.6-Ação 00FM0000 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal:

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Proporcionar aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médica e odontológica aos militares, seus dependentes e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal.
Unidade Administrativa responsável	Secretaria-Executiva/MF
Implementação da ação	Os recursos são repassados pela União ao Governo do Distrito Federal, mensalmente, à razão de duodécimos do montante na lei orçamentária anual para a referida ação, nos termos da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002. Transferência Outras
Base legal da Ação	Art. 32 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002.

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF

2.4.3- Metas e Resultados das Ações no Exercício:

CÓDIGO	AÇÃO	VALOR APROVADO NA LOA	VALOR EXECUTADO PELA PMDF
00360000	Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal	R\$ 1.383.678.860,00	R\$ 1.427.807.127,00
00F10000	Pessoal Inativo e Pensionista da Polícia Militar do Distrito Federal	R\$ 474.513.922,00	R\$ 555.226.147,00
00FH0000	Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal.	R\$ 94.546.080,00	R\$ 90.218.239,00
00FL0000	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal	R\$ 6.739.800,00	R\$ 5.77.581,00
00FM0000	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e aos Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal	R\$ 128.075.008,00	R\$ 82.377.779,05

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF

A ação 00FM0000 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e aos Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal) consta atualmente a fonte de receita própria (contribuição dos servidores da PMDF) nº106 (Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal - FSPMDF) o qual não consta no presente relatório, devido ser objeto de outro relatório de Gestão apartado.

Acima descrevemos o que foi aprovado na LOA/2011 e o que foi executado pela a PMDF. A Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (SUTES) é a responsável pela descentralização de créditos e desembolsos mensais para cada órgão, levando-se em conta as informações constantes da Proposta Orçamentária. O valor executado discriminado no quadro acima se refere somente à execução feita pela Corporação.

2.4.4 - Evolução dos Gastos Gerais:

CÓDIGO	AÇÃO	ANO		
		2009	2010	2011
00360000	Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal	1.163.347.605,00	1.077.136.147,00	1.427.807.127,00
00410000	Pessoal Inativo e Pensionista da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	433.558.826,76	488.587.421,00	555.226.147,00
00FH0000	Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal-	80.920.410,28	74.077.552,00	90.218.239,00

00FL0000 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal 5.858.969,94 5.038.997,00 5.773.581,00

00FM0000	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	48.222.600,00	20.514.385,60	82.377.779,05
----------	--	---------------	---------------	---------------

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF.

2.4.4.1-Programação das Despesas Correntes:

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2010		2011		2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO (SEF)		1.602.961.398,29					
	PLOA (SEF)		1.602.961.398,29				173.822.178,47	
	LOA		1.478.561.106,00	1.698.973.051,00			43.745.864,00	297.687.074,00
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados							34.231.264,00	
Outras Operações			1.565.723.568,00	140.440.492,00	0,00		180.472.325,00	
Total			3.044.284.674,00	1.839.413.543,00	0,00		224.218.189,00	263.455.810,00

Fonte:SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira.

2.4.4.2-Programação de Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		102.914.134,40					
	PLOA		102.914.134,40					
	LOA		33.732.303,00	90.893.545,00				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			30.000.000,00				
Outras Operações			32.000.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Total			65.732.303,00	60.893.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira.

2.4.4.3-Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	1.776.783.576,76		102.914.134,40			
	PLOA	1.776.783.576,76		102.914.134,40			
	LOA	1.522.306.970,00	1.996.660.125,00	32.732,303,00	90.893.545,00		
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		34.231.264,00		30.000.000,00		
Outras Operações		1.789.941.757,00	140.440.492,00	65.732.303,00			
Total		1789941757,00	2.102.869.353,00	65.7323.03,00	60.893.545,00		

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira.

2.4.4.4-Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					263.455.810,00
	Recebidos	170393		1.839.413.543,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	170393		60.893.545,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira.

2.4.4.5- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	136.780.964,91	102.380.296,31	51.969.350,65	69.824.649,10

Convite	290.357,40	3.742,30	40.463,97	3.472,30
Tomada de Preços	4.021.514,24	4.343.527,44	2.935.337,35	2.886.477,72
Concorrência	33.457.974,32	11.211.250,79	11.537.675,39	6.776.866,22
Pregão	99.011.118,95	86.821.775,78	37.455.873,94	60.157.562,86
Concurso	00,00	0,00	00,00	0,00
Consulta	00,00	0,00	00,00	0,00
Registro de Preços				
Contratações Diretas	47.335.576,96	30.173.999,31	15.898.695,14	23.094.822,41
Dispensa	27.478.519,96	16.469.522,86	15.898.695,14	13.083.773,10
Inexigibilidade	19.857.057,00	75.586.920,03	00,00	27.579.015,86
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	00,00	0,00	00,00	0,00
Pagamento de Pessoal	1.567.835.004,71	1.842.413.543,00	1.567.808.081,41	
Pagamento em Folha	1.565.723.568,00	1.839.413.543,00	1.565.723.568,00	
Diárias	2.111.436,71	3.527.138,68	2.094.513,41	3.527.138,68
Outros				

Fonte: SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira

2.4.4.6-Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
01-Aposentadoria, Reserva Remunerada e Reformas	333.484.182,68	384.937.207,60	,00	384.916.101,88	,00		,00	354.303.568,60
03 - Pensões	,00	132.937.299,76	,00	132.937.299,76	,00		,00	122.391.904,21
08 – Outros Benefícios Assistências	,00	501.189,42	,00	501.189,42	,00		,00	455.354,53
11 - Aposentadorias por Invalidez		42,52		42,52				0,00
12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	993.273.399,56	1.174.205.432,61	993.273.399,56	1.174.205.432,61	798.484.143,31		993.273.399,56	1.061.176.277,38
17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar	35.307.500,13	33.732.449,95	35.307.500,13	33.732.449,95	909.371,41		35.307.500,13	31.066.642,15
91 – Sentenças judiciais	543.449,38	559.763,06	543.449,38	559.763,06	47.171,07		543.449,38	513.277,36
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	89.509.777,24	112.540.158,08	89.509.777,24	110.945.528,45	,00		89.509.777,24	110.945.528,45
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								

08 – Outros Benefícios Assistências	,00	6.399.328,18	,00	6.301.464,66	,00		,00	5.753.688,16
15 – Diárias – Pessoal Militar	,00	3.527.138,68	,00	3.517.037,37	,00		,00	3.392.577,79
19 – Auxílio-Fardamento	,00	20.867.465,60	,00	20.867.465,60	,00		,00	20.863.315,57
30 – Material de Consumo	,00	21.446.429,41	,00	11.663.725,19	,00		,00	11.646.543,72
31 – Premiações Cult., Art., Cient., Desp. E Outros	59.750,00	372.400,00	54000,00	372.400,00	54.000,00		,00	372.400,00
33 – Passagens e despesas com locomoção	58.944,87	2.966,14	58.944,87	2.966,14	58.944,87		,00	2.966,14
36 – Outros serviços de terceiros pessoa física	234.339,95	174.860,42	182.203,76	156.408,57	182.203,76		24.382,16	156.408,57
37 – Locomoção de mão-de-obra	4.625.466,67	3.802.424,54	3.164.064,66	2.554.015,68	,00		,00	2.554.015,68
39 -		110.002.221,53		53.429.855,69				53.340.430,99
46 – Auxílio-Alimentação	72.145.020,00	83.509.054,00	72.145.020,00	83.321.346,70	72.145.020,00		4.282.960,24	76.434.126,70
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	27.206,00	16.073,96	15.313,62	16.073,96	15.313,62		10.037,50	16.073,96
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	4.348.586,68	17.601.800,27	4.308.697,48	8.024.601,79	4.308.697,48		60.278,01	8.024.601,79
93 – Indenizações e Restituições	1.147.003,92	4.229.700,12	1.065.070,23	3.469.676,04	1.065.070,23		8.448,83	3.469.676,04

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira.

2.4.4.7-Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos								
37		391.815,10		0,00				0,00
39		320.241,16		256.192,93				256.192,93
51 Obras e Instalações-OP.INT.ORÇ	15.527.875,28	5.176.502,67	4.835.295,17	3.089.969,33	17.767.155,71		4.835.295,17	3.089.969,33
52 Equip. e Material Permanente-OP.INT.ORÇ.	50.204.427,72	52.821.804,27	11.255,472,33	39808271,74	18.977.115,48		11.255.472,33	39.052.436,74
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da								

Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira.

3-- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não se aplica a Corporação.

4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores:

Situação de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	165.432.463,70		6.438,55	164.573.833,00
2010	146.023,60	78.883,61	00,00	67.139,99
2009	1.179.957,06	00,00	1.034.745,51	145.211,55
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	89.493.949,32	34.624.225,78	88.412.131,01	109.465.996,90
2010	190.825.547,65	728.958,07	152.411.503,39	37.685.084,19
2009	84.183.346,58	3.491.830,02	71.397.156,02	9.294.360,54
Observações:				

Fonte:SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira.

5 – Recursos:

5.1– Recursos Humanos:

5.1.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos em	Egressos em
		Autorizada	Efetiva	2011	2011
1	Provimento de cargo efetivo	19881	19881	00000	00075

1.1	Membros de poder e agentes políticos	00000	00000	00000	00000
1.2	Servidores de Carreira	14675	14675	00000	00000
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	14468	14468	00000	00000
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	00000	00000	00000	00000
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	00207	00207	00000	00000
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	00150	00150	00000	00000
1.3	Servidores com Contratos Temporários (Prestador Voluntário)	00398	00398	00000	00000
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	00689	00689	00000	00000
1.4.1	Cedidos	00689	00689	00000	00000
1.4.2	Removidos	00000	00000	00000	00000
1.4.3	Licença remunerada (RR/RF)	04119	04119	00000	00000
1.4.4	Licença não remunerada	00000	00000	00000	00000
2	Provimento de cargo em comissão	00000	00000	00000	00000
2.1	Cargos Natureza Especial	00000	00000	00000	00000
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	00000	00000	00000	00000
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	00000	00000	00000	00000
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	00000	00000	00000	00000
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	00052	00052	00000	00000
2.2.4	Sem vínculo	00000	00000	00000	00000
2.2.5	Aposentado	00000	00000	00000	00000
2.3	Funções gratificadas	00000	00000	00000	00000
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	00000	00000	00000	00000
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	00000	00000	00000	00000
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	00000	00000	00000	00000
3	Total	19933	19933	00000	00075

Fonte: Sistemas GEPES – PMDF, SIGRH – GDF e SIAPENET – MPOG

5.1.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	00743	04863	09090	02476	01798

1.1. Membros de poder e agentes políticos	00000	00000	00000	00000	00000
1.2. Servidores de Carreira	00823	04863	09090	02476	01798
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00398	00000	00000	00000	00000
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00080	00093	00463	00053	00000
2.Provimento de cargo em comissão	00000	00000	00009	00000	00000
2.1. Cargos de Natureza Especial	00000	00000	00009	00000	00000
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00000	00000	00000	00000	00000
2.3. Funções gratificadas	00000	00000	00000	00000	00000

Fonte: Sistemas GEPES – PMDF, SIGRH – GDF e SIAPENET – MPOG

5.1.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0000	0065	0000	0000	3977	9389	1345	4127	1090
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
1.2. Servidores de Carreira	0000	0065	0000	0000	3977	9389	1345	3852	0710
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0398	0000
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0283	0380
2. Provimento de cargo em comissão	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
2.1. Cargos de Natureza Especial	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0009
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
2.3. Funções gratificadas	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistemas GEPES – PMDF, SIGRH – GDF e SIAPENET – MPOG

5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2011
1 Integral	1610	0202
1.1 Voluntária	1610	0202
1.2 Compulsório	0000	0000
1.3 Invalidez Permanente	0000	0000
1.4 Outras	0000	0000
2 Proporcional	2509	0003
2.1 Voluntária	0000	0000
2.2 Compulsório	0000	0000
2.3 Invalidez Permanente	0000	0000
2.4 Outras	0000	0000

Fonte: Sistemas GEPES – PMDF, SIGRH – GDF e SIAPENET – MPOG

5.1.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2011
1. Integral	3907	0198
2. Proporcional	0168	0003

Fonte: Sistemas GEPES – PMDF, SIGRH – GDF e SIAPENET – MPOG

5.2- Recursos Materiais

Conforme Anexo B.

6 – Contratos e Convênios

Conforme Anexo A.

7 – Declarações, Contratos e Convênios SIASG e SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010:

A Polícia Militar do Distrito Federal através do Ofício nº 1.667/2011-DALF/Seção de Contratos, datado de 11 de agosto de 2011, solicitou o credenciamento

para acesso e utilização dos sistemas SIASG e SICONV, ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. No momento a Corporação está aguardando contato daquele órgão para efetivação do cumprimento da demanda.

8 - Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas:

O Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF mantém em arquivo cópia da documentação exigida pela Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 (**Art 4º**), relativas ao período base das respectivas gestões (**exercício 2011, Ano-Calendário 2010**), dos administradores e responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos da Polícia Militar do Distrito Federal.

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	5	5	2011
	Entregaram a DBR	4	4	2011
	Não cumpriram a obrigação	1	1	2011
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

9 - Funcionamento do sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada:

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- I. ambiente de controle;
- II. avaliação de risco;
- III. procedimentos de controle;
- IV. informação e comunicação;
- V. monitoramento.

Objetivo: Demonstrar a estrutura de controles internos da Unidade Jurisdicionada, de forma a evidenciar a suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência (compliance) às leis e regulamentos que a regem ou ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações.

A informação está estruturada conforme o Quadro abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

9.1- QUADRO DEMONSTRATIVO - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO A UJ deve assinalar na coluna “Avaliação”, um “X” num dos valores da escala de 1 a 5, de acordo com a validade da afirmativa no contexto da UJ principal, considerando os seguintes conceitos:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI), conformidade com o Decreto nº 5.940/2006:

■ **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado					

no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11 - Gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros:

Não se aplica a Corporação.

12 - Gestão de tecnologia da informação (TI) da Unidade Jurisdicionada:

12.1- Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	80 policiais militares; e 05 funcionários civis				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	20%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

(1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13 - Utilização de cartões de pagamento do governo federal (Cartão Corporativo):

No ano de 2011 não houve movimentação de Cartão de Pagamento do Governo Federal.

14- Renúncia Tributária:

Não se aplica a Corporação.

15 - Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento:**15.1-Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício de 2011**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal- Fundo Constitucional do Distrito Federal					001929
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
nº168/2007					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Governo do Distrito Federal, PMDF e CBMDF					001929
Descrição da Deliberação:					

O Tribunal de Contas da União exarou despacho, onde determina ao GDF, a PMDF e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que a partir de primeiro de janeiro de 2011 realizasse a execução orçamentária do Fundo de Saúde das respectivas instituições através do SIAFI, e não mais através do SIGGO do GDF como vinha sendo feito até então.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Logística e Finanças	001929
Síntese da providência adotada:	

A Corporação já está realizando o sistema SIAFI.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Polícia Militar do Distrito Federal- Fundo Constitucional do Distrito Federal 001929

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

Ofício nº 559/2011-TCU

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Governo do Distrito Federal, PMDF e CBMDF	001929

Descrição da Deliberação:

Informar sobre as ações e compromissos assumidos relativos aos preparativos para a copa do mundo de 2014, com recursos do FCDF e/ou convenios com órgãos federais.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Estado-Maior e Departamento de Logística e Finanças	001929
Síntese da providência adotada:	

A Corporação encaminha três tabelas informando sobre ações e compromissos assumidos relativos à copa do mundo de 2014.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Polícia Militar do Distrito Federal- Fundo Constitucional do Distrito Federal 001929

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

544/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Governo do Distrito Federal, PMDF e CBMDF	001929

Descrição da Deliberação:

Localizar todas as notas fiscais relativas ao contrato 71/2006 firmado entre a Corporação e a empresa Versatium Comércio e Serviços LTDA.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Logística e Finanças	001929
Síntese da providência adotada:	

A PMDF encaminhou resposta à demanda constante no ítem nº 1.5.1 do referido acórdão, no mês de outubro de 2011.

Síntese dos resultados obtidos

Foi nomeada comissão pelo setor responsável, a qual apresentou os resultados em resposta à demanda apresentada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve.

15.2 – Auditorias e Tomada de Contas Especiais:

Situação dos procedimentos adotados pela Auditoria da PMDF envolvendo viaturas pertencentes à Carga da Corporação no ano de 2011:

**INQUÉRITOS TÉCNICOS
EXERCÍCIO DE 2011
VIATURAS AVARIADAS E NÃO RECUPERADAS**

IT Nº:	UPM	MARCA	MODELO	PREFIXO Nº:	PLACA	TOMBAMEN TO Nº	PROCESSO
01/2011	CI	GM	VECTRA	55.9068	JJU-6291/DF	0360.129.929	054.001.017/2011
03/2011	16º BPM	GM	BLAZER	55.1530	JFO-1088/DF	03600.091.000	054.001.020.2011
05/2011	4º BPM	GM/RENAU LT	BLAZER/CLIO	55.2033/1713	JKH-2981/DF	00200.130.287	054.001.076/2011
16/2011	4º BPM	GM	BLAZER	55.2026	JHE-1761/DF	00200.130.249	054.000.930/2011
17/2011	27º BPM	GM	PRISMA	55.9109	JIB-9969/DF	03600.147.180	054.001.075/2011
21/2011	4º BPM	VW	PARATI	55.121	JJU-5611/DF	03600.129.670	054.000.790/2011
22/2011	BAvOp	GM	BLAZER	55.1261	JFP-3676/DF	03600.085.198	054.001.301/2011
26/2011	4º BPM	VW	PARATI	55.096	JJU-4421/DF	03600.129.627	054.001.711/2011
29/2011	BAvOp	GM	BLAZER PÁLIO/	55.2078	JHE-6661/DF	03600.126.461	
30/2011	24º BPM	FIAT/VW	PARATI	55186	JJU-9281/DF	03600.133.596	054.001.057/2011
32/2011	GCG	RENAULT	CLIO	55.9030	JJE-8021/DF	03600.108.626	054.001.303/2011
35/2011	2º BPM	FORD	FIESTA	55.016	JHE-5251/DF	00200.130.619	054.001.133/2011
38/2011	17º BPM	FIAT	PÁLIO	55.2158	JHO-8651/DF	03600.150.386	054.001.304/2011
42/2011	DGP	HONDA	NX4-FALCON	44.602	JKH-2302/DF	03600.087.536	054.001.230/2011
44/2011	9º BPM	VW	PARATI	55.128	JJU-5531/DF	03600.129.635	054.001.392/2011
50/2011	8º BPM	GM	BLAZER	55.1936	JHE-0731/DF	03600.122.111	054.001.840/2011
51/2011	DSAP	FIAT	DOBLÔ	11.243	JHN-6493/DF	03600.122.097	054.001.456/2011
52/2011	11º BPM	VW	PARATI	55.131	JJU-5221/DF	03600.129.646	
53/2011	9º BPM	FIAT	PÁLIO	55.2130	JHO-8371/DF	03600.150.359	054.001.842/2011
59/2011	5º BPM	HONDA	NX4-FALCON	44.826	JKH-3242/DF	03600.088.245	
62/2011	3º BPTran	GM	BLAZER	55.1527	JQH-3171/DF	03600.090.979	
63/2011	1º BPM	VW	POLO FAZER	55.1297	JEP-9096/DF	03600.085.967	
65/2011	CAEAp	YAMAHA	Y250CC	44.090	JEF-6271/DF	03600.107.835	
70/2011	25º BPM	YAMAHA	XT-660C	44.1351	JHO-5301/DF	03600.150.599	054.001.841/2011
71/2011	21º BPM	MITSUBISHI	L200 4x4	55.1635	JJE-1737/DF	03600.066.688	

I

72/2011	14° BPM	VW	SANTANA	55.1196	JFP-3286/DF	03600.085.159	
77/2011	1° BPM	VW	PARATI PÁLIO	55.108	JJU-5301/DF	03600.129.664	054.001.843/2011
80/2011	2° BPM	FIAT	WEEKEND	55.2099	JHO-8111/DF	03600.150.331	054.002.229/2011
87/2011	26° BPM	GM	BLAZER	55.1569	JKH-4381/DF	03600.090.991	054.002.228/2011
89/2011	3° BPM	HONDA MP	NX4-FALCON	44.883	JKH-3752/DF	03600.085.228	054.001.848/2011
90/2011	3° BPTran	VOLARE	W8 ÔNIBUS	55.1059	JKH-1263/DF	03600.091.129	
91/2011	CI	FIAT MITSUBISHI	PÁLIO	55.907	JKH-1003/DF	03600.091.338	054.001.846/2011
102/2011	27° BPM	I	L200 4x4	55.1639	JJE-1777/DF	03600.099.692	
104/2011	21° BPM	GM	BLAZER	55.1971	JHE-1091/DF	03600.122.147	
107/2011	1° BPM	VW MITSUBISHI	PARATI	55.173	JJU-9391/DF	03600.133.584	
109/2011	3° BPM	I	L200 4x4	55.1593	JJE-1317/DF	03600.099.735	
112/2011	26° BPM	HONDA	NX4-FALCON	44.666	JKH-2952/DF	03600.087.412	
114/2011	2° BPM	VW	SANTANA	55.1206	JFP-3176/DF	03600.085.148	
116/2011	20° BPM	GM	BLAZER	55.2032	JHE-1821/DF	00200.130.266	
118/2011	1° BPM	VW	PARATI	55.703	JJU-7591/DF	03600.131.179	
119/2011	1° BPM	HONDA	NX4-FALCON	44.528	JKH-1552/DF	03600.087.457	
120/2011	DALF	GM	PRISMA PÁLIO	11.347	JJU-6751/DF	03600.129.873	
121/2011	1° BPM	FIAT	WEEKEND	55.2094	JHO-8061/DF	03600.153.326	
122/2011	8° BPM	GM	BLAZER	55.1926	JGL-3571/DF	03600.120.545	
123/2011	2° BPM	YAMAHA	XT-660C	44.1308	JHO-5341/DF	03600.150.631	
124/2011	DiCC	FIAT	SIENA	11.168	JKH-4873/DF	03600.092.199	
126/2011	7° BPM	YAMAHA	XTZ-LANDER	44.1121	JHE-3221/DF	00200.128.555	
127/2011	BPCChoque	YAMAHA	XT-660C	44.070	JEF-5841/DF	03600.106.878	
128/2011	CI	GM	PRISMA	55.9082	JJU-7231/DF	03600.129.921	
129/2011	CPCDH	YAMAHA	XTZ-LANDER CB 600F	44.1207	JEH-4081/DF	00200.128.385	
130/2011	1° BPTran	HONDA	HORNET	44.140	JKH-5842/DF	03600.091.088	
133/2011	CMan	GM	PRISMA	11.363	JJU-6911/DF	03600.129.889	
135/2011	7° BPM	RENAULT	CLIO SEDAN PÁLIO	55.1764	JJQ-0483/DF	03600.102.654	
136/2011	24° BPM	FIAT	WEEKEND	55.2125	JHO-8321/DF	03600.150.353	
139/2011	1° BPTran	FIAT	DUCATO	55.1277	JFO-4178/DF	03600.085.115	
140/2011	CMan	MB	OF 1417	11.128	JFO-1128/DF	03600.085.129	
143/2011	8° BPM	GM	BLAZER	55.1933	JHE-0701/DF	03600.122.108	
144/2011	11° BPM	FORD	FIESTA	55.718	JJU-7419/DF	03600.131.191	
145/2011	25° BPM	GM	BLAZER	55.1860	JGL-3281/DF	03600.120.534	
146/2011	DCC	RENAULT	LOGAN	55.9049	JHE-0451/DF	00200.128.158	
147/2011	2° BPM	RENAULT	CLIO SEDAN	55.1692	JGL-3561/DF	03600.102.724	
148/2011	6° BPM	GM	BLAZER	55.1882	JGL-3561/DF	03600.120.546	

Relação dos Processos Administrativos instaurados relativos aos bens extraviados e percepção indevida de valores no ano de 2011:

**PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
EXERCÍCIO DE 2011**

BENS EXTRAVIADOS

PROCESSO N.º	DESCRIÇÃO	BEM PATRIMONIAL MARCA/MODELO	SÉRIE N.º	TRAMITAÇÃO
054.000.928/2011	Revólver	Taurus/Calibre .38	RL-783.444	DPMT
054.001.228/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SBM-039	AUD/DCC
054.001.307/2011	Revólver	Taurus/Calibre.38	RL-706659	DICC
054.001.683/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SBM-39739	SETC
054.001.135/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SDO-69034	SETC
054.001.429/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SBM-40422	SETC
054.001.601/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SDO-69347	SETC
054.001.477/2011	revolver	Taurus/Calibre .38	RJ-698592	SETC
054.000.363/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SZC-91389	ARQUIVADO
054.000.381/2011	Revólver	Taurus/Calibre .38	RL-706159	ARQUIVADO
054.000.505/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SZC-97242	ARQUIVADO
054.000.209/2011	Pistola	Taurus/Calibre .40	SDO-68919	ARQUIVADO
054.001.389/2011	carregador pistola	Taurus/Calibre .40	SZC-91142	SETC
054.001.684/2011	carregador pistola	Taurus/Calibre .40	SAM-81771	DGPAT
054.002.067/2011	Colete Balístico	nível II.A	59706	AUD/DCC
054.001.849/2011	carregador pistola	Taurus/Calibre .40	SUJ-99322	DGPAT
054.000.007/2011	colete Balístico	Taurus/Nível II	82121342	AUD.DCC
054.001.018/2011	Colete Balístico	Taurus/Nível II	83119647	AUD.DCC
054.001.229/2011	Colete Balístico	Taurus/nível II	54341	DGPAT
054.001.085/2011	colete balístico	taurus/nível II	54591	AUD.DCC
054.001.583/2011	Colete balístico	taurus /nível II	82119214	DICC
054.001.584/2011	Colete Balístico	taurus/nível II	54989	AUD.DCC
054.001.839/2011	Colete Balístico	taurus /nível II	53507	DGPAT
054.000.297/2011	Colete Balístico	taurus /nível II	84120437	ARQUIVADO
054.000.421/2011	Colete Balístico	taurus/nível II	8245606	ARQUIVADO
054.000.591/2011	Colete Balístico	taurus /nível II	631039	ARQUIVADO
054.001.585/2011	extravio de algemas		S/Nº	DGPAT

EXTRAVIO DE BENS PÚBLICO

PROCESSO N.º	DESCRIÇÃO	BEM PATRIMONIAL Nº SERIE	TRAMITAÇÃO
054.000.506/2011	caneta de alta rotação um micromotor um contra ângulo	E 02524,B-53855	DPMT
054.001.953/2011	purificador de água		AUD.DCC

PERCEPÇÃO INDEVIDA DE VALORES

PROCESSO N.º	MOTIVAÇÃO	TRAMITAÇÃO
054.000.362/2011	Percepção indevida de valores pelo exercício de função do chefe do EM	SETC
054.001.056/2011	Percepção indevida de valores por servidor militar da corporação	SETC
054.001.055/2011	Percepção indevida de valores por servidor militar da corporação	SETC
054.001.054/2011	Percepção indevida de valores por servidor militar da corporação	SETC
054.001.062/2011	Percepção indevida de valores por servidor militar da corporação	SETC
054.001.061/2011	Percepção indevida de valores por servidor militar da corporação	SETC
054.001.060/2011	Percepção indevida de valores por servidor militar da corporação	SETC
054.001.053/2011	Percepção indevida de valores por servidor militar da corporação	SETC
054.001.028/2011	Ressarcimento ao erário do DF alusivo as bolsas de estudos	AUD.DCC
054.001.308/2011	Pagamento prestação de serviço	ARQUIVADO
054.001.309/2011	Percepção indevida .serviço voluntario	ARQUIVADO
054.001.134/2011	Percepção indevida de valores	DICC

Fonte: Departamento de Controle e Correição-AUDITORIA/PMDF.

A seguir apresenta-se a relação dos Inquéritos Policiais Militares instaurados para apurar extravio de material bélico, com Procedimentos Administrativos não instaurados, no ano de 2011:

IPM	UPM	EVENTO	OBJETO	TOMBAMENTO	Nº SÉRIE	ENVO L- VIDO	DAT A DO FAT O
0005/11	26º BPM	ROUBO	PISTOLA	03600.101.976	SAM 81996	SD	JAN
006/11	3º BPTRAN	FURTO	COLETE	3600137531	55517	SD	JAN
0027/11	1º BPM	EXTRAVIO	COLETE	03600095973	82367	3ºSGT	FEV
0033/11	26º BPM	FURTO	PISTOLA	03600.101.989	SAM 82009C	CB	FEV
0034/11	24º BPM	EXTRAVIO	COLETE	03600.082.840	NIVEL II	_____	FEV
0036/11	DAL	EXTRAVIO	PISTOLA 24/7 13 MUNIÇÕES. 1 CARREG.	03600.109.870	SBM 39839	_____	FEV
0048/11	9º BPM	FURTO	PISTOLA 24/7 CARREGADOR 15 MUNIÇÕES	_____	SAM 81021	2º SGT	FEV
0055/11	19º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 24/7	º03600.131.882	SAM81902	CB	MAR
0056/11	3º BPTRAN	FURTO	PISTOLA	00200.108.443	SUK12502	CB	MAR
0060/11	16º BPM	FURTO	PISTOLA	_____	94.420	CB	MAR
0061/11	16º BPM	FURTO	PISTOLA	03600.104.837	SAS 42892	ST	MAR
0066/11	DE	FURTO	PISTOLA 24/7	_____	SBM 39750	CEL	MAR

0108/11	8º BPM	FURTO	PISTOLA 15 MUNIÇÕES	_____	80602	3º SGT	MAIO
0134/11	1º BPE	EXTRAVIO	REVOLVER.CAL 38 TAURUS	_____	RL 707369	SD	JUL
0136/11	4º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA TAURUS PT .40	_____	40.301	ST	JUN
0142/11	17º BPM	FURTO	PISTOLA TAURUS PT .40	03600.130.658	SDO-94543	SD	JUL
0145/11	6º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA TAURUS PT .40 E 12 MUNIÇÕES	03600.0894.289	SZC-97064	CB	JUN
0148/11	28º BPM	FURTO	PISTOLA 24/7 TAURUS	03600.111.197	SBM- 41166	SD	JUL
0158/11	19º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 24/7	03600.130.493	SDO-94378	CB	AGO
0164/11	BOPE	EXTRAVIO	COLETE BALÍSTICO	_____	56.218	SGT	AGO
0167/11	1º BPM	FURTO	COLETE BALÍSTICO	03600134229	52215	CB	NOV
0169/11	26º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 24/7 TAURUS	03600.104.682	SAS 42737	2º SGT	AGO
0183/11	9º BPM	ROUBO	PISTOLA 24/7 TAURUS 01 CARREGADOR CONTENDO 15 MUNIÇÕES, 03 CARTELAS DE MUNIÇÃO CALIBRE .380	_____	SAM 81020	CB	AGO
0184/11	2º BPM	EXTRAVIO	ALGEMA	03600.058.682		3º SGT	AGO
0202/11	4º BPM	APREEN	PISTOLA 24/7 TAURUS	_____	SD-000344	CB	OUT
0205/11	_____	EXTRAVIO	01 CARREGADOR PARA PISTOLA 24/7 e 200 MUNIÇÕES CAL. 38	_____	_____	_____	OUT
0206/11	DP	FURTO	PISTOLA 24/7 TAURUS E CARREGADOR COM 10 (DEZ) MUNIÇÕES	_____	SDO 69096	ST	AGO
0207/11	2º BPM	ROUBO	PISTOLA 24/7 TAURUS	_____	SD 000164	CB	SET
0209/11	28º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 24/7 TAURUS	_____	SD095727	CB	OUT
0211/11	CI	FURTO	PISTOLA 24/7 TAURUS	_____	SDO 94620	3º SGT	OUT
0213/11	27º BPM	FURTO	COLETE BALÍSTICO	03600.137.382	_____	3º SGT	SET
0219/11	24º BPM	ROUBO	PISTOLA PT 100 TAURUS	00200.106.612	SVA- 42426	3º SGT	OUT
231/11	14º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 27/7 01 (UM) CARREGADOR	_____	SAM-81716	3º SGT	OUT

239/11	13º BPM	FURTO	PISTOLA .40 TAURUS	03600093867	SZC-96642	CB	NOV
241/11	APMB	FURTO	COLETE BALÍSTICO	_____	_____	SD 2ª CLASSE	NOV.
242/11	11º BPM	FURTO	COLETE BALÍSTICO	_____	_____	CB	NOV
245/11	7º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA PT 40	03600.101.915	SAN 81935	SGT	NOV
247/11	28º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA PT40	03600.094.638	SZC-97403	CB	NOV
251/11	20º BPM	EXTRAVIO	COLETE BALÍSTICO	_____	_____	SD	NOV
252/11	3º BPM	FURTO	PISTOLA PT 40 . (2) DOIS CARREG.S E 30 MUNIÇÕES	_____	_____	SGT	NOV
254/11	REQUIS.	EXTRAVIO	PISTOLA PT 40	_____	SDO-68582	SD	NOV
257/11	APMB	ROUBO	COLETE BALÍSTICO E ESPAGIDOR QUÍMICO	_____	_____	SD 2ª CLASSE	OUT
260/11	APMB	FURTO	COLETE BALÍSTICO	_____	_____	SD	OUT
264/11	BANDA DE MÚSICA	FURTO	PISTOLA PT 40	03600.122.042	EKA 18631	SGT	DEZ
270/11	DP	ROUBO	PISTOLA PT 40	_____	SDO-69101	SGT	DEZ
271/11	CSM	EXTRAVIO	PISTOLA PT 40.(1) UM CARREGADOR COM 15 MUNIÇÕES	_____	SOB -68582	SD	DEZ
273/11	27º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA PT 40.CARREGADOR (15) MUNIÇÕES	_____	SAM-82277	CB	NOV
						TOTAL	47

Relação dos Inquéritos Policiais Militares instaurados para apurar extravio de material bélico, com Procedimentos Administrativos instaurados, no ano de 2011:

IPM	UPM	EVENTO	OBJETO	TOMBAMENTO	Nº SÉRIE	ENVOLVIDO	DATA DO FATO
IPM 0010/11 P.A 054.001.228/2011 EM ANDAMENTO	DITEL	FURTO	PISTOLA 24/7	03600.09863	SBM 39832	1º TEN	JAN
IPM 0016/11 P.A 054.001.085/2011 EM ANDAMENTO	6º BPM	ROUBO	COLETE	_____	54591	1º SGT	JAN
IPM 0017/11	17º	FURTO	REVOLVER	_____	RL 706659	CB	JAN

P.A 054.001.307/2011 EM ANDAMENTO ARQUIVADO	BPM							
IPM 0021/11	BOPE	EXTRAVIO	COLETE	200107566	631.039			JAN
IPM 0024/11 P.A 054.001.229/2011 EM ANDAMENTO	14º BPM	EXTRAVIO	COLETE	_____	54.341	3º SGT		JAN
IPM 0029/2011 P.A 054.002.232/2011 EM ANDAMENTO	14º BPM	EXTRAVIO	COLETE	_____	81.121.236	_____		FEV
IPM 0032/2011 P.A 054.001.583/2011 EM ANDAMENTO	2º BPM	FURTO	COLETE	03600.104.861	82.119.214	3º SGT		FEV
IPM 0058/11 P.A 054.001.584/2011 EM ANDAMENTO	26º BPM	EXTRAVIO	COLETE	03600.137.003	54989	SGT		MAR
IPM 0083/11 P.A 054.001.839/2011 EM ANDAMENTO	9º BPM	FURTO	COLETE	_____	_____	CB		ABR
0097/11 EM PROCESSO DE AUTUAÇÃO NA SG	11º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 15 MUNIÇÕES	_____	SAM 81.547	3º SGT		ABR
IPM 109/2011 P.A 054.002.067/2011	DGP	EXTRAVIO	COLETE	3600145080	59705	_____		MAI
IPM 062/2011. P.A 054.002.087/2011 EM ANDAMNETO	12º BPM	EXTRAVIO	COLETE BALÍSTICO	03600.136.017	54003	_____		MAR
IPM 0108/11 P.A 054.002.231/2011 EM ANDAMENTO	8º BPM	FURTO	PT 24/7 CARREG 15 MUNIÇÕES	03600.100.582	SAM-80602	3º SGT		MAIO
IPM 0055/11 EM ANALISE CAP.PRAZERES.	19º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 24/7	003600.131.882	SAM81902	CB		MAR
IPM 125/2011 P.A 054.002.230/2011 EM ANDAMENTO	8º BPM	EXTRAVIO	PISTOLA 24/7	03600.104.520	SAS 2575	_____		MAR
TOTAL								15

Fonte: Departamento de Controle e Correição-AUDITORIA/PMDF.

16 - Recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento:

16.1-Relatório de cumprimento das recomendações do OCI:

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal	001929

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

Relatório Preliminar de Ação de Controle - Fiscalização 249.920

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF	001929

Descrição da Recomendação:

Apresentar esclarecimentos/justificativas aos fatos apontados nos itens: 3.1.1.1; 3.1.1.2; 3.1.1.3; 3.1.1.4; 3.2.1.1 e 3.2.1.2.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
	001929

Síntese da providência adotada:

A PMDF encaminhou tempestivamente, no mês de maio, os esclarecimentos à demanda apresentada.

Síntese dos resultados obtidos

O Comando da Corporação exarou determinações ao Departamento de Logística e Finanças - DLF, para que se adéque às orientações contidas no Relatório.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não Houve.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal. 001929

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

SA nº 201109015/004

1,00E+002

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF	001929

Descrição da Recomendação:

1.Solicita relação de todos os servidores que exerceram cargos ou empregos comissionados no exercício de 2010, contendo nome completo, CPF, datas de nomeação e exoneração, quando for o caso.

2.Acesso ao sistema informatizado, quando houver, que controla a entrega anual à unidade de pessoal, das cópias das declarações de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação****Código SIORG**

Departamento de Gestão de Pessoal

001929

Síntese da providência adotada:

A Corporação encaminhou a relação com os dados solicitados no item 01 e informou que não possui sistema informatizado de controle de entrega anual à unidade de pessoal das declarações de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física.

Síntese dos resultados obtidos

A Corporação atendeu ao constante na solicitação de auditoria.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não Houve.

RPAAC nº 201109015 - 2ª Parte

Unidade Jurisdicionada**Denominação completa:****Código SIORG**

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal 001929

Recomendações do OCI**Recomendações expedidas pelo OCI****Ordem****Identificação do Relatório de Auditoria****Item do RA****Comunicação Expedida**

RPAAC nº 201109015 - 2ª Parte

2.1.4 e 2.1.5

Recomendação via ofício nº 18750/2011-CGU

Órgão/entidade objeto da recomendação**Código SIORG**

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF

001929

Descrição da Recomendação:

Ítem 2.1.4

001 - Efetuar o recolhimento de autorizações de acesso aos dados das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física dos servidores que estejam em exercício na PMDF.

002 - Manter em arquivo na Unidade de Pessoal da Corporação as citadas autorizações.

Ítem 2.1.5

001 - Orientar e capacitar servidores sobre o registro de dados no SIASG.

002 - Registrar todos os contratos vigentes cujo recurso seja federal no SIASG.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoal, Departamento de Logística e Finanças, Diretoria de Telemática.	001929
Síntese da providência adotada:	
Foi publicada portaria do Comando-Geral da Corporação em atenção as recomendações constantes nos números 001 e 002 do ítem 2.1.4.	
Foi formalizado pedido pelo Departamento de Logística e Finanças, de treinamento e acesso ao SIASG, porém ainda não foi agendado data por parte do Governo Federal.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não Houve.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não Houve.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

Recomendação via ofício nº 29289/2011-CGU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF

001929

Descrição da Recomendação:

Analisar as constatações identificadas e encaminhar as respectivas justificativas à CGU.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Departamento de Gestão de Pessoal

001929

Síntese da providência adotada:

A PMDF informa que as constatações identificadas foram atendidas em outubro de 2011.

Síntese dos resultados obtidos

A Corporação através de sua Diretoria de Pagamento de Pessoal e Previdência tomou as providências pertinentes com relação às constatações identificadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não Houve.

RPAC Nº 249.922, 249.918 e 239.797

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Código SIORG

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal 001929

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

RPAC Nº 249.922, e 239.797

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF

001929

Descrição da Recomendação:

RPAC Nº 249.922:

3.1.1.2 - Insuficiência na comprovação de necessidades de aquisições de viaturas.

3.2.1.1 - Adesão à Atas de registro de preços sem a devida pesquisa de valores de mercado.

3.2.2.1 - Especificações técnicas arroladas em autos processuais identificadas na viaturas inspecionadas.

RPAC Nº 249.918:

3.1.1.1 - Ausência de respaldo contratual para a contratação de serviços de urgência e emergência.

3.1.1.2 - restrição à competitividade em processos licitatórios decorrente de falhas na divulgação de editais.

3.1.1.3 - Contratos com sucessivas prorrogações sem a devida pesquisa de valores de mercado.

3.2.1.1 - Falhas nos contratos internos referentes à liquidação de despesas.

3.2.1.2 - divergencia significativa entre o valor unitário previsto e o pago na contratação de serviços de urgência e emergência.

3.2.2.1 - Faturas pagas sem o devido desconto contratual e pagamentos de procedimentos médicos acima dos valores referenciais das tabelas.

RPAC Nº 239.797:

3.1.1.1 - Restrição à competitividade, falhas na elaboração da estimativa de preços.

3.1.1.2 - Inexistência no processo do projeto básico, contrato com prazo de vigencia indeterminado.

3.2.1.1 - Falhas na fiscalização do contrato.

3.2.1.2 - Deficiência dos controles interno e de fiscalização do contrato.

3.2.2.1 - Classificação incorreta das despesas e pagamento de despesas sem cobertura contratual.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Logística e Finanças e Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal	001929
Síntese da providência adotada:	

A PMDF respondeu aos fatos apontados nos relatórios em questão nos meses de maio a julho de 2011.

Síntese dos resultados obtidos

Os óbices foram solucionados no âmbito da Corporação dentro dos limites da lei em cumprimento aos fatos apontados pela CGU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve.

SA 201109015/002 CGU-PR

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal 001929

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

SA 201109015/002 CGU-PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF	001929

Descrição da Recomendação:

Solicita cópias:

- do Planejamento estratégico institucional;
- do Planejamento estratégico de tecnologia da informação - PETI e;
- de instrumento legal que defina de quem é a responsabilidade de elaboração e aprovação do plano diretor de tecnologia da informação;
- da documentação que subsidiou a elaboração do Planejamento estratégico de tecnologia da informação;
- do documento que formalizou a criação de um comitê diretivo de TI;
- da documentação comprovando a existência e apresentando as atribuições de cada área específica dentro dessa UJ que seja responsável pela implementação da política de segurança da informação no órgão;
- da política de segurança da informação, com documentação comprobatória da aprovação dessa política pelo corpo diretivo dessa UJ, bem como de comprovação de que a política foi divulgada internamente para todos os servidores da Unidade;
- do plano de cargos e salários da UJ, bem como, apresentar informações sobre a distribuição da força de trabalho relacionada com TI;
- da documentação acerca de estudos/avaliações de verificação de rotina sobre a compatibilidade entre os recursos de TI e as necessidades da Corporação;

- descrever, de forma detalhada, o processo de desenvolvimento do sistemas utilizado na organização, mostrando quem são os responsáveis, os setores envolvidos e as empresas terceirizadas;
- da documentação que contenha a gestão de acordo de níveis de serviço das soluções de TI do órgão oferecidas aos demandantes do serviço;
- da documentação comprovando a exigência de acordos de nível de serviço nos contratos celebrados pela UJ com terceiros;
- relação de contratos de aquisição de bens e serviços de TI, no que tange ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, empresa contratada e valor contratado;
- relação das soluções de TI da unidade, informando o respectivo gestor responsável da unidade, se elas foram desenvolvidas internamente ou por terceiros e se são mantidas internamente ou por terceiros;
- relação dos processos licitatórios para aquisição de bens e serviços de TI, vigentes em 2010; e
- da documentação contendo processo de trabalho formalizado para contratação de bens e serviços de TI.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Logística e Finanças	001929
Síntese da providência adotada:	

A PMDF respondeu aos fatos apontados na solicitação de auditoria em questão nos meses de abril e maio de 2011.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve.

SA 201109015/003 CGU-PR

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal	001929
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

SA 201109015/003 CGU-PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF	001929

Descrição da Recomendação:

Esclarecer as situações identificadas:

- pensões por dependência econômica pagas a servidores com outro vínculo no SIAPE;
- pensionistas com a soma das cotas superior a 100%.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoal	001929
Síntese da providência adotada:	

A PMDF respondeu aos fatos apontados na solicitação de auditoria em questão no mês de abril de 2011.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve.

SA 201109015/005,006 e 007 CGU-PR

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional da Polícia Militar do Distrito Federal 001929

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF	001929

Descrição da Recomendação:

SA 201109015/005:

Informar/atualizar as providências adotadas pela UJ para dar cumprimento às recomendações emitidas pela CGU, conforme Plano de Providências Permanente.

SA 201109015/006:

1. Justificar não inclusão no item 15 do Relatório de Gestão de informações sobre providências adotadas pela UJ para dar cumprimento a todas as determinações e recomendações à PMDF, exaradas pelo TCU no exercício de 2010.

2. Informar/atualizar as providências adotadas pela Unidade para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em Acórdãos do TCU.

SA 201109015/007:

1. Informar relação de todos os contratos vigentes na unidade no exercício de 2010, fornecendo o número dos contratos e os respectivos valores firmados.

2. Esclarecer o porquê destes contratos não terem sido registrados no SIASG, conforme Lei nº 12.309/2010.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Logística e Finanças, Departamento de Gestão de Pessoal e Departamento de Correição e Controle	001929
Síntese da providência adotada:	

A PMDF respondeu aos fatos em questão nos meses de maio e outubro de 2011.

Síntese dos resultados obtidos**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Não houve.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

SA 201109015/005,006 e 007 CGU-PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal-Fundo Constitucional do DF	001929

Descrição da Recomendação:

SA 201109015/005:

Informar/atualizar as providências adotadas pela UJ para dar cumprimento às recomendações emitidas pela CGU, conforme Plano de Providências Permanente.

SA 201109015/006:

1. Justificar não inclusão no item 15 do Relatório de Gestão de informações sobre providências adotadas pelo UJ para dar cumprimento a todas as determinações e recomendações à PMDF, exaradas pelo TCU no exercício de 2010.

2. Informar/atualizar as providências adotadas pela Unidade para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em Acórdãos do TCU.

SA 201109015/007:

1. Informar relação de todos os contratos vigentes na unidade no exercício de 2010, fornecendo o número dos contratos e os respectivos valores firmados.

2. Esclarecer o porquê destes contratos não terem sido registrados no SIASG, conforme Lei nº 12.309/2010.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Logística e Finanças, Departamento de Gestão de Pessoal e Departamento de Correição e Controle	001929
Síntese da providência adotada:	

A PMDF respondeu aos fatos em questão nos meses de maio e outubro de 2011.

Síntese dos resultados obtidos**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Não houve.

17 – Informações Complementares:

17.1 – Balanço Financeiro:

Conforme anexo C

17.2 – Balanço Patrimonial:

Conforme anexo D

17.3 – Balanço Orçamentário:

Conforme anexo E

SEBASTIÃO DAVI GOUVEIA- CEL QOPM

Comandante-Geral da PMDF

LISTA DE ANEXOS:

ANEXO A: Contratos e Convênios;

ANEXO B: Recursos Materiais;

ANEXO C: Balanço Financeiro;

ANEXO D: Balanço Patrimonial;

ANEXO E: Balanço Orçamentário

ANEXO A
(CONTRATOS E CONVENIOS ATUALIZADOS)

ANEXO B
(RECURSOS MATERIAIS)

ANEXO C
(BALANÇO FINANCEIRO)

ANEXO D
(BALANÇO PATRIMONIAL)

ANEXO E
(BALANÇO ORÇAMENTÁRIO)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO DE SAÚDE DA
PMDF – EXERCÍCIO 2011
(DECISÃO NORMATIVA TCU nº107/2010)**

BRASÍLIA – 2011

Sumário

1 - Identificação das UJ Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	3
1.1 - Responsabilidades institucionais da unidade	3
1.2 - Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	4
2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	8
3 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	11
4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro	11
4.1 - Programação Orçamentária das Despesas	11
4.2 - Execução Orçamentária das Despesas	13
4.3 Indicadores Institucionais	17
5 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	18
6 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	18
7 - Informações Complementares	19

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF – PMDF – FUNDO DE SAÚDE - ASSISTÊNCIA MÉDICA

1 - Identificação das UJ Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Governo do Distrito Federal			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação abreviada: Fundo de Constitucional do DF			
Código SIORG: 0903	Código na LOA: 0903	Código SIAFI: 170485	
Natureza Jurídica: Fundo de Saúde da PMDF			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato: (061) 3312-5914	(061) 3312-5812	(061) 3312-5813	
E-mail: GEAHA@FAZENDA.DF.GOV.BR			
Página na Internet: www.buriti.df.gov.br			
Endereço Postal: ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
FCDF-POLÍCIA MILITAR DO DF (Fundo de Saúde da PMDF)		Ativa	903
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal			
Denominação abreviada: Fundo de Saúde da PMDF			
Código SIORG: 0903	Código na LOA: 73901	Código SIAFI: 170485	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Assistência a Saúde			Código CNAE: 6520-1/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3910-1574	(061) 3910-1523	
E-mail: em@pmdf.df.gov.br			
Página na Internet: www.pmdf.df.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Indústrias Gráficas, Qd. 04, Lote 25, Edifício Barão de Mauá, 4º Andar, CEP.: 70602600 Brasília-DF.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Lei 10486/1996; Decreto 7163/2010; Lei nº 7.479; Portaria PMDF ---025 de 05/10/2006.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170485	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL - DSA		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170485		FCDF – PMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA	

1.1 - Responsabilidades institucionais da unidade

1.1.1 - Competência Institucional.

O Fundo de Saúde da PMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade, custear as despesas referentes a atendimentos médicos e

odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

1.1.2 - Objetivos estratégicos.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de contratações e credenciamentos de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como, a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

1.2 - Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

1.2.1 - Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O Fundo de Saúde atuando em conjunto com a assistência médica da PMDF para cumprir com suas responsabilidades institucionais utilizam órgãos auxiliares da corporação que coadunam com suas funções, além é claro, do seu corpo técnico-profissional. Esses órgãos oferecem vários serviços de saúde a fim proporcionar ao público-alvo o acesso ao direito garantido por lei. São eles:

- Policlínica médica: presta consultas ambulatoriais, alguns exames de imagem, pequenas cirurgias, exames laboratoriais, reabilitação física, entre outras;
- Centro de Assistência Social (CASO): oferece assistência psicológica, palestras de planejamento familiar, apoio pedagógico, apoio religioso, entre outros;
- Centro Odontológico: atendimento de ambulatorial, urgência, emergência, diversas cirurgias e exames;
- Centro de Capacitação Física: prevenção e cuidados com a saúde física dos militares;
- Centro de Perícias médicas: Avaliação e verificação da capacidade laboral dos militares;

Nosso corpo técnico é composto dos seguintes profissionais:

Servidores	Atividade Meio		Atividade Fim		Total
	Cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Cargo em comissão	Sem cargo em comissão	

Oficiais-Médicos	0	46	0	0	46
Oficiais-Dentistas	0	32	0	0	32
Oficiais-Veterinário	0	5	0	0	5
Oficiais-Especialistas	0	16	0	0	16
Oficiais-Assistentes Veterinários	0	2	0	0	2
Praças-Assistentes Veterinários	0	7	0	0	7
Praças- área de saúde	0	32	0	0	32
Servidor Civil	0	3	0	0	3
Total Geral	0	143			143

Ressaltamos que devido algumas peculiaridades do serviço público tais como limitação na contratação de mais profissionais para oferecer um maior conjunto de especialidades, a Polícia Militar, através de seus próprios órgãos, não oferece todos os serviços que garantem a saúde de seus usuários. Assim, com os recursos que arrecada complementando com os que recebe do Fundo Constitucional do Distrito Federal, e por meio do edital de credenciamento nº01/2004, foi realizado junto a alguns hospitais e clínicas, conforme tabela abaixo, termos de credenciamentos para suprir a demanda descoberta.

Nº	Credenciada	CNPJ	Processo	Contrato	Mod. Licitação
01	HOSPITAL PACINI LTDA	00.417.089/0001-96	054.002.204/2009	04/2009	Inexigibilidade
02	INBOL - INSTITUTO BRASILEIRO DE OLHOS S/S LTDA	37.114.071/0001-25	054.002.204/2009	04/2009	Inexigibilidade
03	ISOB - INSTITUTO DE SAÚDE DE OLHOS BRÁSILIA S/S LTDA	03.056.609/0001-70	054.002.204/2009	04/2009	Inexigibilidade
04	OFTALMED - NÚCLEO DE DIAGNOSE E MICROCIRURGIA OCULAR DE BSB	37.992.740/0001-61	054.002.204/2009	04/2009	Inexigibilidade
05	CLÍNICA BORBOLETÁRIO DE PSICOLOGIA LTDA	09.226.293/0001-02	054.002.555/2009	07/2009	Inexigibilidade
06	PSICOCLÍNICA - CLINICA DE PSICOLOGIA PSICOT. E ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA LTDA	37.120.144/0001-91	054.002.555/2009	07/2009	Inexigibilidade
07	M.G. ISRAEL	72.593.742/0001-89	054.002.555/2009	07/2009	Inexigibilidade
08	RRM - REDE RIO DE MEDICINA LTDA	33.710.096/0001-30	054.000.942/2008	01/2009	Inexigibilidade
09	ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA LTDA	01.682.668/0001-29	054.001.632/2008	03/2010	Inexigibilidade
10	INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN BSB LTDA	06.200.472/0001-74	054.001.632/2008	02/2008	Inexigibilidade
11	HOSPITAL SANTA HELENA S.A.	00.049.791/0001-44	054.001.632/2008	04/2009	Inexigibilidade
12	ONCOTEK - CLÍNICA DE TRATAMENTO E PESQUISA ONCOLÓGICA	07.026.212/0001-97	054.001.632/2008	05/2010	Inexigibilidade

13	DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.	61.486.650/0182-01	054.002.141/2008	01/2010	Inexigibilidade
14	MEDCOR - CARDIOLOGISTAS ASSOCIADOS DA ASA SUL S/C	03.903.771/0001-87	054.002.141/2008	03/2008	Inexigibilidade
15	CARDIONORTE - CARDIOLOGISTAS ASSOCIADOS DA ASA NORTE S.C. LTDA	03.233.255/0001-92	054.002.141/2008	02/2010	Inexigibilidade
16	HOSPITAL MARIA AUXILIADORA	38.000.485/0001-96	054.002.554/2009	09/2009	Inexigibilidade
17	HOSPITAL SÃO FRANCISCO LTDA	72.576.143/0001-57	054.002.554/2009	09/2009	Inexigibilidade
18	HOSPITAL SANTA HELENA S.A.	00.049.791/0001-44	054.002.554/2009	09/2009	Inexigibilidade
19	HOSPITAL SANTA MARTA LTDA	00.610.980.0001-44	054.002.554/2009	09/2009	Inexigibilidade
20	UNIORTHO - UNIDADE DE EXCELÊNCIA EM ODONTOLOGIA LTDA	08.929.334/0001-56	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
21	ORTO-VITTA LTDA	11.294.836/0001-62	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
22	CENTRO ODONTOLÓGICO MIRRANDA LTDA	02.574.101/0001-00	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
23	ELO - ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA	37.119.005/0001-48	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
24	SIQUIEROLI ABRÃO CLÍNICA DE ORTODONTIA LTDA	06.211.803/0001-71	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
25	CEPTO - CENTRO ESPECIALIZADO EM PREVENÇÃO E TRAT. ODONTOLÓGICO LTDA	01.397.726/0001-72	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
26	UNIFACE - CLÍNICA ODONTOLÓGICA ELDER CARNEIRO S/C	03.301.208/0001-39	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
27	HL - CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA	10.917.802/0001-14	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
28	INODONTO - INSTITUTO ODONTOLÓGICO S/C LTDA	02.576.577/0001-71	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
29	ODONTOTAL -CLÍNICA ODONTOLÓGICA S/S	05.525.628/0001-24	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
30	ORTOFACE - CLÍNICA DE ODONTOLOGIA PREVENTIVA LTDA	37.119.005/0001-48	054.000.629/2010	04/2010	Inexigibilidade
31	HOSPITAL MARIA AUXILIADORA	38.000.485/0001-96	054.002.557/2009	08/2009	Inexigibilidade
32	HOSPITAL SÃO FRANCISCO LTDA	72.576.143/0001-57	054.002.557/2009	08/2009	Inexigibilidade
33	HOSPITAL SANTA HELENA S.A.	00.049.791/0001-44	054.002.557/2009	08/2009	Inexigibilidade
34	HOSPITAL SANTA MARTA LTDA	00.610.980.0001-44	054.002.557/2009	08/2009	Inexigibilidade

A manutenção dos serviços prestados pelo próprio órgão é feita também com esses recursos tais como aquisição de materiais hospitalares, odontológicos, laboratoriais, e outros relativos à saúde; manutenção de equipamentos de raios-X, ecografia, câmara hiperbárica, laboratoriais e de fisioterapia; e cursos para atualização profissional dos militares a fim de manter a qualidade dos procedimentos oferecidos. Dessa forma, os recursos recebidos para a assistência médica, são utilizados tanto para a contratação de serviços médicos e hospitalares, principalmente de urgência e emergência, como para apoio aos prestados pela PMDF.

1.2.2 - Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

As execuções orçamentárias e financeiras dos créditos do Fundo de Saúde obedecem a uma sistemática própria, como complementam os recursos referentes à assistência médica, funcionam como reserva para eventuais aumentos da demanda. Embora seus recursos estejam no planejamento da gestão do sistema de saúde, eles não aparecem no Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários da PMDF, pois, grande parte de seus recursos vem do superávit financeiro apurado no exercício anterior. Como essa apuração só é feita no mês de junho, opta-se pela sua posterior execução frente aos recursos do Fundo Constitucional. Apresentamos a seguir o planejamento e suas alterações:

AÇÕES	DESPESA AUTORIZADA	VALOR EMPENHADO
CREDENCIADAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
REFORMA DA POLICLÍNICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESSARCIMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 9.658.869,09
TOTAL		R\$ 9.658.869,09

Devido à impossibilidade institucional de realizar as devidas licitações, por causa da grande demanda, não foi possível a execução tanto das reformas quanto das aquisições de materiais permanentes e de consumo. Como as despesas com saúde não seguem a mesma previsibilidade que as despesas comuns, embora trabalhemos com previsão de gastos partimos de uma análise do exercício anterior para poder propor uma estratégia de ação a fim de planejar adequadamente nossas demandas, principalmente as cirurgias de emergência e urgência de alto custo que esgotam com a maior parte do orçamento, impondo um necessário ajuste no Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários, além da constituição de uma reserva considerável para evitar o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores.

2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0903	Denominação: ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Tipo do Programa: Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DOS MÉTODOS APLICADOS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CONTRA SINISTROS, MEDIANTE O EMPREGO DE MELHORES	

TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS.						
Objetivos Específicos: REFORMA DA POLICLÍNICA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL						
Gerente:				Responsável:		
Público Alvo: Militares do PMDF, seus dependentes e pensionistas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0400		Denominação: ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL				
Tipo do Programa: Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: PROPORCIONAR ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA À POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, SOB REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO.						
Objetivos Específicos: ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS POLICIAIS E DEPENDENTES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL						
Gerente:				Responsável:		
Público Alvo: Militares da PMDF, seus dependentes e pensionistas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
9.735.692,00	9.735.692,00	9.658.869,09	2.7410.355,31	6.918.513,78	2.740.355,31	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0100		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO				
Tipo do Programa: Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						

Objetivo Geral: PROVER ÓRGÃOS DO DISTRITO FEDERAL DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DAS AÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GERAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS OFERTADOS DIRETAMENTE À SOCIEDADE.						
Objetivos Específicos: RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL						
Gerente:				Responsável:		
Público Alvo: Militares do CBMDF, seus dependentes e pensionistas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		0	0	0	0	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI 2011

Essa unidade não é responsável por gerir programas inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA).

3 -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
28	845	903	00FM	A	3	Atendimento próprio	-	-	-
28	845	903	00FM	A	3	Atendimento na rede Credenciada	-	-	-

Fonte:Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal

Tanto o Fundo de Saúde da PMDF e a assistência médica da corporação tem como meta principal atender toda a demanda referente aos serviços de saúde procurados pelos seus usuários, estimados na atualidade a 88.000 (oitenta e oito mil) vidas. Atuando com a oferta de serviços próprios e de terceiros, buscamos disponibilizar todas as especialidades médicas, odontológicas, fisioterapêuticas, psicológicas, além de todos os tipos de exame para a melhor

atuação do profissional de saúde. Contudo, há alguns procedimentos que não são contemplados pelos termos de credenciamentos feitos com as empresas parceiras, nesse caso o usuário poderá realizá-lo e, respeitando as normas internas da corporação, solicitar ressarcimento.

A peculiaridade das despesas com saúde de serem totalmente imprevisíveis nos impede de estabelecer metas relativas à execução física. Assim, não podendo prever o que será realizado buscamos o cumprimento do dever legal de proporcionar ao nosso público-alvo uma boa assistência à saúde.

4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro

4.1 - Programação Orçamentária das Despesas

4.1.1 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	73901	170485

4.1.2 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
L	Dotação proposta pela UO		0	0	0	0	0	0
O	PLOA		0	0	0	0	0	0
A	LOA		0	0	0	0	0	9.735.692,00
C	Suplementares		0	0	0	0	0	0
R É	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
D I T	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
O S	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	0	9.735.692,00

Fonte: SIAFI 2011



4.1.3 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
L	Dotação proposta pela UO		0	0	0	0	0	0
O	PLOA		0	0	0	0	0	0
A	LOA		0	0	0	0	0	0
C	Suplementares		0	0	0	0	0	0

R É D I T O S	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
	Outras Operações		0	0	0	0	0	0
	Total		0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 2011

4.1.4 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
L O A	Dotação proposta pela UO		0		0	0	0	0
	PLOA		0	0	0	0	0	0
	LOA		0	9.735.692,00	0	0	0	0
C R É D I T O S	Suplementares		0	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados							
			0	0	0	0	0	0
	Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		0	9.735.692,00	0	0	0	0	

Fonte: SIAFI 2011

4.1.5 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	9.735.692,00
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 2011

Não houve movimentações de créditos orçamentários oriundos de recebimentos ou concessões.

4.2 - Execução Orçamentária das Despesas

4.2.1 - Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Não se aplica		9.658.869,09		2.740.355,31
Contratações Diretas				
Regime de Execução Especial				
	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal				
	0	0	0	0
	0	0	0	0
Outros				

Fonte: SIAFI 2011

○

4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes								
92 – Despesas de Exercícios Anteriores		6.158.869,09				6.158.869,09		
93 – Indenizações e Restituições		3.500.000,00		2.740.355,31		759.644,69		2.740.355,31
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 2011

4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 2011

Conforme demonstrado nos quadros acima, a administração dos recursos do Fundo de Saúde da PMDF no exercício de 2011 foi bem peculiar. Devido à grande demanda institucional, não houve as licitações previstas para sua utilização, principalmente as de investimentos. A utilização desses créditos foi realizada com empresas que já possuíam contrato de prestação de serviços com a corporação.

4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Não se aplica		9.658.869,09		2.740.355,31
Contratações Diretas				
Regime de Execução Especial				
Pagamento de Pessoal				
Outras				

Fonte: SIAFI 2011

■

4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes								
92 – Despesas de Exercícios Anteriores		6.158.869,09				6.158.869,09		
93 – Indenizações e Restituições		3.500.000,00		2.740.355,31		759.644,69		2.740.355,31
	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

4.2.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIGGO 2010-2011

Não houve movimentações de créditos orçamentários oriundos de recebimentos ou concessões.

4.3 Indicadores Institucionais

Durante o exercício de 2011 o Fundo de Saúde, por opção de planejamento, foi utilizado como reserva de contingência para atender um eventual aumento da demanda da assistência médica da corporação, o que foi verificado nos três últimos meses do exercício. Além disso, houve a realização de termo de credenciamento com novas empresas aumentando a oferta em localidades mais distantes, cujos recursos foram em parte oriundos deste fundo.

Assim como na assistência médica, utilizamos dois indicadores para mensurar nossos gastos, o primeiro representado pelo número de atendimentos realizados no complexo da Policlínica e o segundo pelo número de atendimentos realizados na rede credenciada, este dividido entre gastos com titulares e dependentes. Contudo, devido à demora das empresas credenciadas em encaminhar as notas fiscais, os recursos do Fundo de Saúde empenhados, foram todos inscritos em restos pagar não processados como demonstrado anteriormente.

Devido ao grande número de usuários do sistema de saúde (ativos, inativos, pensionistas e dependentes – aproximadamente 88.000 usuários), que gera uma excessiva demanda pelos serviços fornecidos, seja no próprio órgão ou na rede externa, também, a falta de pessoal para ocupação das funções administrativas, impedem a mensuração de índices mais qualitativos a fim de melhor mensurar os gastos e fornecer informações mais detalhadas, principalmente os atendimentos que são realizados nas contratadas, ocorrendo uma grande diversidade de procedimentos dificultando a configuração de um cálculo mais simplificado o que produziria informações desnecessárias.

Estão em andamento trabalhos para sistematização e indicação de desempenho das atividades desenvolvidas no sistema de saúde da Corporação.

5 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

■

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
NA		NA			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
NA	NA	NA	NA	NA	NA
Razões e Justificativas:					

Fonte:SIAFI 2011

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

6 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Os restos a pagar de exercícios anteriores, conforme demonstrado em tabela abaixo, por dispor de disponibilidade financeira a partir da publicação do decreto de inscrição, são pagos de acordo com a ordem exigibilidade, não provocando impacto na gestão orçamentária e financeira do Fundo. Cabe ressaltar que todos os créditos inscritos em restos a pagar, que não tem seu pagamento concretizado, são cancelados em uma data estabelecida por decreto do governo do Distrito Federal, não ocorrendo com isso à reinscrição desses créditos.

6.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
		0		0
				0
...	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
	0	0	0	0
Observações:				

Fonte:SIAFI 2011

7 - Informações Complementares

Por meio do Acórdão nº168/2007, o Tribunal de Contas da União (TCU) exarou despacho, por meio do qual é determinado ao Governo do Distrito Federal (GDF), à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e ao Corpo de Bombeiros militar do Distrito Federal (CBMDF), que a partir de 1º/01/2011 a execução orçamentária do Fundo de Saúde das Corporações Militares passasse a ser realizada por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e não mais por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO) do GDF.

Ao exarar referido despacho, entendeu aquela Corte que a contribuição para o fundo de Saúde é compulsória e obrigatória, sendo, portanto, a sua execução da competência da esfera Federal.

SEBASTIÃO DAVI GOUVEIA- CEL QOPM
Comandante-Geral da PMDF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011 - FCDF/CBMDF

BRASÍLIA,DF 03/2012

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011 - FCDF/CBMDF

**Relatório de Gestão do exercício de 2011
apresentado aos órgãos de controle
interno e externo como prestação de
contas ordinárias anual a que esta
Unidade está obrigada nos termos do
art. 70 da Constituição Federal,
elaborado de acordo com as disposições
da Instrução Normativa TCU nº
63/2010, da Decisão Normativa TCU nº
108/2010 e da Portaria-TCU nº
277/2010.**

BRASÍLIA,DF 03/2012

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CBMDF.....	142
INTRODUÇÃO	143
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	147
1.4. RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	147
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	148
2.1 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE:	148
2.1.1 - Competência Institucional	148
2.1.2 - Objetivos Estratégicos	149
2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	153
2.2.1 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade;	153
2.2.2 – Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício de 2011.....	155
2.3 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	156
2.3.1 - Execução dos Programas sob a responsabilidade da UJ.....	156
2.3.2 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ	156
2.3.2.1. Dados gerais das Ações	157
2.4 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	159
2.4.1- Programação Orçamentária da Despesa	159
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	159
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	160
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	160
2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa	162
2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	162
2.4.5. Indicadores Institucionais	167
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	178
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	178
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	178
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	179
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	179
5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	179
5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	179
5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.....	180
5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo idade.....	180
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	181
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	182
5.4. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS	183
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	184
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	184
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	185
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	185
5.6 INDICADORES INSTITUCIONAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	187
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	189
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	190
8. 1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	190
8. 2 ANÁLISE CRÍTICA	190
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	190

9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	190
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	192
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	192
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	193
12.1 GESTÃO DE TI DA UJ	193
13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	194
13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	194
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	197
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	197
15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	197
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	197
15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	198
16. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	199
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	199
16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	199
17. PARTE A - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.....	199
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	207
17.1 DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	207

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - 0903 – PROGRAMA ESPECIAL: TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAL E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	156
QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	156
QUADRO 1 - AÇÃO – 0032 – FCDF – MANUTENÇÃO DO CBMDF.....	157
QUADRO 2 - AÇÃO 00F2 – FCDF – PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA DO CBMDF..	157
QUADRO 3 - AÇÃO – 00FE – FCDF – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO CBMDF.	157
QUADRO 4 - AÇÃO – 00FF – FCDF – ASSIST. PRÉ-ESCOLAR AOS DEPEND. DOS SERVIDORES DO CBMDF.	158
QUADRO 5 - AÇÃO – 00FI – FCDF – ASSIST. MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES DO CBMDF.	158
QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	159
QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	159
QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL	160
QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	160
QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	162
QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	164
QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	165
QUADRO 6 – INDICADOR DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS	168
QUADRO 7 – INDICADOR DE OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIOS ATENDIDAS	169
QUADRO 8 – INDICADOR DE OCORRÊNCIAS FLORESTAIS ATENDIDAS	170
QUADRO 9 – INDICADOR DE ÁREA QUEIMADA	170
QUADRO 10 – INDICADOR DE PROJETOS ANALISADOS.....	171
QUADRO 11 – INDICADOR DE VISTORIAS REALIZADAS.....	171
QUADRO 12 – INDICADOR DE PERÍCIAS DE INCÊNDIO REALIZADAS.....	171
QUADRO 13 – INDICADOR DE PERÍCIAS DE INCÊNDIO REALIZADAS 2.....	172
QUADRO 14 – INDICADOR DE ABSENTEÍSMO ÀS CONSULTAS ODONTOLÓGICAS AGENDADAS.....	172
QUADRO 15 – INDICADOR DE CONSULTAS ODONTOLÓGICAS REALIZADAS	173

QUADRO 16 – INDICADOR DE SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS DA PODON.....	173
QUADRO 17 – INDICADOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS CORRENTES.....	173
QUADRO 18 – INDICADOR DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS DESPESAS CORRENTES.....	174
QUADRO 19 – INDICADOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS DE CAPITAL.....	174
QUADRO 20 – INDICADOR DE INSCRIÇÃO DE RECURSOS EM RESTOS A PAGAR	174
QUADRO 21 – INDICADOR DE TEMPO MÉDIO DE VIATURA PARADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA.....	175
QUADRO 22 – INDICADOR DE TEMPO MÉDIO DE VIATURA PARADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA.....	175
QUADRO 23 – INDICADOR DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS.....	175
QUADRO 24 – INDICADOR DE ÁREA CONSTRUÍDA.....	176
QUADRO 25 – INDICADOR DE ÁREA REFORMADA	176
QUADRO 26 – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DE FROTA OPERACIONAL	176
QUADRO 27 – INDICADOR DE PROCESSOS ANALISADOS (AUDITORIA/CBMDF) ..	177
QUADRO 28 – INDICADOR DE EXTRANET.....	177
QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
178	
QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .	179
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	179
QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	180
QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	180
QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	181
QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS.....	182
- SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	182
QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	182

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	183
QUADRO A.5.9-1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	184
QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.....	184
QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	185
QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	185
QUADRO 29 – INDICADOR DE ABSENTEÍSMO POR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PRÓPRIA.....	187
QUADRO 30 – INDICADOR DE EXECUÇÃO DO PLANO GERAL DE CURSOS - CURSOS.....	187
QUADRO 31 – INDICADOR DE EXECUÇÃO DO PLANO GERAL DE CURSOS - VAGAS	187
QUADRO 32 – INDICADOR DE MILITARES CAPACITADOS.....	188
QUADRO 33 – INDICADOR DE TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES PRATICADAS NO ÂMBITO DA CORPORACÃO	188
QUADRO 33 – INDICADOR DE TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES PRATICADAS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE FIM	188
QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	190
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	190
QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	192
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	193
QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	194
QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	196
QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	198
QUADRO 34 - CURSOS INTERNOS 2011.....	205
QUADRO 35 - CURSOS EXTERNOS À CORPORAÇÃO	206
QUADRO 36 - CURSOS INTERNACIONAIS.....	206
QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	207

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CBMDF

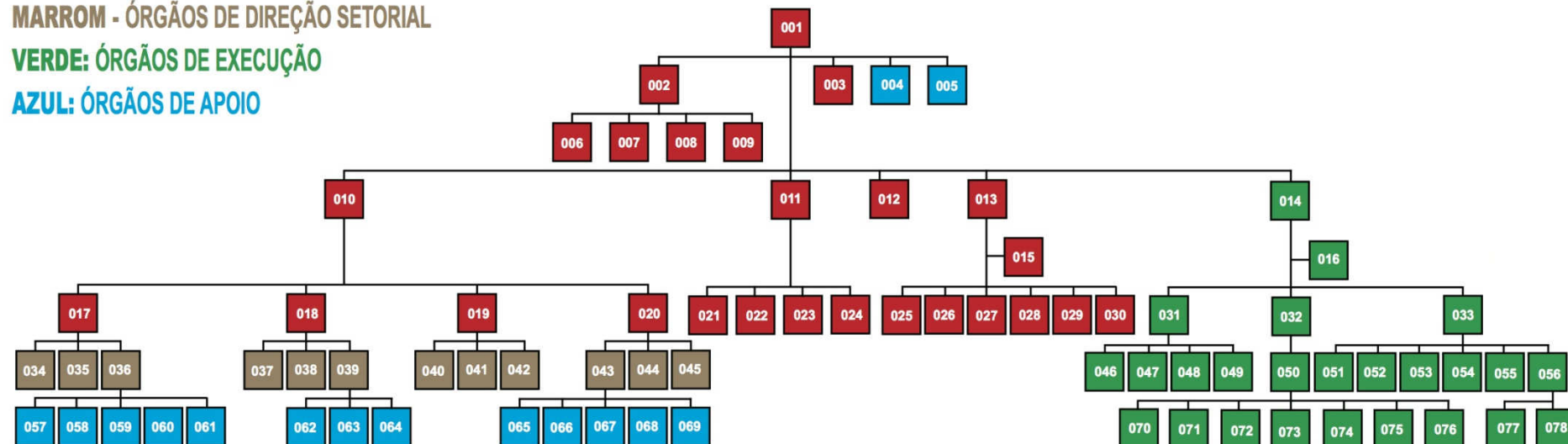
Anexo 1 do BG nº 154 de 18 de agosto de 2010

VERMELHO - ÓRGÃOS DE DIREÇÃO GERAL

MARROM - ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL

VERDE: ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

AZUL: ÓRGÃOS DE APOIO



LEGENDA

001. Comando Geral
002. Gab Comandante Geral
003. Alto Comando
004. Centro de Comunicação Social
005. Centro de Inteligência
006. Instituto
007. Assistência Técnica e Administrativa
008. Assessoria Parlamentar
009. Assessoria Jurídica
010. Subcomando Geral
011. Controladoria
012. Ajudância Geral
013. Estado Maior Geral
014. Comando Operacional
015. Secretaria
016. Assessoria Legis, Justiça e Disciplina
017. Dep de Recursos Humanos
018. Dep de Adm Logística e Finanças
019. Dep de Segurança Contra Incêndio
020. Dep de Ens, Pesq, Ciência e Tecnologia
021. Auditoria
022. Corregedoria
023. Ouvidoria
024. Núcleo de Custódia
025. Seção de Recursos Humanos
026. Seção de Logist, Orçamento e Finanças
027. Seção de Ens, Pesq, Ciência e Tecnologia
028. Seção de Seg C/ Incêndio e Emp Operac
029. Seção de Estatíst e Geoprocessamento
030. Seção de Legislação
031. Estado Maior Operacional
032. Subcomando Operacional

033. Unidades Especializadas
034. Dir Gestão Pessoal
035. Dir de Inativos e Pensionistas
036. Dir de Saúde
037. Dir Orçamento e Finanças
038. Dir Contratações e Aquisições
039. Dir Materiais e Serviços
040. Dir de Vistorias
041. Dir Estudos e Análise de Projetos
042. Dir de Investigação de Incêndio
043. Dir de Ensino
044. Dir de Pesq, Ciência e Tecnologia
045. Dir Tecnologia da Inform e Comunic
046. Seç de Recursos Humanos
047. Seç de Logística
048. Seç Emprego Operac e Estatística
049. Seç de Instrução
050. Unidades Multi Emprego
051. Grup Prev e Comb a Incêndio
052. Grup de Busca e Salvamento
053. Grup de Atend Emerg Pré-Hosp
054. Grup de Proteção Ambiental
055. Grup de Proteção Civil
056. Grup de Aviação Operacional
057. Policlínica Médica
058. Policlínica Odontológica
059. Centro de Assist Bombeiro Militar
060. Centro de Capacitação Física
061. Centro de Perícias Médicas
062. Centro Manut de Equip e Viaturas
063. Centro Obras e Manutenção Predial
064. Centro de Suprimento e Material

065. Academia de Bombeiro Militar
066. Centro de Estudos, Polít Estratég. e Doutrina
067. Centro de Form e Aperf de Praças
068. Centro de Treinamento Operacional
069. Centro de Orient e Superv do Ensino Assist
070. Comando de Área I
071. Comando de Área II
072. Comando de Área III
073. Comando de Área IV
074. Comando de Área V
075. Comando de Área VI
076. Comando de Área VII
077. 1º Esquadrão de Aviação Operacional
078. 2º Esquadrão de Aviação Operacional
079. 1º GBM Brasília
080. 4º GBM Asa Norte
081. 14º GBM Cruzeiro
082. 15º GBM Asa Sul
083. 34º GBM Lago Norte
084. 39º GBM SAAN
085. 43º GBM SRTS
086. 45º GBM Sudoeste/Octogonal
087. 49º GBM Varjão
088. 2º GBM Taguatinga
089. 24º GBM Arniequeiras
090. 25º GBM Águas Claras
091. 46º GBM Taguatinga Sul
092. 47º GBM Taguatinga Norte
093. 50º GBM Vicente Pires
094. 3º GBM Setor Indústria e Abastecimento
095. 6º GBM Núcleo Bandeirante
096. 13º GBM Guarã

097. 19º GBM Candangolândia
098. 21º GBM Riacho Fundo
099. 30º GBM Guará II
100. 35º GBM Park Way
101. 40º GBM St Complementar Indust e Abast - Estrutural
102. 5º GBM Aeroporto
103. 10º GBM Paranoá
104. 11º GBM Lago Sul
105. 17º GBM São Sebastião
106. 32º GBM Itapuã
107. 33º GBM Jardim Botânico
108. 16º GBM Gama
109. 18º GBM Santa Maria
110. 20º GBM Recanto das Emas
111. 23º GBM Riacho Fundo II
112. 27º GBM Gama Oeste
113. 28º GBM Gama Sul
114. 36º GBM Recanto das Emas - Centro
115. 38º GBM Santa Maria Sul
116. 7º GBM Brazlândia
117. 8º GBM Ceilândia
118. 12º GBM Samambaia
119. 26º GBM Br 070
120. 31º GBM Incra VIII
121. 37º GBM Samambaia Centro
122. 41º GBM Setor de Indústria Ceilândia
123. 42º GBM Setor P Sul
124. 9º GBM Planaltina
125. 22º GBM Sobradinho
126. 29º GBM Grande Colorado
127. 44º GBM Sobradinho II
128. 48º GBM Vale do Amanhecer

Lei nº 8.255, 20nov1991 (LOB CBMDF, alterada pela Lei nº 12.086 em 06nov2009). Decreto nº 7.163, 29abr2010 (Altera o art. 10-B da Lei nº 8.255). Decreto nº 31.817, 21jun2010 (Regulamenta o inciso II, do art. 10-B da Lei nº 8.255). Estudo da Matriz Operacional do CBMDF (Anexo 3 ao BG nº 142, 02ago2010). Metodologia de projeto da estrutura organizacional utilizada pela Seção de Legislação do EMG

Introdução

Estrutura do relatório

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, mantido e organizado pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, está sujeito, nos termos da Decisão nº 824/2004 – do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, às ações de controle e fiscalização desse Tribunal.

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2011 do CBMDF, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa-IN nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN nº 108/2010, e da Portaria nº 123/2011, todas do TCU.

Conforme prescreve o Anexo I da DN nº 108/2010 do TCU, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, deverá apresentar prestação de contas consolidando as informações sobre a gestão dos recursos destinados à assistência financeira para realização de serviços públicos de educação e saúde do Distrito Federal, e agregando a gestão do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e da Assistência Médica do CBMDF, da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Fundo de Saúde da PMDF.

A primeira parte destina-se a apresentação da gestão como um todo, demonstrando as ações e a utilização do orçamento com finalidade de cumprir as responsabilidades institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

A segunda parte destina-se a apresentação das informações Contábeis da Gestão.

Principais realizações da gestão

Na área de compras, o ano de 2011 foi de grandes realizações. A principal delas foi sem dúvida a aquisição do *know how* para a realização de licitações internacionais. Ademais, a consolidação do sistema de registro de preços e a implementação, ainda que tardia, do pregão eletrônico também contribuíram para o aperfeiçoamento desta área tão essencial para a instituição.

A definição e a adoção de indicadores para mensurar o desempenho institucional também foi um passo importante dado pela UJ em 2011. Ainda é um processo que demandará alguns ajustes, mas que aos poucos vai sendo internalizado pela organização.

A Corporação buscou atender diuturnamente a população do Distrito Federal, sendo

submetida a operações diferenciadas frente à rotina operacional. Em maio de 2011, a embarcação *Imagination* naufragou no Lago Paranoá com mais de 100 pessoas a bordo. A realização de buscas simultâneas de vítimas nas águas turvas do lago e o desafio de emergir à superfície uma embarcação do porte do *Imagination* trouxeram novos desafios à Instituição. Desafio apresentado, desafio superado. Entretanto, observou-se que para esta demanda operacional não estávamos plenamente preparados.

Nesse sentido foram realizados esforços, os quais resultaram na aquisição no final do exercício financeiro de equipamentos até então inéditos à instituição tais como veículos subaquáticos de operação remota, sistemas de iluminação subaquática e sonares com varredura lateral, os quais serão significativos no desempenho das ações de mergulho, busca e salvamento.

Os incêndios florestais são sazonais no DF, principalmente entre os meses de maio e outubro, fazendo parte da rotina operacional da Instituição. Em 2011 a Corporação adquiriu 02 (duas) aviões específicos para o combate a incêndios florestais, o que impactará significativamente na eficiência da extinção dos incêndios, principalmente aqueles de difícil acesso ou localizados em áreas de proteção ambiental.

Soma-se às aeronaves, a aquisição no final do exercício financeiro de 2011, de 18 caminhões tipo QT (Qualquer Terreno), destinados ao transporte de tropa e a incursão das mesmas em terrenos acidentados e de difícil acesso, possibilitando o deslocamento rápido das equipes de combate a incêndios florestais em áreas onde os veículos comuns não conseguem transitar.

A frota de veículos destinada ao combate a incêndio urbano carece atualmente de padronização, quantidade e em parte de qualidade. Portanto, no exercício de 2011 buscou-se realizar um investimento maciço na área de combate a incêndio urbano, por meio de certame licitatório internacional, resultando na aquisição de 22 viaturas de combate a incêndio, as quais irão equipar as novas unidades que serão construídas e substituição daquelas que colocam em risco a eficiência das atividades de extinção de incêndios urbanos pela Corporação.

A ampliação da estrutura organizacional e a expansão das regiões administrativas do Distrito Federal demandam da Corporação uma maior capilaridade de suas unidades operacionais. Desta maneira, foram licitados novos Grupamentos de Bombeiro Militar (GBM) para as regiões administrativas de Riacho Fundo, Recanto das Emas, Ceilândia, Samambaia, Sudoeste, Santa Maria e Lago Norte.

A informatização da instituição é uma demanda complexa, de alto risco e pela qual passamos por grandes dificuldades de implantação. No decorrer de 2011, a Corporação, por meio da Central de Compras do GDF, logrou êxito na conclusão da licitação para contratação de uma empresa especializada para desenvolvimento de softwares “fábrica de software”, a qual atuará em

conjunto com o CBMDF, desenvolvendo sistemas institucionais para área de pessoal, saúde e logística.

Do ponto de vista dos meios, a gestão do CBMDF buscou propiciar aos seus servidores as condições adequadas de trabalho, como infraestrutura física, viaturas, equipamentos, tecnologias, insumos, dentre outros.

Dentre as obras e reformas realizadas em 2011 destacam-se:

- Reforma dos banheiros do GBM de Taguatinga;
- Construção de cobertura dos estacionamentos do Quartel do Comando Geral;
- Conclusão das obras de construção dos Grupamentos de Bombeiros do Guará e de Planaltina;
- Conclusão da ampliação do Centro de Suprimento e Material (CESMA);
- Revitalização da quadra poliesportiva do GBM do Guará;
- Início da construção do vestiário do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP);
- Início das obras do Centro de Capacitação Física (CECAF) com área aproximada de 30.000 m²;
- Conclusão do procedimento licitatório para a construção de novos GBMs nas regiões administrativas de Ceilândia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia, Lago Norte, Santa Maria e Sudoeste;
- Conclusão do procedimento licitatório para a construção da nova Policlínica do CBMDF.

Principais dificuldades encontradas

As dificuldades encontradas ao longo de 2011 foram muitas. Inicialmente, a Corporação passou por uma reestruturação em 2009 e 2010, sendo o ano de 2011 um período de consolidação dessa estrutura.

A burocracia para a realização de compras é sempre uma barreira a ser transposta e tratando-se de licitações internacionais os desafios são ainda maiores para uma Instituição que até então não possuía o *know how* para realizá-las. A publicidade do certame no exterior, a aprovação dos editais pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal e a realização da licitação foram dificuldades impostas, mas superadas e que resultaram na materialização de importantes metas para o exercício.

Estando a Corporação inserida no orçamento do GDF e executando, como unidade gestora, parte dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, há sempre a necessidade de viver em dois mundos parecidos o Federal e o Distrital, mas que guardam suas diferenças, demandando da

Corporação esforços do sentido de bem gerir os recursos a ela disponibilizados e não ferir as disposições da legislação federal e distrital.

Itens não aplicáveis à UJ

O item 2.4.3.2., Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, não se aplica à UJ, em virtude do Corpo de Bombeiros Militar do DF não conceder ou receber créditos orçamentários de outras UG a ela não associadas. O orçamento destinado ao CBMDF é contabilizado na UG 170392, que movimenta por meio de provisão para a UG 170394.

O item 3, parte A, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010 que trata do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, não se aplica à UJ por não termos permissão, em virtude da regra de criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal, de criar passivos a descoberto.

O item 5.3, Composição do Quadro de Estagiários, não se aplica à UJ em virtude da Corporação não utilizar este recurso em seus quadros.

O item 5.5.2, autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados, não se aplica à UJ em virtude do CBMDF ser uma Corporação militar não permitindo que sua atividade-fim seja executada por terceirizados, só ocorrendo no caso de prestação de serviço com fornecimento de mão de obra para limpeza e conservação e não existir na composição legal do quadro de militares funções para este tipo de tarefa.

O Item 6 da DN-TCU nº 108, não se aplica a UJ por não ter ocorrido transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres no exercício de 2011.

Já em relação ao item 11, Gestão de bens Imóveis de Uso Especial, não se aplica à UJ em virtude da Corporação não possuir bens imóveis da União sob a sua responsabilidade.

Quanto ao item 14 do mesmo normativo sobre a Renúncia Tributária, não se aplica à Unidade Jurisdicionada por não ser responsável pela arrecadação de tributos, portanto não pode conceder tal benefício.

1. Parte A, Item 1, do Anexo II da DN TCU N° 108/2010
1.4. Relatório de Gestão Agregado

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação abreviada: FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901	Código SIAFI: 170392	
Natureza Jurídica: Segurança Pública, Saúde e Educação			
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE		Código CNAE:	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3312- 5914		
E-mail: geaha@fazenda.df.gov.br			
Erro! A referência de hiperlink não é válida.			
Endereço Postal: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar, Brasília,DF - CEP 70.075-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Secretaria de Estado de Educação do DF	Ativa	1929	
Secretaria de Estado de Saúde	Ativa	1929	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 2			
Denominação completa: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Denominação abreviada: CBMDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901	Código SIAFI: 170394	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3901-5912	(61) 3901-5915	
E-mail: dif@cbm.df.gov.br			
Erro! A referência de hiperlink não é válida.			
Endereço Postal: SAIN LOTE D MODULO E ASA NORTE DISTRITO FEDERAL CEP 70.610-600			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856			
Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991 e			
Decreto nº 16.036, de 04 de novembro de 1994			
Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009			
Decreto nº 7.163 de 29 de abril de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170495	Assistência Médica e Odontológica do CBMDF
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170394	1

2. Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU N° 108/2010

2.1 - Responsabilidades institucionais da unidade:

2.1.1 - Competência Institucional

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), organizado com base na hierarquia e na disciplina, possui suas atribuições institucionais estabelecidas pela Constituição Federal, pelas Leis Federais n°s 7.479/86 e 8.255/91 e pelo Decreto Federal n° 7.163/10.

A Constituição Federal, em seu art. 144, estabelece que os corpos de bombeiros são órgãos integrantes da segurança pública, incumbindo-lhes além das missões definidas em legislações específicas, a execução das atividades de defesa civil.

O Estatuto dos Bombeiros Militares do CBMDF, aprovado pela Lei Federal n° 7.479, de 02 de junho de 1986, dispõe sobre a situação, as obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos bombeiros militares.

A Lei Federal n° 8.255, de 20 de novembro de 1991, dispõe sobre a organização básica da Corporação e de suas competências, assim estabelecidas em seu art. 2°:

- realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- realizar serviços de busca e salvamento;
- realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;
- prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;

- executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;

- executar as atividades de defesa civil;

- executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal.

- executar serviços de atendimento pré-hospitalar.

O Decreto Federal nº 7.163, de 29 de abril de 2010, art. 2º, acrescenta ao rol de missões do CBMDF as seguintes:

- desenvolver na comunidade a consciência para os problemas relacionados com incêndios, acidentes em geral e pânico;

- promover e participar de campanhas educativas direcionadas à comunidade em sua área de atuação; e

- fiscalizar, na área de sua competência, o cumprimento da legislação referente à prevenção contra incêndio e pânico.

2.1.2 - Objetivos Estratégicos

Constam do Planejamento Estratégico da Corporação para o período de 2011-2016, os seguintes objetivos estratégicos e respectivas estratégias de atuação:

Objetivo Estratégico nº 1: Obtenção da excelência nos serviços prestados à comunidade

Busca a atenção prioritária ao cidadão e à sociedade na condição de usuários de serviços públicos e destinatários das ações efetivadas pela Instituição.

Estratégias:

- Fomentar a capacitação técnica e física dos militares;

- Priorizar a utilização de viaturas, equipamentos e materiais operacionais com elevado nível de desempenho e confiabilidade;

- Priorizar ações de natureza preventiva;

- Disponibilizar instalações prediais adequadas para prestação de serviços.

Objetivo Estratégico nº 2: Obtenção da excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação

Prover a Instituição de estrutura adequada para o desenvolvimento de pesquisas.

Estratégias:

- Prover a Instituição de estrutura adequada para o desenvolvimento de pesquisas.

Objetivo Estratégico nº 3: Obtenção na excelência na formação e capacitação de bombeiros.

Obtenção da excelência na formação e capacitação de bombeiros militares.

Estratégias:

- Garantir estrutura adequada para formação e capacitação de bombeiros;
- Realizar parcerias com outras instituições;
- Investir na capacitação continuada de instrutores e monitores.

Objetivo Estratégico nº 4: Otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição

Otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição aos seus militares da ativa, da reserva, seus dependentes e pensionistas.

Estratégias:

- Otimizar os serviços de atendimento realizados pela Diretoria de Saúde;
- Racionalizar o funcionamento dos programas comunitários.

Objetivo Estratégico nº 5: Otimização da gestão estratégica da Corporação

Otimizar a gestão estratégica da Corporação, buscando atingir níveis de excelência na prestação dos serviços de competência da Instituição.

Estratégias:

- Implementar a nova estrutura organizacional;
- Padronizar os procedimentos operacionais e administrativos;
- Otimizar a Gestão de Pessoal;
- Implantar uma metodologia de controle e acompanhamento do Plano Estratégico;
- Utilizar indicadores de desempenho institucional;
- Otimizar o emprego dos recursos administrativos;
- Utilizar a inteligência estratégica como ferramenta de gestão;
- Utilizar os procedimentos de auditoria como ferramentas de prevenção de erros administrativos;
- Otimizar a divulgação dos serviços prestados pelo CBMDF à sociedade;
- Otimizar o atendimento aos inativos e pensionistas.

Objetivo Estratégico nº 6: Otimização da gestão orçamentária e financeira da Corporação.

Otimização da gestão orçamentária e financeira, buscando gerir de forma eficaz e eficiente os recursos públicos repassados à Corporação.

Estratégias:

- Obter recursos orçamentários e financeiros compatíveis com as necessidades da Corporação;

Objetivo Estratégico nº 7: Otimização do emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação

Otimização do emprego da Tecnologia da Informação e da Comunicação nas áreas administrativa e operacional da instituição.

Estratégias:

- Prover a Instituição de estrutura adequada de Tecnologia da Informação e de Comunicação.
- Otimizar a utilização dos sistemas de tecnologia da informação disponibilizados por outros órgãos.

Diante desse conjunto de objetivos e estratégias a Corporação buscou encadear suas ações em 2011, visando principalmente garantir a sua capacidade operacional, ou seja, garantir a disponibilidade dos meios necessários a curto e médio prazo para que de fato possa ofertar um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal e principalmente preparar a Instituição para os grandes eventos que ocorrerão na Capital Federal em 2013 e 2014.

O exercício de 2011 foi marcado pela acomodação na Corporação frente à realidade organizacional decorrente da Lei Federal nº 12.086/09, a qual implicou na criação de novos Grupamentos de Bombeiros (GBM) nas regiões administrativas e de novos órgãos e extinção de outros, alterações no fluxo de carreira de oficiais e praças, entre outras alterações.

A ampliação do efetivo também ocorreu, passando o efetivo fixado de 6.600 para 9.703 bombeiros militares de carreira, distribuídos nos quadros, qualificações, postos e graduações da Corporação. Infelizmente, o efetivo fixado ainda demandará alguns anos para ser atingido. Em relação ao efetivo existente no mês de novembro/2011 (5.293 bombeiros militares) havia uma defasagem de 31,97% de pessoal em relação ao fixado.

Após dez anos sem a realização de concurso público, um dos maiores desafios da Corporação em 2011 foi a sua realização possibilitando o ingresso, no final do ano, de 400 (quatrocentos) futuros bombeiros-militares nas fileiras do CBMDF.

Quanto ao desempenho operacional no atendimento das demandas da sociedade, observou-se uma redução de 7,69% em termos absolutos, sendo as áreas de busca e salvamento aquelas com maior redução (25,29%). Por outro lado, as ocorrências relacionadas a incêndios urbanos tiveram um expressivo aumento de 63,57%. Contudo, o somatório de perícias de incêndio realizadas tiveram uma pequena redução, o que norteia que apesar do aumento das ocorrências, este aumento não implica necessariamente um aumento de danos materiais e de vidas humanas.

Em 2011, observou-se uma redução no número de incêndios florestais (13,93%), bem como da na área queimada em 20,78%. Contudo, já no final do período de estiagem, o Distrito Federal foi atingido por três grandes incêndios florestais simultâneos em áreas de proteção ambiental, colocando a prova a capacidade de resposta da Corporação.

Diante deste cenário, a Corporação optou por colocar em operação uma das duas aeronaves de combate a incêndio recém adquiridas, além de contar também com o apoio e emprego de aeronaves adaptadas da Força Aérea Brasileira.

As Copas das Confederações 2013 e do Mundo 2014 serão realizadas no período de estiagem que atinge sazonalmente o Distrito Federal, período este, no qual as ocorrências de incêndios florestais são constantes, impactando na vida de toda a população. De modo a melhorar a capacidade operacional da Corporação frente a estes eventos, no ano de 2011 foram adquiridos diversos equipamentos, viaturas e equipamentos de proteção individual. Estas aquisições visam tornar mais ágil o atendimento das ocorrências de modo a garantir a preservação da fauna, flora e amenizar os efeitos das queimadas na qualidade do ar da Capital Federal.

As ocorrências de acidentes de trânsito atendidas pela Corporação tiveram um aumento de 4,89% em relação a 2010, o que decorre principalmente do aumento da frota e das particularidades do trânsito do DF.

Apesar do percentual observado, este não reflete a realidade do trânsito do Distrito Federal, uma vez que inúmeras outras ocorrências foram atendidas por outros segmentos da Segurança Pública sem a participação do CBMDF em virtude da baixa gravidade do evento.



Fonte: SGOWEB/CIADE/SSPDF.

O Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico (DESEG) responsável pelas atividades de planejamento e coordenação das atividades de segurança contra incêndio e pânico é composto pelas Diretorias de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP), de Vistorias (DIVIS) e Investigação de Incêndios (DINVI).

A Corporação de modo a propiciar melhores condições de trabalho aos peritos de incêndio e vistoriadores do DESEG realizou em 2011 a aquisição de 30 (trinta) máquinas fotográficas digitais, 43 (quarenta e três) trenas digitais, 21 (vinte e um) paquímetros digitais, 18 (dezoito) luxímetros, 39 (trinta e nove) carregadores, 11 (onze) terrômetros, 9 (nove) anemômetros e 10 (dez) geofones.

A DIEAP teve um aumento de 3,9% no quantitativo no número de atendimentos realizados. Entretanto houve uma redução em 21,1% nos projetos que ficaram em exigência, o que implica em um maior tempo para aprovação. Em contrapartida, o atendimento ao público teve um aumento em 20,6%. As consultas prévias, análise preliminar do projeto de arquitetura de qualquer edificação, realizadas em 2011 mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior, bem como o número de projetos aprovados.

A DIVIS responsável pela realização de vistorias *in loco* teve um aumento de 14,4% no número de vistorias/atendimentos realizados, ocorrendo um aumento expressivo de 4.064% no número de vistorias inopinadas (sem aviso) e de 97,78% nas vistorias realizadas a pedido.

A DINVI responsável pelas perícias em locais sinistrados por incêndios e nos quais houve atuação do CBMDF teve uma pequena redução no atendimento em relação ao período anterior.

2.2 - Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

2.2.1 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade;

O Plano Estratégico do CBMDF foi formulado em longo processo, ocorrido entre setembro de 2003 até sua primeira publicação no Boletim Geral nº 41, de março de 2006.

Tal processo contou com a participação de dezenas de oficiais superiores em diversos cursos e palestras, e em encontros para análise de sugestões, para consolidação dos dados obtidos, para inserção dos dados no programa Puma 4.0³ e para conclusão de sua Minuta, a qual foi aprovada e publicada.

Desde então, alguns objetivos estratégicos foram definidos com a finalidade de nortear as estratégias e metas corporativas em direção a excelência dos serviços prestados pela organização.

No entanto, o documento vem sofrendo processos de revisões que desconsideram a metodologia adotada em sua primeira versão; por conta disso, não há como perceber o nexo causal

³ Ferramenta de Gestão Estratégica, adquirida pelo CBMDF da empresa Brainstorming, usada para formulação do Planejamento Estratégico da Corporação. É implícito o uso do Método Grumbach de Planejamento Estratégico e de Prospecção de Cenários.

entre o resultado pretendido pelas 46 “metas” priorizadas e o impacto e eficiência, e nos *stakeholders*, em termos de efetividade.

Na verdade, analisando-se as naturezas de cada uma das 46 “metas” priorizadas como estratégicas por constarem no Plano, observa-se o seguinte:

Natureza	Quantidade	%
Elaboração de Plano	30	65
Proposta de Política	8	17,4
Elaboração de Estudo	5	11
Elaboração de Estrutura	1	2,2
Revisão de QOD	1	2,2
Atualização de POP	1	2,2
TOTAL	46	100

A pertinência da observação relativa à natureza das “metas” refere-se à própria diferenciação que o *Método Grumbach* faz para projetos típicos de um Plano Estratégico e outros típicos de Planos Setoriais, o que não difere do conceito clássico das características dos níveis estratégicos e tático-operacionais das organizações: projeto estratégico é selecionado pela alta direção e alinhado à missão corporativa com o objetivo de contribuir diretamente para o alcance das metas corporativas; projeto setorial ou funcional é selecionado pelos Departamentos ou Diretorias, preferencialmente alinhados à estratégia corporativa e objetiva contribuir para o alcance das metas setoriais. Grande Maioria das “metas” apresentadas no Plano Estratégico refere-se a projetos setoriais, de modo que da elaboração dos 30 planos, apenas 10 podem ser orientados diretamente para negócio da Corporação:

- reequipamento operacional;
- campanhas educativas orientadas na prevenção de incêndios e de acidentes;
- estratégias e ações para prevenção de incêndios urbanos e para incêndios florestais;
- implementação de novas unidades operacionais;
- aplicação de recursos orçamentários orientados pelo Plano Estratégico;
- manutenção de viaturas e equipamentos operacionais;
- manutenção de edificações operacionais;
- Emprego Operacional;
- obras.

Das oito propostas de elaboração de Políticas, apenas três podem ser orientadas diretamente para os resultados operacionais: a de Prevenção e Investigação de Incêndio, a de Emprego Operacional e a de Recursos Humanos;

Dos cinco estudos propostos, nenhum se orienta a subsidiar diretamente resultados operacionais;

Todas as demais podem impactar diretamente nos resultados operacionais: a implantação de estrutura de Gestão do Plano Estratégico; a atualização dos procedimentos operacionais; e a elaboração do QOD adaptado à nova estrutura organizacional.

Assim, percebe-se que apenas 35% das ditas “metas”, ou seja, 16 delas referem-se a ações que podem impactar diretamente nos resultados operacionais do CBMDF e assim serem classicamente classificados como Estratégicos. No entanto, dependendo da orientação dada a tais metas, este percentual pode diminuir.

Quanto a segunda e a terceira perspectivas estratégicas, respectivamente implementação da estratégia e controle estratégico, nada se pode fazer por enquanto. Como não há um sistema de mensuração do desempenho das metas, nem de seus resultados, não há como se realizar o gerenciamento e o controle do Plano, a não ser pelos indicadores de eficácia primários. Citando o pai do Controle da Qualidade Total, Williams Edwards Deming: “não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia”.

2.2.2 – Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício de 2011

O Plano de Ação para o ano de 2011 consta do Plano de Comando publicado no Boletim Geral de 036, de 21 de fevereiro de 2011, o qual estabeleceu as metas para o exercício de 2011, sendo estas metas constantes no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros – PARF/CBMDF/2011.

As ações e metas constantes do PARF foram ao longo de 2011 analisadas e reavaliadas mensalmente por meio de reuniões junto ao Comitê Executivo do referido plano, de modo que houvesse um monitoramento entre as metas estabelecidas e sua execução.

Deste modo, foi possível contemplar todas as áreas da Corporação com a alocação de recursos tomando-se por base as suas demandas, os objetivos estratégicos da Corporação e a limitação orçamentária.

Entretanto, o maior desafio ao alcance dos objetivos foi a capacidade de execução dos projetos, principalmente na fase de certame licitatório. Desta maneira, a qualificação e comprometimento do pessoal envolvido foram primordiais para a aquisição da expertise necessária ao grande desafio para 2011: a realização de licitações internacionais. para aquisição de viaturas e equipamentos, de modo a buscar o melhor produto, com o melhor preço.

Assim, áreas como a operacional, nosso principal negócio, recebeu investimentos contudentes para a aquisição de viaturas e equipamentos, bem como manutenção da frota operacional e de suas instalações.

O aumento da capilaridade da Corporação, essencial na garantia de um atendimento rápido e eficaz, também obteve grande sucesso, tendo a Corporação finalizado as licitações para construção de diversos Grupamentos de Bombeiro Militar.

A construção da nova Policlínica do CBMDF era a principal demanda do sistema de saúde e um anseio da Instituição, felizmente e após dois anos de esforços no sentido de concluir o projeto e licitar, conseguiu-se ao final do exercício finalizar o certame, havendo a expectativa que após a sua conclusão, os usuários do sistema de saúde da Corporação terão a sua disposição instalações adequadas e modernas para o atendimento de suas necessidades.

Desta forma, a Corporação conseguiu atingir seus macro objetivos no que tange aos investimentos à área operacional, administrativa e saúde.

2.3 - Programas de Governo sob a Responsabilidade da unidade

2.3.1 - Execução dos Programas sob a responsabilidade da UJ

Não se aplica – A execução do Programa envolve outras UJs, portanto a demonstração da execução caberá à agregadora.

0903 – Programa Especial: Transferência constitucional e as decorrentes de Legislação Específica;

Quadro 1 - 0903 – Programa Especial: Transferência constitucional e as decorrentes de Legislação Específica

Tipo de programa	Programa de Apoio Administrativo
Objetivo Geral	Transferir recursos previstos na CF e Legislação Específica aos entes Federativos (GDF/CBMDF)
Gerente do programa	Não aplicável
Gerente executivo	Não aplicável
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de ocorrências atendidas
Público-alvo (beneficiários)	GDF/CBMDF

2.3.2 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
28	845	0903	0032	OP	4	-	100%	100%	100%
28	845	0903	00F2	OP	4	3.541	100%	100%	100%
28	845	0903	00FE	OP	4	5.674	100%	100%	100%
28	845	0903	00FF	OP	4	23.340	100%	100%	100%
28	845	0903	00FI	OP	4		100%	100%	100%

Fonte: LOA 2011

O Fundo Constitucional do Distrito Federal por se tratar de Operação Especial não possui metas, todavia demonstramos no quadro acima o percentual de Execução Orçamentária de cada Ação.

Ação – 0032 – FCDF – Manutenção do CBMDF;

Ação – 00F2 – FCDF – Pessoal Inativo e Pensionista do CBMDF;

Ação – 00FE – FCDF – Auxílio-Alimentação aos do CBMDF;

Ação – 00FF – FCDF – Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores do CBMDF;

Ação – 00FI – FCDF – Assistência Médica e Odontológica aos servidores do CBMDF.

2.3.2.1. Dados gerais das Ações

Quadro 1 - Ação – 0032 – FCDF – Manutenção do CBMDF

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidades	Prover o CBMDF de recursos suficientes para sua manutenção
Descrição	Destinação de recursos financeiros destinados ao Custeio Administrativo e Operacional do CBMDF
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Unidades executoras	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Coordenador nacional da ação	Não existente
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CBMDF

Quadro 2 - Ação 00F2 – FCDF – Pessoal Inativo e Pensionista do CBMDF.

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidades	Promover a transferência de recursos financeiros destinados ao pgto de servidores públicos inativos e das Pensionistas da PC, da PM e o CBMDF.
Descrição	Pagamento do pessoal inativos e pensionistas da PC, da PM e do CBMDF.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Unidades executoras	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Coordenador nacional da ação	Não existente
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CBMDF

Quadro 3 - Ação – 00FE – FCDF – Auxílio Alimentação Aos Servidores do CBMDF.

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidades	Assegurar aos servidores do CBMDF e demais órgãos participantes do Fundo Constitucional, em conformidade com a Lei 10.633 de 27/12/2002.
Descrição	Concessão de auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados, com recursos da União.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Unidades executoras	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Coordenador nacional da ação	Não existente
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CBMDF

Quadro 4 - Ação – 00FF – FCDF – Assist. Pré-escolar aos depend. dos servidores do CBMDF.

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidades	Oferecer aos servidores, durante jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, em conformidade com a Lei nº 10.633, de 27/12/2002
Descrição	Concessão de benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Unidades executoras	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Coordenador nacional da ação	Não existente
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CBMDF

Quadro 5 - Ação – 00FI – FCDF – Assist. Médica e Odontológica aos servidores do CBMDF.

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidades	Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, em conformidade com a Lei nº 10.633, de 27/12/2002
Descrição	Concessão de benefício de assistência médica e odontológica aos servidores, seus dependentes e pensionistas do CBMDF.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Unidades executoras	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPOA – MF/SEF – GDF/CBMDF
Coordenador nacional da ação	Não existente
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CBMDF

Ação – 0032 FCDF – Manutenção do CBMDF

– **Análise Crítica – O foco da execução do orçamento de 2011 nesta ação orçamentária específica, excluindo pessoal ativo, foi a continuidade dos investimentos no reaparelhamento operacional e administrativo da Corporação com foco na “Copa do Mundo de 2014”.**

Ação – 00F2 FCDF Pessoal Inativo e Pensionista do CBMDF

– **Análise Crítica –** A tempestividade no pagamento dos inativos e pensionistas da Corporação foi finalmente equacionada sendo possível efetuar o pagamento do mês de dezembro. A questão arrastava-se sem solução por vários anos sendo corrigido nesta gestão tornando possível

empenhar tais valores no exercício de sua competência por ter havido o repasse do crédito orçamentário a tempo de realizar a operação dentro do exercício.

Ação – 00FE – FCDF – Auxílio Alimentação aos Servidores do CBMDF;

– **Análise Crítica** – Os pagamentos foram realizados tempestivamente, resguardando-se o direito dos servidores.

Ação – 00FF – FCDF – Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do CBMDF;

– **Análise Crítica** – Os pagamentos foram executados tempestivamente, assegurando-se, com isto, o direito dos servidores.

Ação – 00FI – FCDF – Assistência Médica e Odontológica aos servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do CBMDF;

– **Análise Crítica** - O implemento da ação relacionada neste item é conjunta com a ação distrital do Fundo de Saúde, visando a assegurar ao Bombeiro Militar e seus dependentes o direito legal à Assistência Médica e Odontológica.

2.4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1- Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73901	170394
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73901	170495

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
LOA	Dotação proposta pela UO	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
		820.510.453,00	719.135.262,00			71.200.354,00	84.693.847,00
	PLOA	820.510.453,00	719.135.262,00			71.200.354,00	84.693.847,00

	LOA	820.510.453,00	719.135.262,00			71.200.354,00	84.693.847,00
CRÉDITOS	Suplementares	21.000.000,00	3.971.624,00			20.000.000,00	15.000.000,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	23.000.000,00	7.350.000,00			3.700.000,00	3.071.624,00
Outras Operações							
Total		818.510.453,00	715.756.886,00	-	-	87.500.354,00	96.622.223,00

Fonte: SIAFI

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	79.678.950,00	20.000.000,00				
	PLOA	79.678.950,00	20.000.000,00				
	LOA	79.678.950,00	20.000.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares		50.000.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	20.000.000,00	8.000.000,00				
Outras Operações							
Total		59.678.950,00	62.000.000,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		891.710.807,00	803.829.109,00	79.678.950,00	20.000.000,00		
	PLOA		891.710.807,00	803.829.109,00	79.678.950,00	20.000.000,00		
	LOA		891.710.807,00	803.829.109,00	79.678.950,00	20.000.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		41.000.000,00	18.971.624,00		50.000.000,00		
	Especiais	Abertos						

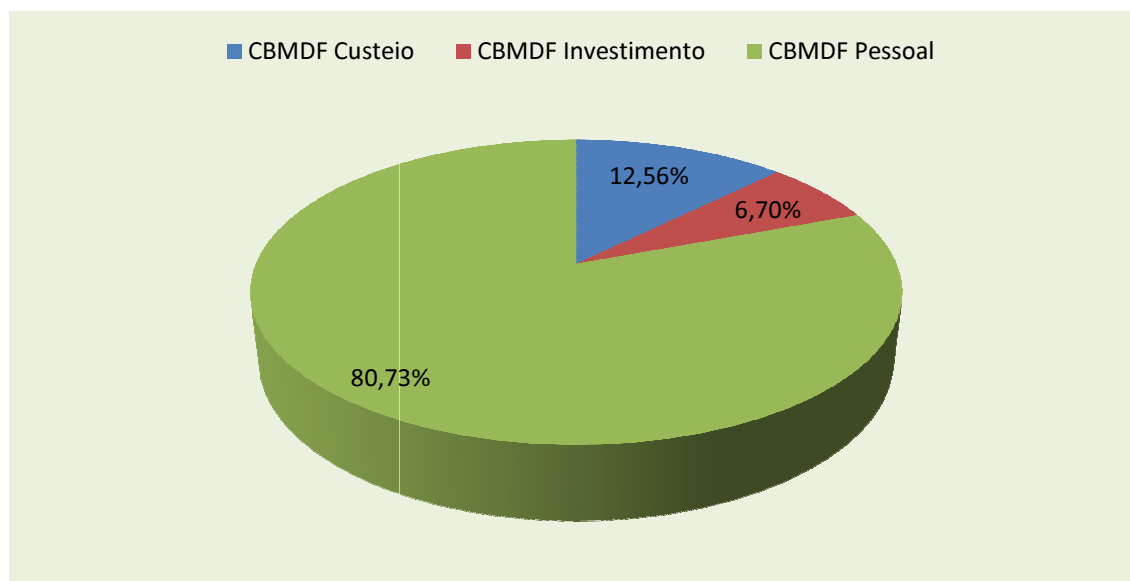
		Reabertos						
		Abertos						
	Extraordinários	Reabertos						
	Créditos Cancelados		46.700.000,00	10.421.624,00	20.000.000,00	8.000.000,00		
Outras Operações								
Total			886.010.807,00	812.379.109,00	59.678.950,00	62.000.000,00	-	-

Fonte:LOA/SIAFI

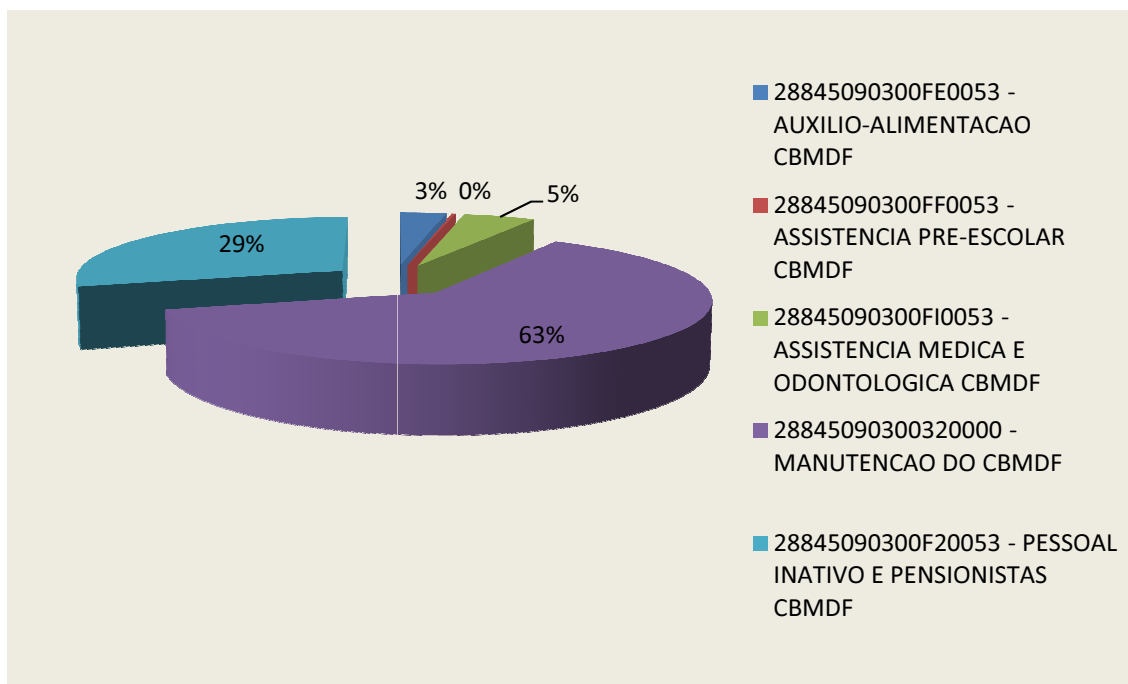
Análise crítica

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal recebeu a importância de R\$ 964.287.757,00 (novecentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil setecentos e cinquenta e sete reais), sendo que o gasto predominante está localizado no grupo Pessoal e Encargos Sociais (84,82%), seguido de Outras Despesas Correntes (9,07%) e Investimentos (6,11%), conforme demonstrado a seguir:

Corporação/Grupo de Despesa	Provisão Concedida
CBMDF	964.287.757,00
Custeio	87.500,354,00
Investimento	59.678.950,00
Pessoal	818.510.453,00
Total Geral	964.287.757,00



O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal possui 05 (cinco) programas de trabalho cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. 63% dos créditos orçamentários destinados ao CBMDF foram executados dentro do Programa de Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, 3% em Auxílio Alimentação, menos de 1% em Assistência Pré Escolar, 5% em Assistência Médica e 29% foram utilizados para pagamento da folha com inativos e pensionistas.



O Corpo de Bombeiros emitiu, considerando os reforços e anulações, bem como todos os empenhos efetuados na Unidade Gestora 170495 – Assistência Médica Odontológica, 992 (novecentos e noventa e dois) empenhos.

O total empenhado, desconsiderando as despesas de pessoal e benefícios que foram executadas por meio da transação ATUFOLHA no SIAFI, foi de R\$ 168.375.112,13 (cento e sessenta e oito milhões, trezentos e setenta e cinco mil, cento e doze reais e treze centavos). Sendo que 55% do total foram empenhados no grupo Outras Despesas Correntes, quase 40% em Investimento e 5% no grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	89.134.927,46	71.762.786,01	13.956.247,29	10.234.117,84
Convite	56.009,89	34.719,11	40.442,80	17.746,36
Tomada de Preços	253.535,50	854.501,23	69.230,36	72.841,86
Concorrência	10.292.335,61	12.048.853,54	292.847,76	530.717,94
Pregão	78.533.046,46	58.824.712,13	13.553.726,37	9.612.811,68
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	11.418.382,25	9.839.020,49	10.417.246,70	4.049.472,76
Dispensa	586.002,00	149.749,00	353.665,97	98.096,03
Inexigibilidade				

	10.832.380,25	9.689.271,49	10.063.580,73	3.951.376,73
Regime de Execução Especial	290.000,00	71.778,37	91.280,74	67.368,37
Suprimento de Fundos	290.000,00	71.778,37	91.280,74	67.368,37
Pagamento de Pessoal	812.571.192,77	794.318.534,30	736.515.531,12	758.310.903,93
Pagamento em Folha	810.278.836,08	791.361.296,00	734.223.174,43	755.353.665,63
Diárias	2.292.356,69	2.957.238,30	2.292.356,69	2.957.238,30
Outros	17.956.802,42	12.772.782,23	2.514.867,45	3.339.665,86
Totais	931.371.304,90	888.764.901,40	763.495.173,30	776.001.528,76

Fonte: SIAI 2010/2011

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	818.510.452,90	715.756.885,96	810.278.836,08	715.323.319,46	8.231.616,82	433.566,50	734.223.174,43	715.321.244,25
Vencimentos e Vantagens Fixas	494.104.202,62	444.671.904,00	494.104.202,62	444.671.904,64			443.020.755,42	444.669.829,43
Aposentadorias Reserva Remunerada e Reformas	204.749.839,02	174.693.453,00	204.749.839,02	174.693.453,36			188.759.541,27	174.693.453,36
Pensões	71.245.650,86	61.935.357,00	71.245.650,86	61.935.357,27			65.636.437,92	61.935.357,27
Demais elementos do grupo	48.410.760,40	34.456.171,96	40.179.143,58	34.022.604,19	8.231.616,82	433.566,50	36.806.439,82	34.022.604,19
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	86.055.683,54	71.997.472,26	54.076.818,80	56.033.625,83	31.978.837,74	15.964.116,43	50.960.230,42	56.033.625,83
Auxílio Alimentação	29.236.010,01	27.434.511,00	29.236.010,01	27.434.511,00			26.817.395,01	27.434.511,00
Material de Consumo	25.499.607,85	7.241.276,06	5.503.569,88	2.843.506,47	19.996.037,97	4.397.769,59	5.503.569,88	2.843.506,47
Serviços Pessoa Jurídica	15.008.107,02	11.679.526,88	10.390.690,24	9.164.272,92	4.617.416,78	2.515.523,96	10.281.380,84	9.164.272,92
Demais elementos do grupo	16.311.958,66	25.642.158,32	8.946.548,67	16.591.335,44	7.365.382,99	9.050.822,88	8.357.884,69	16.591.335,44
Totais	904.566.136,44	787.754.358,22	864.355.654,88	771.356.945,29	40.210.454,56	16.397.682,93	785.183.404,85	771.354.870,08

Fonte: SIAFI

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	59.678.950,00	61.989.986,11	8.178.271,01	1.631.656,77	51.500.678,99	60.358.329,34	8.178.271,01	1.631.656,77
Equipamentos e Material Permanente	49.110.768,74	38.776.564,58	7.685.099,90	1.045.814,19	41.425.668,84	37.730.750,39	7.685.099,90	1.045.814,19
Obras e Instalações	10.237.009,96	22.967.685,11	350.482,11	355.142,58	9.886.527,85	22.612.542,53	350.482,11	355.142,58
Serviços Pessoa Jurídica	331.171,30	15.036,42	142.689,00		188.482,30	15.036,42	142.689,00	
Demais elementos do grupo		230.700,00		230.700,00				230.700,00
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	59.678.950,00	61.989.986,11	8.178.271,01	1.631.656,77	51.500.678,99	60.358.329,34	8.178.271,01	1.631.656,77

Fonte: SIAFI

Análise crítica

No exercício de 2011, o CBMDF contratou serviços e comprou materiais de consumo e permanente por meio de várias modalidades de licitação. A modalidade que mais se destacou foi o Pregão que contraiu cerca de 49% de todas as aquisições e contratações efetuadas. Cabe destacar, também, que foi contratado ou adquirido material por meio de inexigibilidade com percentual de 29% do total contratado ou adquirido. Menos de 1% das despesas contratadas foi efetuada por meio de dispensa de licitação (R\$ 607.651,78).

Dos R\$ 168.375.112,13 (cento e sessenta e oito milhões, trezentos e setenta e cinco mil, cento e doze reais e treze centavos) empenhados, 33,34% foram liquidados no decorrer do exercício de 2011, ou seja, R\$ 56.138.668,01 (cinquenta e seis milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e um centavo). O restante, 66,66%, foi inscrito em restos a pagar para ser liquidado e pago no exercício de 2012, no montante de R\$ 112.236.444,12 (cento e doze milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze).

No exercício de 2011, as aquisições que mais se destacaram foram as seguintes:

- Aquisição de 02 (duas) aeronaves monomotoras turboélices para combate a incêndios florestais, no valor de R\$ 6.226.261,10 (seis milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e um reais e dez centavos);
- Aquisição de 08 (oito) motos aquáticas, tipo Jet Ski, no valor de R\$ 546.400,00 (quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos reais);
- Aquisição de arquivos deslizantes mecânicos, no valor total de R\$ 427.680,00 (quatrocentos e vinte sete mil, seiscentos e oitenta reais);
- Aquisição de instrumentos musicais para a banda de música do CBMDF, no valor total de R\$ 603.990,00 (seiscentos e três mil, novecentos e noventa reais);
- Aquisição de 461 (quatrocentos e sessenta e um) conjuntos de roupa de proteção para combate a incêndios, no valor de R\$ 1.377.929,00 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais);
- Contratação de empresa para desenvolvimento e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva de sistemas de informação sob a modalidade de fábrica de software, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- Construção do vestiário do CEFAP, no valor de R\$ 1.185.235,22 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos);
- Aquisição de equipamento de busca subaquática, no valor de R\$ 1.120.728,00 (um milhão, cento e vinte mil, setecentos e vinte e oito reais);
- Aquisição de 4.500 (quatro mil e quinhentos) lanternas, no valor de R\$ 1.169.690,00 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa reais);
- Aquisição de 60 (sessenta) oxímetros de pulso não invasivo, no valor de R\$ 978.000,00 (novecentos e setenta e oito mil reais);
- Aquisição de 900 (novecentos) roupeiros de aço, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)
- Aquisição de 450 (quatrocentos e cinquenta) beliches, no valor de R\$ 187.393,50 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos);
- Aquisição de 3.600 (três mil e seiscentos) pares de luvas de proteção para combate a incêndio, no valor de R\$ 794.520,00 (setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte reais);
- Aquisição de 3.600 (três mil e seiscentos) botas de proteção em couro para uso em atividades relacionadas à missão fim, no valor de R\$ 1.220.400,00 (um milhão, duzentos e vinte mil, quatrocentos reais);

- Aquisição de 3.600 (três mil e seiscentos) luvas de salvamento, no valor de R\$ 1.165.500,00 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, quinhentos reais);
- Aquisição de 4.000 (quatro mil) luvas de combate a incêndio florestal, no valor R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);
- Aquisição de equipamentos de salvamento em altura e outras atividades, no valor total de R\$ 1.980.678,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e oito reais);
- Aquisição de materiais pré-hospitalar, no valor total de R\$ 726.460,00 (setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta reais);
- Aquisição de 3.600 (três mil e seiscentos) capacetes de salvamento, no valor de R\$ 3.560.400,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos reais);
- Aquisição de sistema de fornecimento de ar respirável, no valor de R\$ 369.200,00 (trezentos e sessenta e nove mil, duzentos reais);
- Renovação do seguro aeronáutico para as aeronaves do CBMDF, no valor de R\$ 785.341,18 (setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e dezoito centavos);
- Aquisição de 22 (vinte e dois) viaturas de combate a incêndio, no valor de R\$ 21.562.780,73 (vinte e um milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e setenta e três centavos);
- Aquisição de 18 (dezoito) viaturas para transporte de tropa, no valor de R\$ 7.499.988,00 (sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais);
- Aquisição de 270 (duzentos e setenta) equipamentos de proteção respiratória, no valor de R\$ 6.675.817,50 (seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos);
- Aquisição de 8.000 (oito mil) balaclavas para combate a incêndio, no valor de R\$ 991.200,00 (novecentos e noventa e um mil, duzentos reais);
- Aquisição de 8.000 (oito mil) conjuntos de roupas de proteção para combate a incêndio florestal, no valor de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões, seiscentos mil reais);
- Construção dos 21º, 32º, 37º e 41º Grupamentos de Bombeiro Militar, com valor parcial de R\$ 5.857.282,42 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos);
- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia para a policlínica do CBMDF, no valor de R\$ 551.121,91 (quinhentos e cinquenta e um mil, cento e vinte e um reais e noventa e um centavos);
- Aquisição de equipamentos de processamento de dados para digitalização do arquivo da Diretoria de Saúde, no valor de R\$ 249.500,00 (duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos reais);
- Ampliação e reforma da Policlínica do CBMDF, no valor parcial de R\$ 7.082.193,29 (sete milhões, oitenta e dois mil, cento e noventa e três reais e vinte nove centavos).

2.4.5. Indicadores Institucionais

O CBMDF após análise de seus processos definiu por meio da Portaria nº 88, de 25 de novembro de 2011, a qual segue anexa ao presente relatório, os indicadores institucionais da Corporação de modo a aferir o desempenho organizacional.

A aferição do desempenho por meio de indicadores e principalmente a sua utilização efetiva para o processo decisório é ainda um processo em desenvolvimento na Instituição.

O primeiro passo foi dado com a edição da portaria em tela, entretanto alguns indicadores propostos ainda são objeto de análise e questionamentos, podendo ao longo de 2012 serem alterados, excluídos ou substituídos por outros mais adequados à realidade institucional.

A seguir apresentaremos os indicadores aferidos até a presente data.

Quadro 6 – Indicador de Ocorrências Atendidas

Identificador de Desempenho Pactuado N° 1.		
Nome:	Ocorrências atendidas	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\text{Ocorrências no Ano X}}{\text{Ocorrências em 2003}} \times 100$	
Unidade de Medida:	Ano-base 2003: com 75.699 ocorrências atendidas correspondendo ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	106,84 (80.876 ocorrências)
	2010	115,74 (87.614 ocorrências)
	2009	117,27 (88.775 ocorrências)
	2008	104,62 (79.199 ocorrências)
	2007	131,10 (99.239 ocorrências)
	2006	106,69 (80.761 ocorrências)
	2005	129,15 (97.762 ocorrências)
	2004	119,83 (90.708 ocorrências)
	2003	100,00 (75.699 ocorrências)
Análise do Indicador:	Este índice refere-se às ocorrências operacionais atendidas pelo CBMDF com base nos dados extraídos do Sistema de Gerenciamento de Ocorrências (SGO) da Central Integrada de Atendimento e Despacho (CIADE). Tal Sistema é alimentado pelos tele atendentes civis e despachantes bombeiros que trabalham na CIADE. A natureza e o grupo das ocorrências obedecem estritamente à classificação das ocorrências em vigor, publicada no DODF nº 90/2004, por meio da Portaria nº 73, de 07 de maio de 2004, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que instituiu a Tabela Única de Natureza de Ocorrências. De acordo com o SGO, os dados são agrupados por ocorrências e não por atividade realizada. Por exemplo, numa mesma ocorrência podem ser realizadas várias atividades de bombeiro, como combate a incêndio, busca e salvamento, atendimento pré- hospitalar (APH), etc., mas nem por isso é contada mais de uma ocorrência. Especificamente no detalhamento dos serviços prestados de APH, foram utilizadas as fichas preenchidas pelos socorristas e cadastradas pelo Grupamento de Atendimento de Emergência Pré-Hospitalar (GAEPH). Portanto, existe diferença entre a quantidade de ocorrências de APH atendidas (dados do SGO) e a quantidade de pessoas atendidas (dados do GAEPH), pois numa única ocorrência podem ser atendidas várias pessoas. Para a elaboração do indicador optou-se por utilizar número índice e como base o ano de 2003. Em 2011, observou-se uma pequena redução no número de ocorrências em 7,69% em relação a 2010, sendo 80.876 atendimentos em 2011 e 87.614 atendimentos em 2010. Historicamente, 2011 manteve-se dentro de parâmetros de normalidade e do esperado, uma vez que não ocorreram picos de atendimento, como observado em 2007. O gráfico abaixo realiza um comparativo mês a mês entre os anos de 2010 e 2011, no qual se observa que o resultado final do nº de ocorrências foi influenciado pela primeira metade do ano, sendo que o segundo semestre o quantitativo de atendimentos se mostrou superior a 2010.	



Fonte: SGOWEB/CIAD/SSPDF.

Quadro 7 – Indicador de Ocorrências de Incêndios Atendidas

Identificador de Desempenho Pactuado N° 2.		
Nome:	Ocorrências de Incêndio atendidas	
Fórmula de Cálculo:		
Unidade de Medida:	Ano-base 2008: com 1.706 ocorrências de incêndio urbano atendidas o que corresponde ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	Anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	187,92 (4.912 ocorrências)
	2010	176,03 (3.003 ocorrências)
	2009	62,430 (1.065 ocorrências)
	2008	100,00 (1.706 ocorrências)
Análise do Indicador:		

Este indicador visa aferir a evolução da incidência dos incêndios urbanos tomando-se como parâmetro inicial o ano de 2008. Assim, em 2011 a Corporação teve um aumento de 87,92% em relação a 2008 e de 63,57% em relação ao período anterior.

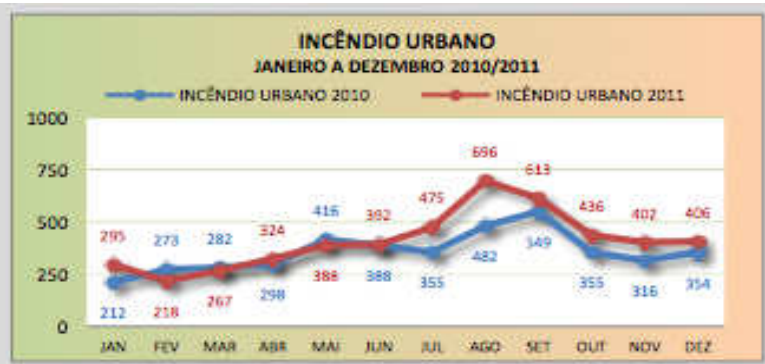
O incêndio urbano é um tipo de ocorrência potencialmente grave onde coloca-se em risco iminente patrimônio e vidas.

O tempo resposta, a viatura adequada e pessoal qualificado a este tipo de ocorrência são fatores críticos para o atendimento da ocorrência e das expectativas da sociedade.

Para tanto, são necessários efetivo, viaturas de combate a incêndio e capilaridade do poder operacional.

O número crescente, observado nos dois últimos anos, indicam uma tendência de manutenção desses números para o ano de 2012.

O gráfico ao lado evidencia que a elevação no número de incêndios urbanos iniciou-se a partir de junho e manteve-se constante até o final de 2011.



Fonte: SGOWEB/CIAD/SSPDF.

Quadro 8 – Indicador de Ocorrências Florestais Atendidas

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 3.		
Nome:	Ocorrências de Incêndios florestais atendidas	
Fórmula de Cálculo:		
Unidade de Medida:	Ano-base 2008: com 5.269 ocorrências de incêndio florestal atendidas, correspondendo ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	Anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	139,09
	2010	159,50
	2009	77,7
	2008	100
Análise do Indicador:		

Este incêndio visa aferir a evolução por meio de número índice do número de incêndios florestais registrados no DF. Em relação a 2008, o ano de 2011 teve um aumento de 39,09% no número de incêndios florestais registrados e uma redução de 12,79% quando comparado com 2010.

O número de atendimentos é inversamente proporcional à humidade relativa do ar e diretamente proporcional à temperatura. O Distrito Federal apresenta um período de seca delimitado entre os meses de maio a outubro, sendo o ápice deste período nos meses de agosto e setembro.

Conforme se observa no gráfico a seguir, em 2011 o quantitativo de ocorrências permaneceu abaixo do observado em 2010, porém a partir do agravamento da estiagem no mês de julho os números observados em 2010 foram superados. O ápice do período de estiagem foi um pouco maior, prolongando-se até o final de setembro, criando condições para a eclosão de três incêndios simultâneos em áreas de proteção ambiental, sendo necessário o emprego da aeronave de combate a incêndio florestal recém adquirida pela Corporação.



Fonte: SGOWEB/CIAD/SPDF.

Quadro 9 – Indicador de Área Queimada

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 4.		
Nome:	Área Queimada – Incêndio Florestal	
Fórmula de Cálculo:		
Unidade de Medida:	Ano-base 2010: com 30.996 hectares de área queimada em ocorrências de incêndio florestal no DF, correspondendo ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	Anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	79,22 (24.556 ha queimados)
	2010	100,00 (30.996 ha queimados)
Análise do Indicador:	Este indicador visa aferir a evolução da área queimada no DF em decorrência dos incêndios florestais. A aferição da área queimada é realizada ao final das operações de combate a	

incêndio florestal mediante a utilização de GPS, por meio de equipes a pé, em viaturas ou com emprego de aeronaves, porém é uma medida aproximada. Uma das missões da Instituição é a preservação do meio ambiente e neste sentido a redução da área queimada reflete o esforço do Grupamento de Proteção Ambiental (GPRAM) em mitigar o impacto das queimadas sobre a flora, a fauna e a própria população do Distrito Federal.

Quadro 10 – Indicador de Projetos Analisados

Identificador de Desempenho Pactuado N° 5.		
Nome:	Projetos analisados	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\text{Proj no ano X}}{\text{Proj em 2010}} \times 100$	
Unidade de Medida:	Ano-base 2010: 5.044 projetos analisados (arquitetura e incêndio) correspondendo ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	Anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	94,90 (4.787 projetos analisados)
	2010	100,00 (5.044 projetos analisados)
Análise do Indicador:	Observou-se uma pequena redução no número total de projetos analisados, o que norteia para um cenário de estabilidade na construção civil do Distrito Federal.	

Quadro 11 – Indicador de Vistorias Realizadas

Identificador de Desempenho Pactuado N° 6.		
Nome:	Vistorias realizadas	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\text{Vistorias ano X}}{\text{Vistorias em 2010}} \times 100$	
Unidade de Medida:	Ano-base 2010: 6.560 vistorias realizadas (alvará de funcionamento, habite-se, inopinada e a pedido) correspondendo ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	Anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	63,290 (4.152 vistorias)
	2010	100,00 (6.560 vistorias)
Análise do Indicador:	Observou-se uma redução de 36,71% no número de vistorias realizadas pelo CBMDF, ocorrendo uma redução drástica de 74,41% nas vistorias destinadas a alvará de funcionamento, refletindo o sentimento de cautela para abertura de novos empreendimentos em virtude da crise financeira mundial existente. Por sua vez, a menor demanda por vistorias de alvará de funcionamento e habite-se, possibilitou a Corporação aumentar em 4.064% as vistorias realizadas de forma inopinada (sem aviso). Em 2010 foram apenas 25 vistorias, enquanto que em 2011 registrou-se 1.041 vistorias. Tais vistorias visam verificar se os estabelecimentos comerciais e edificações multifamiliares estão observando a legislação contra incêndio e pânico no Distrito Federal.	

Quadro 12 – Indicador de Perícias de Incêndio Realizadas

Identificador de Desempenho Pactuado N° 7.	
Nome:	Perícias de Incêndio realizadas

Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\text{Perícias de Incêndio ano X}}{\text{Perícias de Incêndio em 2010}} \times 100$	
Unidade de Medida:	Ano-base 2010: com 207 perícias de incêndio realizadas correspondendo ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	96,620 (201 perícias de incêndio)
	2010	100,00 (207 perícias de incêndio)
Análise do Indicador:	A meta do indicador para o exercício de referência não foi estabelecida uma vez que as perícias de incêndio são realizadas em virtude de eventos que não estão sob o controle do CBMDF, porém o órgão responsável deverá propor a projeção/estimativa de atendimentos para anos vindouros. Em 2011 ocorreram 4.912 ocorrências de incêndio, implicando em uma alta de 63,57% em relação ao ano anterior. Por outro lado, o número de perícias realizadas teve uma pequena redução de 3,38%, indicando que em decorrência da pequena extensão dos danos, os comandantes de socorro, optaram no momento do atendimento, pelo não acionamento da equipe de perícia.	

Quadro 13 – Indicador de Perícias de Incêndio Realizadas 2

Identificador de Desempenho Pactuado N° 8.		
Nome:	Índice de perícias de incêndio realizadas	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\Sigma \text{perícias realizadas}}{\Sigma \text{incêndios}} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	95% ≤ I ≤ 100%: Excelente	
Resultado do Indicador:	2011	4,09%
	2010	6,89%
Análise do Indicador:	Em um primeiro momento, para este indicador foi estabelecido um parâmetro de excelência entre 95 e 100% das ocorrências de incêndio periciadas, ficando o índice aferido bem aquém daquele almejado inicialmente, sendo necessário uma reavaliação destes percentuais, pois: - a DINVI não dispõe de equipes de peritos para a periciar todas as ocorrências de incêndio urbano; - o registro do quantitativo de ocorrências de incêndios não considera a extensão dos danos causados; O presente indicador demonstra que em 2011 houve uma redução no percentual de perícias de incêndio realizadas em relação ao total de incêndios.	

Quadro 14 – Indicador de absenteísmo às consultas odontológicas agendadas

Identificador de Desempenho Pactuado N° 9.		
Nome:	Índice de absenteísmo às consultas odontológicas agendadas	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\Sigma ca}{\text{Nº de faltas}}$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	5%	
Resultado do Indicador:	2011	8,05%

	2010	Não aferido
Análise do Indicador:	O absenteísmo às consultas odontológicas agendadas implica em desperdício de recursos humanos, prejudicando outros militares, dependentes e pensionistas que não conseguiram agendar uma consulta. Reduzir este índice significa uma maior consciência do usuário do sistema de saúde da Corporação e uma consequente otimização do emprego dos recursos materiais e da infraestrutura da Policlínica Odontológica. O índice obtido mostrou-se elevado e demandará intervenções futuras por parte do órgão no sentido de se buscar uma maior assiduidade dos usuários do serviço de odontologia da Corporação.	

Quadro 15 – Indicador de consultas odontológicas realizadas

Identificador de Desempenho Pactuado N° 10.		
Nome:	Consultas odontológicas realizadas	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\text{CR no ano X}}{\text{CR em 2010}} \times 100$	
Unidade de Medida:	Ano-base 2010: com 24.078 consultas odontológicas realizadas, o que corresponde ao número índice igual a 100.	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	95,51
	2010	100
Análise do Indicador:	A redução em 4,49% no número de consultadas odontológicas realizadas no período de análise não se deve a uma redução de demanda, mas principalmente pela indisponibilidade de parte do quadro de dentistas que ficaram à disposição do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO em 2011.	

Quadro 16 – Indicador de satisfação de usuários da PODON

Identificador de Desempenho Pactuado N° 11.		
Nome:	Índice de satisfação dos usuários da PODON	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\sum \text{Not Q}}{\sum \text{NQ}}$	
Unidade de Medida:	Grau médio	
Periodicidade de Medição:	Bimestral e anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	A definir	
Resultado do Indicador:	2011	8,48
	2010	Não aferido
Análise do Indicador:	Foi realizado por meio de aplicação de questionários aos usuários da Policlínica Odontológica a aferição do presente indicador, não sendo definido metas, uma vez que era desconhecido o índice inicial de satisfação. O número de vagas disponíveis para consulta, a melhoria das instalações físicas e o bom atendimento dos profissionais são fatores sensíveis na determinação da satisfação do usuário e que seguirão sendo aprimorados.	

Quadro 17 – Indicador de execução orçamentária das despesas correntes

Identificador de Desempenho Pactuado N° 12.	
Nome:	Índice de execução orçamentária das despesas correntes

Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square RE}{\square RA} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	$95\% \leq I \leq 100\%$: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	99,99%
	2010	
Análise do Indicador:	O indicador demonstra a relação do somatório dos Recursos Empenhados (RE) pelo montante de Recursos Autorizados, no exercício de 2011 dos R\$ 964.287.757,00 de recursos autorizados apenas R\$ 42.870,56 não foram empenhados.	

Quadro 18 – Indicador de execução financeira das despesas correntes

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 13.		
Nome:	Índice de execução financeira das despesas correntes	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square RP}{\square RE} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:		
Meta do Indicador para o exercício de referência:	$95\% \leq I \leq 100\%$: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	83,01%
	2010	
Análise do Indicador:	O índice demonstra a relação do somatório de recursos pagos (RP) com o somatório de recursos empenhados (RE), ficou baixo do desempenho ótimo, tendo em vista que a folha salarial de dezembro, o auxílio fardamento de 2012 e as indenizações das licenças especiais não gozadas foram empenhadas em 2011, para serem pagas no ano de 2012.	

Quadro 19 – Indicador de execução orçamentária das despesas de capital

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 14.		
Nome:	Índice de execução orçamentária das despesas de capital	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square RE}{\square RA} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:		
Meta do Indicador para o exercício de referência:	$95\% \leq I \leq 100\%$: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	100%
	2010	
Análise do Indicador:	O indicador demonstra a relação entre o somatório dos Recursos Empenhados (RE) pelo montante de recursos autorizados (RA), no exercício de 2011 todo o orçamento de investimentos foi realizado.	

Quadro 20 – Indicador de inscrição de recursos em restos a pagar

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 15.		
Nome:	Índice de inscrição de recursos em restos a pagar	
Fórmula de Cálculo:	$= \frac{\square RIRP}{\square RE} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:		
Meta do Indicador para o exercício de referência:	$0\% \leq I \leq 10\%$: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	11,07%
	2010	-
Análise do Indicador:		

O indicador demonstra a relação entre o somatório de Recursos Inscritos em Restos a Pagar (RIPR) pelo somatório de Recursos Empenhados (RE), a meta para o desempenho ótimo foi estabelecida durante o exercício e perspectiva para atendimento inicial é de 2014 porém percebe-se que já neste exercício quase atingimos.

Quadro 21 – Indicador de tempo médio de viatura parada para manutenção corretiva

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 16.		
Nome:	Tempo médio de viatura parada para manutenção corretiva.	
Fórmula de Cálculo:	$T = \frac{\Sigma \Delta T}{\Sigma Viaturas}$	$\Sigma \Delta T$: somatório do tempo em dias, decorrido entre a data de entrada da viatura e sua saída do CEMEV. $\Sigma Viaturas$: somatório das viaturas submetidas à manutenção corretiva.
Unidade de Medida:	dia/viatura	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	1 ≤ T ≤ 5 dias: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	6,84
	2010	-
Análise do Indicador:	Aferir o tempo demandado para que o CEMEV promova a manutenção corretiva das viaturas operacionais e administrativas da Corporação.	

Quadro 22 – Indicador de tempo médio de viatura parada para manutenção preventiva

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 17.		
Nome:	Tempo médio de viatura parada para manutenção preventiva.	
Fórmula de Cálculo:	$T = \frac{\Sigma \Delta T}{\Sigma Viaturas}$	$\Sigma \Delta T$: somatório do tempo em dias, decorrido entre a data de entrada da viatura e sua saída do CEMEV. $\Sigma Viaturas$: somatório das viaturas submetidas à manutenção preventiva.
Unidade de Medida:	dia/viatura	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	1 dia ≤ T ≤ 5 dias: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	7,12
	2010	-
Análise do Indicador:	Aferir o tempo demandado para que o CEMEV promova a manutenção preventiva das viaturas operacionais e administrativas.	

Quadro 23 – Indicador de elaboração de projetos

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 18.		
Nome:	Elaboração de projetos	
Fórmula de Cálculo:	$T = \frac{\Sigma projetos\ elaborados}{\Sigma projetos\ planejados}$	$\Sigma projetos\ elaborados$: somatório de projetos de engenharia concluídos pelo COMAP $\Sigma projetos\ planejados$: quantitativo de projetos previstos para serem elaborados a cada ano.
Unidade de Medida:	%	
Periodicidade de Medição:	Anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	90% ≤ T ≤ 100%: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	100%
	2010	-
Análise do Indicador:	Este indicador visa aferir a produtividade do Centro de Obras e Manutenção Predial no que diz respeito a elaboração de projetos de engenharia. Em 2011 estavam previstos a elaboração	

de 11 projetos, sendo que todos conseguiram ser elaborados até o final do exercício.

Quadro 24 – Indicador de área construída

Identificador de Desempenho Pactuado N° 19.		
Nome:	Área Construída	
Fórmula de Cálculo:	$I = \sum \text{Área Construída}$	Σ Área Construída: somatório da área construída no exercício.
Unidade de Medida:	M ²	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	11.932,11 m ²
	2010	-
Análise do Indicador:	O acompanhamento do quantitativo da área construída pelo CBMDF em cada período norteia o ritmo de expansão da Corporação e a relação entre disponibilidade financeira, projetos e processo licitatório. Observou-se que o ano de 2011 a área construída foi expressiva, em virtude principalmente da construção da sede do Centro de Capacitação Física que contará entre outras instalações de ginásio e piscina olímpica.	

Quadro 25 – Indicador de área reformada

Identificador de Desempenho Pactuado N° 20.		
Nome:	Área Reformada	
Fórmula de Cálculo:	$I = \sum \text{Área Reformada}$	Σ Área Reformada: somatório das áreas submetidas à reforma no exercício.
Unidade de Medida:	M ²	
Periodicidade de Medição:	Anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	3.259,37 m ²
	2010	-
Análise do Indicador:	O acompanhamento do quantitativo da área reformada pelo CBMDF em cada período norteia o ritmo de manutenção dos bens imóveis existentes na Corporação. Observou-se que o ano de 2011 a área reformada foi significativa, demonstrando que apesar das dificuldades de limitação de pessoal qualificado a Corporação vem buscando manter condições físicas adequadas aos seus servidores.	

Quadro 26 – Indicador de disponibilidade de frota operacional

Identificador de Desempenho Pactuado N° 21.		
Nome:	Percentual de disponibilidade da frota operacional.	
Fórmula de Cálculo:	$T = \frac{\Sigma(n^{\circ} \text{viaturas} \times \text{dias parados} \times 24)}{\Sigma(n^{\circ} \text{deviaturas operacionais} \times 24 \times 365)}$	$\Sigma \Delta T$: somatório do tempo em dias, decorrido entre a data de entrada da viatura e sua saída do CEMEV. Σ Viaturas: somatório das viaturas submetidas à manutenção preventiva.
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	90% ≤ I ≤ 100%: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	78,06%

	2010	-
Análise do Indicador:	Aferir a disponibilidade da frota operacional para o serviço ao longo do ano, não bastando apenas a aquisição de viaturas, as mesmas devem estar à disposição para uso pela Corporação para prestação de serviços à sociedade. Uma parte da frota do CBMDF em uso no ano de 2011 era de viaturas com média de 15 anos (viaturas de combate a incêndio), levando-as repetidas vezes ao Centro para solução do problema. Deve-se considerar alguns problemas enfrentados quanto ao contrato de manutenção e fornecimento de peças para alguns modelos de viaturas da marca IVECO e Volkswagen que permaneceram todo o ano de 2011 baixados por problemas no corpo de bombas. No trabalho de manutenção corretiva há prazos contratuais a serem observados, sendo o tempo máximo para fornecimento da peça demandada é de 3 dias úteis. O tempo total do reparo ainda dependerá do trabalho dos mecânicos. Algumas viaturas como as ambulâncias (Renault) e auto-rápidos (Pajero Mitsubishi), pela característica do serviço que prestam à comunidade, percorrem grandes quilometragens mensalmente, fazendo com que rapidamente alcancem a quilometragem de revisão, que por falta de contrato específico, fez com que uma grande parte das 44 viaturas novas destes prefixos ficassem baixadas no Centro por um tempo superior a 5 dias na busca de uma solução. As viaturas de salvamento leve (Frontier Nissan) tiveram problemas no sistema de embreagem e ao menos 5 viaturas permanecem baixadas no Centro deste o mês de agosto -2011. Há de se considerar ainda que a quantidade defasada de militares nas diversas oficinas, acarreta a permanência das viaturas um ou mais dias aguardando o início do conserto, sendo este fato mais observado nas oficinas de elétrica de autos e a de motores à diesel, as quais representaram 45% de todas as solicitações feitas de manutenção no decorrer do ano de 2011.	

Quadro 27 – Indicador de processos analisados (Auditoria/CBMDF)

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 22.		
Nome:	Índice de processos analisados (Auditoria/CBMDF)	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square PA}{\square PR} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	90% a 100%: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	95,68%
	2010	Não aferido
Análise do Indicador:	A Auditoria do CBMDF recebeu em 2011 um total de 116 processos administrativos para análise, sendo que 111 foram submetidos à análise. O indicador aferido demonstrou que apesar dos escassos recursos humanos disponíveis a Auditoria conseguiu atingir a faixa de desempenho desejada.	

Quadro 28 – Indicador de extranet

Identificador de Desempenho Pactuado Nº 23.		
Nome:	Extranet (internet/intranet)	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square \Delta T}{525.600} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	100%	
Resultado do Indicador:	2011	99,97%
	2010	99,556%

Análise do Indicador:

O portal do CBMDF (internet/intranet) é um dos meios mais importantes para comunicação da Corporação com o público externo e interno.

A disponibilização do portal depende do funcionamento de três sistemas, sendo estes um servidor web, sendo utilizado o Apache Server e dois bancos de dados, MYSQL e POSTGRESQL, uma para a disponibilização dos sistemas do site e subsites e outro que contém informações sobre os sistemas internos da Corporação.

Foi verificado que a DITIC atingiu índices aceitáveis para os sistemas, tendo em vista que os sistema que apresentou menor disponibilidade foi o sistema de banco de dados MYSQL, com 98,76%.

4. Parte A, Item 4, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				-
2009	29.354,67		29.354,67	-
2008				
2007	2.075,21		2.075,21	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	76.755.742,27	15.830.813,32	48.107.590,18	12.817.338,77
2009	9.431.727,12	1.972.312,11	6.967.673,84	491.741,17
2008	1.155.082,54	1.155.082,54		
2007	639.104,03	639.104,03		-
Observações:				

Fonte: CONSULTA SIAFI GERENCIAL GRUPO DE INFORMAÇÃO: DIOFI - RESTOS A PAG

4.2 Análise Crítica

Do montante de R\$ 87.981.655,96 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos) inscrito em restos a pagar, 71% (R\$ 62.467.611,26) refere-se a Investimentos e 29% (R\$ 25.514.044,60) Custeio. Do montante inscrito em 2010 63% foram pagos, 20% foram cancelados e restaram R\$ 12.817.338,17 equivalentes a 16% como saldo a pagar.

5. Parte A, Item 5, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9702	5276	1	184
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	9703	5277	1	184

Fonte: DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoal

5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	286
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	

4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	288

Fonte: DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoal - GECOPE

5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	29	29		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35	25		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo	0	7		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	351	321		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	415	382		

Fonte: DIGEP - SIAPENET e pesquisa realizada

5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					

1.1. Membros de poder e agentes políticos			1		
1.2. Servidores de Carreira	125	2792	1829	154	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provisamento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial			29		
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		4	20	1	
2.3. Funções gratificadas	5	163	148	5	
3. Totais (1+2)	130	2959	2027	160	0

Fonte: DIGEP – GECOPE e SIAPENET

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisamento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos						1			
1.2. Servidores de Carreira			4	42	623	853			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provisamento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial						29			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	24			
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	4	42	624	907	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoal

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

**Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos
- Situação apurada em 31/12/2011**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2011
1 Integral	1814	181
1.1 Voluntária	1618	159
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	196	22
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	269	9
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	269	9

Fonte: Diretoria de Inativos e Pensionistas

* Outras: Proporcionalidade em conformidade com o § 2º do art. 24 e art. 25, ambos da Lei 10.486/2002.

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos originário do servidor instituidor	QuantitativoQuantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	1037	88
1. 1. Integral	791	59
1.2. Proporcional	246	29
2. Em Atividade	422	21
3. Total (1+2)	1459	109

Fonte: DINAP – Diretoria de Inativos e Pensionistas

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores

Valores Em R\$ 1,00

Quadro 1.3.5 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores											
Tipologias / / Exercícios		VencimentosV enci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuiç õesRetri- buições	Gratificaçõe sGratifi- cações	Adicionais Adicio-nais	IndenizaçõesIn deniza-ções	Benefícios Assistenciais e previdenciáriospr eviden-ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	76.349,20		80.169,40							156.518,60
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	747.047.804,66									747.047.804,66
	2010	691.934.569,67									691.934.569,67
	2009	589.144.519,66									589.144.519,66
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	4.714.250,64									4.714.250,64
	2010	4.288.410,39									4.288.410,39
	2009	4.403.275,02									4.403.275,02
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	1.679.682,40		583.709,63							2.263.392,03
	2010	610.793,60		185.468,93							796.262,53
	2009	381.746,00		144.103,11							525.849,11
Servidores ocupantes de cargos de Chefia, direção ou assessoria (DFA, DFG)											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	33.968.109,63		1.443.762,27							35.411.871,90
	2010	33.968.109,63		1.544.785,32							35.512.894,95
	2009	33.968.109,63		1.539.965,60							35.508.075,23

Fonte: DIGEP - SIAPENET

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.9-1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte: DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoal

A Diretoria de Gestão de Pessoal não possui no momento mecanismo de extração dos dados necessários ao preenchimento do quadro acima.

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte: DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoal

Não houve ingresso por decorrência de concurso público de militares com o intuito de substituição de terceirizados.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL													
UG/Gestão: 170394/00001					CNPJ: 08977914/0001-19								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	ordinária	40/2008	02843359000156	18/09/2008	15/09/2012	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DICOA - Diretoria de Contratações e Aquisições

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL													
UG/Gestão: 170394/00001					CNPJ: 08977914/0001-19								

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	14	ordinária	48/2009	05376495000171	27/08/2009	30/08/2011	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	E
2009	14	ordinária	49/2009	05376495000171	10/12/2010	01/05/2011	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	E
2010	14	ordinária	10/2010	02237437000179	28/04/2010	28/02/2011	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	E
2010	14	ordinária	41/2010	00630999000152	28/12/2010	28/02/2011	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	E
2010	14	ordinária	66/2010	04768702000170	04/04/2011	31/05/2012	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	A
2011	14	ordinária	23/2011	03508523000131	01/10/2011	04/04/2012	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	A
2011	14	ordinária	25/2011	05353948000144	15/08/2011	15/02/2012	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	E
2011	14	ordinária	51/2011	09366582000107	14/12/2011	14/12/2012	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	A
2011	14	ordinária	70/2011	06200377000170	29/12/2011	27/06/2012	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	A
2011	14	ordinária	81/2011	03928511000166	29/12/2011	20/03/2014	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto	A
Observações: Todos os contratos ora mencionados dizem respeito a contratação de obras para construção de novos quartéis da Corporação.													
LEGENDA Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: DICOA - Diretoria de Contratações e Aquisições

5.6 Indicadores Institucionais sobre Recursos Humanos

Quadro 29 – Indicador de absenteísmo por licença para tratamento de saúde própria

Identificador de Desempenho Pactuado N° 24.		
Nome:	Índice de absenteísmo por Licença para Tratamento de Saúde Própria (LTSP)	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\Sigma dc}{\text{Efetivo} \times 30} \times 100 \quad I = \frac{\Sigma dc}{\text{Efetivo} \times 365} \times 100$	
Unidade de Medida:	%	
Periodicidade de Medição:	Mensal e anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definida	
Resultado do Indicador:	2011	2,92%
	2010	3,39%
Análise do Indicador:	Felizmente o indicador reflete uma maior disponibilidade do efetivo para atividades meio e fim. A atividade de bombeiro implica em um elevado nível de <i>stress</i> físico e mental, o que acaba gerando uma série de enfermidades em seu efetivo. O índice em tela procura estabelecer uma relação entre o número de dias concedidos aos militares para LTSP dividido pelo produto entre o efetivo existente e 365 (número de dias do ano).	

Quadro 30 – Indicador de execução do plano geral de cursos - cursos

Identificador de Desempenho Pactuado N° 25.		
Nome:	Índice de execução do Plano Geral de Cursos - Cursos	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square C}{\square CR} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	90% ≤ I ≤ 100%: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	128,3%
	2010	50,00%
	2009	76,74%
	2008	64,29%
Análise do Indicador:	A Corporação dispõe de uma estrutura de ensino própria, na qual são ministrados cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e altos estudos inerentes à carreira de oficiais e praças. A aferição deste indicador visa estabelecer uma relação entre os cursos previstos para realização em um determinado ano e os cursos de fato realizados. Também é uma maneira de se medir o nível de planejamento existente no sistema de ensino.	

Quadro 31 – Indicador de execução do plano geral de cursos - vagas

Identificador de Desempenho Pactuado N° 26.		
Nome:	Índice de execução do Plano Geral de Cursos - Vagas	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square Mr}{\square Vt} \times 100$	
Unidade de Medida:	% (percentagem)	

Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	90% ≤ I ≤ 100%: desempenho ótimo	
Resultado do Indicador:	2011	128,3%
	2010	75,00%
	2009	74,06%
	2008	69,35%
Análise do Indicador:	Ao contrário do indicador anterior onde foram analisados os cursos, neste indicador busca-se uma relação entre o número de vagas preenchidas e ofertadas pela Instituição ao seus militares.	

Quadro 32 – Indicador de militares capacitados

Identificador de Desempenho Pactuado N° 27.		
Nome:	Militares capacitados	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\Sigma \text{capacitados em } X}{\Sigma \text{capacitados em 2008}} \times 100$	
Unidade de Medida:	Número-índice: 100 equivalente aos 837 militares capacitados em 2008.	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Não definido	
Resultado do Indicador:	2011	298 (2.494 militares)
	2010	222 (1.858 militares)
	2009	138 (1.155 militares)
	2008	100 (837 militares)
Análise do Indicador:	Para este indicador optou-se pela utilização de número índice a fim de indicar a evolução do número de militares capacitados pelo sistema de ensino nos mais diversos cursos ofertados pelo sistema de Ensino da Corporação.	

Quadro 33 – Indicador de transgressões disciplinares praticadas no âmbito da Corporação

Identificador de Desempenho Pactuado N° 28.		
Nome:	Índice de transgressões à disciplina praticadas no âmbito da Corporação	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square ET}{\text{Efetivo (serviço ativo)}} \times 100$	
Unidade de Medida:	%(percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Menor que 1%	
Resultado do Indicador:	2011	3,96%
	2010	Não aferido
Análise do Indicador:	O CBMDF é uma instituição militar, baseada na hierarquia e disciplina. Infelizmente, em 2011 duzentos e dez bombeiros militares envolveram-se em eventos transgressoriais, os quais demandaram a abertura de processos apuratórios.	

Quadro 33 – Indicador de transgressões disciplinares praticadas no exercício da atividade fim

Identificador de Desempenho Pactuado N° 29.		
Nome:	Índice de transgressões disciplinares praticadas no exercício da atividade fim	
Fórmula de Cálculo:	$I = \frac{\square ET}{\square Ocorrências} \times 100$	
Unidade de Medida:	%(percentagem)	
Periodicidade de Medição:	anual	
Meta do Indicador para o exercício de referência:	Menor que 0,03%	

Resultado do Indicador:	2011	0,001%
	2010	Não apurado
Análise do Indicador:	Em que pese a Corporação ter atendido mais de 80.000 ocorrências em 2011, apenas um evento transgressional ocorreu, demonstrando que os problemas disciplinados ficam evidentes quando o bombeiro-militar não está na execução da atividade fim.	

Análise Crítica

Conforme apostado no item 2.4.5 o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal cumprindo orientações dos órgãos de controle definiu no exercício de 2011 os indicadores institucionais com objetivo de melhor aferir o desempenho organizacional, ficaram ainda por elaborar no exercício de 2012 indicadores de acidentes de trabalho e de aposentadoria versus reposição do quadro.

7. Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

Foi informado pelo Diretor de Contratações e Aquisições da Corporação que a Seção de Contratos não teve capacidade técnica para efetuar o lançamento dos contratos tanto no SIASG, quanto no SICONV, sobretudo, quanto à capacitação do pessoal que não detêm conhecimentos específicos, vez que não foram treinados, para a operacionalização dos sistemas.

Informa ainda que foi realizada a inscrição dos militares para acessar o SIASG, o que aconteceu em meados do mês de setembro de 2011, todavia, não foi disponibilizado ainda, um treinamento pelo órgão gerenciador do sistema para esta Unidade especificamente. Muito embora tenha sido requisitada a disponibilização de treinamento para 28 servidores cadastrados no SIASG, conforme email encaminhando para o Ministério do Planejamento em 02/09/2011.

O referido diretor informa, em documento encaminhado ao Chefe do Departamento de Administração Logística e Financeira, que o Ministério do Planejamento não está realizando o agendamento de treinamentos no momento aguardando definições da nova diretoria.

Nesse ínterim, a Diretoria de Compras e Aquisições – DICOA não pôde até o presente momento lançar qualquer contrato nos solicitados sistemas, o que impede a confecção da declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV modelo 7.1, entretanto, encontra-se em vias de conclusão do aperfeiçoamento do sistema de contratos próprio da corporação que permite o adequado acompanhamento dos contratos ora vigentes.

Por fim, os lançamentos serão devidamente efetuados após o treinamento dos militares que operacionalizam a contratação, no menor espaço de tempo possível, tão logo seja efetuado o necessário treinamento.

8. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

8. 1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	75	75	75
	Entregaram a DBR	9	4	17
	Não cumpriram a obrigação	66	71	58
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoal

8. 2 Análise Crítica

A Diretoria de Gestão de Pessoal da Corporação não possui controle efetivo das entregas das Declarações de Bens e Rendas a não ser por aquelas apresentadas pelas autoridades consideradas responsáveis por bens e valores. Por esse motivo, as demais informações não puderam ser apresentadas.

9. Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

9. 1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:			X		

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: DICOA – Diretoria de Contratações e Aquisições

12. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

12.1 Gestão de TI da UJ**Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento de área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	57				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TU são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de estemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviço de TI em relação do desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			

Fonte: Diretoria Técnica de Informática e Comunicação

13. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

13.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1:		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALBERTO VIEIRA MACARIO	358.704.001/04	4.000,00		1.504,01	1.504,01
ALEX DE ALMEIDA FARIA	505.085.981/68	14.033,34		14.011,19	14.011,19
ANDRE MARCOS BARBOSA GONZAGA	602.269.941/04	5.000,00		856,80	856,80
AROLDO SARDINHA E SILVA	529.921.951/20	4.000,00		2.972,73	2.972,73
CAIRO JOSE DE SOUSA	564.383.031/00	4.000,00		1.280,21	1.280,21
CARLOS ALBERTO SIQUEIRA CARDOSO	297.710.301/59	4.000,00		1.901,00	1.901,00
CESAR MORAIS BARROS	606.998.091/34	4.000,00		413,16	413,16
CHARLES HENRIQUE COSTA BRITO	417.766.661/00	4.000,00		2.373,86	2.373,86
DAYAN ALVES PEREIRA	783.115.271/72	4.000,00		872,00	872,00
EDERSON JOSE DE OLIVEIRA	579.357.851/04	4.000,00		688,00	688,00
EDILSON JOSE PEREIRA DA SILVA	398.864.091/34	4.000,00		1.263,68	1.263,68
EDNALDO DANTAS DE MATOS	457.995.551/04	4.000,00		2.164,89	2.164,89
EDSON MARTINS BARBOSA	775.816.871/04	4.000,00		2.365,18	2.365,18
EDUARDO GOMES LOURENCO	658.597.901/04	4.000,00		221,00	221,00
FRANCISCO WILSON RUBENS DA SILVA	385.123.781/15				

		4.000,00		772,00	772,00
HEBER NUNES DE LIMA	512.363.201/82	4.000,00		1.400,00	1.400,00
HELIO DE SOUSA MENDES	359.198.681/04	5.219,00		2.876,59	2.876,59
JEOMAR ANATHOLY LIMA DA CUNHA PINHEIRO AVILA	266.531.411/87	4.000,00		2.874,80	2.874,80
JOEL FERREIRA DO NASCIMENTO	411.123.501/87	4.000,00		1.806,06	1.806,06
JOSE CLEUDIMAR FAUSTINO RAMALHO	952.326.481/87	4.000,00		6.302,21	6.302,21
JOSE GENILSON DOS SANTOS	578.793.201/30	4.000,00		3.186,00	3.186,00
KAILON DE SOUZA GOMES	579.626.771/04	4.000,00		2.127,60	2.127,60
LUIZ CARLOS FERREIRA	578.637.091/72	4.000,00		1.720,36	1.720,36
LUIZ PAULO DA SILVA	238.728.371/68	4.000,00		2.997,07	2.997,07
OTAVIO ARRUDA DE SOUSA	373.726.961/00	4.000,00		5.992,40	5.992,40
PAULO AFONSO MENEZES BRUNO	575.359.733/53	4.000,00		795,00	795,00
PAULO CEZAR ANTONIO DIAS CRUZ	359.234.901/53	6.000,00		268,90	268,90
PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA SA	876.115.031/20	4.000,00		5.492,06	5.492,06
PAULO JOSE XIMENES DE SOUSA	790.074.731/15	4.000,00		3.256,40	3.256,40
PAULO ROBERTO SOUSA BARBOSA	399.138.301/25	4.000,00		2.911,74	2.911,74
RAIMUNDO MAGALHAES DA COSTA	553.399.131/04	4.000,00		5.309,58	5.309,58
ROBERTO ALVES BORGES	275.423.601/59	4.000,00		2.134,91	2.134,91
ROSIMEIRE CARDOSO DE OLIVEIRA DE CARVALHO SAISSE	646.524.161/72	4.000,00		531,47	531,47
VALTERLY DE SOUSA COELHO	609.957.851/04	4.000,00		3.231,88	3.231,88

WALBER SOARES E SILVA	577.833.905/44	4.000,00	660,00	996,00	1.656,00
WILLIAM GARCIA CANDIDO	417.214.621/04	4.000,00		750,00	750,00
Total utilizado pela UG			660,00	90.620,74	91.280,74

Fonte: SIAFI GERENCIAL - CONSULTA CONSTRUÍDA - GRUPO DE INFORMAÇÃO: SUP FUNDOS/C.PAGAM

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	1	660,00	83	90.620,74	91.280,74
2010	1	19,15	75	68.724,62	68.743,77
2009	3	7.700,00	56	53.527,35	61.227,35

Fonte: SIAFI GERENCIAL - CONSULTA CONSTRUÍDA- GRUPO DE INFORMAÇÃO: SUP FUNDOS/C.PAGAM

15. Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU destinadas a esta UJ.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há deliberações do TCU que permanece pendente de atendimento no exercício de 2011.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADORDenominação completa: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			Código SIORG
			XXXXXXXXXXXXX X
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
XXXX	201109252	Inseridos na “Descrição da Recomendação”	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CBMDF			XXXXXXXXXXXXX
Descrição da Recomendação:			
2.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (015)- Baixa utilidade dos indicadores da UJ - Recomendação 1: Adotar providências para aprovação e implementação de indicadores que sejam capazes de traduzir, de forma mensurável, a eficiência e eficácia das atividades fins realizadas pelo CBMDF;			
2.1.3 ASSUNTO - CONTROLES INTERNOS - Recomendação 1 - Criar e homologar documentação à qual trate da Política de Segurança da Informação, dando divulgação desta;			
2.1.3.3 - CONSTATAÇÃO: (014) - Ausência de uma rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UJ – RECOMENDAÇÃO 001: Elaborar estudos/avaliações de verificação de rotina sobre a compatibilidade entre os recursos de TI e as necessidades da corporação e RECOMENDAÇÃO 002: Inserir nos contratos, sempre que couber, a previsão de acordos de níveis de serviços entre a unidade e as empresas fornecedoras de solução em TI;			
2.1.3.4 - CONSTATAÇÃO: (016) Fragilidades no controle interno da unidade ocasionando morosidade no atendimento das recomendações CGU - RECOMENDAÇÃO 001: Criar documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos relativos às áreas de pessoal prevendo sistemas de autorização e aprovação, linhas de autoridade claramente definidas, estabelecimento de práticas operacionais e de rotinas, implantação de rodízios dos servidores e segregação de funções, rotinas que só permitam publicações/“lançamentos” quando tais alterações forem lastreadas por documentação pertinente. RECOMENDAÇÃO 002: Criar normativos que definam rotinas de respostas do CBMDF às solicitações dos órgãos de controle, incluindo a auditoria interna no processo. RECOMENDAÇÃO 003: Envie esforços de modo a responder/atender de maneira clara, objetiva e tempestiva às solicitações/recomendações desta CGU;			
2.1.4 ASSUNTO - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS - 2.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (011) - RECOMENDAÇÃO 001: Efetuar o recolhimento das autorizações de acesso aos dados das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil dos servidores que estejam em exercício no CBMDF, em atenção ao disposto no Inciso VII, do art. 1º, da Lei nº 8.730/93. RECOMENDAÇÃO 002: Manter em arquivo nas Unidades de Pessoal da Corporação as citadas autorizações, conforme a IN TCU nº 65, de 20/4/2011;			
2.1.4.2 - CONSTATAÇÃO: (017) - Intempestividade na apuração e adoção de providências nos casos de acumulação de			

cargos - **Recomendação 001:** Apurar responsabilidade pela intempestividade de providências acerca da apuração de acumulação de cargos do militar reformado, matrícula nº 1402297, de que trata o Processo nº 053.000.787/2007. **Recomendação 002:** Notificar o militar, matrícula SIAPE nº 2417672, que acumula o cargo de Agente de Atividades Complementares de Segurança Pública do GDF, a fazer a opção por um dos cargos, por não atender a condição de compatibilidade de horários, estabelecida pelo inciso XVI, do art.37, da CF/88;

2.1.5 ASSUNTO - PROCESSOS LICITATÓRIOS - 2.1.5.1 - INFORMAÇÃO: (002) 2.1.5.3 - CONSTATAÇÃO: (019)

- Ausência de tabelas de preços do fabricante exigidas em editais - **RECOMENDAÇÃO: 001** Nas contratações destinadas à manutenção de veículos, cujo critério de julgamento seja o maior desconto sobre a Tabela do Fabricante, apresente o orçamento detalhado em planilhas que evidenciem os preços constantes da tabela referenciada, de forma a justificar o valor estimado. **RECOMENDAÇÃO: 002** - Defina, na fase preparatória do pregão, os critérios de aceitação das propostas em atenção ao inciso I do art. 3º, da Lei nº10.520/2002. **RECOMENDAÇÃO: 003** - Faça constar do processo licitatório e respectivos pagamentos, a tabela referenciada, de forma a dar transparência sobre os valores cobrados;

2.1.5.4 - CONSTATAÇÃO: (020)- Execução simultânea de dois contratos com fornecimento de peças e acessórios para veículos da mesma marca - 2.1.5.5 - CONSTATAÇÃO: (021) - Pagamento por serviços de manutenção de veículos alheios ao objeto contratual. - RECOMENDAÇÃO: 001 Fazer constar do processo de pagamento de serviços de manutenção de veículos, a ordem de serviço emitida pelo CeMan, com a identificação do veículo e número do contrato, bem como o orçamento da contratada aprovado e as Notas Fiscais correspondentes. **RECOMENDAÇÃO: 002** Solicitar à contratada que faça constar das Notas Fiscais, a identificação da ordem de serviço e o número do Contrato e/ou processo a que se refere;

2.1.5.6 - CONSTATAÇÃO: (022) - Ausência de controles sobre o serviço de manutenção de veículo executado; RECOMENDAÇÃO: 001 Promover a inspeção da execução dos contratos de manutenção de veículos, atentando para os ditames do Edital, de forma a evitar a realização de serviços e troca de peças incompatíveis às reais necessidades da viatura. **RECOMENDAÇÃO: 002** Estipular normas para a fiscalização da execução contratual, dos serviços de manutenção de veículos, desde a detecção do problema ou da revisão programada em conformidade com o manual do fabricante, até o atesto do que foi realizado de fato e o encaminhamento para pagamento;

2.1.6 ASSUNTO - CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS - 2.1.6.1 - CONSTATAÇÃO: (012) - 141 contratos vigentes, no valor total de R\$ 74.411.820,23, não registrados no SIASG - RECOMENDAÇÃO 001:Orientar e capacitar servidores sobre o registro de dados no SIASG.**RECOMENDAÇÃO 002:** Registrar todos os contratos vigentes, pagos com recursos federais, no SIASG.

Providências Adotadas	
Setores responsáveis pelas implementações:	Código SIORG
Departamento de Administração Logística e Financeira - DEALF, Auditoria, Departamento de Recursos Humanos - DERHU, Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia - DEPCT e Subcomando-Geral - SUBCG	XXXXXXXXXXXXX X
Síntese da providência adotada:	
Foram suscitados os segmentos apontados no Relatório de Auditoria com intuito de manifestarem quanto às recomendações. A Auditoria da Corporação em conjunto com os segmentos apontados estão promovendo os devidos ajustes nos itens que foram havidos como pertinentes	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi feita remessa inicial à CGU, na conformidade dos termos da Informação nº 015/2011/AUDIT/CTROL, de acordo com as manifestações de cada segmento apontados no Relatório de Auditoria nº 201109252	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Em razão da nova estrutura da Corporação advinda com a Lei nº 12.086/2009 e a falta de regulamentação interna da atuação da alguns segmentos não permitiu que a Auditoria fosse adequadamente abrangente e fidedigna quanto às recomendações.	

Fonte: Controladoria do CBMDF

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			Código SIORG
			XXXXXXXXXXXX
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201109252		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CBMDF			XXXXXXXXXXXX
Descrição da Recomendação:			
As mesmas constantes do Quadro A.15.3			
Providências Adotadas			
Setores responsáveis pelas implementações			Código SIORG
Departamento de Administração Logística e Financeira - DEALF, Auditoria, Departamento de Recursos Humanos - DERHU, Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia - DEPCT e Subcomando-Geral - SUBCG			XXXXXXXXXXXX
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Dentre às recomendações, há necessidade de obediência ao devido processo legal e manifestação de pertinência por parte do segmento apontado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em razão da nova estrutura da Corporação advinda com a Lei nº 12.086/2009 e a falta de regulamentação interna da atuação da alguns segmentos não permitiu que a Auditoria fosse adequadamente abrangente e fidedigna quanto às recomendações.			

Fonte: Controladoria do CBMDF

16. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

A Controladoria da Corporação não possui a informação pormenorizada para atender à necessidade do presente Relatório.

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendentes de atendimento

A Controladoria da Corporação não possui a informação pormenorizada para atender à necessidade do presente Relatório.

17. Parte A - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

CONCLUSÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é uma instituição centenária que tem raízes que datam de 1856 cujas ações visam proporcionar a proteção e patrimonial da sociedade e do meio ambiente, por meio de ações de prevenção, combate e investigação de incêndios urbanos e florestais, atendimento pré-hospitalar e ações de defesa civil, no âmbito do Distrito Federal.

Dadas as circunstâncias históricas, o CBMDF tem buscado incessantemente a qualificação de suas atividades. Neste sentido, suas tradições sempre enfatizaram a valorização da Instituição Bombeiro-Militar e sua estrutura baseada na hierarquia e disciplina.

Desse modo, algumas condicionantes são necessárias para que o bombeiro esteja em condições de atender eficientemente uma solicitação de socorro, tais como:

- capacitação contínua, de modo a manter a proficiência necessária ao desempenho a suas atividades;
- equipamentos de proteção individual – EPI;
- equipamentos modernos e adequados às suas missões;
- viaturas confiáveis e projetadas para as atividades de salvamento, combate a incêndio e atendimento pré-hospitalar;
- instalações físicas adequadas.

Neste sentido, as ações da Corporação no exercício de 2011 foi direcionadas para atender parte destas condicionantes, uma vez que o orçamento e a capacidade de execução da Corporação são limitados.

A seguir é realizada uma breve análise qualitativa das despesas da Corporação com material de consumo, material permanente, serviços e obras.

Os dados utilizados foram extraídos do Portal da Transparência do Governo Federal e contemplam apenas os recursos oriundos do FCDF.

a) MATERIAL DE CONSUMO

O item material de consumo, natureza de despesa 3.3.90.30, totalizou R\$ 26.813.494,59 em recursos empenhados, sendo que 85% destes recursos foram destinados ao Comando Operacional (COMOP), responsável pelos 80.876 atendimentos de emergência demandados pela sociedade ao CBMDF, 11% ao Centro de Manutenção de Viaturas e Equipamentos, destinado à manutenção da frota operacional e administrativa e 4% aos demais órgãos da Corporação.

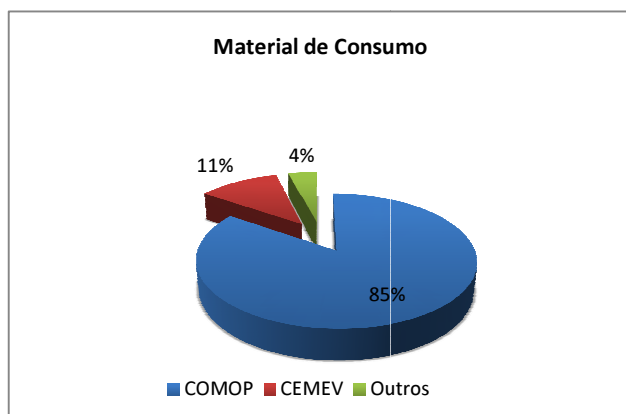


Gráfico: Distribuição percentual das despesas com material de consumo (FCDF/CBMDF)
Fonte: SELOF/EMG

As despesas do Comando Operacional (COMOP) com material de consumo totalizaram R\$ 22.717.133,46, porém as do CEMEV, responsável pela disponibilidade de 78,06% da frota operacional do COMOP, também poderiam ser computadas como despesas inseridas no âmbito do COMOP para efeito de análise.

Assim, da aglutinação desses órgãos, observa-se que aproximadamente 96% dos recursos empenhados para material de consumo foram direcionados diretamente ou indiretamente à atividade-fim da Corporação.

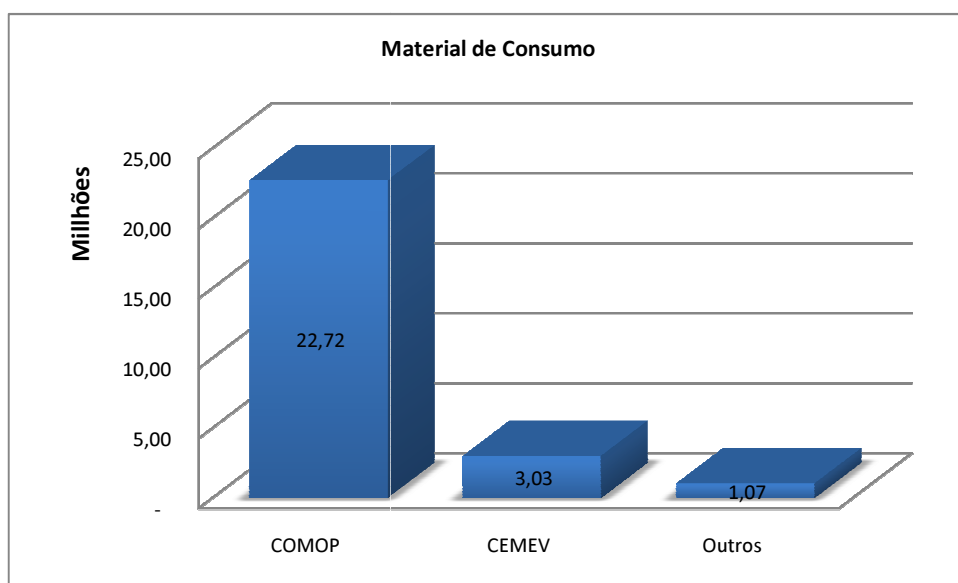


Gráfico: Distribuição dos recursos empenhados relativos às despesas com material de consumo (FCDF/CBMDF)
Fonte: SELOF/EMG

Quando da análise da distribuição dos recursos dentro do Comando Operacional, observa-se a ocorrência de aquisições contundentes na proteção dos bombeiros no exercício de sua missão.

A aquisição de equipamentos destinados à proteção individual (EPI) representaram 57% dos gastos do COMOP com material de consumo. Estas aquisições representaram a aquisições de materiais tais como: balaclavas, luvas para combate a incêndio e salvamento, protetores auriculares, conjuntos de proteção para combate a incêndio, óculos, capacetes de combate a incêndio, dentre outros.

A atividade de combate a incêndios florestais, responsável por 3007 atendimentos e que resultaram em aproximadamente 24.556 ha queimados, também foi priorizada no exercício de 2011, com 25% dos recursos destinados ao COMOP. Na busca da proporcionar a roupa adequada e de modo a padronizar o efetivo empregado nesta atividade,

99,57% (R\$ 5.6000.000,00) destes recursos foram destinados a aquisição de roupas de proteção para combate a incêndio florestal.

De maneira global, pode-se afirmar que 82% das despesas com material de consumo do COMOP foram destinados à aquisição de equipamentos de proteção individual.

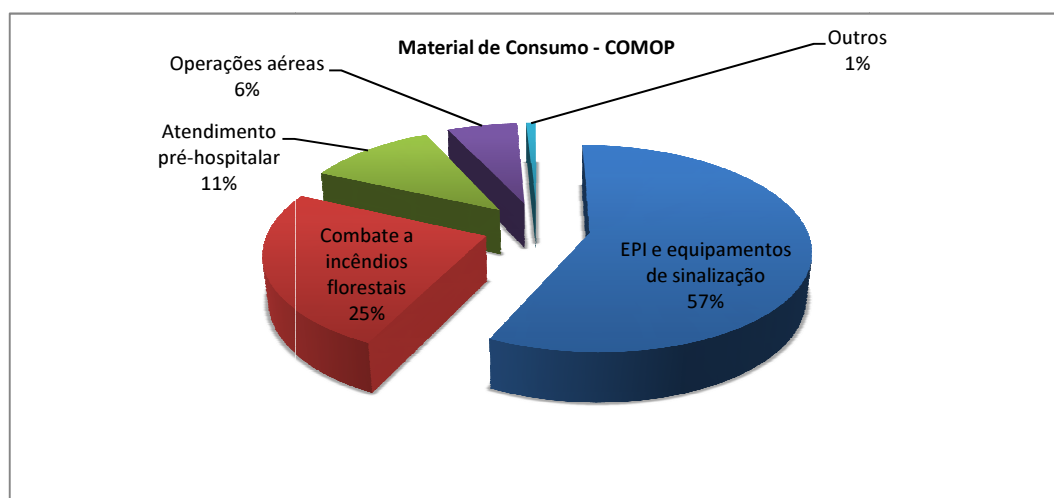


Gráfico: Distribuição percentual das despesas com material de consumo no COMOP (FCDF/CBMDF)
Fonte: SELOF/EMG

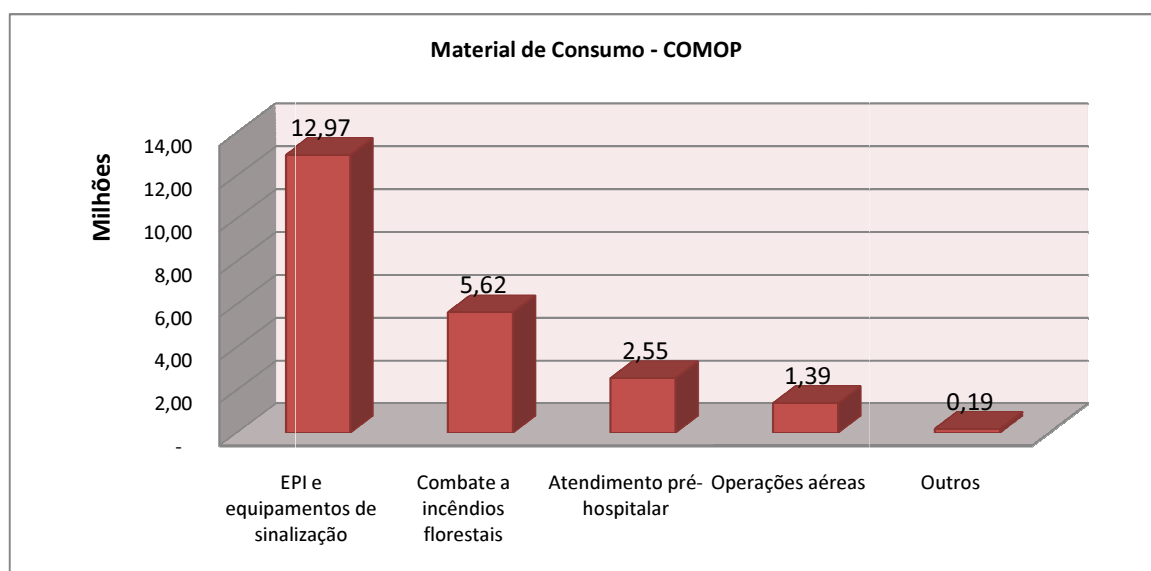


Gráfico: Distribuição dos recursos empenhados relativos às despesas com material de consumo para o COMOP (FCDF/CBMDF)
Fonte: SELOF/EMG

b) SERVIÇOS

O total de recursos empenhados para serviços (3.3.90.39) totalizaram R\$ 15.484.279,12, sendo que 59% destes recursos foram destinados à serviços comuns à grande maioria das unidades da Corporação, tais como despesas com água, esgoto, energia elétrica, limpeza e conservação, fornecimento de combustíveis, manutenção de piscinas, dentre outros.

Serviços como telefonia, acesso corporativo à internet, antivírus, manutenção de computadores, dentre outros, foram responsáveis por 56% dos recursos empenhados para a área de informática e comunicações. Os demais recursos totalizados em R\$ 1.000.000,00 foram destinados à contratação de empresa especializada para desenvolvimento de softwares corporativos para os setores de logística, pessoal e saúde.

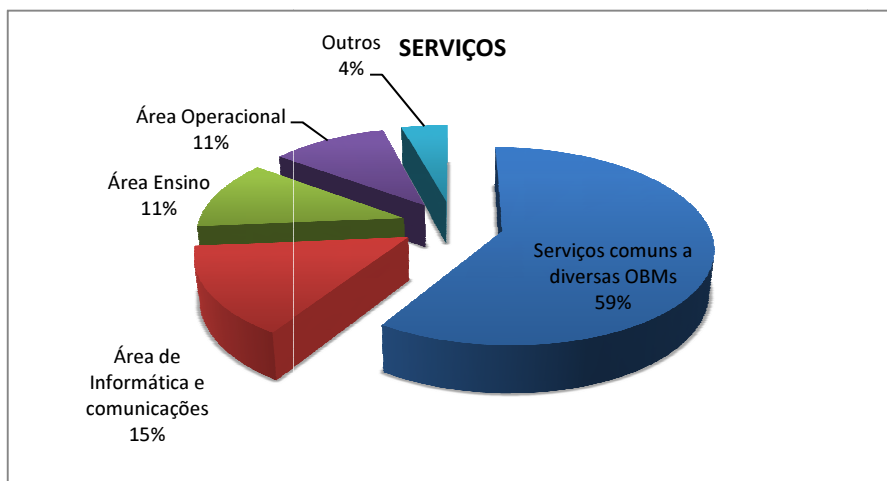


Gráfico: Distribuição percentual dos recursos empenhados relativos às despesas com serviços. (FCDF/CBMDF)

Fonte: SELOF/EMG

Na área de ensino, as despesas totalizaram R\$ 1.762.973,96, representando 11% do total de serviços. Estas despesas foram constituídas pela contratação de empresas para a realização de cursos técnicos de curta duração e de pós-graduação, compreendendo 62% dos recursos da área. A despesa com a contratação de professores, essencial à realização dos cursos de formação, aperfeiçoamento e altos estudos da Corporação, por sua vez, compreendeu com 17% dos recursos empenhados.

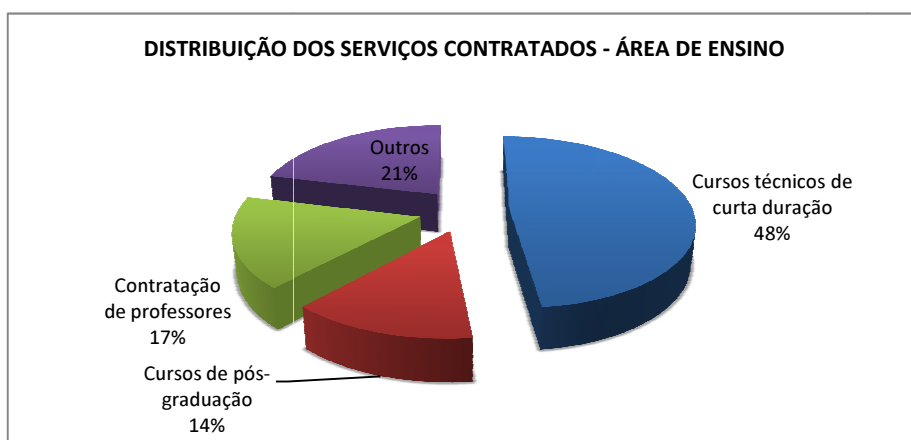


Gráfico: Distribuição percentual dos recursos empenhados relativos às despesas com serviços na área de ensino. (FCDF/CBMDF)

Fonte: SELOF/EMG

c) MATERIAL PERMANENTE

Dos R\$ 49.175.845,84 empenhados na aquisição de material permanente, 93% ou R\$ 45.676.076,09 foram destinados ao COMOP.

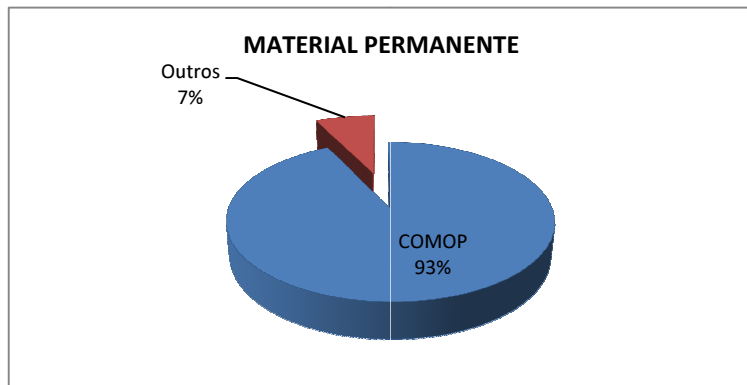


Gráfico: Distribuição percentual dos recursos empenhados relativos às despesas com material permanente. (FCDF/CBMDF)

Fonte: SELOF/EMG

O principal investimento realizado pela Corporação foi a aquisição de 22 viaturas de combate a incêndio, a um custo total de R\$ 21.562.780,73. Estas viaturas permitirão ampliar a capacidade operacional da instituição, equipar os novos grupamentos de bombeiro que serão construídos até 2014, substituir aquelas viaturas cujo custo de manutenção ou de reparo sejam antieconômicas e ainda constitui-se parte dos investimentos necessários em adequar a Corporação aos grandes eventos de 2013 e 2014 que irão ocorrer em nossa Capital.

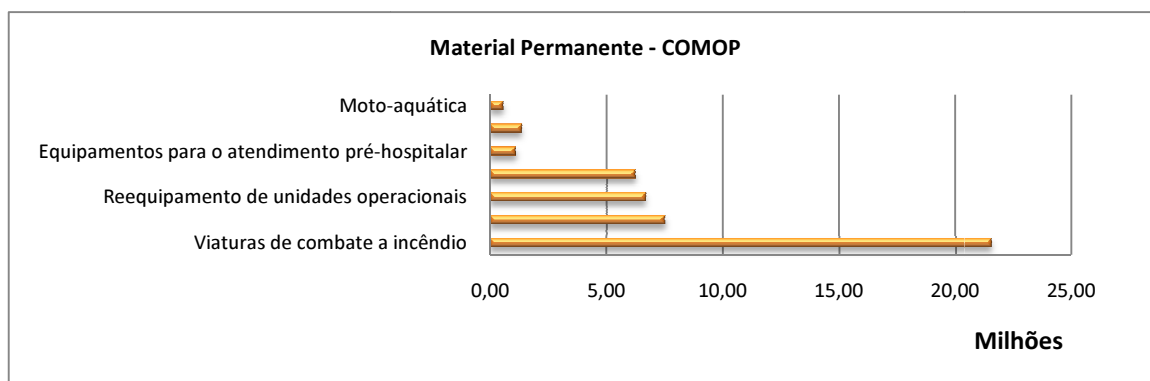


Gráfico: Distribuição quantitativa dos recursos empenhados relativos às despesas com a aquisição de materiais permanentes. (FCDF/CBMDF)

Fonte: SELOF/EMG

d) OBRAS E REFORMAS

O Distrito Federal sofreu nas últimas décadas uma forte expansão, na qual surgiram diversas regiões administrativas. Esse crescimento não foi acompanhado pela Corporação, sendo que apenas em 2009 a sua estrutura foi adequada à realidade do DF, por meio da Lei Federal nº 12.086/09. Porém, transpor o previsto na lei para a realidade da Corporação ainda demandará alguns anos de esforços e disponibilidade de recursos financeiros.

Os recursos empenhados em 2011 para obras totalizaram R\$ 10.237.009,96 e foram insuficientes para fazer frente a todas as licitações finalizadas no final do exercício e que demandarão recursos do exercício de 2012.

Da análise dos empenhos realizados, observa-se que as obras destinam-se principalmente a novas unidades operacionais, de modo a aumentar a capilaridade da Corporação nas regiões administrativas do Distrito Federal.

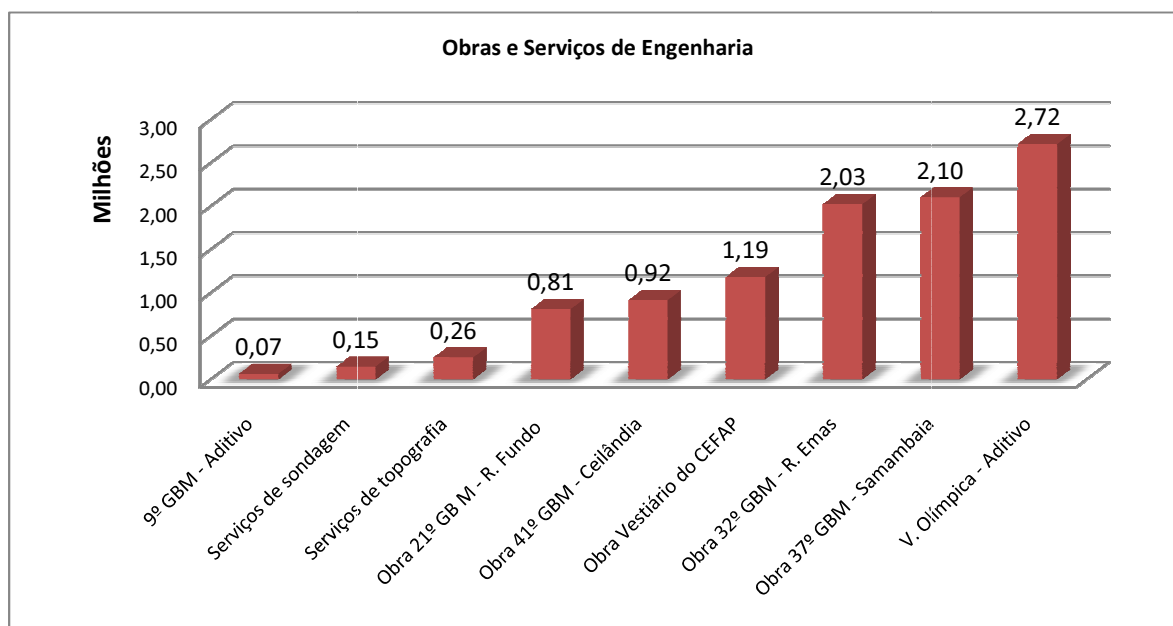


Gráfico: Distribuição quantitativa dos recursos empenhados relativos às despesas com serviços de engenharia e obras (FCDF/CBMDF)

Fonte: SELOF/EMG

e) CAPACITAÇÃO CONTINUADA

QUADRO 34 - CURSOS INTERNOS 2011

CURSOS DE ALTOS ESTUDOS		TOTAL
Curso de Altos Estudos para Oficiais – Combatente		23
Curso de Altos Estudos para Praças		305
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO		
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em Administração Corporativa – Combatente		35
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – Saúde/Complementar/Capelão		15
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – Administrativos/Especialistas		101
Curso de Aperfeiçoamento de Praças		728
CURSOS DE HABILITAÇÃO		
Curso de Habilitação à Oficiais Complementares		24
Curso de Habilitação à Oficiais Administrativos Especialistas – Turmas “A” E “B”		134
CURSOS DE FORMAÇÃO		
Curso de Formação de Oficiais – Combatente		24
Curso de Formação de Praças		355
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO		
Curso de Sistema de Comando de Incidentes – Intermediário		22
Curso de Sistema de Comando de Incidentes – Básico		220
Curso de Tripulante Operacional		17
Curso de Formação de Socorrista em Atendimento Pré-Hospitalar Básico		188
Curso Técnico de Investigação de Incêndio		21

Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	120
Curso de Supervisor de Tecnologia de Informação	20
Curso de Operações em Busca e Salvamento	94
Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais Internacional	28
ESTÁGIOS	
Estágio de Adaptação de Voo Operacional	01
Estágio de Armamento, Munição e Tiro	16
Estágio de Área de Adaptação ao Voo Operacional	06
TOTAL	2.608

QUADRO 35 - CURSOS EXTERNOS À CORPORAÇÃO

CURSO	LOCAL	TOTAL
Curso de Altos Estudos de Política Estratégica	ESGEB-RJ	01
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais	CBMMG-MG	01
Curso de Segurança de Voo	CENIPA-DF	01
Curso Prático de Processo Administrativo Genérico	CONSULTRE-DF	07
Estágio de Segurança de Autoridade	BPEB-DF	02
Emergências com Derramamentos de Hidrocarbonetos	DF	04
Examinador de Trânsito	DETRAN-DF	01
Especialização de Praças – Mergulho Autônomo	CB/PMESP	03
Formação de Piloto Privado de Helicóptero	EDRA-SP	03
Logística e Mobilização Nacional	ESG-RJ	01
MBA em Executivo em Saúde	FGV Brasília	02
MBA em Gerenciamento de Projetos	FGV Brasília	05
MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria	FGV Brasília	02
MBA em Gestão de Pessoas	FGV Brasília	02
MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública	FGV Brasília	06
Osteopatia de Escuela de Osteopatia de Madrid no Brasil	CAMPINAS-SP	01
Pós Graduação em Administração Pública	FGV Brasília	02
Psicopedagogia Escolar	Centro de Estudos de Pessoal-RJ	02
Software Volare de Windows	ENGEDESK-DF	11
Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional	AIBJK-DF	02
Técnico de Enfermagem	ETESB-DF	14
Sistemas de Informações Geográficas	DF	13
TOTAL		86

QUADRO 36 - CURSOS INTERNACIONAIS

CURSO/ESTÁGIO	LOCAL	TOTAL
Curso Mestrado em Administração e Gerência de Incêndios e Emergências (<i>Fire & Emergency Management Administration</i>)	Oklahoma – Estados Unidos De América	01
XI Curso de Gestão de Emergências e Técnicas de Intervenção e Salvamento em Catástrofes Urbanas	Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento/Madri-Espanha	01
TOTAL		02

17. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N° 108/2010
17.1 Declaração Plena do Contador

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília -DF	Data	02/03/2012
Contador Responsável	Carlos Daniel Schneider Pereira	CRC nº	012428/O-5

Carlos Daniel Schneider Pereira – Cap QOBM/Compl
 Chefe da Subseção de Contabilidade e Contador Responsável
 Matr.: 1577166

Carlos **Emilson** Ferreira dos Santos – Ten Cel QOBM/Comb
 Diretor de Orçamento e Finanças e Ordenador de Despesas
 Matr.: 1399883



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE SAÚDE



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO/2012

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o nº do normativo, se houver)

Unidades Agregadas: Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Brasília, 03/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
RI – Regimento Interno
DISAU – Diretoria de Saúde
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Federal
SIGGO – Sistema de Gestão Governamental do GDF
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal
FS-CBMDF – Fundo de Saúde do CBMDF
POMED – Policlínica Médica
PODON – Policlínica Odontológica
CEABM – Centro de Assistência Bombeiro Militar
CECAF – Centro de Capacitação Física
CPMED – Centro de Perícias Médicas
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
OPME – Órtese, Prótese e Materiais Especiais
PARF – Plano de Aplicação de Recursos Financeiros
PARO – Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
QOBM/S – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Saúde
QOBM/Compl. – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Complementares
OBM – Organização Bombeiro Militar
TAF – Teste de Aptidão Física

LISTA DE QUADROS E TABELAS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	11
Tabela 1 - Mapa da Força: Quadro de Profissionais de Saúde	15
Tabela 2 - Quantidade de Atendimento em Rede Própria	16
Tabela 3 - Demanda Institucional	16
Tabela 4 - Ingressos de novos militares QOBM/S	16
Tabela 5 - Quadro de Credenciados	18
Tabela 6 - Termo de credenciamento sob o novo edital	19
Tabela 7 - PARF 2011 – Custeio	19
Tabela 8 - PARF 2011 – Investimento	20
Tabela 9 - Análise da Realização do PARF 2011	20
Tabela 10 - PARO 2010	21
Tabela 11 - Aumento de Gastos com Credenciamento	21
Tabela 12 - Últimos Credenciados	22
Tabela 13 - Análise dos Gastos com Credenciadas	24
Tabela 14 - Tabela de Glosas	24
Tabela 15 - Economia com OPME	25
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	25
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	26
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	27
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	28
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	29
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	30
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	31
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	32
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	33
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	34
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	36
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	37
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	38
Tabela 16 - Aumento do Público Alvo	39
Tabela 17 - Comportamento da Demanda em Rede Própria	39
Tabela 18 - Procedimentos Realizados na Policlínica	40
Tabela 19 - Atendimento na Rede Credenciada	40
Tabela 20 - Relatório de Gastos Mensais com Credenciamento	41
Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	44
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	45
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCON	46
Tabela 21 - Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DRB	47
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	49
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	50
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	52
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	54
Tabela 22 - Cursos e Estágios Internos 2011	55
Tabela 23 - Cursos Estágios Externos 2011	55

Tabela 24 - Cursos Internacionais 2011	55
Tabela 25 - Cursos e Estágios em Outros Estados 2011	55
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	56
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	56
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	57
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	58
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	58
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	59
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	62

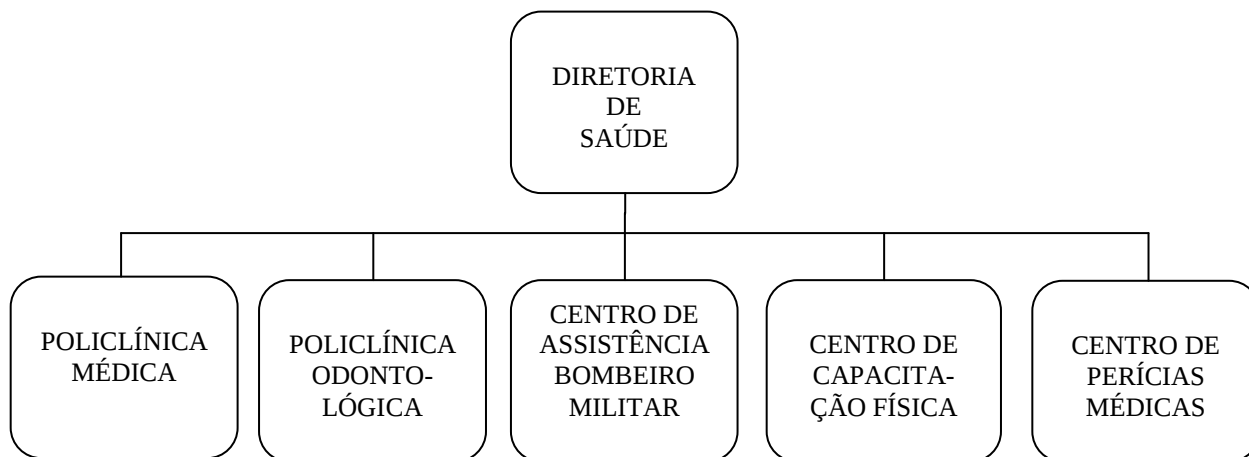
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	217
1. ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Identificação.....	218
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira - Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010*	219
2.1 Responsabilidades institucionais.....	219
2.1.1	Competência Institucional. 219
2.1.2	Objetivos estratégicos. 220
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:.....	222
2.2.1Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	222
2.2.1.1.....	Atendimento em rede própria. 222
2.2.1.2.....	Demanda Institucional 223
2.2.1.3.....	Ingressos de novos militares 223
2.2.1.4.....	Melhora das instalações 224
2.2.1.5 Aquisição de Equipamentos	224
2.2.2	Atendimento na rede credenciada 224
2.2.2.1.....	Edital de credenciamento nº01/2004 224
2.2.2.2.....	Edital de credenciamento nº01/2011 226
2.3 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	226
2.3.1	Plano de Aplicação de Recursos Financeiros 226
2.3.2	Comparativo entre 2010/2011 228
2.3.3	Fatores determinantes para aumento da demanda 229
2.3.3.1 Sistema SAÚDEWEB.....	229
2.3.3.2 Credenciamento de Três grandes hospitais	229
2.3.3.3 Realização de curso de aperfeiçoamento profissional por parte dos militares da área de saúde	230
2.3.3.4 Não Adoção de Política de Contingenciamento	230
2.3.4	Melhorias no gasto público 230
2.3.4.1 Auditoria Médica/Hospitalar	230
2.3.4.2 Serviço de Análise e Controle de OPME’s.....	231
2.4 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	232
2.4.1	Execução Física das ações realizadas pela UJ 233
2.5 Desempenho Orçamentário/Financeiro	233
2.5.1	Programação Orçamentária da Despesa 233

2.5.2	Programação de Despesas Correntes	234
2.5.3	Programação de Despesas de Capital	235
2.5.3.1.....	Quadro Resumo da Programação de Despesas	236
2.5.3.2.....	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	237
2.5.4	Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	238
2.5.4.1.....	Despesas por Modalidade de Contratação	238
2.5.4.2.....	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	239
2.5.4.3.....	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	240
2.5.5.1.....	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	241
2.5.5.2.....	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	
2.5.5.3.....	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	
2.6	Indicadores Institucionais.....	244
2.6.1	Análise dos indicadores institucionais.....	244
2.6.1.1	Atendimento em rede própria.....	244
2.6.1.2	Atendimento em rede credenciada	245
2.6.1.3	Controle da Demanda	246
3. Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos - ITEM 3 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....		248
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos		248
4. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores - ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010		248
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores		248
7 . ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SCONV.....		249
8. ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Cumprimento Das Obrigações Impostas Pela Lei 8.730/93		250
9. ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....		252
10. ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....		254
12. ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI)		256
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)		256
13. ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo.....		258

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	258
13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	
13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	258
15. ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Providências Adotadas Quanto a acórdãos do TCU.....	259
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	259
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	260
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	260
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	261
17 . ITEM 17 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - CONCLUSÃO ..	262
18. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis - ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	263
ANEXO I.....	264
I.1 - Identificação.....	264
I.2 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	265
I.3 Execução Física das ações realizadas pela UJ	266
I.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	267
I.5 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores - ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	278

ORGANOGRAMA*



*Organograma de acordo com o Decreto 7163/2010.

- DIRETORIA DE SAÚDE: Conforme o Dec. 7.163/2010, a Diretoria de Saúde é um órgão de direção que tem como incumbência as atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

- POLICLÍNICA MÉDICA: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, a Policlínica Médica é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

- POLICLÍNICA ODONTOLÓGICA: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, A Policlínica Odontológica é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

- CENTRO DE ASSISTÊNCIA BOMBEIRO MILITAR: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, O Centro de Assistência Bombeiro Militar é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.

- CENTRO DE CAPACITAÇÃO FÍSICA: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, O Centro de Capacitação Física é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.

CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, O Centro de Perícias Médicas é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médico-periciais desenvolvidas no CBMDF.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Assistência Médica e do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem como objetivo apresentar as realizações desta Unidade Jurisdicionada para o exercício de 2011 cumprindo o disposto na Instrução Normativa - TCU ° 63, Decisão Normativa - TCU nº 108, Decisão Normativa - TCU nº 117 e Portaria - TCU nº 123.

A opção por apresentar as duas informações em um único relatório deve-se ao cumprimento das determinações do acórdão TCU 2.631/2010-Plenário, que decidiu pela execução de ambos os recursos para a mesma Unidade Gestora no SIAFI. Assim, o relatório será apresentado trazendo a execução orçamentária e financeira da UG 170495 referentes a essas duas fontes de recursos.

Na verdade, a destinação dos recursos do FS-CBMDF sempre foi de complementar as provisões recebidas do FCDF. Não era feita diferenciação, pois legalmente eles tem a mesma função. Eram separados, por gestão, um do GDF e outro do Tesouro Nacional. Agora, com a execução de ambos no sistema SIAFI são separados apenas pela fonte de recursos. A gestão do orçamento oriundas do fundo constitucional e do fundo de saúde, que na prática sempre foi uma só, passou a ser indivisível. Apresentando o relatório com essas informações consolidadas evita-se a redundância dos dados.

O acórdão trata ainda, em seu item 1.5.2, sobre a execução do superávit apurado em exercícios anteriores a 2011 referentes aos recursos do Fundo de Saúde. Para o TCU esse superávit faz parte do orçamento do Governo do Distrito Federal devendo ser administrado em sistema próprio. A abertura do crédito suplementar feita por meio de lei distrital proporcionou a sua utilização, contudo por opções gerenciais ele não foi utilizado. As informações referentes ao superávit serão apresentadas no anexo I deste relatório.

Os itens 7, 8, 9, 10 e 12 da DN-TCU nº 108/2010 são apresentados em conjunto com a UG 170394 FCDF-CBMDF, uma vez que com a publicação do Decreto 7163/2010 criou a UG 170495 FCDF - Assistência Médica - CBMDF e separou apenas a execução orçamentária e financeira, tanto que não há gestão de outro orçamento que não seja seguridade social por meio desta unidade gestora. A subordinação hierárquica ao CBMDF continua, bem como as políticas institucionais de tecnologia da informação, licitações, administração da unidade, controle interno, entre outras, todas são de responsabilidade da mesma corporação.

O item 5 será apresentado unicamente por aquela unidade gestora 170394, uma vez que é a responsável pela administração tanto dos recursos de pessoal como pela política de recursos humanos de todo o CBMDF. A UG 170495 administra os créditos referentes à assistência médica aos militares, dependentes e pensionistas. A publicação dos mesmos dados em relatórios diferentes pode evidenciar uma situação incompatível com a realidade gerando informações em duplicidade.

O Item 6 da DN-TCU nº 108, não se aplica a UJ por não ter ocorrido transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres no exercício de 2011. Já em relação ao item 11 não há bens imóveis sob a responsabilidade da unidade, portanto não há também que ser analisado neste RG.

Quanto ao item 14 do mesmo normativo sobre a Renúncia Tributária, não se aplica à Unidade Jurisdicionada por não ser responsável pela arrecadação de tributos, portanto não pode conceder tal benefício. Como também não houve recomendação dos órgãos de controle interno para a UJ não será abordado o item 16.

Composto de introdução, 12 capítulos e 01 anexo, o relatório busca evidenciar a gestão da Assistência Médica do CBMDF no exercício de 2011, em que pesaram os atendimentos médicos e hospitalares e a licitação do novo prédio da Policlínica Médica, que após correções no projeto básico e solucionadas algumas pendências jurídicas pode ser realizada no fim do ano.

A melhora nos objetivos propostos pela gestão da UJ pôde ser percebida na execução do orçamento que superou as previsões. Para o exercício de 2012, espera-se uma maior eficiência na realização dos gastos, tendo em vista a quantidade de projetos ser superior e com menos recursos que 2011. A concretização de alguns projetos iniciados no exercício de 2011 terão influência direta

no orçamento de 2012 como a compra de equipamentos de academia para o centro de capacitação, o cronograma da obra da POMED para 2012 e a conclusão da reforma da rede elétrica do complexo da Diretoria de Saúde que possibilitará a compra de novos equipamentos para melhoria dos serviços oferecidos aos usuários do sistema de saúde do CBMDF.

**ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Identificação
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF – CBMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FUNDO DE
SAÚDE DO CBMDF**

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda		Código SIORG:	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação abreviada: Fundo de Constitucional do DF - FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 0903		Código SIAFI: 170392
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-5914	(061) 3312-5812	(061) 3312-5813
E-mail: GEAHA@FAZENDA.DF.GOV.BR			
Página na Internet: www.buriti.df.gov.br			
Endereço Postal: ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF		Ativa	0903
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Denominação abreviada: FCDF - CBMDF – ASS. MED.			
Código SIORG:	Código na LOA:		Código SIAFI: 170495
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Assistência a Saúde			Código CNAE: 6520-1/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3901-7929	(061) 3901-3130	(061) 3901-3625
E-mail: ds@cbm.df.gov.br			
Página na Internet: https://www.cbm.df.gov.br/site/ds/			
Endereço Postal: SAIS QUADRA 04 LOTE 5, CEP.: 70602600 Brasília-DF.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei 10486/1996; Lei 12.086/2009; Decreto 7163/2010; Lei nº 7.479/86.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria CBMDF nº25 de 05/10/2006 – Regulamentação do Fundo de Saúde; Portaria CBMDF nº 18 de 11/03/2011 – Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros de 2011; Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 – Regimento Interno do Departamento de Recursos Humanos.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170392	FCDF		
170394	FCDF - SSP - CBMDF		
170960	DE/SFC/CG		

170961	DEFAZ/DE/SFC/CGU
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170392	00001
170394	00001

FONTE: SIAFI-2011.

1. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira - Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010*

***REFERENTES À ASSISTÊNCIA MÉDICA E AO FUNDO DE SAÚDE EXECUTADOS NO SISTEMA SIAFI – UG 170495.**

2.1 Responsabilidades institucionais

2.1.1 Competência Institucional.

A assistência médica e odontológica aos bombeiros militares, seus dependentes e pensionistas, conforme preceitua o artigo 54, inciso IV, alínea e, da lei 7479/8620 (Estatuto do CBMDF), o caput do art. 32 da lei 10486/2002 e artigo 20 do decreto 7.163, de 29 de abril de 2010, é direito garantido e competência da Diretoria de Saúde do CBMDF, conforme previsto em regimento interno do Departamento Recursos Humanos da corporação, art. 70 da Portaria CBMDF n° 93 de 21/12/2011, a saber:

“Art. 70 A Diretoria de Saúde (DISAU) é o órgão de Direção Setorial, subordinado ao Departamento de Recursos Humanos, que tem por finalidade a coordenação, planejamento, controle, fiscalização e execução das atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.”

No citado art. 32 da Lei 10.486/2002, o legislador disse em quais situações e para quem a assistência médica da corporação é prevista:

“Art. 32. A assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes será prestada por intermédio de organizações do serviço de saúde da respectiva Corporação, com recursos consignados em seu orçamento, conforme dispuser em regulamento próprio a ser baixado pelo Governo do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)

§ 1º O militar e seus dependentes poderão receber atendimento em outras organizações hospitalares, nacionais ou estrangeiras, nas seguintes situações especiais:

I - de urgência ou emergência, quando a organização hospitalar da Corporação não puder atender;

II - quando a organização hospitalar da respectiva Corporação, não dispuser de serviço especializado;

III - Ao inativo e pensionista, será fornecido o transporte, quando houver necessidade de internação hospitalar decorrente de prescrição médica utilizando os parâmetros estabelecidos na legislação federal e conforme regulamentação do Governo do Distrito Federal.

§ 2º A organização de saúde da Corporação, destina-se a atender ao militar, seus dependentes e pensionistas.”

A manutenção dos serviços de saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é feita de duas formas, primeiro, por meio de organizações de saúde da corporação e segundo através da contratação de outras organizações externas de saúde visando abranger um maior número de serviços a serem prestados. Para essa contratação o CBMDF conta com duas fontes de recursos: a principal, são os recursos oriundos do Fundo Constitucional do DF, e a outra são os recursos arrecadados diretamente dos seus militares constituindo o Fundo de Saúde do CBMDF, conforme caput do art.33 e seu parágrafo 3º:

“Art. 33. Os recursos para assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes também poderão provir de outras contribuições e indenizações, nos termos dos incisos II e III do caput do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)...

*...§ 3º As contribuições e indenizações previstas no **caput** deste artigo serão destinadas à constituição de um Fundo de Saúde, que será regulamentado pelo Comandante-Geral de cada Corporação...”*

O FS-CBMDF foi regulamentado conforme disposto no parágrafo acima pelo Comandante-Geral da corporação através da portaria CBMDF nº25 de 05/10/2006, definindo no artigo 1º, seu caráter complementar e de maneira geral, para quais situações ele deve ser destinado:

“Art. 1º O Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal destina-se a complementar os recursos necessários à assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social aos militares, seus respectivos dependentes e aos pensionistas da Corporação.

§ 1º Os recursos do Fundo de Saúde serão empregados para o custeio e o investimento das atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, como a aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, manutenção, obras em geral, otimização técnica e operacional, relacionados com o serviço de saúde da Corporação...”

Até o fim do exercício de 2010, o Fundo de Saúde, foi executado por regras distritais e em sistema próprio: SIGGO – Sistema de Gestão Governamental do GDF. Contudo, Após a publicação do ACÓRDÃO Nº 168/2007 – TCU – Plenário, aquela corte entendeu que esses recursos, tem caráter tributário oriundos do orçamento da União e deveriam ser executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Assim, determinou através do Item 1.5.1 do ACÓRDÃO Nº 2631/2010 – TCU – Plenário, sua execução por este sistema:

“1.5.1. o registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011”;

2.1.2 Objetivos estratégicos.

O plano estratégico da corporação para o período de 2011-2016, publicado através da portaria CBMDF nº30 de 03/11/2010, estabeleceu como missão para o CBMDF, em seu item 2: “Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente”. Em seu item 3, foi estabelecida a visão institucional: “Ser referência para a sociedade pela excelência dos serviços prestados, por meio da qualificação dos seus integrantes, da gestão estratégica da Instituição, do constante reequipamento e da inovação tecnológica.”

Ainda de acordo com o referido plano estratégico, em seu item 5, são listados 10 (dez) valores institucionais:

- 1 – Bravura;
- 2 – Dignidade;
- 3 – Disciplina;
- 4 – Ética;
- 5 – Hierarquia;

- 6 – Patriotismo;
- 7 – Respeito à vida;
- 8 – Respeito ao meio-ambiente;
- 9 – Responsabilidade Social;
- 10 – Tradição.

No item 8.4 do Plano Estratégico, o CBMDF estabeleceu como Objetivo Estratégico para a Assistência Médica e Fundo de Saúde:

Otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição.

Descrição: Otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição aos seus militares da ativa, da reserva, seus dependentes e pensionistas.

A Política do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal publicada por meio da portaria CBMDF nº 55 de 19/07/2011, cabe a Assistência Médica da Corporação, conforme item 3.1.21 “Atender às demandas de saúde e sócio-assistenciais, preventivas e promocionais do bombeiro militar, em consonância com a legislação vigente”.

Ainda de acordo com a portaria 55, o CBMDF tem como missão o cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais. Assim, a Constituição Federal no caput e nos parágrafos 5º e 6º do artigo 144, incumbe ao CBMDF a execução de atividades de defesa civil e de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, além de destacá-lo como órgão integrante do Sistema de Segurança Pública.

Já o art. 2º da Lei n. 8.255/91, Lei da Organização Básica do CBMDF, estabelece que compete ao CBMDF:

- “...I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;*
- II - realizar serviços de busca e salvamento;*
- III - realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;*
- IV - prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres,*
vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- V - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que*
permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- VI - realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico,*
com vistas à proteção das pessoas e
dos bens públicos e privados;
- VII - executar atividades de prevenção aos incêndios florestais,*
com vistas à proteção ambiental;
- VIII - executar as atividades de defesa civil;*
- IX - executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da*
República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de
defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal;
- X - executar serviços de atendimento pré-hospitalar. (Incluído pela Lei nº 12.086, de 2009)...”*

Dessa forma, passa ser imprescindível a prestação de um serviço de saúde de qualidade e bastante eficiente para os militares, seus dependentes e pensionistas, auxiliando a corporação no cumprimento de sua missão, em que são desempenhadas atividades do mais alto risco e quase sempre insalubre.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

2.2.1.1 Atendimento em rede própria.

A Diretoria de Saúde do CBMDF, responsável pela gestão orçamentária e financeira dos recursos da Assistência Médica e do Fundo de Saúde, para cumprir com o objetivo estratégico, conta com, além desses recursos, 05 (cinco) órgãos subordinados e de atuação na área de saúde:

- Policlínica Médica - POMED: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, a Policlínica Médica é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

- Policlínica Odontológica - PODON: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, A Policlínica Odontológica é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

- Centro de Assistência ao Bombeiro Militar - CEABM: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, O Centro de Assistência Bombeiro Militar é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.

- Centro de Capacitação Física - CECAP: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, O Centro de Capacitação Física é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.

- Centro de Perícias Médicas - CPMED: Conforme Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, O Centro de Perícias Médicas é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médico-periciais desenvolvidas no CBMDF.

Esses órgãos são responsáveis pelos serviços de saúde ofertados pela corporação. E conta com os seguintes profissionais:

Tabela 1 – Mapa da Força: Quadro de Profissionais de Saúde

Servidores	Atividade-Meio****		Atividade-Fim		Total
	Cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Oficiais-Médicos	2	40			42
Oficiais-Dentistas	2	19			21
Oficiais-Nutrição*		1			1
Oficiais-Psicologia*	1	1			2
Oficiais-Farmácia*		3			3
Oficiais-Fisioterapia*		3			3
Praças- área de saúde**	6	140			146
Militares capacitados em Educação Física	2	38			40

Servidor Civil***		1			1
Total Geral	13	246			259

FONTE: DISAU.

*Quadro de Oficiais Complementares;

**Militares oriundos do extinto quadro de saúde, QBMP-6, praças com formação nas áreas: Técnico em enfermagem, Técnico em radiologia, Técnico em laboratório, Técnico de gesso, Técnico em Higiene dentária e Enfermeiros com formação superior. Todos auxiliam nas execuções dos serviços diários da área de saúde;

***Médico.

****O sistema de saúde da corporação é necessariamente uma área-meio.

Esses órgãos realizam atendimentos em suas áreas de atuação e foram responsáveis pela seguinte realização:

Tabela 2 - Quantidade de Atendimento em Rede Própria

Exercício	Atendimentos
2010	190.951
2011	228.123

FONTE: POMED/DISAU

2.2.1.2 Demanda Institucional

A oferta pelo CBMDF de serviços para manutenção da saúde dos militares, dependentes e pensionistas é limitada pela nossa quantidade de recursos humanos, apresentados acima, e pelos nossos equipamentos e instalações físicas. O público alvo do sistema é de:

Tabela 3 - Demanda Institucional

USUÁRIO	QUANTIDADE		DIFERENÇA
	2010	2011	
Militar	5.497	5.665	168
Militar Inativo	1.923	2.089	166
Pensionista	1.371	1.449	78
Dependente	13.622	15.395	1.773
TOTAL	22.413	24.598	2.185

FONTE: DIGEP/DRHU/CBMDF.

O aumento da demanda foi de 9,7% em relação à 2010, entre transferência para a reserva remunerada, reformas, exclusões, ingressos de novos militares e reconhecimento de dependência.

2.2.1.3 Ingressos de novos militares

Para ampliar a capacidade de atendimento e conforme o plano estratégico, otimizar o atendimento assistencial e social prestado pela Instituição aos usuários listados acima, foi realizado concurso para ingresso de novos militares da área de saúde conforme EDITAL Nº 1, DE 17 DE MAIO DE 2011 para “PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DOS QUADROS DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES DE SAÚDE (QOBM/S) E COMPLEMENTAR (QOBM/Compl.) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL” e concluído através do EDITAL Nº15, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 que convocou mais 12 profissionais de saúde para ingresso na corporação.

Tabela 4 - Ingressos de novos militares QOBM/S

ESPECIALIDADE	VAGAS
Cirurgião-Dentista buco-maxilo-facial	1
Cirurgião-Dentista de prótese Dentaria	1
Cirurgião-Dentista de saúde bucal coletiva	2
Médico Cardiologista	2
Médico Endocrinologista*	3
Médico gastroenterologista	1
Médico Geriatria	1
Médico Oftalmologista	3
Médico Pneumologista	1
Médico Psiquiatra	1
TOTAL	16

FONTE: DIGEP/DRHU/CBMDF.

*Edital nº 17 de 03/01/2012

Além do ingresso dos militares acima mencionados, existe a previsão de aumento de efetivo, de acordo com o Anexo II-a da lei 12.086/2009, de 42 para 213 no quadro de oficiais médicos e de 21 para 50 no quadro de oficiais dentistas.

2.2.1.4 Melhora das instalações

Junto ao ingresso de novos profissionais de saúde, ocorreu também no exercício de 2011 a concorrência nº020/2011-ASCAL/PRES, publicada no DODF nº248 de 28/12/2011 referente ao processo 053.000.830/2010 cujo o objeto é a construção do novo prédio da policlínica médica.

A construção do novo prédio tem como meta principal atingir o objetivo estratégico traçado pela corporação para a Assistência Médica, uma vez que não só amplia nossa capacidade, mas também melhora as condições de atendimento. Serão ofertados alguns serviços que atualmente são realizados por nossas credenciadas, assim, espera-se obter uma diminuição nos gastos após a conclusão das obras.

Foi licitada também, a reforma da rede elétrica do complexo da diretoria de saúde, através do processo 053.001.564/2011. A rede atual não suporta alguns aparelhos, principalmente os de imagem que demandam uma carga muito grande de energia, influenciando diretamente a decisão de compra ou não de equipamentos para realização de exames que são feitos nas empresas contratadas.

2.2.1.5 Aquisição de Equipamentos

A aquisição de equipamentos teve seu desempenho influenciado diretamente pela capacidade das instalações e de recursos humanos. Foram adquiridos scanners, computadores e softwares para digitalização, em um primeiro momento, dos documentos gerados pela utilização da rede credenciada e posteriormente dos prontuários médicos e odontológicos.

Além disso, houve algumas compras pontuais, tanto para melhora como para aumento da capacidade de atendimento nas atividades de reabilitação física e enfermagem.

2.2.2 Atendimento na rede credenciada

2.2.2.1 Edital de credenciamento nº01/2004

A complexidade dos serviços de saúde, assim como a grande demanda, impõe ao CBMDF a necessidade de contratar empresas especializadas para fornecimento da grande maioria dos serviços e procedimentos de saúde utilizados pelos militares, dependentes e pensionistas. A opção pela modalidade de contratação foi o credenciamento, que conforme o item 8.2 decisão nº 656/95 – TCU:

“...os órgãos/entidades dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo poderão, a seu critério, adotar sistema próprio para a prestação de serviços de assistência complementar à saúde dos servidores, inclusive o de credenciamento de profissionais e instituições médico-hospitalares, com fulcro no art. 25 da Lei nº 8.666/93, observados os princípios básicos da administração pública;”

Os contratos firmados com empresas de saúde são mantidos através dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal e os do Fundo de Saúde do CBMDF, obedecendo as regras do edital de credenciamento nº01/2004. Com base nesse edital foram realizados, conforme tabela abaixo, os seguintes termos de credenciamentos:

Tabela 5 - Quadro de Credenciados

Nº	Credenciada	CNPJ	Processo	Nº Contrato	Mod. Licitação
1	Diagnósticos da América S.A.	61.486.650/0001-	053.000.363/200	01/2009	Inex.

		83	9		
2	STARTEC Científica Ltda.	03.605.417/0001-76	053.000.388/2006	06/2007	Pregão
3	Image Doppler Ultra Sonografia Ltda	07.187.929/0001-10	053.000.602/2005	01/2005	Inex.
4	Clínica Oswaldo Nascimento S/C	37.160.645/0001-00	053.000.603/2005	02/2005	Inex.
5	Urodiagnóstico, Centro de Diag. Urologia Ltda	02.850.305/0001-18	053.000.605/2005	01/2006	Inex.
6	Instituto de Oncologia Kaplan BSB	06.200.472/0001-74	053.000.606/2005	05/2005	Inex.
7	Dejani Nara Dias Sicca	585.987.319-00	053.000.607/2005	06/2005	Inex.
8	Espaço Auditivo Clínica de Fonoaudiologia Ltda	36.754.745/0001-93	053.000.608/2005	07/2005	Inex.
9	Clidae – Clínica de Diag. Card.s e Ecografias S/C	26.495.275/0001-37	053.000.611/2005	08/2005	Inex.
10	Onco-Vida Instituto de Oncologia Clínica S/C	01.682.668/0001-29	053.000.753/2005	09/2005	Inex.
11	Instituto de Card. e Pediatria de Brasília SC	02.629.291/0001-07	053.000.843/2005	10/2005	Inex.
12	Clínica Geral e Ortopédica Sudoeste Ltda	05.637.408/0001-92	053.000.846/2005	12/2005	Inex.
13	Centro Radiológico do Gama S/A	03.111.336/0001-10	053.000.847/2005	13/2005	Inex.
14	Radiograph Clínica de Imagem S/C Ltda	00.243.530/0001-60	053.000.848/2005	15/2005	Inex.
15	Centro de Atendimento Psicológico de Brasília	03.419.044/0001-49	053.001.001/2005	17/2005	Inex.
16	Psicoclínica – Psicoterapia e Orient. Psicos	37.120.144/0001-91	053.001.079/2005	16/2005	Inex.
17	Clínica Recanto Orient. Psicossocial (Psiquiatria)	01.431.250/0001-49	053.001.258/2007	03/2007	Inex.
18	Hospital Brasília	04.021.368/0002-78	053.001.292/2007	01/2007	Inex.
19	Hospital São Francisco – Yuge	72.576.143/0001-57	053.001.349/2007	02/2007	Inex.
20	Clínica Recanto de Orient. Psicos.(Dep. Química)	01.431.250/0001-49	053.001.431/2004	09/2005	Inex.
21	SIMÕES BOECHAT	01.464.465/0001-66	053.001.435/2007	40/2007	PREGAO
22	PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda.	00.740.696/0001-92	053.001.551/2007	29/2008	Inex.
23	BIOTÉCNICA Comércio Ass. Equip. Hosp. Ltda	37.107.117/0001-89	053.001.551/2007	32/2008	Inex.
24	COMLAB Paltes e Serviços Ltda.	04.186.630/0001-53	053.001.551/2007	28/2008	Inex.
25	GENÉTICA Comércio e Importação Ltda.0	00.596.529/0001-10	053.001.551/2007	27/2008	Inex.
26	JOHNSON & JOHNSON Prod. Prof. Ltda.	54.516.661/0001-01	053.001.551/2007	26/2008	Inex.
27	MICROMEDICAL Material Méd. Hospitalar Ltda	00.653.494/0001-03	053.001.551/2007	31/2008	Inex.
28	Hospital São Lucas Ltda	03.627.314/0001-07	053.001.593/2006	03/2006	Inex.
29	INCOR – Instituto do Coração de Taguatinga	72.602.071/0001-75	053.001.640/2009	03/2009	Inex.
30	Home – Hospital Orto. e Medicina Especializada	37.108.388/0001-59	053.001.764/2009	02/2009	Inex.
31	Hospital Santa Helena S/A e Outros	00.049.791/0001-	053.001.211/201	01/2010	Inex.

		44	0		
32	Hospital Maria Auxiliadora S/A	38.000.485/0001-96	053.001.209/2010	02/2010	Inex.
33	Hospital Prontonorte LTDA	00.511.816/0001-80	053.001.210/2010	03/2010	Inex.

FONTE: DISAU.

A manutenção dos serviços prestados pelo próprio órgão é feita também com esses recursos, tais como aquisição de materiais hospitalares, odontológicos, laboratoriais, e outros relativos à saúde; manutenção de equipamentos de raios-X, ecografia, câmara hiperbárica, laboratoriais e de fisioterapia; e cursos para atualização profissional dos militares a fim de manter a qualidade dos procedimentos oferecidos. Dessa forma, os recursos recebidos para a Assistência Médica, são utilizados tanto para a contratação de serviços médicos e hospitalares, principalmente de urgência e emergência, como para apoio aos prestados pelo CBMDF.

2.2.2.2 Edital de credenciamento nº01/2011

Objeto do processo nº 053.000.337/2011, o novo edital de credenciamento do CBMDF publicado no DODF nº 159 de 16 de agosto de 2011, adotou novas tabelas de valores para pagamento, a fim de manter de alguns serviços já estavam há muito tempo com valores defasados pela inflação e que geravam muitas reclamações pelas entidades de classe da área de saúde. São elas:

a) A tabela **Associação Médica Brasileira de 1992 (AMB/92)**, como regra; e

b) Nos casos em que o procedimento não constar na AMB/92, o serviço será pago pela tabela **Lista de Procedimentos Médicos 1999** ou pela **Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) atualizada**, com deságio de 20% (vinte por cento).

Tabela 6 - Termo de credenciamento sob o novo edital

Nº	Credenciada	CNPJ	Processo	Nº Contrato	Mod. Licitação
1	Instituto de Radioterapia de Taguatinga	06292778/0001-06	053.001.671/2011	01/2011	Inex.

FONTE: DISAU.

2.3 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

2.3.1 Plano de Aplicação de Recursos Financeiros

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros – PARF, regulamentado pela a portaria CBMDF nº 54 de 18/07/2011, tem como objetivo, conforme exposto em seu artigo 1º: “...subsidiar o Comando-Geral no processo decisório de alocação de recursos orçamentários e proposta orçamentária”. Nele são estabelecidos, em nível de órgão, os valores destinados a cada projeto ou atividade institucional.

Sua metodologia consiste, basicamente, em buscar informações junto às unidades operacionais e administrativas da corporação sobre seus projetos, atividades e demais necessidades. Cada demanda é apresentada ao órgão responsável pela elaboração do plano, em que é analisada sua viabilidade, se está de acordo com o planejamento estratégico, prioridade e compatibilidade com os planos e programas de governo. Após analisadas são condensadas em um plano único que é publicado em boletim interno de acesso a toda corporação dando transparência ao processo. Através dele é elaborada a proposta orçamentária a ser incluída no projeto de lei orçamentária do Distrito Federal. Contudo, essa metodologia só foi possível ser adotado no exercício de 2012, pois 2011, ano em que realmente o PARF foi implantado, seguiu como nos anos anteriores sendo mais uma peça de direcionamento de recursos que de planejamento propriamente dito.

No exercício de 2011 o PARF foi publicado por meio da portaria CBMDF nº18 de 11/03/2011 e estabelecia para a Assistência Médica, conforme anexo I da portaria, o seguinte:

Tabela 7 - PARF 2011 – Custeio

PROJETO	SETOR RESPONSÁVEL	CÓDIGO	ATIVIDADE	VALOR	REALIZADO
Treinamento e Capacitação	DISAU	CS.1	Treinamento e capacitação dos militares da DISAU	200.000,00	62.416,00
Eventos Institucionais		CS.2	Congresso de Saúde dos CBM's e PM's	250.000,00	0,00
Aquisição de material médico hospitalar		CS.3	Material para funcionamento das Policlínicas e Laboratório	2.700.000,00	2.324.465,42
Ressarcimentos		CS.4	Ressarcimentos de despesas médicas	100.000,00	0,00
Exercícios anteriores		CS.5	Despesas de exercício anterior	250.000,00	66.731,43
Suprimento de fundos		CS.6	Concessão de Suprimentos de Fundos	25.000,00	21.385,36
Credenciamento		CS.7	Credenciamentos de Hospitais e Clínicas	28.661.461,86	38.800.001,79
Reserva de contingência		CS.8	Reserva	750.000,00	0,00
SUBTOTAL DA MANUTENÇÃO (CUSTEIO)				32.936.461,86	41.275.000,00

Tabela 8 - PARF 2011 – Investimento

PROJETO	SETOR RESPONSÁVEL	CÓDIGO	ATIVIDADE	VALOR	REALIZADO
Engenharia Civil	COMAP	IS.1	Construção da Policlínica	14.000.000,00	7.647.817,72
		IS.2	Reforma do prédio da Diretoria de Saúde*	1.000.000,00	0,00
Equipamentos	DISAU	IS.3	Aquisição de equipamentos	5.300.000,00	652.182,28
SUBTOTAL DO INVESTIMENTO				20.300.000,00	8.300.000,00

FONTE: DISAU.

*O valor previsto nesta atividade, foi todo transferido para a atividade IS.1 conforme publicação no Boletim Geral nº059 de 28/03/2011.

A obrigação de planejar os projetos antes de demandá-los somente foi possível com a implantação do plano de aplicação de recursos efetivamente, uma vez que as áreas envolvidas passaram a participar da elaboração do orçamento. Mesmo no do exercício de 2011 a destinação dos créditos orçamentários só ocorreu após manifestação dos setores de execução. A realização do plano, embora tenha ficado aquém do esperado devido a fatores externos, tais como capacidade licitatória, aumento de preço em alguns serviços médicos e hospitalares, aumento da demanda pelos serviços de saúde ofertados pelo CBMDF, fez com que alguns ajustes necessários fossem realizados no PARF. Como ele não é uma peça rígida, mas de planejamento, teve que ser revisto durante o exercício.

Tabela 9 - Análise da Realização do PARF 2011

ATIVIDADE	VALOR	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO	JUSTIFICATIVA
Treinamento e capacitação dos militares da DISAU	200.000,00	62.416,00	31,21%	Não houve solicitação em tempo hábil para a maioria dos cursos. O saldo remanescente foi direcionado para o credenciamento.
Congresso de Saúde	250.000,00	0,00	0,00%	O Congresso de Saúde foi realizado mediante a verba de patrocínio da iniciativa

dos CBM's e PM's				privada. Saldo remanejado para o credenciamento.
Material para funcionamento das Policlínicas e Laboratório	2.700.000,00	2.324.465,42	86,09%	A centralização das compras pelo GDF impõe ao CBMDF, as regras e a capacidade de licitar da Central de Compras.
Ressarcimentos de despesas médicas	100.000,00	0,00	0,00%	Não houve demanda. Saldo remanejado para o credenciamento.
Despesas de exercício anterior	250.000,00	66.731,43	26,69%	Previsão feita com base nas estimativas dos executores de contrato. Saldo também remanejado para o credenciamento.
Concessão de Suprimentos de Fundos	25.000,00	21.385,36	85,54%	Toda demanda do exercício foi atendida.
Credenciamentos de Hospitais e Clínicas	28.661.461,86	38.800.001,79	135,37%	Item 2.2 deste RG. Todo o saldo das outras demandas não utilizado foi remanejado para esta ação.
Reserva	750.000,00	0,00	0,00%	Não houve demanda.
Construção da Policlínica	15.000.000,00*	7.647.817,72	50,99%	Itens 2.2.3.4 e 2.4.
Aquisição de equipamentos	5.300.000,00	652.182,28	12,31%	Itens 2.2.3.4 e 2.4.
TOTAL	53.236.461,86	49.575.000,00	93,12%	R\$ 4 milhões foram retomados pela gestão do FCDF, conforme itens 2.2.3.4 e 2.4.

FONTE: DISAU.

*Valor alterado conforme publicação no Boletim Geral nº059 de 28/03/2011.

O PARF é um aperfeiçoamento do PARO - Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários, que vigorou no exercício de 2010. Publicado no boletim geral nº146 de 06 de agosto de 2010, foi elaborado sem levar em conta os projetos e atividades em relação sua natureza, dessa forma, conforme transcrição do plano abaixo, ele contemplava de forma mais genérica as intenções de gasto para a área da assistência médica:

Tabela 10 - PARO 2010

AÇÕES	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
CREDENCIADAS	21.754.054,25	22.412.054,25	103,02%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	158.231,40	0,00	0,00%
DESP. EXERC. ANTERIORES	53.000,00	55.105,74	103,97%
HIPERBÁRICA	100.000,00	0,00	0,00%
OUTRAS DESP. CORRENTES (AQUISIÇÕES)	2.558.714,35	2.148.653,10	83,97%
TOTAL	24.624.000,00	24.615.813,09	99,97%

FONTE: DISAU.

2.3.2 Comparativo entre 2010/2011

Embora no exercício de 2010 os gastos com serviço de saúde tenha tido uma realização em maior consonância com o planejado, basta uma análise simples para perceber que em 2011 a realização do plano foi muito mais complexa, uma vez que continha muito mais projetos e atividades. Em 2010, por exemplo, não havia a separação em entre compras e aquisições para funcionamento das policlínicas e cursos. Foram todos classificados como 'outras despesas correntes'.

Em relação ao exercício de 2011, observa-se um aumento substancial nos gastos com credenciamento.

Tabela 11 - Aumento de Gastos com Credenciamento

Exercício	Valor Gasto	Percentual da diferença em relação ao gasto no exercício
2010	22.412.054,25	100%
2011	38.800.001,79	173,12%
Diferença	16.387.947,54	73,12%

FONTE: DISAU.

Conforme demonstrado acima, houve um aumento em mais de 73% do total gasto no exercício de 2010. Em ambos os exercícios não houve nenhum tipo de política de contingenciamento, embora limitada pela provisão orçamentária recebida a demanda pelos serviços de saúde comportou-se de forma crescente e sem interferências. Percebe-se um claro aumento na utilização da rede credenciada pelo seu público alvo.

Outros pontos importantes que cabe ressaltar foi o fato de que em 2010 nenhum material foi comprado para manutenção das atividades da policlínica odontológica. Em 2011 só em material odontológico, foram gastos mais de R\$ 160 mil, além de outros tais como, materiais médicos, farmacológicos e de limpeza.

2.3.3 Fatores determinantes para aumento da demanda

2.3.3.1 Sistema SAÚDEWEB

Foi posto em nível de produção o primeiro módulo do sistema SAÚDEWEB, que tem como função auxiliar a gestão dos recursos recebidos pela assistência médica do CBMDF. Inicialmente, foi disponibilizado acesso às empresas credenciadas possibilitando a verificação no banco de dados da corporação se as pessoas estavam ou não autorizados a utilizar os serviços ofertados por meio da rede credenciada. A atualização constante permite com que uma pessoa, após sua inserção como dependente de militar, possa utilizar o serviço médico apenas apresentando sua identidade no hospital ou clínica. Ocorriam muitos casos de atendimento negado a dependente legal por falta de documento que comprovasse essa dependência, obrigando muitas vezes a presença do próprio titular. A diminuição dessas ocorrências eleva a confiança no serviço que está sendo ofertado além de inibir fraudes de utilização por pessoas que não tem direito a uso do sistema.

Os próximos módulos em desenvolvimento propõem uma melhora em outro ponto crucial que é a emissão das autorizações por meio eletrônico. Atualmente, todo processo de solicitação de procedimento até a emissão da autorização é feito dentro da Diretoria de Saúde com prazo mínimo de 10 (dez) dias. A proposta é que passe a ser todo por meio de assinatura eletrônica dando celeridade ao processo e tornando desnecessárias as constantes vindas dos militares até a DISAU.

2.3.3.2 Credenciamento de Três grandes hospitais

No fim do exercício de 2010 foram credenciados 03 (três) grandes hospitais para aproximação com os usuários da parte norte do Distrito Federal e da cidade satélite do Gama. Até então, não havia hospitais próximos a essas pessoas que tinham que percorrer muitos quilômetros em busca de atendimento. Esses trajetos, quase sempre, eram feitos com os usuários já doentes. Os hospitais são:

Tabela 12 - Últimos Credenciados

Nome	CNPJ	Processo	Contrato	Local	Valor 2011
Hospital Santa Helena S/A e Outros	00.049.791/0001-44	053.001.211/2010	01/2010	Asa Norte	9.200.000,00
Hospital Maria Auxiliadora S/A	38.000.485/0001-96	053.001.209/2010	02/2010	Gama	3.250.000,00
Hospital Prontonorte LTDA	00.511.816/0001-80	053.001.210/2010	03/2010	Asa Norte	300.000,00
TOTAL					12.750.000,00

FONTE: DISAU.

Considerando que em 2010 o termo de credenciamento foi celebrado com esses hospitais em outubro e que de fato começaram a prestar serviços somente em novembro e dezembro, e que a qualidade deles só seria conhecida com o tempo, qualquer comparativo entre exercícios não representariam com fidedignidade nenhum parâmetro estatístico.

Porém, quando comparado com o percentual de aumento na utilização das empresas credenciadas percebe-se que os valores demandados por estes hospitais representam aproximadamente 77,80% do aumento na utilização de toda rede credenciada. Ainda em relação a esse aumento podemos considerar também que os outros aproximadamente 22,20% do aumento na utilização referem-se às outras credenciadas. Dessa forma, a contratação desses hospitais atingiu parte da demanda reprimida nessas localidades, uma vez que foi constatado um aumento na utilização para as outras empresas compatível com o aumento da demanda institucional.

2.3.3.3 Realização de curso de aperfeiçoamento profissional por parte dos militares da área de saúde

Durante o exercício de 2011, mais precisamente durante todo o segundo semestre, 10 médicos e 5 dentistas foram convocados para participarem do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Saúde e Complementar. Conforme consta na alínea ‘c’, do inciso I, do artigo 86:

“Art. 86. São condições básicas, imprescindíveis, que habilitam o militar de Carreira à promoção ao posto ou graduação superior:

I - ter concluído, com aproveitamento, os seguintes cursos, conforme o caso:

...

c) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO/BM, para acesso ao posto de Major dos diversos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares;”

O curso, como o próprio nome informa é de aperfeiçoamento profissional e pré-requisito para ascensão profissional por meio de promoção. Logo quando atingem os requisitos para participar do curso o militar tem o direito constituído. Ele é realizado em regime de dedicação exclusiva, ficando os participantes à disposição do curso e fora das escalas normais de serviço. Com isso, algumas especialidades que contam com apenas um médico ou dentista para suprir a demanda da corporação ficou sem nenhum profissional sendo a demanda direcionada para a rede credenciada.

2.3.3.4 Não Adoção de Política de Contingenciamento

A elevação dos gastos com saúde foi percebida logo no início do exercício. Inicialmente a previsão era de R\$ 2.39 milhões mensais. Contudo, o acompanhamento feito pelos executores de contrato permitiu a revisão dos valores em tempo hábil. Mesmo tendo sido cogitado uma política de contingenciamento ela não foi adotado.

O fato que determinou a não aprovação desse tipo de política foi à indefinição quanto a contratação de empresa de construção civil para iniciar as obras do novo prédio da policlínica médica. Devido a problemas técnicos nos cálculos executados por empresa contratada pelo CBMDF no projeto básico, todo o processo teve que ser revisto. Com o atraso no início das obras, atrasou também a aquisição de equipamentos.

Por causa dessas externalidades, foi acordado junto à gestão do FCDF a mudança de rubrica do orçamento de investimento para custeio, tendo em vista que a possibilidade de a licitação não ser realizada no exercício era muito grande. Foi liberada suplementação orçamentária conforme decreto s/n do dia 21/10/2011, o valor de R\$ 8 milhões por meio da Nota de Crédito da UG 170392 nº 2011NC000068. Foram recolhidos também R\$ 4 milhões do orçamento de investimento pela Subsecretaria do Tesouro do DF para aplicação em outras obras do governo local.

Tabela 13 - Análise dos Gastos com Credenciadas

Exercício	Valor previsto	Média Mensal Prevista	Valor Gasto	Média Mensal do Gasto	Diferença entre o previsto e o gasto mensal
2010	21.754.054,25	1.812.837,85	22.412.054,25	1.867.671,19	54.833,34
2011	28.661.461,86	2.388.455,16	38.800.001,79	3.233.333,48	844.878,32

FONTE: DISAU.

Com a suplementação orçamentária, não foi preciso adotar nenhum tipo de política de contingenciamento. Isso eleva a confiança dos usuários nos serviços de saúde prestados pela corporação, fazendo com que as pessoas que até então não utilizavam passem a utilizar.

2.3.4 Melhorias no gasto público

2.3.4.1 Auditoria Médica/Hospitalar

A busca pela melhoria na qualidade do gasto parte em princípio por uma gestão eficaz na fiscalização dos recursos utilizados para atingir seus objetivos institucionais. Assim, a Assistência Médica do CBMDF conta com um serviço próprio de auditoria médica e hospitalar que atua tanto

na verificação de todos os procedimentos realizados em relação à tabela de preços contratados, bem como na autorização de procedimentos de auto-custo e complexidade.

Os militares que atuam nesta área são profissionais técnicos em enfermagem chefiados por um oficial superior do quadro médico. Realizando ‘glosas’ em valores cobrados em discordância da tabela ou em procedimentos em desacordo com o edital de credenciamento, evitaram que o CBMDF desperdiçasse mais de R\$ 1,5 milhão, conforme tabela de glosas abaixo:

Tabela 14 - Tabela de Glosas

CREDENCIADA	2010	2011	TOTAL
CAPB	R\$ 156,00	R\$ 195,00	R\$ 351,00
Clínica Recanto D.Q.	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Clínica Recanto	R\$ 2.811,36	R\$ 213,36	R\$ 3.024,72
Psicoclínica	R\$ 195,00	R\$ 114,00	R\$ 309,00
CRG	R\$ 2.406,39	R\$ 621,48	R\$ 3.027,87
CLIDAE	R\$ 1.129,32	R\$ 1.172,38	R\$ 2.301,70
DASA	R\$ 14.880,36	R\$ 22.576,16	R\$ 37.456,52
IMAGEM Doppler	R\$ 8.296,61	R\$ 295,92	R\$ 8.592,53
Radiograph	R\$ 2.448,60	R\$ 298,29	R\$ 2.746,89
Urodiagnóstico	R\$ 340,92	R\$ 76,08	R\$ 417,00
Dejani Nara	R\$ -	R\$ 4.464,00	R\$ 4.464,00
Sudoeste	R\$ 348,61	R\$ 59,32	R\$ 407,93
Oswaldo Nasc.	R\$ 61,26	R\$ 94,75	R\$ 156,01
CRAF	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Clinicor	R\$ 2.688,00	R\$ 1.524,00	R\$ 4.212,00
Kaplan	R\$ 47,32	R\$ 367,55	R\$ 414,87
Onco Vida	R\$ 13.405,19	R\$ 2.875,59	R\$ 16.280,78
IRT	R\$ -	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Incor	R\$ 2.073,89	R\$ -	R\$ 2.073,89
São Lucas	R\$ 35.302,92	R\$ 1.224,55	R\$ 36.527,47
H. Brasília - LAF	R\$ 494.622,94	R\$ 159.219,97	R\$ 653.842,91
H. São Francisco	R\$ 306.011,81	R\$ 199.986,71	R\$ 505.998,52
H.Prontonorte	R\$ -	R\$ 2.459,05	R\$ 2.459,05
H.Mª Auxiliadora	R\$ -	R\$ 13.607,50	R\$ 13.607,50
H. Santa Helena	R\$ -	R\$ 51.632,25	R\$ 51.632,25
Home	R\$ 19.956,52	R\$ 15.087,34	R\$ 35.043,86
TOTAL	R\$ 907.183,02	R\$ 478.265,25	R\$ 1.385.448,27

Fonte: SECOP/DISAU/DRHU/CBMDF

2.3.4.2 Serviço de Análise e Controle de OPME's

As Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) utilizadas em cirurgias de alta complexidade elevam os custos na área de saúde de forma vertiginosa. Como não existe nenhum contrato de fornecimento deste tipo de material, ele é fornecido diretamente pelo hospital. Na maioria dos planos de saúde o valor pago será o da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço médico/hospitalar.

Na situação descrita não ocorre o questionamento dos valores das OPME's utilizadas somente à verificação pela perícia médica. Essa falta de controle por parte do contratante permite aos fornecedores estabelecerem seus próprios valores, além dos custos de intermediação por parte do hospital.

Com o intuito de limitar os abusos por parte dos fornecedores desses materiais, o CBMDF criou através da Diretoria de Saúde em maio de 2011 os serviços de Análise e Controle de OPME's, que consiste basicamente no cadastramento de todos os fornecedores bem como os orçamentos fornecidos, cotação dos materiais, discussão dos preços ofertados e aprovação da utilização.

O Serviço de Análise e Controle de OPME's atende o disposto na alínea C do item recomendações do Relatório Preliminar de Ação de Controle nº 249919/SFCI/CGU/PR, que recomendou maior controle nos gastos com esses materiais solicitando ao hospital prestador do

serviço no mínimo 3 orçamentos de diferentes empresas. Dessa forma, com a publicação do Edital de Credenciamento nº1/2011, a empresa credenciada somente pode realizar cirurgias eletivas, aquelas que não são consideradas de emergência, com a autorização da auditoria médica do CBMDF. Nos casos das cirurgias de emergência em que o tempo é essencial para o resultado positivo, a discussão sobre preço apresentado ocorre já com o material utilizado dificultando o serviço da auditoria. Porém, mesmo assim, com a manutenção do banco de dados de OPME's conseguiu-se descontos expressivos junto aos fornecedores.

Tabela 15 - Economia com OPME em 2011

Cirurgia	Quantidade	Valor Total Inicial	Valor Total Final	Economia Total
Eletiva	309	5.658.207,57	4.402.316,97	1.255.890,60
Emergência	13	1.064.699,36	974.945,75	89.753,61
TOTAL	322	6.722.906,93	5.377.262,72	1.345.644,21

Fonte: SEAUD/DISAU

Considerando que o valor gasto com hospitais e clínicas credenciadas foi de R\$ 38.800.001,79 e que o gasto total com OPME foi de R\$ 5.377.262,72, aproximadamente 13,86% de todo o orçamento destinado a atender as despesas provenientes do Edital de Credenciamento nº1/2004 correspondeu à compra de Órteses, Próteses e Materiais Especiais. Como a economia foi de R\$ 1.345.644,21, evitou-se o desperdício de aproximadamente 3,47% do orçamento para atender despesas com empresas credenciadas.

2.4 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Quadro A.2.1 Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0903					
Denominação	Operações Especiais: Transferências Constitucionais					
Tipo do Programa	Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL					
Objetivos Específicos	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL					
Gerente						
Público Alvo	Militares do Corpo de Bombeiros Militar do DF, Dependentes e Pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
49.575.200,00	49.575.200,00	49.575.000,00	29.049.716,43	20.525.283,57	29.049.716,43	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI-2011

A execução de 99,99% da provisão orçamentária recebida pela assistência médica deveu-se principalmente, como já demonstrado anteriormente, a não adoção de políticas de contingenciamento autorizando todos os procedimentos demandados pelos usuários do sistema de saúde da corporação. Outro ponto importante foi à concretização da licitação para construção do novo prédio da nova policlínica médica do CBMDF.

Os recursos da Assistência Médica do Corpo de Bombeiros são oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que de acordo com o Manual Técnico do Orçamento - MTO (p.36 e 37) da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, corresponde à função Encargos Sociais representando uma agregação neutra. Dessa forma estão associados aos programas do tipo operações especiais.

Ainda de acordo com o próprio MTO (p.39) e o Manual de Despesa Nacional (p.31 e 32) da SOF e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, ações do tipo operações especiais são: “Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”.

2.4.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
28	845	0903	00FI	OP	1	-	-	-	-

FONTE: SIAFI 2011.

Os recursos da Assistência Médica do Corpo de Bombeiros são oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que de acordo com o Manual Técnico do Orçamento - MTO (p.36 e 37) da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, corresponde à função Encargos Sociais representando uma agregação neutra. Dessa forma estão associados aos programas do tipo operações especiais.

Ainda de acordo com o próprio MTO (p.39) e o Manual de Despesa Nacional (p.31 e 32) da SOF e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, ações do tipo operações especiais são: “Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”.

2.5 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.5.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73901	25915

FONTE: SIAFI 2011.

2.5.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		0	0	0	0	33.275.200,00	24.624.000,00
	PLOA		0	0	0	0	33.275.200,00	24.624.000,00
	LOA		0	0	0	0	33.275.200,00	24.624.000,00
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0	8.000.000,00	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	41.275.200,00	24.624.000,00

Fonte:SIAFI-2010 e SIAFI-2011

2.5.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	20.300.000,00	0	0	0	0	0
	PLOA	20.300.000,00	0	0	0	0	0
	LOA	20.300.000,00	0	0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		12.000.000,00	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		8.300.000,00	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI-2011

2.5.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	33.275.200,00	24.624.000,00	20.300.000,00	0	0	0
	PLOA	33.275.200,00	24.624.000,00	20.300.000,00	0	0	0
	LOA	33.275.200,00	24.624.000,00	20.300.000,00	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		8.000.000,00	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	12.000.000,00	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		41.275.200,00	24.624.000,00	8.300.000,00	0	0	0

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI-2011

2.5.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI2011

Não movimentação interna ou externa de créditos orçamentários.

2.5.4 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.5.4.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	10.798.877,51	2.060.006,23	2.313.390,44	1.923.840,42
Convite	5.505,88	5.663,19	5.505,88	3.146,20
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	7.633.315,22	0	0	0
Pregão	3.160.056,41	2.054.343,04	2.307.884,56	1.920.694,22
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	38.673.545,91	22.523.586,86	26.678.578,55	19.363.834,11
Dispensa	21.649,78	1.172,61	17.089,60	1.038,60
Inexigibilidade	38.651.896,13	22.522.414,25	26.661.488,95	19.362.795,51
Regime de Execução Especial	21.385,36	2.100,00	21.385,36	2.100,00
Suprimento de Fundos	21.385,36	2.100,00	21.385,36	2.100,00
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	81.191,22	30.120,00	36.362,08	30.120,00
Exercícios Anteriores	57.538,80	0	12.709,66	0
Reconhecimento de despesas	23652,42	30.120,00	23.652,42	30.120,00

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI2011

1.5.4.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes								
3.3.90.39	38.677.899,79	22.544.701,00	26.510.645,64	19.388.330,99	12.167.254,15	3.156.370,01	26.510.645,64	19.388.330,99
3.3.90.30	2.340.368,78	1.870.886,35	2.011.257,40	1.735.349,80	329.111,38	135.536,55	2.011.257,40	1.735.349,80
3.3.90.36	190.000,00	115.000,00	147.240,00	110.988,00	42.760,00	4.012,00	147.240,00	110.988,00
3.3.90.92	66.731,43	85.225,74	21.902,29	85.225,74	44.829,14	0	21.902,29	85.225,74

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI2011

2.5.4.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
4.4.90.51	7.647.817,72	0	14.502,50	0	7.633.315,22	0	14.502,50	0
4.4.90.52	627.182,28	0	333.671,10	0	293.511,18	0	333.671,10	0
4.4.90.39	25.000,00	0	25.000,00	0	0	0	25.000,00	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais								

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI2011

Os créditos originários da UG 170495 Assistência Médica aos militares, dependentes e pensionistas do CBMDF, levando-se em consideração os que foram cancelados, em sua maioria, cerca de 72,42% foram executados com contratos de prestação de serviços médicos e hospitalares, através de contratação direta, inexigibilidade, por meio do Edital de Credenciamento nº 01/2004 do CBMDF.

Como explicado anteriormente, a corporação não adotou nenhum tipo de política de contingenciamento, dessa forma, os contratos com as empresas credenciadas atenderam toda demanda apresentada.

No item 1.2 deste relatório foi apresentado o objetivo estratégico do CBMDF para a assistência médica: **Otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição.** Uma das estratégias adotadas foi à construção do novo prédio da Policlínica Médica oferecendo melhores condições sanitárias e de acomodações, ampliando nossa capacidade de atendimento e oferta de serviços de saúde. A previsão de liberação do edital de concorrência para recebimento de propostas era para o primeiro semestre de 2011. Contudo, falhas no projeto inicial e algumas demandas judiciais só permitiram a liberação do edital no último mês do exercício. A conclusão da concorrência nº020/2011-ASCAL/PRES, publicada no DODF nº248 de 28/12/2011 referente ao processo 053.000.830/2010, deu início a realização desse projeto.

A frustração da realização do projeto da obra da POMED para o primeiro semestre de 2011 e a possibilidade de não ser realizado no exercício, fizeram com que fossem iniciadas tratativas junto à gestão do FCDF para mudança de rubrica, do grupo de despesa 4 – capital, para o 3 – custeio. A solicitação foi feita com base na previsão de gastos mensais com os serviços prestados pelas credenciadas, que no mês de setembro já era superior a R\$ 3,2 milhões. Assim, alterado o cronograma físico-financeiro da realização da obra, foi devolvido ao GDF R\$ 12 milhões em créditos orçamentários na categoria econômica capital e recebidos R\$ 8 milhões na categoria econômica corrente.

A publicação do Edital de Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde nº 01/2011 do CBMDF, da mesma forma que o da obra da Policlínica Médica, tinha sua previsão de liberação no primeiro semestre, contudo algumas recomendações da Procuradoria do Distrito Federal tiveram que ser atendidas antes de sua entrada em vigor. A atualização dos valores por meio da tabelas AMB/92 e **(CBHPM) atualizada**, com deságio de 20% (vinte por cento), adotadas pelo novo edital, consequentemente elevaria nossos gastos com assistência médica. Contudo, sua publicação só ocorreu no final do exercício e ainda hoje está em fase de habilitação das empresas. Dessa forma, não teve o impacto previsto no orçamento desta UJ. Após a alteração orçamentária e ao atraso na publicação do edital não foi preciso adotar políticas de contingenciamento.

2.5.5.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	0	0	0	0
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outras				

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI2011

2.5.5.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI2011

2.5.5.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI2010 e SIAFI2011

Não houve movimentações de créditos orçamentários oriundos de recebimentos ou concessões.

2.6 Indicadores Institucionais

A necessidade de mensurar os serviços de saúde surge da escassez dos recursos públicos destinados à Assistência Médica do CBMDF. A crescente demanda é uma preocupação constante para os gestores do CBMDF. Decorrente de obrigação legal, conforme item 1.1 deste RG, a manutenção desses serviços limita-se aos recursos disponíveis. Dessa forma, deve-se chegar um equilíbrio entre a demanda, os atendimentos em rede própria e os atendimentos em rede credenciada.

Esse equilíbrio passa a ter importância maior em situações de contingenciamento ou de situações econômicas adversas, em que a escassez dos recursos irá influenciar num maior ou menor incentivo à rede de atendimento disponível. Assim, são considerados pela UJ dois indicadores institucionais: o número de atendimentos em rede própria e o número de atendimentos em rede credenciada.

Como já ressaltado no item 2.1.1.2, houve o crescimento do público alvo de maneira quantitativa de aproximadamente 9,75% em relação ao exercício anterior:

Tabela 16 - Aumento do Público Alvo

Exercícios	2010	2011	DIFERENÇA	Percentual de aumento
Quantidade Total	22.413	24.598	2.185	9,75%

Fonte: DIGEP/CBMDF

Esse aumento impacta diretamente na demanda pelos serviços de saúde ofertados pela corporação. Junto a esse aumento, situações tais como melhoria na qualidade dos atendimentos visando cumprir o proposto no plano estratégico, aproximação da rede credenciada com o público alvo credenciando empresas cada vez mais próximas a demanda reprimida e ampliação da capacidade de atendimento por meio das novas credenciadas, comprometeram a manutenção do equilíbrio entre a demanda e o atendimento.

2.6.1 Análise dos indicadores institucionais

2.6.1.1 Atendimento em rede própria

A análise do atendimento em rede própria é utilizada para entender o comportamento da demanda institucional. Como os serviços executados por rede credenciada, exceto os de urgência e emergência, passam necessariamente por atendimento interno é uma boa maneira de saber a quantidade de pessoas encaminhadas bem como a saúde da corporação. Serve também para controle de gastos uma vez que filtram os tratamentos que podem ser realizados nas empresas contratadas e excepcionalmente, como nos recentes casos de recusa dos médicos pediatras da rede privada em atender por planos de saúde, pode ampliar extraordinariamente sua capacidade de atendimento.

Mesmo com o afastamento de oficiais médicos para realização de cursos de aperfeiçoamento profissional, como citado no item 2.2.3.3, o atendimento em rede própria cresceu aproximadamente 12,48%. Esse número equivale ao apresentado no item 2.1.1.2 quanto ao aumento do número de usuários do sistema de saúde que cresceu cerca de 9,75% em relação ao ano anterior.

Tabela 17 - Comportamento da Demanda em Rede Própria

Exercício	Atendimentos	Percentual de Aumento
2010	190.951	100%
2011	214.778	112,48%
Diferença	23.827	12,48%

FONTE: DISAU.

Em termos quantitativos este aumento sugere um crescimento também no número de atendimentos em rede credenciada, uma vez que surgirão novos encaminhamentos e ocorre também a melhora no controle de saúde dos usuários com a descoberta de novas patologias. Contudo, seu real impacto só pode ser confirmado por meio de análise qualitativa dos atendimentos prestados em rede própria em conjunto com o número de autorizações expedidas pelos responsáveis pela fiscalização do contrato. Embora outros métodos sejam usados para medir o comportamento da demanda institucional, a sua confirmação é feita dessa maneira. Quando cresce o número de atendimentos na rede própria, crescerá também na credenciada. O acompanhamento mensal é feito pelas OBM's de saúde e publicado em boletim interno para dar ciência aos órgãos interessados.

Tabela 18 - Procedimentos Realizados na Policlínica

Discriminação dos procedimentos	Quantidade	
	2010	2011
Número de Consultas Ambulatoriais	40.336	43.351
Procedimentos da Enfermaria*	0	6.027

Cirurgias*	0	356
Procedimento na Ortopedia/Gesso*	0	465
Eletrocardiograma*	0	175
Ecografia*	0	1.668
Endoscopia*	0	64
Fluxometria*	0	33
Colonoscopia*	0	229
Exames de Laboratório	120.729	132.290
Atendimentos Fisioterápicos	4.217	5.708
Exames Radiológicos*	519	0
Atendimentos na Câmara Hiperbárica*	478	0
Atendimentos Odontológicos	24.078	22.998
Psicologia e Psiquiatria	0	1.347
Total de Procedimentos	190.951	214.778

FONTE: DISAU.

*Procedimentos não realizados no exercício quando o valor for igual a zero, por falta de profissional ou de material, equipamento deficiente, ou ainda falta de série histórica.

2.6.1.2 Atendimento em rede credenciada

A análise do comportamento da demanda institucional pode ser feito também por meio da utilização da rede credenciada. Com base no item anterior, pode-se prevê o comportamento junto ao aumento ou diminuição da utilização mensal. Assim, quanto maior for o aumento do indicador anterior maior será a demanda pela rede credenciada, bem como se ele for menor, menor também será a procura à rede privada.

Dessa forma também, quanto maior for número de atendimento em rede credenciada, maior será o gasto com serviços de saúde. Exceções que não podem ser previstas oriundas de situações de urgência e emergência com custos excessivos faz com que o planejamento seja revisto, pois tem impacto direto na oferta posterior dos serviços.

Tabela 19 - Atendimento na Rede Credenciada

Usuário	2010	2011	Diferença	Percentual
	Atendimentos	Atendimentos		
Titulares	32.101	42.651	10.550	32,87%
Dependentes	47.551	65.519	17.968	37,79%
TOTAL	79.652	108.170	28.518	35,80%

FONTE: DISAU.

Como a demanda pelos serviços internos aumentou 12,48%, para os serviços da rede credenciada aumentou 35,80%. Para cada ponto percentual de aumento na rede interna, na credenciada aumentou 2,86 pontos percentuais. Assim, quando é observado um aumento na utilização dos serviços internos, tem que se fazer uma análise mais minuciosa em relação aos serviços externos devido à escassez de recursos.

Cabe ressaltar que o aumento na procura pelos serviços externos deve-se não só ao aumento de usuários do sistema de saúde, mas também à diminuição da demanda reprimida com o aumento da confiabilidade e a diminuição dos problemas de atendimento, como apresentado no item 2.2.3. Contudo esse indicador deve ser limitado pela disponibilidade orçamentária. Quando ele supera a expectativa de aumento deve ser revisado.

Para se chegar ao equilíbrio entre demanda interna, externa e orçamento, estabeleceu-se um indicador de gasto a fim de manter as contas sobre controle. Ele é calculado com base no saldo proposto dividido dividindo o valor mensal autorizado para utilização por um milhão:

- Valor proposto = **R\$ 28.661.461,86;**
- Valor autorizado mensal = $R\$ 28.661.461,86 / 12 = \textbf{R\$ 2.388.455,16;}$
- Indicador de Gasto = $R\$ 2.388.455,16 / 1.000.000 = \textbf{2,39}$

Assim, através do acompanhamento mensal do fiscal do contrato, calcula-se o valor mensal total e divide por um milhão para achar o número compatível ou não com o indicador limitador. Caso o valor encontrado seja maior que o

indicador, a previsão inicial tem que ser revista e se for menor deve-se apurar a causa para saber se necessita de incentivo a utilização, ou se o trabalho preventivo tem proporcionado melhora na saúde da corporação:

Tabela 20 – Relatório de Gastos Mensais com Credenciamento

Credenciada	JAN	FEV*	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
C. O. Nascimento		2.025,00	5.211,00	4.500,00	5.052,00	8.637,00	4.284,00	7.735,00	4.546,00
CAPB		***	16.789,50	19.461,00	20.514,00	20.540,00	19.383,00	23.562,50	19.110,00
Clidae					29.107,61	16.003,20	13.435,52	15.943,45	14.607,63
Clínica Recanto		***	31.906,33	13.904,04	16.041,15	18.281,61	18.207,52	18.858,60	4.454,46
Clinicor				59.440,00	54.736,00	23.866,00	20.114,00	23.193,60	24.308,00
CRG		16.693,77	13.345,93	18.520,86	23.979,30	27.934,17	22.625,16	22.685,28	21.543,68
CRAF					9.252,00	5.728,00	9.110,00		7.019,00
Dejani		11.304,00	13.896,00		18.360,00	16.416,00	2.412,00	14.220,00	19.332,00
Hospital Brasília		702.460,60	408.684,74	364.815,23	504.546,91	420.000,00	538.292,33	851.000,00	578.321,35
Hospital Home		464.808,35	176.632,36	134.608,13	65.301,19	559.947,64	627.155,45	466.562,97	385.049,70
Hosp. Maria Auxiliadora		276.429,13	189.110,72	289.133,72	223.761,73	268.020,52	316.989,37	275.758,60	459.451,80
Hospital Prontoorte		705.791,55	26.034,83	46.254,45	5.393,88	7.124,49	2.832,07	5.999,53	10.940,84
Hospital Santa Helena		1.705.725,00	1.184.848,57	648.292,69	1.174.443,60	736.306,25	736.306,25	348.711,04	967.144,74
Hospital São Francisco		872.787,73	1.055.231,09	548.702,65	431.698,88	1.040.301,67	415.657,89	1.257.664,09	741.320,66
Hospital São Lucas		99.373,72	522,34	4.578,00	33.887,00	174.770,23	35.485,77	69.527,86	0,00
Image Doppler				15.159,14	10.053,52	11.625,82	8.765,03	9.385,40	7.998,85
Incor									
Kaplan		19.408,66	21.210,06	72,00	6.281,00	9.477,86	33.281,00	23.547,00	16.500,00
Oncovida		253.094,00	147.635,03	331.742,31	271.300,00	182.739,67	173.500,00	122.604,00	114.000,00
Psicoclínica		***	22.425,00	19.942,00	23.296,00	23.261,50	14.006,00	30.606,00	30.225,00
Radiograph		3.770,00	10.059,51	14.522,40	10.205,66		8.375,16	10.821,44	9.886,01
Sudoeste			652,16	428,79	883,53	1.127,68	694,00	1.004,76	1.004,76
Urodiagnóstico		6.310,11	8.055,63	3.529,41		5.277,69	1.154,59	5.916,37	3.692,19
Total Mensal		5.133.671,51	3.323.543,01	2.537.606,82	2.938.094,96	3.577.387,00	3.022.066,11	3.605.307,49	3.440.456,67
Indicador de Gasto	0	2,57	3,32	2,54	2,94	3,58	3,02	3,61	3,44

FONTE: Seção de Execução de Contratos - DISAU

* Os valores neste mês referem-se a janeiro e fevereiro devendo ser dividido por 2.000.000

*** Montante referenciado no mês de março

A entrada dos valores é feita com base no encaminhamento dos serviços já faturados e entregues para a realização de auditoria médica. A opção de escolha por apresentar os dados até o mês de setembro de 2011 justifica-se pela fidedignidade dos dados, uma vez que até a elaboração deste relatório estavam chegando faturas dos meses de outubro a dezembro para serem auditadas.

O Indicador de Gasto realizado de janeiro a setembro foi de **3.13 (> 2.39)**. Como nos primeiros meses o indicador de gasto já se apresentava maior que 2.39 o gestor teve que decidir pelo contingenciamento ou suplementação (através de mudança de rubrica) para não ter que suspender os serviços na rede credenciada. Conforme demonstrado nos itens 2.2.3.4, 2.4 e 15.1 deste Relatório de Gestão, foi adotada a segunda opção que passou a ser, após a suplementação e remanejamento dos recursos do PARF:

- Novo valor proposto = **R\$ 38.800.001,79**
- Novo valor autorizado mensal = R\$ 38.800.001,79 / 12 = **R\$ 3.233.333,48;**
- Novo Indicador de Gasto = R\$ 3.233.333,48 / 1.000.000 = **3.23**
- Indicador de Gasto realizado de janeiro a setembro = **3.13 (< 3.23)**

Assim, o aumento da demanda na rede interna, infere um aumento também na rede externa que deve ser acompanhado pelo indicador de gasto para tomada de decisão e representação do comportamento da demanda institucional.

2.6.1.3 Controle da Demanda

A suspensão dos serviços na rede credenciada pode gerar consequências diversas com responsabilidades civis e penais para os gestores. Por isso o acompanhamento da demanda passa a ser obrigação institucional a fim de evitar transtornos com usuários, tendo em vista tratar-se de saúde, que além do efeito psicológico que causa nas pessoas (pacientes e familiares) em tratamento, todos os esforços por parte dos gestores devem ser feitos para não criar complicações posteriores.

Através do acompanhamento desses indicadores é possível tomar algumas decisões para controlar o comportamento da demanda, impedindo o avanço além do indicador de gasto. A atuação sobre o comportamento inibe

ou estimula o crescimento. Para inibir são utilizados programas para melhora da saúde dos usuários, principalmente na área preventiva, dentre os quais podemos citar:

- a) Teste de Aptidão Física – TAF: além de ser pré-requisito para progressão funcional, ingresso em cursos e participação em serviço voluntário gratificado, o TAF estimula a prática de exercícios físicos melhorando com isso as condições físicas da corporação. De responsabilidade do Centro de Capacitação Física – CECAP e com periodicidade anual, durante a aplicação dos testes realizam-se exames biométricos para controle de sobrepeso e massa corporal, além de glicemia e percentual de gordura. Assim, são apuradas estatísticas para definir problemas básicos de saúde e atuar em campanhas preventivas inibindo os custos posteriores decorrentes da má qualidade física dos militares. Durante o exercício de 2011 foram avaliados 4.873 bombeiros militares.
- b) Programa de Reabilitação Física: os militares reprovados no TAF ou não recomendados à realização dos testes por apresentarem índices que geram riscos à saúde são encaminhados ao programa. Seu objetivo consiste na melhora da capacidade física decorrente da diminuição do percentual de gordura e adequação dos hábitos nutricionais. No ano de 2011 foram acompanhados 67 militares.
- c) Programa de Controle do Tabagismo: de responsabilidade do Centro de Assistência ao Bombeiro Militar – CEABM, o programa visa acompanhar tanto militares, quanto dependentes e pensionistas que sejam dependentes do tabaco. Fornece apoio clínico e psicológico para quem deseja se livrar da dependência. Para o sistema de saúde, o desestímulo ao consumo do tabaco proporciona uma redução nos custos decorrentes da sua utilização. Foram acompanhados durante o ano 107 pessoas.
- d) Programa de Atenção à Dependência Química: Também de responsabilidade do CEABM, o programa visa acompanhar tanto militares, quanto dependentes e pensionistas que sejam dependentes de qualquer droga ou álcool. Fornece apoio clínico e psicológico para quem deseja se livrar da dependência. Assim como o programa anterior, a diminuição da dependência entre os usuários do sistema de saúde proporciona uma redução nos custos decorrentes de problemas surgidos com tratamentos na rede credenciada. O programa atendeu 97 pessoas no exercício de 2011.
- e) Programa Sorria Bombeirinho: De responsabilidade da Policlínica Odontológica o programa visa atender dependentes de militares para controle da saúde bucal e incentivo aos cuidados iniciais. Foram atendidas 140 crianças de janeiro a dezembro de 2011.
- f) Programa de Planejamento Familiar: também de responsabilidade do CEABM, esse programa visa atender famílias que desejam orientação quanto ao controle de natalidade. Auxilia nas decisões e realiza o encaminhamento dos pacientes para orientação médica. Somente após a participação nesse programa é que os profissionais de saúde podem realizar qualquer tipo de esterilização para controle familiar. Assim, com toda orientação evita arrependimentos posteriores que geram custos desnecessários ao sistema. As cirurgias de esterilização masculina, devido à realização desse Programa de Planejamento Familiar pela corporação, podem ser realizadas nas dependências da POMED, não necessitando ser encaminhado à rede credenciada. Foram atendidas 109 pessoas no exercício de 2011.
- g) Perícias e Inspeções de saúde: Outra forma de controle de saúde da corporação são as inspeções de saúde e as perícias médicas. As inspeções e perícias, são obrigatórias para promoções e realização de cursos de aperfeiçoamento e atualização profissional, além de transferência para reserva remunerada, reforma e melhora de reformas. Através de exames clínicos e laboratoriais é feito o acompanhamento da saúde do militar. Quando não é considerado ‘*apto*’ nessa inspeção ou perícia, o militar ou dependente (conforme o caso) é encaminhado à especialidade de origem para realizações de exames complementares. Algumas patologias, que tem um percentual de cura maior quando descobertas na fase inicial, são percebidas através desses procedimentos aumentando a probabilidade de sucesso dos pacientes

e diminuindo os custos com o tratamento. No exercício de 2011, entre inspeções e perícias foram realizados 8.652 procedimentos.

Os exemplos apresentados são programas permanentes, contudo outros mais pontuais podem ser criados para controle do comportamento da demanda institucional. Com o cumprimento constante do objetivo estratégico otimizando os atendimentos na área assistencial, o nível de detalhamento dos indicadores deverão ser aumentados, uma vez que o limitador orçamentário não permitirá um aumento excessivo da procura pela rede credenciada, o que deve acontecer com a diminuição da demanda reprimida. O indicador deverá demonstrar qual ou quais as especialidades que mais consomem nossos recursos a fim de que sejam implementados programas de melhora de saúde mais específicos.

3. Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos - ITEM 3 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas: Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.					
Fonte: SIAFI-2010 e SIAFI2011					

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.4. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores - ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0	0	0	0
2009	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	3.295.918,56	0	1.801.227,32	1.494.691,24
2009	0	0	0	0
Observações:				

FONTE: SIAFI 2011.

Os restos a pagar da UJ referem-se unicamente aos não processados. A inscrição ocorre quase sempre pela imprevisibilidade das demandas da área de saúde. As estimativas de gastos são feitas com base no confronto e análise dos demonstrativos mensais de utilização dos hospitais e clínicas, por meio dos métodos de controle próprio dos executores de contrato e os do SIAFI e SIAFI Gerencial. Contudo, por se tratar de uma área complexa, demandas emergenciais podem ocorrer sem que tenha tempo hábil para a ação dos gestores.

Os serviços de auditoria médica quando utilizam o método de ‘glosa’ não podem fugir do devido processo legal, abrindo-se prazo para recurso contra ato de autoridade. Como a quantidade de auditores é aquém da necessária para dar fluidez aos processos de liquidação e pagamento, os prazos para envio da documentação fiscal ficam comprometidos. Assim, muitas contas hospitalares que são encerradas no último dia do exercício por causa do regime de competência para a despesa, só serão auditadas algum tempo depois, principalmente aquelas provenientes de internações, que embora sejam desmembradas na mudança de exercício nem sempre são encerradas pela permanência do paciente no hospital.

Os recursos de ‘glosa’, muitas vezes, prolongam-se por muito tempo, com isso, há a necessidade de manifestação expressa tanto da empresa quanto do executor do contrato em relação a serviços prestados e pendentes de pagamento.

7 . ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SCONV

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>(gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas)</u>, CPF nº _____, <u>(cargo ocupado pelo responsável)</u>, exercido na <u>(nome da unidade responsável)</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, ____ de ____ de 2012. <u>(Nome do Gestor)</u> <u>(CPF)</u> <u>(Cargo/Unidade Jurisdicionada)</u>
--

Conforme memorando nº18/2012 da Diretoria de Contratações e Aquisições assinado no dia 31 de janeiro de 2012 por seu respectivo chefe, o CBMDF não tem pessoal capacitado para registro dos contratos no SIASG. Entretanto, de acordo com aquela diretoria, já foi solicitado vagas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para treinamento de militares e que os contratos só terão seus dados inseridos no sistema após a capacitação. Fato este que impede a emissão da declaração de atualização de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.

Quanto ao SICONV, não há Convênios, Contratos de Repasse ou Termos de Parceria celebrados entre a corporação e outras entidades.

8. ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Cumprimento Das Obrigações Impostas Pela Lei 8.730/93

Tabela 21 - Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DRB

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DRB		Situação	Período em que permaneceu no cargo	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DRB		
				Posse ou Início do Exercício de Função ou Cargo	Final do Exercício da Função ou Cargo	Final do Exercício Financeiro
Diretor de Saúde e Ordenador de Despesas do Serviço de Saúde	Cel. QOBM/CDent. Hélio Sadao Sakamoto	Titular	07/01/10 a 28/03/11			
	Ten.Cel. QOBM/Méd. José Flávio Rós	Titular	29/3 a 18/7/11			
	Cel. QOBM/Dent. Hernani de Carvalho	Titular	19/07/11 a ...		Atual	Sim
Subdiretor de Saúde e Ordenador de despesas substituto do Serviço de Saúde	Ten-Cel. QOBM/Comb. Márcio Massaro	Titular	08/10/10 a 06/04/11			
	Ten-Cel. QOBM/Comb. Pedro Batista Lima	Titular	07/04 a 1/8/11			
	Ten-Cel. QOBM/Comb. Alexandre Costa Oliveira	Titular	02/08/11 a ...			Sim
Gestor Financeiro do Serviço de Saúde	Ten. Cel. QOBM/Comb. Marcos Aurélio Alves de Melo	Titular	12/07/10 a 06/04/11			
	Ten-Cel. QOBM/Comb. Max Werner Maia Bandeira	Titular	07/04/11 a 03/07/11			
	Maj. QOBM/Comb. Joston Alves de Sousa	Titular	04/07/11 a ...		Atual	
Gestor Financeiro Substituto do Serviço de Saúde	Ten. Cel. QOBM/Comb. Everton da Silva Tusi	Titular	17/09/10 a 19/01/11			
	Ten. Cel. QOBM/Comb. Robson Araújo de Oliveira	Titular	24/03 a 06/04/11			
	Maj. QOBM/Comb. Joston Alves de Sousa	Titular	07/04 a 03/07/11			
	2º Ten. QOBM/Compl. Wellington Alves de Oliveira	Titular	04/07/11 a ...			
Administrador da	Ten. Cel. QOBM/Méd. José Flávio Rós	Titular	01/07/10 a 22/03/11	Sim		

Policlínica Médica	Ten. Cel. QOBM/Méd. Faruk Antonio Hamidah Ramos	Titular	23/03 a 17/08/11			
	Ten. Cel. QOBM/Méd. Abdias Aires de Queiroz Júnior	Titular	18/08/2011 a ...		Atual	
Administrador da Policlínica Odontológica	Ten-Cel. QOBM/C. Dent. Hernani de Carvalho	Titular	23/03 a 03/07/11			Sim
	Ten-Cel. QOBM/C. Dent. José Francisco Gonçalves Júnior	Titular	04/07/11 a ...			

FONTE: DIGEP/DRHU/CBMDF

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15	15	15
	Entregaram a DBR	0	0	2
	Não cumpriram a obrigação	15	15	13

Fonte: DIGEP/DRHU/CBMDF

A Unidade Jurisdicionada apresenta um alto índice de descumprimento da obrigação, em relação à posse e a exoneração da função não foi entregue nenhuma DRB. O alto índice de movimentação interna dos titulares e substitutos das funções, devido à necessidade de serviço, pode ser um dos motivos para o descumprimento da obrigação. A falta de conhecimento da obrigação também pode ser uma das causas do descumprimento.

A corporação por meio da Nota de Boletim – NB nº 1247/2011-DIGEP/Cmt.-Geral publicada no Boletim Geral nº 239 de 22 de dezembro de 2011, trouxe determinação do Comandante-Geral para que todos os militares que estejam obrigados pela lei nº 8.429, lei nº 8.730, lei distrital nº 1.836/98, decisão ordinária nº 2469/2006-TCDF e pela instrução normativa nº 67-TCU a apresentarem declaração ano-base 2011 à entregarem no prazo de 15 dias (a contar de sua publicação) ou autorização de acesso de acordo com o a decisão TCU.

A NB 1247 visando regularizar as situações referentes à posse, abriu prazo de 30 dias para que os atuais ocupantes entreguem as declarações ou as autorizações de acesso. O descumprimento da determinação ocasionará a exoneração da função ou cargo de confiança a contar de sua nomeação.

9. ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:			X		
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Informo a Vossa Senhoria que o Departamento de Administração Logística e Financeira vem realizando a elaboração de projetos, processo licitatório e contratos administrativos segundo estabelece as normas legais vigentes para o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e para o Governo do Distrito Federal, buscando cumprir as metas dos indicadores de desempenho estabelecidas para o CBMDF.

Cláudio da Silva Santos – Tenente-Coronel QOBM/Comb.
Respondendo pelo DEALF
Matc. 1399884

12. ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			x		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	57				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

PARTE DO RELATÓRIO APRESENTADO (EXERCÍCIO DE 2011) – DITIC

Tabela 22 – CURSOS E ESTÁGIOS INTERNOS 2011

CURSO/ESTÁGIO	TOTAL DE MILITARES
Curso de Altos Estudos de Praça	2
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Administrativos/Especialistas	1
Curso de Aperfeiçoamento de Praças	5
Curso de Habilitação a Oficial Administrativo/Especialista	2
Curso de Formação de Socorristas em atendimento pré-hospitalar básico	1
Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	3
Curso de Sistema de Comando de Incidentes	
Total de Cursos e Estágios	7
Total de alunos nos Cursos e Estágios	21

Tabela 23 – CURSOS E ESTÁGIOS EXTERNOS 2011

Curso MBA em Administração Estratégica de Sistemas de Informação	1
--	---

Tabela 24 – CURSOS E INTERNACIONAIS 2011

Não houve

Tabela 25 – CURSOS E ESTÁGIOS EM OUTROS ESTADOS 2011

Não houve

Brasília, 10 de fevereiro de 2012

Marcio **Massaro** – Ten Cel QOBM/Comb
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
Mat.: 1399882

13. ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	170495	Limite de Utilização da UG	R\$ 25.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alaor Vasconcelos da Costa	31717306187	R\$ 4.000,00	0,00	3.958,13	3.958,13
Francisco Roberto de Araújo	32500840182	R\$ 8.000,00	0,00	7.198,05	7.198,05
Neivaldo Lopes da Silva	39859851115	R\$ 4.000,00	0,00	3.286,24	3.286,24
Vailson Martins de Lima	49187295172	R\$ 4.000,00	0,00	3.051,00	3.051,00
Sérgio Fernandes dos Anjos	50446371149	R\$ 4.000,00	0,00	3.891,94	3.891,94
Total utilizado pela UG			0,00	21.385,36	21.385,36

Fonte: SIAFI – 2011 e SISBB

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	0	45	21.385,36	21.385,36
2010	0	0	3	2.100,00	2.100,00
2009	0	0	0	0,00	0,00

Fonte: SIAFI-2011, SIAFI2010 e SISBB.

Ressaltamos que a UJ foi criada no exercício de 2010, portanto não houve movimentações financeiras em exercícios anteriores.

15. ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - Providências Adotadas Quanto a acórdãos do TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-014.470/2009-2	2631/2010-Plenário	1.5.1	DE	Ofício nº 847/2010/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal					
Descrição da Deliberação:					
O registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi iniciou-se a partir de 1º de janeiro de 2011;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal					
Síntese da providência adotada:					
Iniciou-se a execução orçamentária e financeira do Fundo de Saúde do CBMDF no sistema SIAFI em 1º de janeiro de 2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Execução plena dos recursos do Fundo de Saúde do CBMDF no Sistema SIAFI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A implementação da execução orçamentária e financeira do Fundo de Saúde do CBMDF no sistema SIAFI foi feita de acordo com o item 1.5.1 do Acórdão 2631/2010-Plenário, iniciou-se no dia 1º de janeiro de 2011. Todo o crédito, no valor de R\$ 6.928.167,00, foi recebido por meio da fonte de recursos 0106000000, diferenciando-se dos recursos do FCDF, fonte 0100000000, manteve-se o mesmo programa de trabalho. A alteração dos recursos da LOA do GDF para a do governo federal foi feita em tempo hábil deixando o crédito disponível para utilização a partir da sua publicação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-014.470/2009-2	2631/2010-Plenário	1.5.2	DE	Ofício nº 847/2010/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal					
Descrição da Deliberação:					
Os superávits dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Distrito Federal, apurados em exercícios anteriores ou que vierem a ser apurados no exercício de 2010, sejam executados no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF.					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal	
Síntese da providência adotada:	
O superávit do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar apurado em exercícios anteriores e no exercício de 2010 foi executado no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF.	
Síntese dos resultados obtidos	
Execução plena do superávit do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar apurado em exercícios anteriores e no exercício de 2010 foi executado no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O superávit do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar apurado em exercícios anteriores e no exercício de 2010 foi executado no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF. O valor autorizado foi de R\$ 12.677.288,00 na categoria econômica corrente, por meio da Lei distrital 4.590 de 14/07/2011, publicada no DODF nº136 de 15/07/201. Contudo não houve a utilização dos recursos, tendo em vista a suplementação oriunda do FCDF de R\$ 8 milhões, para suprir gastos com serviços de saúde.	

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório Preliminar de Ação de Controle – Fiscalização. N° Relatório: 249919	3.2.1.1	Ofício nº 6.154/DEFAZ II/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	
Descrição da Recomendação:	
1 – Buscar do credenciado, CNPJ nº 03.627.314/0001-07, o ressarcimento dos valores pagos a maior no montante de R\$ 2.060,83, já que se refere a itens em desacordo com o Termo de Credenciamento; 2 – Revisar seu processo de controle interno, de modo a evitar a ocorrência futura das falhas encontradas; 3 – Avaliar a sugestão de alterar seus Termos de Credenciamento, de forma a se evitar a compra de itens que não constem nas tabelas de preços e serviços médicos previstos na sistemática atual, prevendo a necessidade de 3 orçamentos e autorização prévia do CBMDF, atendendo, contudo, a questões de urgência e relevância.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	
Síntese da providência adotada:	
1 – Foi autuado o processo 053.000.470/2011, para apuração dos valores encontrados e cobrança junto à credenciada; 2 – O processo foi alterado, passando o serviço de auditoria em serviços médicos e hospitalares a ser realizados pelo próprio CBMDF e não mais terceirizado; 3 – Foi criado, conforme exposto no item 2.2.4.2 o Serviço de Análise e Controle de OPME's, vinculados ao serviço de auditoria médica e hospitalar.	
Síntese dos resultados obtidos	
1 – Constatação das falhas apuradas pelo relatório, foi feita a cobrança à credenciada que ressarciu o valor determinado por aquela controladoria; 2 – Maior eficiência nos procedimentos de fiscalização, assim como economia do gasto público; 3 – Maior economia nas cirurgias eletivas e de emergência com a exigência de 3 orçamentos para realização, além de autorização prévia do CBMDF.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
1 – A apuração das constatações do relatório de auditoria foi feita por meio do processo 053.000.470/2011. Em princípio, foi encaminhado para auditoria médica para conferência dos cálculos daquela controladoria. Logo após, a credenciada foi notificada pelo executor de contrato dos valores que deveria recolher à Fazenda Pública e aberto prazo para contestações. A empresa renunciou o direito ao contraditório e aceitou recolher os valores divergentes. O recolhimento foi feito por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU nº STNDA24DC5543FBB59CCC10F6563EEC5E94.	
2 – O serviço de auditoria médica e hospitalar era feito por meio de empresa terceirizada à época dos trabalhos de auditoria. Atualmente, é realizado por uma seção específica da Diretoria de Saúde do CBMDF, chefiada por um oficial médico do quadro de saúde e conta com mais cinco auditores técnicos em enfermagem. Além disso, foram especializados em auditoria de serviços de saúde, com curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> . Como demonstrado no item 2.2.4.1 deste RG, nos exercícios de 2010 e 2011, economizaram mais de R\$ 1,3 milhão, sendo que a maior parte, mais de R\$ 900 mil em 2010, demonstrando que controle exercido nas contas hospitalares por meio de auditoria própria tem melhorado com o tempo e inibido o gasto desordenado.	
3 – Acatada a sugestão da CGU, o CBMDF por meio de seu Serviço de Análise e Controle de OPME's, conforme exposto no item 2.2.4.2, passou a incluir nos procedimentos cirúrgicos de maior complexidade, 03 (três) orçamentos de empresas diferentes para aquisição de materiais não previstos no edital de credenciamento mas que são necessários para a realização das cirurgias. Com isso houve uma economia substancial cerca de R\$ 1,345 milhão em relação ao valor inicial proposto pelo hospital. A autorização para realização dos procedimentos só são emitidas após essa cotação, com ressalvas aos procedimentos de emergência, que pela sua característica ainda está sendo estudada uma melhor maneira para a aquisição desses materiais.	

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

17 . ITEM 17 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - CONCLUSÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal definido constitucionalmente como órgão integrante do Sistema de Segurança Pública, além dessa atividade exerce outras, como: defesa civil, preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A complexidade delas bem como seu alto-risco, causam desgastes nos militares difíceis de serem reparados.

O cuidado com sua saúde física e mental passa a ser de extrema importância para o cumprimento das missões constitucionais e legais do CBMDF. Com isso, o objetivo proposto no plano estratégico da corporação para sua assistência médica se torna uma busca constante. Melhorar o atendimento na área assistencial e social garante um melhor atendimento à população.

Toda a demanda pelos serviços de saúde foi prontamente atendida. Superando a previsão inicial de crescimento em relação ao ano anterior, foi ainda acrescida de parte da demanda reprimida. O ingresso de novos bombeiros com seus dependentes, além de outros reconhecimentos de direito a uso do sistema de saúde, é uma grande preocupação devido à escassez dos recursos públicos.

Dessa forma, continuar atendendo com qualidade os militares, dependentes e pensionistas, foi concretizada no exercício de 2011 a licitação do novo prédio da Policlínica Médica, além é claro, da ampliação dos Quadros de Oficiais de Saúde. O aumento excessivo da procura pelo serviço interno e pela rede credenciada foi contido com programas de melhoria das condições físicas, mentais e sociais dos usuários. Para 2012, além deles, a DISAU através do Centro de Capacitação Física, projeta o aparelhamento de Academias de Saúde em todas as unidades operacionais da corporação. O programa tem como objetivo promover a saúde dos militares que estão distantes do CECAF, a partir da implantação de pólos com infra-estrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais, atividade física, de lazer e modos de vida saudáveis.

Com a grande quantidade de usuários existentes bem como os recursos utilizados, surge à necessidade de métodos estatísticos mais analíticos para acompanhamento da execução do planejamento interno. Isso será feito por meio da implantação de outros módulos do sistema Saudeweb. Com a vigência do novo edital de credenciamento, os atuais valores serão reajustados e caso a demanda continue crescendo, deverão ser adotadas políticas preventivas de saúde mais específicas para não ocasionar interrupção ou sobrecarga dos serviços.

Com a melhora na qualidade dos atendimentos assistenciais e sociais, que incluem atividades de prevenção, os militares estarão mais capacitados a executarem sua missão constitucional. A Assistência Médica do CBMDF cuida da saúde de quem cuida de vidas, portanto, prestando um bom serviço proporciona benefícios diretos à população.

Luiz Tadeu Vilela **BLUMM** – Cel. QOBM/Comb.

Diretor de Saúde

Alexandre **COSTA** Oliveira – Ten. Cel. QOBM/Comb.
Sub-Diretor de Saúde

18. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis - ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	29/02/2012
Contador Responsável	Wellington Alves de Oliveira	CRC nº	O-019520-DF

ANEXO I

FUNDO DE SAÚDE

O Fundo de Saúde do CBMDF, após o acórdão 2631/2010-Plenário, conforme o item 15.1 deste Relatório de Gestão, passou, por determinação daquele colegiado, a ter seus recursos, considerados de natureza tributária, executados no sistema SIAFI. O pleno do Tribunal de Contas da União entendeu que se esses recursos são de natureza tributária, com isso eles pertencem a União ente da federação com competência para instituir tributos, uma vez que a CF/88 expressamente diz quais pertencem aos Estados e Municípios. Tal determinação veio por meio do item 1.5.1 do referido acórdão, que essa execução começasse a partir do dia 1º de janeiro de 2011.

Além do cumprimento dessa determinação, no item 1.5.2 do acórdão, o TCU decidiu que os superávits financeiros apurados em exercícios anteriores à execução dos recursos do fundo no SIAFI, fossem executados no sistema próprio do GDF. O Sistema Gestão Governamental do GDF é sistema local para a administração desses recursos.

O superávit apurado no exercício de 2010 foi de R\$ 12.677.288,00 aberto na categoria econômica corrente, por meio da Lei distrital 4.590 de 14/07/2011, publicada no DODF nº136 de 15/07/2011. Contudo não houve a utilização dos recursos, tendo em vista a suplementação oriunda do FCDF de R\$ 8 milhões, conforme explicitado nos Itens 2.2.3.4, 2.4. e 15.1 deste Relatório de Gestão.

Apresentaremos a seguir os quadros da execução orçamentária e financeira do Fundo de Saúde do CBMDF, conforme o item 2.4 deste RG:

I.1 - Identificação

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro 7.1.1.4 – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação abreviada: Fundo de Constitucional do DF - FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 0903		Código SIAFI: 170392
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-5914	(061) 3312-5812	(061) 3312-5813
E-mail: GEAHA@FAZENDA.DF.GOV.BR			
Página na Internet: www.buriti.df.gov.br			
Endereço Postal: ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF		Ativa	0903
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Denominação abreviada: Fundo de Saúde do CBMDF			
Código SIORG:	Código na LOA:		Código SIAFI:
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Assistência a Saúde			Código CNAE: 6520-1/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3901-7929	(061) 3901-3130	(061) 3901-3625
E-mail: ds@cbm.df.gov.br			
Página na Internet: https://www.cbm.df.gov.br/site/ds/			
Endereço Postal: SAIS QUADRA 04 LOTE 5, CEP.: 70602600 Brasília-DF.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei 10486/1996; Lei 12.086/2009; Decreto 7163/2010; Lei nº 7.479/86.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Portaria CBMDF nº25 de 05/10/2006 – Regulamentação do Fundo de Saúde; Portaria CBMDF nº 18 de 11/03/2011 – Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros de 2011; Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 – Regimento Interno do Departamento de Recursos Humanos.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170495	ASS. MÉD. – CBMDF – FCDF.
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170392	FCDF
170394	FCDF - SSP - CBMDF
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170392	00001
170394	00001

I.2 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0800					
Denominação	COMBATE E PREVENÇÃO DE SINISTROS E SALVAMENTO					
Tipo do Programa	Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DOS MÉTODOS APLICADOS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CONTRA SINISTROS, MEDIANTE O EMPREGO DE MELHORES TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS.					
Objetivos Específicos	REFORMA DA POLICLÍNICA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					
Gerente						
Público Alvo	Militares do Corpo de Bombeiros Militar do DF, Dependentes e Pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
300,00	300,00					
		0	0	0	0	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIGGO-2011

Código no PPA	0400
Denominação	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Tipo do Programa	Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	PROPORCIONAR ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA À POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, SOB REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO.
Objetivos Específicos	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS BOMBEIROS E DEPENDENTES DO CORPO DE

		BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				
Gerente						
Público Alvo		Militares do Corpo de Bombeiros Militar do DF, Dependentes e Pensionistas				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
600,00	12.677.888,00	0	0	0	0	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIGGO-2011

Código no PPA	9050					
Denominação	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO FUN					
Tipo do Programa	Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO FUNDO DE SAÚDE					
Objetivos Específicos	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL					
Gerente						
Público Alvo	Militares do Corpo de Bombeiros Militar do DF, Dependentes e Pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
100,00	100,00	0	0	0	0	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIGGO-2011

I.3 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
06	182	0800	3903	PROJ	1	-	-	-	-
10	302	0400	4057	OP	1	-	-	-	-
28	846	0001	9050	OP	1	-	-	-	-

FONTE: SIGGO 2011.

I.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

I.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	220902	

FONTE: SIGGO 2011.

I.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		0	0	0	0	1.000,00	3.412.713,00
	PLOA		0	0	0	0	1.000,00	3.412.713,00
	LOA		0	0	0	0	1.000,00	3.412.713,00
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0	12.677.288,00	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	12.678.288,00	3.412.713,00

Fonte:SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	0	3.156.376,00	0	0	0	0
	PLOA	0	3.156.376,00	0	0	0	0
	LOA	0	3.156.376,00	0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares	0	6.362.345,00	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		0	9.518.721,00	0	0	0	0

Fonte:SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		1.000,00	3.412.713,00	0	3.156.376,00	0	0
	PLOA		1.000,00	3.412.713,00	0	3.156.376,00	0	0
	LOA		1.000,00	3.412.713,00	0	3.156.376,00	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		12.677.288,00	0	0	6.362.345,00	0	0
	Especiais	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		12.678.288,00	3.412.713,00	0	9.518.721,00	0	0	

Fonte:SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

Fonte: SIGGO-2010 e SIGGO-2011

Não movimentação interna ou externa de créditos orçamentários.

I.4.4.1 **Execução** Orçamentária de Créditos originários da UJ

I.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	0	0	0	0
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	0	0	0	0
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Exercícios Anteriores	0	0	0	0
Reconhecimento de despesas	0	0	0	0

Fonte: SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes								
3.3.90.39	0	2.300.000,00	0	0	0	2.300.000,00	0	0
3.3.90.30	0	0	0	0	0	0	0	0
3.3.90.36	0	0	0	0	0	0	0	0
3.3.90.92	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
4.4.90.51	0	0	0	0	0	0	0	0
4.4.90.52	0	0	0	0	0	0	0	0
4.4.90.39	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.5.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	0	0	0	0
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	0	0	0	0
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0

Fonte: SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.5.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIGGO-2010 e SIGGO-2011

I.4.5.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIGGO-2010 e SIGGO-2011

Não houve movimentações de créditos orçamentários oriundos de recebimentos ou concessões.

I.5 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores - ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0	0	0	0
2009	6.274,11	0	6.274,11	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.300.000,00	954.510,05	1.345.489,95	0
2009	3.278.946,27	2.803.284,42	475.661,85	0
Observações:				

MINISTÉRIO DA FAZENDA
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

BRASÍLIA-2012

MINISTÉRIO DA FAZENDA
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011.

Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)
Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)

BRASÍLIA-2012

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	5
2 INTRODUÇÃO.....	6
2.1 ESTRUTURA DO RELATÓRIO	6
2.2 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO	7
2.3 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS	8
3 DESENVOLVIMENTO.....	11
3.1 ITEM 02 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU - INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	12
a) Responsabilidades institucionais	12
b). Estratégias de atuação da unidade frente às suas responsabilidades institucionais	17
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:.....	19
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:	23
3.2 - ITEM 03 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.	30
3.3 - ITEM 04 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU- INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	31
3.4 - ITEM 05 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS:.....	32
a) Composição do quadro de servidores ativos	32
b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;	34
c) Composição do quadro de estagiários;	34
d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;	35
e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;	36
f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.	37
3.5 - ITEM 06 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO E OUTROS AJUSTES	37
3.6 - ITEM 07 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – DECLARAÇÕES SOBRE SICONV E SIASG	37
3.7 - ITEM 08 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE ENTREGA E TRATAMENTO DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	38
3.8 - ITEM 09 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO	39
3.9 - ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES E SOBRE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	41
3.10 - ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO.....	41
3.11 - ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – “INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)”	41
a) Planejamento da área.....	42
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos.....	42
c) Segurança da informação;	42
d) Desenvolvimento e produção de sistemas;	42
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.....	43
3.12 - ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO	44
3.13 - ITEM 14 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	45
3.14 - ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE DELIBERAÇÕES TCU E RELATÓRIOS DE AUDITORIA.....	45
3.15 - ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	52
3.16 - ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010 DO TCU – OUTRAS INFORMAÇÕES	52
4 RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	52

ABREVIATURAS

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CGU – Controladoria Geral da União
CF – Constituição Federal
DF – Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
OGU – Orçamento Geral da União
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
PGDF – Procuradoria Geral do Distrito Federal
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada

TABELAS

Tabela 01 - Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
Tabela 02 - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
Tabela 03 – Dotações do Programa 0903 - Manutenção da PCDF
Tabela 04 - Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ
Tabela 05 – Execução Orçamentária das Despesas
Tabela 06 - Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias
Tabela 07 - Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes
Tabela 08 - Quadro A.2.5 - Programação de Despesas de Capital
Tabela 09 - Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas
Tabela 10 - Quadro A.2.8 - Despesas por Mod. de Contratação dos Créditos Originários da UJ
Tabela 11 - Quadro A.2.9 – Desp. Correntes por Grupo e Elem. de Desp. dos Créditos Orig. da UJ
Tabela 12 - Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ
Tabela 13 - Evolução das Receitas/Despesas
Tabela 14 – Reconhecimento de Passivos
Tabela 15 - Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
Tabela 16 - Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada Em 31/12
Tabela 17 - Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trab. da UJ – Sit. em 31/12/11
Tabela 18 - Quadro A.5.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)
Tabela 19 - Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ Por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2011

Tabela - Quadro A.5.5 – Quantitativos de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2011

Tabela 21 - Quadro A.5.6 – Comp. do Quadro de Serv. Inativos – Sit. Apurada em 31/12/2011

Tabela 22 - Quadro A.5.7 – Comp. do Quadro de Instit. de Pensão - Situação em 31/12/2011

Tabela 23 - Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tabela 24 - Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Tabela 25 - Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços dom Locação de Mão de Obra

Tabela 26 - Quadro A.7.1 – Declaração de Inserção e Atualiz. de Dados no SIASG e SICONV

Tabela 27 - Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Tabela 28 - Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Tabela 29 - Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Tabela 30 – Quadro A.13.1 – Desp. com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Tabela 31 - Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão De Crédito Corporativo (Série Histórica)**ABELA 32 - QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

1 IDENTIFICAÇÃO

TABELA 01 - QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal – Polícia Civil do Distrito Federal			
Denominação abreviada: FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73901	Código SIAFI: 170.392	
Natureza Jurídica: Órgão público			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3362-5840	(061) 3362-5817	(061) 3362-5971
Endereço Eletrônico: dof@pcdf.df.gov.br			
Página na Internet: http://www.pcdf.df.gov.br			
Endereço Postal: SAI/SO Lote 23 – Bloco A – Complexo da PCDF 1º andar – CEP 70.610-200 – Brasília – DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Cod. SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal		Ativa	001929
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Polícia Civil do Distrito Federal			
Denominação abreviada: PCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901	Código SIAFI: 170.395	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão público			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3362-5840	(061) 3362-5838	(061) 3362-5971
E-mail: dof@pcdf.df.gov.br			
Página na Internet: http://www.pcdf.df.gov.br			
Endereço Postal: SAI/SO Lote 23 – Bloco A – Complexo da PCDF 1º andar – CEP 70.610-200 – Brasília – DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. Lei nº 947 de 29/12/1902 (Reorganizou a Polícia da Capital Federal), Lei nº 4.483/64 (Reorganiza a DFSP sediando-a em Brasília-DF – Estrutura orgânica e quadro de pessoal da Polícia Civil do DF que passa a integrar a Secretaria de Segurança Pública do DF), Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994 (Autonomia Administrativa e Financeira).			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009, que aprova o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências; Decreto Distrital nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

2 INTRODUÇÃO

● 2.1 Estrutura do relatório

A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, mantida e organizada pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, está sujeita, nos termos da Decisão nº 824/2004 – do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, às ações de controle e fiscalização desse Tribunal.

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2011 da PCDF, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa-IN nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN nº 108/2010, e da Portaria nº 123/2011, todas do TCU.

Conforme prescreve o Anexo I da DN nº 108/2010 do TCU, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, deverá apresentar prestação de contas consolidando as informações sobre a gestão dos recursos destinados à assistência financeira para realização de serviços públicos de educação e saúde do Distrito Federal, e agregando a gestão da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Fundo de Saúde da PMDF, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e do Fundo de Saúde do CBMDF.

Segundo o Anexo I da DN nº 108/2010, o Fundo Constitucional do Distrito Federal é classificado como órgão da Administração Indireta, aplicando-se-lhe, a priori, as informações referidas na Letra F do Quadro A1 do Anexo II também dessa Decisão Normativa, a qual afirma serem aplicadas aos Fundos Constitucionais as informações exigidas nos itens 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 17 da Parte A do Anexo II. Contudo, objetivando ampliar o escopo de transparência, serão apresentadas as informações exigidas nos Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Parte A do referido Anexo, ressalvadas as informações quanto aos itens a seguir mencionados, que não se aplicam à Unidade.

Conforme prescreve o Subitem II do Item 5 do Anexo III da DN nº 108/2010 do TCU, há que se ressaltar que, salvo melhor juízo, à PCDF, por sua peculiar situação de órgão da administração direta do GDF, e não da União, não são aplicáveis as informações referidas nos itens 6, 11 e 14 da Parte A do Anexo II, visto que tais informações são voltadas exclusivamente aos órgãos que integram administração pública federal.

De fato, o Item 06 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010, conforme detalhamento explicitado pela Portaria nº 123/2011-TCU, refere-se “transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência” **que tenham sido realizadas pela UJ**, situação que foge a finalidade de instituição do FCDF, que não admite execução mediante “Transferência”, mas apenas na modalidade “Aplicação direta”.

Os Itens 11 e 14 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010-TCU, a seu turno, se referem a “informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ (...), de propriedade da União” e a “informações sobre renúncia tributária”. Certo que é que os bens adquiridos pelo FCDF não incorporam em favor da União, mas do GDF, e que seus órgãos não exercem arrecadação tributária em favor da União, não há que se falar em aplicação desses itens a presente prestação de contas.

Assim, o relatório ora apresentado observará o conteúdo geral dos Itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15 e 16 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU, em que pese também mencionar os conteúdos dos Itens 6, 11 e 14, com as justificativas por que não são informados ou estão

prejudicados, conforme determinado no Quadro A1 do Anexo II da DN nº 108/2010-TCU. O detalhamento dos conteúdos em questão estão de acordo com a Portaria nº 123/2011-TCU.

Noutro giro, superada a forma pela qual se encontra estruturado o presente relatório, mas também em observância ao que prescreve o Subitem II do Item 5 do Anexo III da DN nº 108/2010 do TCU, passamos a relatar, nos tópicos que se seguem, as principais realizações da gestão no exercício, bem assim as principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos traçados para o exercício de referência.

○ 2.2 Principais realizações da gestão

A segurança pública, nos termos do Art. 6º da Constituição Federal, é um direito social fundamental do indivíduo. Mais que isso, o direito a segurança pública é também pressuposto indissociável do exercício de outros direitos, já que não se pode cogitar do exercício pleno de direitos como à vida, à liberdade, à propriedade, entre outros, que não seja no ambiente de uma sociedade livre e segura. É por isso mesmo, expressão da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do Art. 1º também da Constituição Federal.

Dentro desse contexto, à PCDF foi delegada a sagrada missão institucional de promover a segurança pública, visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas, por meio da apuração de delitos, da elaboração de procedimentos formais destinados à ação penal e da adoção de ações técnico-policiais, com a preservação dos direitos e garantias individuais.

Como já advertia Cesare Beccaria, a eficiência de qualquer política criminal passa muito mais pela certeza da punição que pela severidade das penas, constatação que engrandece o trabalho dessa Instituição, visto que lhe cabe a importante missão de formalizar procedimentos voltados à responsabilização penal de indivíduos infratores, fato que contribui de forma efetiva para a prevenção dos crimes, na medida em que, viabilizando a punição Estatal, desestimula a prática de novos crimes, contribuindo para melhoria da segurança pública como um todo e para a elevação da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a gestão da PCDF no exercício de 2011 foi marcada por excelentes resultados no cumprimento de sua missão institucional, tanto do ponto de vista da viabilização dos meios, quanto do ponto de vista dos resultados, que podem ser mensurados pelo elevado número de inquéritos e outros procedimentos instaurados, bem como pela redução da criminalidade geral no Distrito Federal.

Do ponto de vista dos meios, a gestão da PCDF assegurou aos seus servidores, incumbidos de levar a efeito sua missão institucional, não apenas uma remuneração condigna, em que pese ainda não a ideal, como também condições adequadas de trabalho, como infra-estrutura física, veículos, equipamentos, tecnologias, insumos, dentre outros.

De fato, durante o exercício de 2011 foram executados R\$ 48.098.074,00 (quarenta e oito milhões, noventa e oito mil, setenta e quatro Reais) na manutenção dos serviços da Instituição, que garantiram o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais a realização da atividade policial, como os relativos à aquisição de combustível, de munições, de materiais de consumo, à manutenção de veículos e aeronaves, conservação predial, manutenção de serviços de telefonia, de informática, de redes, concessão de diárias, de suprimentos de fundos, entre outros.

No exercício de 2011 também foram assegurados importantes investimentos na PCDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investidos, ao final do exercício de 2011, o montante total de R\$ 32.152.260,00 (trinta e dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta Reais) em equipamentos e obras.

Na aquisição de equipamentos foram investidos um total de R\$ 18.525.345,30 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco Reais e trinta centavos), dos quais

R\$ 8.325.660,00 (oito milhões, trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta Reais) foram investidos em aquisição de veículos, R\$ 3.989.888,57 (três milhões, novecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito Reais e cinquenta e sete centavos) foram investidos em aparelhos e equipamentos de comunicação, R\$ 4.170.823,28 (quatro milhões, cento e setenta mil, oitocentos e vinte e três Reais e vinte e oito centavos) em equipamentos diversos.

Também foram assegurados investimentos da ordem de R\$ 13.626.914,70 (treze milhões, seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e quatorze Reais e setenta centavos) em obras, das quais cabe destacar a construção da Delegacia da Mulher, do Edifício Tecnológico da PCDF, da 5ª Delegacia de Polícia e do Edifício Sede da PCDF, obras fundamentais à Instituição.

A gestão dos recursos da PCDF no exercício de 2011, conforme dados consolidados até setembro/2011, viabilizaram a realização de 3.302 operações, de 13.992 rondas, 11.905 prisões em flagrante, na solução de 42.157 ocorrências policiais, na apreensão de 1.864 armas, na expedição de 66.550 laudos criminais, na identificação civil de 187.764 pessoas, na identificação criminal de 10.690 pessoas e no cumprimento de 4.624 mandados de prisão.

Com essas constatações, pode-se afirmar que PCDF alcançou, ao longo do exercício de 2011, excelentes resultados no desempenho de sua missão institucional, o que só foi possível graças a uma eficiente gestão dos recursos públicos que lhe foram assegurados por meio do FCDF, cuja aplicação se presta contas pelo presente.

○ 2.3 Principais dificuldades encontradas

Quanto às dificuldades encontradas pela UJ, não poderíamos deixar de trazer à reflexão a peculiar situação vivida pelas instituições Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, submetidos ao comando hierárquico do Governador do Distrito Federal, nos termos do § 6º do art. 144 da CF, mas organizados e mantidos pela União, nos termos do Inciso XIV do art. 21 dessa mesma Constituição.

Como é consabido, o Distrito Federal possui caracterização ímpar na República Federativa do Brasil, sendo a um só tempo, membro da Federação, sede da União, sede dos Poderes da República e dos países aqui acreditados, razão por que a Constituição Federal obrigou a União a tutelar parcialmente seus interesses, o que se dá pela organização e manutenção do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (art. 21, incisos XIII e XIV), sendo ainda obrigada, conforme final do Inciso XIV do Art. 21 da CF, a prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Interessante observar que, até o advento da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos Territórios figuravam como atribuições materiais específicas da União, juntamente com a manutenção da Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Ferroviária Federais. Esta emenda alterou a redação originária da Constituição para prever que, além de organizar e manter a PCDF, a PMDF e o CBMDF, a União também deveria prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio, o que veio a se dar através da aprovação da Lei Federal 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF.

Pelo contexto do papel assumido pelo Distrito Federal na República Federativa do Brasil, e pelas redações original e atual da CF, fica evidente que o fundo previsto pela Emenda Constitucional nº 19/98 não tinha como foco a organização e manutenção da PCDF, da PMDF e do CBMDF, que estaria a cargo direto da União, mas sim prestar assistência aos serviços públicos que não os relacionados à essas áreas, o que inclusive é reforçado pelo teor do § 4º da Art. 32 da Constituição Federal, que estabelece que Lei federal disporia “sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.”

Contudo, por questões históricas e políticas que desconhecemos, a União, ao engendrar o FCDF, não assumiu com plenitude seu papel constitucional de organizar e manter a PCDF, a PMDF e o CBMDF na forma que a Constituição lhe determina, como ordinariamente acontece com o Poder Judiciário e o Ministério Público do Distrito Federal, que são verdadeiros órgãos da União e integram seu orçamento fiscal e se submetem de forma plena a organização desse ente, a despeito de prestarem serviços diretamente à população do Distrito Federal, como a PCDF.

De qualquer forma, devido ao fato de a organização e manutenção da PCDF estar inserida no Art. 21 da CF, que cuida da competência relacionada à organização administrativa da União, qualquer matéria legislativa a seu respeito é de competência privativa do Presidente da República, donde decorre que qualquer regulamentação do Distrito Federal acerca da organização dessas instituições contraria a CF e invade espaço institucional cuja competência foi reservada a União.

Reside aí, portanto, uma das primeiras grandes dificuldades enfrentadas pela Instituição, visto que questões como aumento de efetivo, reestruturação de carreira, entre outros, apesar de serem negociadas no âmbito do GDF, são implementados por atos de iniciativa privativa do Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, atos esses que infelizmente não têm sido editados conforme solicitação do Distrito Federal.

Por exemplo, a mensagem do GDF solicitando à União a edição de ato normativo para aumento do efetivo da PCDF encontra-se nesse ente desde 2009, sem que sequer tenha sido enviada ao Congresso Nacional. Conforme foi ressaltado na mensagem, o último aumento de efetivo da Instituição ocorreu em 1993, quando a população do Distrito Federal era em torno de 1,5 milhão de habitantes. Hoje, com o atual cenário populacional, que já supera os 2,5 milhões de habitantes, os efetivos de perito criminal, perito médico-legista, escrivão e delegado de polícia estão absolutamente defasados, o que compromete a eficiência dos serviços de segurança pública prestados à população.

No aspecto da gestão de pessoal, também não poderíamos deixar de mencionar, como dificultador do pleno desempenho de nossa missão institucional, o entendimento consubstanciado no Relatório de Auditoria nº 246.555 da Controladoria Geral da União – CGU (Item 1.1.7.4) no sentido de que o pagamento das carreiras de apoio não pode correr à conta do FCDF, ao argumento de que tais carreiras são criadas por lei distrital e não por lei federal.

Com todo respeito ao entendimento firmado pela CGU, as despesas de pagamento das carreiras de apoio à atividade policial constituem, insofismável e indiscutivelmente, despesa de manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal, visto que os servidores dessas carreiras desempenham atividades no âmbito da PCDF que, se por eles não fossem desempenhadas, fatalmente o seriam por servidores da carreira policial, com sério comprometimento da eficiência no desempenho da atividade fim de investigação e polícia judiciária.

Além disso, não é demais também lembrar que o pagamento de diárias, de benefícios assistenciais, como auxílio creche, auxílio transporte, pagamento de gratificações de funções e cargos comissionados, entre outros, ocorrem exclusivamente com base em Lei Distrital, sem que os órgãos de controle da União contra eles se insurgissem. Seria por que, pagos com base em Lei Distrital, são eles bem inferiores aos pagos pela União, que também possui normas disciplinando o mesmo assunto?

No momento em que a Instituição passa por uma grave crise em seus quadros de pessoal, a impossibilidade de o FCDF financiar o pagamento das carreiras de apoio, e por decorrência sua ampliação, com abertura de novos concursos, compromete seriamente os serviços prestados pela Instituição, já que os servidores das carreiras policiais são deslocados de sua atividade fim para desempenhar funções meio e funções burocráticas, que seriam facilmente desempenhadas pelos quadros da carreira de apoio.

Ainda como exemplo dos empecilhos impostos pela União à consecução dos objetivos estratégicos traçados pela Instituição, e também na área de gestão de pessoal, podemos citar a reestruturação das carreiras policiais da PCDF que, após negociada no âmbito do GDF, foi simplesmente vetada pela União, que afirmou que não pode haver tratamento diferenciado entre a PCDF e a Polícia

Federal, cujas negociações por reajuste ainda não haviam sido concluídas. Três anos após a concessão da última parcela do último reajuste da categoria, que ocorreu ainda em janeiro de 2009, a deterioração dos salários dos servidores da Instituição desestimula os servidores e compromete, sem sombra de dúvida, a eficiência dos serviços prestados à população.

A despeito de a União e seus órgãos de controle nunca considerarem de forma clara e específica a situação da PCDF, da PMDF e do CBMDF em suas normas, a mesma exige dessas instituições a irrestrita observância de todo o seu normativo, o que tem gerado, no âmbito das mesmas, verdadeira perplexidade quanto às normas que devem seguir, visto que, por integrarem a administração direta do GDF, também estão submetidas às suas normas de organização administrativa e à seus órgãos de controle.

Apenas para exemplificar, citamos o regulamento de suprimento de fundos do Distrito Federal, previsto no Decreto Distrital nº 13.771/92 que, em alguns dispositivos, está em evidente contradição com o regulamento de suprimento de fundos da União, previsto no Decreto Federal nº 93.872/86. Ao aplicar o regulamento de suprimento de fundos do DF, a unidade foi advertida pelos órgãos de controle interno da União quanto a regularidade da execução dessa despesa por meio de Ordem Bancária de Pagamento, única forma encontrada para tentar compatibilizar essas contradições. Por outro lado, se deixa de aplicar o normativo local e de executar os serviços públicos à que está obrigada, o controle interno e externo do Distrito Federal adverte o órgão de que não cumpre sua missão institucional.

Outro exemplo de evidente contradição entre as normas do Distrito Federal e as da União aplicadas à Polícia Civil é o relativo a exigência de autorização para inscrição em restos a pagar. Segundo dispõem o art. 68 do Decreto Federal 93.872/1986 a inscrição de restos a pagar no âmbito da União é automática. O Decreto Distrital nº 16.098/1994, por seu turno, exigia, já que fora revogado no final de 2010, autorização com esse fim. Até o ano de 2006 a unidade sempre enviou pedido para inscrição de seus restos a pagar executados no âmbito do Fundo Constitucional do Distrito Federal à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Como a Secretaria de Fazenda nunca se manifestou acerca desses pedidos, a unidade passou a orientar-se pelo disposto no Decreto Federal 93.872/86.

Mas as dificuldades da forma como foi concebida a organização e a manutenção da PCDF não se restringem às relacionadas à interpretação e aplicação dos normativos. Elas também estão relacionadas à própria gestão do FCDF que, ao compartilhar recursos para as forças de segurança e para assistência a serviços públicos (saúde educação), vê-se na contingência de, irremediavelmente, priorizar uma área em detrimento da outra, já que todas são fundamentais.

Observa-se, pela metodologia adotada pelo FCDF, que a União misturou uma obrigação constitucional sua, no caso, manutenção da PCDF, da PMDF e do CBMDF, com uma obrigação constitucional do Distrito Federal para a qual deveria apenas prestar assistência (saúde e educação), o que, ao final, pode redundar em prejuízo ao cumprimento de suas próprias obrigações.

Tem sido praxe o governo local dividir os recursos do fundo entre essas três áreas dentro de uma metodologia que, no mínimo, preservaria o crescimento vegetativo das despesas das três corporações, contudo, a realidade mostra que, necessidades como as de aumento de efetivo, de reestruturação de carreiras, de investimento em obras, viaturas, equipamentos e tecnologias, entre outras, não são atendidas na forma que seria esperada para uma área tão sensível como a de segurança.

É de se reconhecer, à evidência, que as forças de segurança pública do Distrito Federal são as mais bem equipadas e preparadas do país, tanto em termos de recursos materiais, quanto de recursos humanos, o que não poderia ser diferente, já que têm a seu cargo garantir a ordem e a segurança na sede da União e na capital da República. Além do mais, a realidade de falência de muitos órgãos de segurança do país não deve servir como parâmetro para se defender a estagnação dos investimentos na nossa polícia, quando o que se pretende é um horizonte de excelência para todas elas.

Até o momento, graças aos crescentes aumentos do FCDF, capitaneados pelos sucessivos crescimentos da receita corrente líquida da União, esse fundo tem suportado as despesas de manutenção das três forças e de assistência à saúde e a educação, contudo, a premente necessidade de aumento dos

efetivos e de investimentos em outros recursos materiais na área de segurança pública apontam para um próximo comprometimento do FCDF.

Claro que o GDF pode aumentar os recursos do FCDF destinados à segurança pública em detrimento dos recursos destinados à educação e a saúde, contudo, a situação de crise vivenciada nessas áreas, em especial na saúde, demonstram que dificilmente o GDF diminuirá os recursos alocados nessas áreas para atender à segurança pública, o que, a médio e longo prazo, poderá redundar em prejuízo ao cumprimento das obrigações constitucionais da União de manutenção da PCDF, PMDF e CBMDF.

E tal fato fica ainda mais evidente quando se observa que a quase totalidade dos recursos destinados à assistência à saúde e a educação no FCDF estão alocados no Grupo de Natureza de Despesas – GND 01, relativas a Pessoal, algo em torno de **R\$ 3.947.131.528,00** (três bilhões, novecentos e quarenta e sete milhões, cento e trinta e um mil, quinhentos e vinte e oito Reais) no exercício de 2011, despesas essas que, se fossem executadas com recursos do orçamento do GDF, **ultrapassariam, e muito,** o limite de gastos de pessoal estabelecidos pela LRF, o que comprometeria as finanças e o equilíbrio fiscal do Distrito Federal. Assim, num contexto em que as despesas de pessoal do GDF já estão próximas de atingir o limite prudencial da LRF, não é de se esperar que o GDF priorize os órgãos de segurança em detrimento de tais despesas, **visto que em jogo a própria sustentabilidade de suas finanças.**

Outro aspecto que precisa ser ressaltado é o relativo ao processo de planejamento, elaboração e execução do orçamento dos recursos do FCDF, que deve observância às Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais da União e do GDF. Em que pese nosso esforço para seguir as duas normas, a situação ímpar em que se encontram os recursos do FCDF no orçamento da União, um mero encargo financeiro desse ente, tem se mostrado um complicador ao planejamento e execução de nossas ações.

De um lado, no orçamento da União, dispomos dos recursos classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras transferências”, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicos, mas apenas ações genéricas, que não agregam nenhum produto à União, cujo exclusivo intuito é efetuar a transferência do recurso, que são executados de forma global, por grupo de natureza de despesa (GND). De outro lado, no orçamento anual do GDF, não dispomos de programas, ações, produtos e metas específicos a orientar o gasto dos recursos do FCDF, visto que os recursos desse fundo não integram esse orçamento anual.

A única forma que encontramos de compatibilizar o planejamento e execução dos recursos do FCDF, foi adequar o processo de orçamentação/execução desses recursos, com o Plano Plurianual do Distrito Federal, cujos programas, ações, produtos e metas temos procurado refletir tanto no processo de orçamentação quanto de execução dos recursos do FCDF destinados à PCDF.

Mas tudo isso tem ocorrido apenas no plano prático, visto que a indispensável ponte entre o PPA e a LDO, no caso a Lei Orçamentária Anual, tanto do GDF, quanto da União, não viabilizam o planejamento da execução desses recursos que, dentro de cada GND, podem ser executados ao livre alvedrio do gestor financeiro das Instituições mantidas pelo FCDF, o que compromete vários princípios orçamentários, em especial o princípio da especificação/especialização ou discriminação da despesa pública, previsto no art. 5º da Lei 4.320, de 17 de março de 1.964, fato que dificulta a função de acompanhamento e controle do gasto público.

Portanto, aproveitando o ensejo aberto pela presente prestação de contas, fica o apelo para que essa Corte de Contas promova as recomendações necessárias à União e ao GDF para que esses entes promovam os entendimentos necessários à viabilizar os mecanismos de ordem legal e prática que permitam a organização e manutenção da PCDF, da PMDF e do CBMDF, sem os limitadores relatados no presente tópico.

● 3 DESENVOLVIMENTO

- 3.1 Item 02 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira

O presente tópico, conforme determina o Item 02 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU, e ainda de acordo com as orientações da Portaria nº 123/2011-TCU, abordará “informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades”.

- a) *Responsabilidades institucionais*

- a.1) Competência Institucional

De acordo com o Art. 2º do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009, “a Polícia Civil do Distrito Federal tem como missão institucional promover a segurança pública, visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas, por meio da apuração de delitos, da elaboração de procedimentos formais destinados à ação penal e da adoção de ações técnico-policiais, com a preservação dos direitos e garantias individuais.”

Nesse sentido, enquanto órgão da área de segurança pública, a PCDF tem como responsabilidade institucional planejar, normatizar, dirigir, supervisionar, fiscalizar, administrar, coordenar, executar, prevenir, reprimir e apurar, com exclusividade, os crimes e contravenções, na forma da legislação em vigor; além de controlar e avaliar as atividades relativas à Polícia Administrativa, Judiciária e Técnico Científica; bem como, promover a integração policial com organizações congêneres, colaborando na execução dos serviços policiais relacionados com a prevenção e repressão à criminalidade interestadual.

Na esfera de sua competência estão relacionados ainda os serviços de perícia e identificação datiloscópica civil e criminal, e cooperação com as autoridades administrativas e judiciárias no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentares. Embora fora de sua área de competência, a Polícia Civil também recebe requisições da Justiça, para proceder exames periciais na área cível e investigação de paternidade.

- a.2) Objetivos estratégicos.

Conforme informações do Memorando nº 18/2012-DPA, prestadas pela Divisão de Planejamento Administrativo, vinculada ao Departamento de Administração Geral da PCDF, a PCDF definiu, para alcance de sua missão institucional, objetivos estratégicos por meio do Plano Estratégico da Polícia Civil do Distrito Federal para o período de 2006/2009, aprovado pela Portaria nº 996, de 30 de março de 2006, publicada no Boletim de Serviço Nº 87/2006, de 10 de maio de 2006.

Ainda segundo informações da DPA/DAG, atualmente encontra-se instituída, por meio da Portaria nº 20, de 07 de junho de 2010, uma Comissão incumbida de elaborar o alinhamento do Plano Estratégico da PCDF para o quadriênio 2011 – 2014, a qual apresentou esboço com os objetivos estratégicos a seguir delineados, ainda pendentes de finalização e aprovação pelas instâncias superiores:

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Conscientizar a população sobre sua responsabilidade no controle da criminalidade.

Descrição do Objetivo: Elevar o nível de comprometimento da população para viabilizar a execução da estratégia.

Linhas de Atuação:

- Promover palestras regulares junto às escolas para o esclarecimento sobre as causas e efeitos da violência;
- Incrementar o Centro Piloto de Educação e Prevenção ao Uso de Drogas, mantendo-o em condições humanas e técnicas para ministrar palestras em estabelecimento de ensino e congêneres;
- Elaborar e distribuir cartilhas, folders e panfletos para a comunidade a fim de contribuir com a prevenção e repressão dos crimes;
- Manter programa permanente de incentivo ao registro de ocorrências criminais e de utilização do serviço de Disque Denúncia.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Promover ações sociais de segurança.

Descrição do Objetivo: Elevar a participação da população nos eventos realizados pela Polícia Civil buscando alcançar o objetivo estratégico.

Linhas de Atuação:

- Manter “stand” demonstrativo das atividades da Polícia Civil em ações e eventos comunitários;
- Sistematizar os serviços de delegacia itinerante;
- Incrementar os programas existentes e outros que venham a ser criados para prestar o atendimento de qualidade à população.
- Criar programa de orientação a sociedade quanto aos procedimentos nos casos de registros de ocorrência pela internet.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Fortalecer as ações de proximidade e melhoria da qualidade no relacionamento entre a Polícia Civil e a sociedade.

Descrição do Objetivo: Proporcionar maior conhecimento da população e sociedade civil organizada acerca das políticas de segurança desenvolvidas pela Polícia Civil.

Linhas de Atuação:

- Realizar campanhas publicitárias visando divulgar as ações policiais e demais serviços prestados pela Polícia Civil;
- Fomentar a abertura de espaço na mídia para divulgação de matéria de interesse público e institucional;
- Divulgar o serviço 197 para a sociedade.
- Fortalecer as ações de controle interno (Corregedoria e Ouvidoria);

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Estimular a integração das Unidades Policiais com os Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs;

Descrição do Objetivo: Instituir mecanismos que aumente a integração entre as Unidades da PCDF e os Conselhos Comunitários de Segurança.

Linhas de Atuação:

- Promover a divulgação das atribuições normativas dos Conselhos Comunitários de Segurança aos servidores policiais;
- Estabelecer intercâmbio entre os policiais civis e os membros dos Conselhos Comunitários de Segurança;
- Promover debates com os membros dos Conselhos Comunitários de Segurança para difundir matérias concernentes à segurança pública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: Estabelecer intercâmbio com os órgãos de imprensa visando a fluidez de notícias e o esclarecimento das ações policiais.

Descrição do Objetivo: Intensificar as ações voltadas a aproximação entre a Polícia Civil e os órgãos de imprensa.

Linhas de Atuação:

- Centralizar na Divisão de Comunicação – DIVICOM a divulgação de informações e fatos criminosos que gerem repercussão social;
- Ministar cursos específicos aos dirigentes e autoridades policiais voltados ao atendimento à imprensa;
- Reestruturar a Divisão de Comunicação – DIVICOM dotando-a de equipamentos e pessoal a fim de melhor desempenhar a sua atuação junto aos órgãos de imprensa.
- Disponibilizar bimestralmente/trimestralmente para a imprensa os números e análises da PCDF sobre os principais crimes cometidos no Distrito Federal;
- Promover workshops, para os principais jornais do DF, sobre jornalismo e segurança.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: Edificar e modernizar as instalações policiais.

Descrição do Objetivo: Dotar as Unidades da PCDF com instalações físicas e recursos tecnológicos e necessários compatíveis à execução das atividades policiais.

Linhas de Atuação:

- Dotar a Divisão de Arquitetura e Engenharia – DAE dos meios necessários para exercer fiscalização visando a manutenção e preservação de todos os edifícios da Polícia Civil;
- Criar cronograma para construção, reforma e adequação dos edifícios da Polícia Civil;
- Descentralizar as Unidades da Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA, da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher, do Instituto de Medicina Legal – IML e do Instituto de Criminalística – IC, para facilitar o desempenho das atividades a elas inerentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: Estabelecer parâmetros para a criação de novas Unidades Policiais.

Descrição do Objetivo: Definir critérios técnicos e realizar uma análise criminal da área onde será implantada a nova Delegacia de Polícia.

Linhas de Atuação:

- Propor ao Governo do Distrito Federal a edição de projeto de lei criando na estrutura da Polícia Civil, no mínimo, uma Delegacia Circunscricional para cada Região administrativa, bem como vinculando a criação de novas Delegacias de acordo com o aumento populacional e do efetivo policial.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: Aumentar o percentual de elucidação de delitos.

Descrição do Objetivo: Elevar o esclarecimento dos crimes e sua autoria para a responsabilização penal.

Linhas de Atuação:

- Concentrar maior número de policiais nas unidades com elevada incidência criminal;
- Aplicar novos modelos investigativos embasados no princípio da inteligência policial;
- Produzir e difundir nas delegacias conhecimentos acerca de áreas críticas;
- Desenvolver e manter atualizado banco de dados setoriais referentes à criminologia, cadastro de pessoas e respectivos "*modus operandi*".
- Fortalecer a divulgação nas Unidades da PCDF do mapeamento da criminalidade e da análise de suas causas realizadas pela DEPO/DEPATE.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: Reduzir o índice de criminalidade.

Descrição do Objetivo: Reduzir os indicadores de criminalidade a níveis aceitos ...

Linhas de Atuação:

- Dotar a força policial de equipamentos e armamentos visando otimizar as atividades correlatas;
- Intensificar o cumprimento de mandados de prisão de imputáveis e de mandados de busca e apreensão de adolescentes infratores;
- Incrementar a apuração dos crimes de menor potencial ofensivo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: Aumentar efetivamente o quadro de pessoal.

Descrição do Objetivo: Garantir que o quadro de servidores da PCDF não fique defasado em relação ao aumento populacional.

Linhas de Atuação:

- Constituir comissão para acompanhar a tramitação de projeto de lei referente ao aumento do efetivo do quadro de servidores;
- Buscar a expansão do quadro da carreira de apoio;
- Criar no quadro de policiais civis o cargo de Analista Policial.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: Investir em equipamentos tecnológicos e softwares para o aprimoramento da atividade policial.

Descrição do Objetivo: Dotar todas as unidades policiais com recursos tecnológicos e necessários compatíveis à execução das atividades policiais.

Linhas de Atuação:

- Adquirir móveis e equipamentos ergonômicos objetivando diminuir a incidência de doenças do trabalho;
- Manter nas unidades equipamentos de informática suficientes ao bom desempenho das atividades policiais;
- Desenvolver e adquirir softwares para gerenciamento administrativo;
- Atualizar o Projeto Millennium visando o aprimoramento da atividade policial.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: Incentivar o compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança e congêneres de outros Estados.

Descrição do Objetivo: Buscar uma melhora no fluxo de informações operacionais com os órgãos de segurança de outros Estados.

Linhas de Atuação:

- Propor o inter-relacionamento dos sistemas corporativos;
- Buscar a integração dos serviços de inteligência dotando-os de uma visão sistêmica.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13: Promover ações policiais rotineiramente.

Descrição do Objetivo: Aumentar a eficácia das ações policiais para a prevenção criminal.

Linhas de Atuação:

- Estabelecer calendário com base no DHL para realização de operações policiais envolvendo segmentos diversos da Polícia Civil;
- Realizar operações com efetivo próprio da unidade visando coibir tipo criminal específico;
- Criar equipe de vigilância nas Delegacias Circunscrições objetivando a realização de rondas ostensivas e preventivas e a interação com a comunidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14: Aprimorar a qualidade de atendimento ao público.

Descrição do Objetivo: Garantir um atendimento ágil e de melhor qualidade ao cidadão..

Linhas de Atuação:

- Submeter os policiais a cursos periódicos de relações humanas e de qualidade total no atendimento;
- Criar modelo de avaliação da qualidade do atendimento ao público nas unidades policiais.
- Realizar pesquisas qualitativas de atendimento e grau de satisfação da população com o atendimento da PCDF.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 15: Investir em ações que valorizem os servidores policiais.

Descrição do Objetivo: Instituir programas de valorização, acompanhamento à saúde, formação e motivação aos servidores da Polícia Civil.

Linhas de Atuação:

- Propor a edição de norma para custear o aprimoramento técnico-policial dos servidores;
- Criar grupo de estudo para apresentar metodologia de bonificação para os servidores que se submetam a cursos de aprimoramento técnico-policial;
- Buscar a implementação de um plano habitacional para os servidores da Polícia Civil;
- Buscar alternativas para assistência médico-hospitalar para os servidores da Polícia Civil;
- Criar programa de readaptação para servidores acometidos por doença do trabalho.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 16: Realizar cursos periódicos de capacitação profissional.

Descrição do Objetivo: Garantir uma capacitação e um aperfeiçoamento contínuo aos servidores.

Linhas de Atuação:

- Dotar a Academia de Polícia Civil – APC de meios para implementar a realização contínua de cursos;
- Buscar a celebração de convênios com órgãos e instituições de ensino para realização de cursos de aprimoramento técnico-policial.
- Garantir um percentual dos recursos orçamentários para formação e capacitação dos servidores da Polícia Civil.

Objetivo Estratégico 17: Fazer gestão junto aos entes políticos para a obtenção de recursos financeiros.

Descrição do Objetivo: Articular de forma integrada com outros órgãos no sentido de obter novos recursos financeiros para a Polícia Civil, inclusive por meios de convênios.

Linhas de Atuação:

- Estreitar a relação com o setor público para dar celeridade ao processo de obtenção de recursos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 18: Buscar a excelência na gestão dos recursos da Polícia Civil.

Descrição do Objetivo: Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários ao atendimento a população.

Linhas de Atuação:

- Dotar a Divisão de Planejamento Administrativo – DPA de condições para a realização de estudos que definam a real demanda de material de consumo e permanente, viaturas policiais, armamentos e demais equipamentos para aquisição da Polícia Civil.
- Implementar ações de Responsabilidade Ambiental.

Programas e ações:

OBJETIVO ESTRATÉGICO 19: Estreitar as relações com os agentes políticos para viabilizar os projetos de interesse institucional.

Descrição do Objetivo: Realizar um efetivo acompanhamento dos projetos, programas, acordos, convênios e demais processos que sejam de interesse institucional.

Linhas de Atuação:

- Dotar a Assessoria para Assuntos Institucionais de meios adequados a execução das suas atividades, atuando junto ao Governo Federal e Distrital, Congresso Nacional e Câmara Legislativa a fim de acompanhar matérias de interesse da PCDF.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 20: Fortalecer o alinhamento com a Política Nacional de Segurança Pública.

Descrição do Objetivo: Consolidar e ampliar a capacidade de atuação das ações a cargo da Polícia Civil do Distrito Federal com os órgãos responsáveis pela elaboração e condução da Política Nacional de Segurança.

Linhas de Atuação:

- Estabelecer uma atuação permanente junto a SENASP/MJ para acompanhamento da Política Nacional de Segurança

Também se encontra em fase de instrução o Processo nº 052.001.110/2011, o qual visa à contratação de empresa para Implantação da Gestão Estratégica com base no Balanced Scorecard, o qual foi encaminhado a Procuradoria Geral do Distrito Federal, onde recebeu parecer contrário a contratação direta com espeque no art. 25, inciso II c/c o art. 13, Inciso III, ambos da Lei n.8.666/93, enquanto não sanadas prévia e integralmente as deficiências apontadas no opinativo.

■ *b). Estratégias de atuação da unidade frente às suas responsabilidades institucionais*

● Conforme determina o Item 02 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU, letra b, a unidade deverá, em sua prestação de contas, discorrer sobre sua estratégia de atuação frente às suas responsabilidades institucionais, o que se deve dar por meio da “I. análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida”, bem assim da “II. análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.”

● O cumprimento da missão institucional delegada à PCDF passa fundamentalmente pela realização de seus objetivos estratégicos, os quais apontam para a necessidade de permanentes investimentos em recursos humanos e materiais. A realidade da segurança pública no âmbito do Distrito Federal ainda não é a ideal, mas revela-se como uma das melhores do Brasil, quando comparada às diversas Unidades da Federação, fato que deve ser tributado, principalmente, à qualidade e ao preparo dos quadros da Polícia Civil.

● Afirmar que o plano estratégico esboçado pela Instituição para alcance de sua missão institucional foi plenamente cumprido seria pretensioso, contudo, há que se reconhecer que a instituição tem voltado seus esforços nesse sentido, sendo possível identificar na execução orçamentária várias ações voltadas à esse fim, valendo citar os investimentos em obras, aquisição de equipamentos, os investimento em tecnologia, a qualificação de servidores, entre outros.

Claro, e a evidência, que a plena realização dos objetivos estratégicos traçados pela Instituição passam necessariamente por um aumento substancial nos recursos orçamentários que lhe são destinados, já que não se pode cogitar da realização de ações voltadas ao cumprimento desses objetivos, como aumento de efetivo, melhoria na infra-estrutura física, aquisição de equipamentos, de tecnologias, entre outros, que não seja pela ampliação dos recursos destinados à PCDF. Contudo, o que pode ser feito dentro das limitações orçamentárias impostas, tem sido feito.

Dentro dos objetivos estratégicos traçados pela Instituição, os recursos orçamentários destinados à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal possibilitaram manter a remuneração dos servidores ativos integrantes do quadro de pessoal, além de possibilitar a execução de mais de R\$ 48.098.074,00 (quarenta e oito milhões, noventa e oito mil e setenta e quatro Reais) para custeio da manutenção dos serviços da Instituição, que garantiram o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais a realização da atividade policial, como os relativos à aquisição de combustível, aquisição de munição, manutenção de veículos e aeronaves, conservação predial, manutenção de serviços de telefonia, informática, redes, água, luz, concessão de diárias, de suprimentos de fundos, entre outros.

No exercício de 2011 também foram assegurados importantes investimentos na PCDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investido, ao final do exercício de 2011, o montante total de R\$ 32.152.260,00 (trinta e dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta Reais).

Na aquisição de equipamentos foram investidos um total de R\$ 18.525.345,30 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco Reais e trinta centavos), dos quais R\$ 8.325.660,00 (oito milhões, trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta Reais) foram investidos em aquisição de veículos, R\$ 3.989.888,57 (três milhões, novecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito Reais e cinquenta e sete centavos) em aparelhos e equipamentos de comunicação, R\$ 4.170.823,28 (quatro milhões, cento e setenta mil, oitocentos e vinte e três Reais e vinte e oito centavos) em equipamentos diversos.

Também foram assegurados investimentos da ordem de R\$ 13.626.914,70 (treze milhões, seiscentos e vinte e seis, novecentos e quatorze Reais e setenta centavos) em obras, das quais cabe destacar a construção da Delegacia da Mulher, do Edifício Tecnológico da PCDF, de finalização da 5ª Delegacia de Polícia e do Edifício Sede da PCDF, obras fundamentais à Instituição.

Ao lado dos investimentos materiais, também foram proporcionados aos servidores policiais civis vários cursos de especialização e aperfeiçoamento, bem como de reciclagem, que se apresentam de fundamental importância para esta Instituição Policial, posto constituir-se em excelente oportunidade de adquirir conhecimentos ligados à instrução de comandos táticos e congêneres e a situações de confrontos com o crime organizado, bem assim de princípios de organização, preparo, comando e tomada de fortalezas, além de operações de resgate de reféns e, demais disciplinas correlatas.

Dentre os diversos cursos ministrados aos servidores, citamos: - Treinamento de manuseio da Carabina CT-30; Curso de Primeiros Socorros e Resgate Tático para Tripulante Operacional; Curso de Repressão Qualificada no Combate ao Tráfico do Crack; Curso de Análise Criminal Investigativa; Curso de Proteção Pessoal e Autoridades; Curso de Investigação Anti-sequestro; Curso de Excelência no Atendimento ao Cidadão; Curso de Negociação em Situações Policiais Críticas; Capacitação para Perícia de Crimes contra Propriedade Intelectual; Curso de Técnicas Operacionais de Ação Policial; Curso de Investigação Criminal de Homicídios; Treinamento Básico para Utilização de Armas Longas; Curso de Técnicas de Operações Policiais para Instrutores de Tiro de outros Estados e Curso de Habilitação ao Uso de Espargidores “Não Letais” com Ênfase ao Agente Pimenta-OC T2 dentre outros. A Divisão de Polícia Comunitária – DIPCOM/APC também promoveu a realização de diversos cursos e palestras (Inclusão Digital, Oratória, Primeiros Socorros, Prevenção ao Uso de Drogas, Mediação de Conflitos, Projeto Ser Saudável, dentre outros.

Com a realização desses cursos, a Instituição se viu preparada para realizar várias operações ocorridas ao longo do ano, que tiveram por objetivo a repressão/prevenção aos ilícitos de roubo, homicídio, porte ilegal de armas, tráfico/uso de substâncias entorpecentes, furtos entre outros, em todas as localidades do Distrito Federal, envolvendo um efetivo de aproximadamente 250 policiais por operação, distribuídos em equipes. Nas operações foram apreendidas armas de fogo, cumpridos mandados de prisão, além da prisão de traficantes de drogas de alta periculosidade e foragidos do Sistema Penitenciário.

Dentre as operações realizadas destacam-se: Operação Águia I, II, III, IV e V, para cumprimento de mandados de prisão de pessoas foragidas da justiça; Operação Carcará, que resultou na prisão de oito pessoas que compunham quadrilha especializada em roubo, receptação e adulteração de veículos; Operação Ícaro, para apreensão de adolescentes infratores; Prisão de quadrilha especializada em furtos de caixas eletrônicos dos Bancos do Brasil e Santander; Prisão em flagrante de 213 tijolos de maconha; Operação Dublê, para cumprimento de mandados de prisão em face de quadrilha especializada em furto de veículos; Operação Conta Corrente, para combate a abertura de contas correntes por meio de fraude; Operação Pérola Negra, que resultou na prisão de quadrilha especializada em violação à direitos autorais; Operação Homero I e II, para combate à crimes de evasão fiscal; Operação Saúde I e II, para fiscalização de alimentos vendidos em estabelecimentos comerciais do DF; Operação Tarrafa, realizada pela Coordenação de Repressão às drogas, que resultou em prisões em flagrante e na apreensão de três kg de crack, um tablete de maconha, 06 veículos de luxo, etc; Operação Saque Rápido, que resultou na prisão de quadrilha composta por sete homens, especializada na prática do crime de roubo, conhecido como saidinha de banco; Operação São João I, II, III e IV, para apreensão de fogos de artifício

armazenados e comercializados de maneira ilegal, em diversos estabelecimentos comerciais da cidade; Operação Balder, em conjunto com a Secretaria de Transparência do Distrito Federal, para apurar fraude na execução do programa “Esporte nas Cidades”; Operação Defeso, para prisão de 19 pessoas acusadas de fazerem parte de uma quadrilha especializada em furtos a caixas eletrônicos, clonagem de cartões, crimes cibernéticos e estelionato; Operação Diamante, que resultou na prisão de 09 pessoas por tráfico de drogas; Operação Acionista, que resultou na prisão de 05 integrantes de uma quadrilha especializada na prática de estelionato; Operação Compact Disk, coordenada pela DOT em parceria com a Secretaria da Ordem Pública que resultou na prisão de 23 pessoas pelo crime de violação de direito autoral e apreensão de 500 mil CDs e DVDs; Operação Cruzada, que resultou na prisão de três traficantes de drogas e mais de 720 kg de entorpecentes, 02 armas de fogo, diversas munições, celulares, veículos e uma balança de prisão; Operação Clone, que resultou na prisão de uma quadrilha armada especializada na prática de roubos de malotes bancários e recrutamento de laranjas; Operação Guariroba, que resultou na prisão de 32 pessoas e nas apreensões de 80 kg de maconha e outros entorpecentes; Operação Acton, com o objetivo de desbaratar esquema de corrupção envolvendo auditores fiscais; dentre outras.

Ainda dentro dos objetivos estratégicos traçados, o Programa Identidade Solidária realizou durante o ano vários eventos, aumentando o número de atendimentos, especialmente direcionados a comunidades carentes ou distantes, a entidades de amparo a idosos, deficientes físicos e mentais, bem como o Sistema Prisional do Distrito Federal, expedindo aproximadamente 1.300 Carteiras de Identidade.

O Centro Piloto de Prevenção ao Uso de Drogas, a seu turno, promoveu a realização de aproximadamente 300 palestras, alcançando aproximadamente 30.000 ouvintes em todo o Distrito Federal, ao passo que o Museu de Drogas realizou mais de 100 exposições do Museu Itinerante com mais de 20.000 visitantes.

Conforme dados consolidados até setembro/2011, viabilizaram a realização de 3.302 operações, de 13.992 rondas, 11.905 prisões em flagrante, na solução de 42.157 ocorrências policiais, na apreensão de 1.864 armas, na expedição de 66.550 laudos criminais, na identificação civil de 187.764 pessoas, na identificação criminal de 10.690 pessoas e no cumprimento de 4.624 mandados de prisão. Todas essas ações redundaram em uma maior eficiência da PCDF, o que resultou no aumento da elucidação de delitos e na redução geral da criminalidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a realização do plano estratégico da PCDF ao longo do exercício de 2011 viabilizou excelentes resultados no desempenho de sua missão institucional, o que só foi possível graças a uma eficiente gestão dos recursos públicos que lhe foram assegurados por meio do FCDF, cuja aplicação se presta contas pelo presente.

Contudo, conforme já ressaltamos, muitos desafios ainda necessitam ser superados pela Instituição, os quais passam necessariamente pela ampliação dos recursos que lhe são destinados, os quais são indispensáveis ao aumento de efetivo e dos investimentos em infra-estrutura, equipamentos e tecnologias voltados à investigação policial.

■ c) *Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:*

De acordo com a Portaria nº 123/2011, do Tribunal de Contas da União, o conteúdo do presente Item objetiva “apresentar os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão, com base em informações de programação e execução orçamentária, física e financeira, considerando os objetivos e programas de governo associados à UJ.”

Conforme já relatamos na introdução da presente prestação de contas, a peculiar situação dos recursos do FCDF, que constituem mero encargo financeiro da União, classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras transferências” do Programa “0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica” do OGU, são um dificultador do planejamento orçamentário, o que impõe limitações ao conteúdo do presente tópico.

De fato, a execução desses recursos não se classifica na função de governo segurança e não agrega, por consequência, nenhum resultado finalístico à execução orçamentária da União, razão por que não é possível falar, do ponto de vista orçamentário, em que pese sê-lo do ponto de vista prático, em execução física das ações realizadas pela UJ, pois tais ações, com exceção das que se referem a benefícios de pessoal, não indicam metas e produtos a serem alcançados, mas apenas os valores a serem transferidos ao GDF por força dos normativos já mencionados.

Conforme já ressaltado alhures, o programa objetiva transferir recursos ao Distrito Federal com vistas à manutenção da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, além de viabilizar assistência financeira para a execução de serviços públicos das áreas de saúde e educação, na forma do art. 21, inciso XIV da Constituição Federal e da Lei 10.633/2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Entre suas ações, estão as voltadas especificamente à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal, e também aquelas que compartilham recursos para a PCDF, a PMDF e o CBMDF, como as voltadas ao pagamento de benefícios, como auxílio transporte, alimentação e creche.

Apesar de os recursos do Programa 0903 não indicarem metas e produtos a serem alcançados, pelas razões que já expomos, na execução da Ação 0037.0053, que destina recursos à manutenção das ações da PCDF, temos procurado compatibilizar a execução dos recursos com as metas e produtos das ações e projetos inseridos no Plano Plurianual do Distrito Federal, conforme pode ser constatado no quadro relativo ao Item II, que se refere à Execução Orçamentária das Despesas.

A seguir, objetivando atender a Portaria nº 123/2011-TCU, estão discriminados os dados do Programa “0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”, com as ressalvas pertinentes, posto se tratar de programa não finalístico.

● I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

TABELA 02 - QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: Programa 0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica				
Tipo do Programa: Operação Especial						
Objetivo Geral: Dar cumprimento ao dispositivo constante do Inciso XIV do Artigo 21 da Constituição Federal e Lei 10.633 de 27/12/2002						
Objetivos Específicos: Manutenção da PCDF, da PMDF, do CBMDF e assistência à serviços públicos						
Gerente: Não há, pois não é finalístico				Responsável: Não há, pois não é finalístico		
Público Alvo: População do Distrito Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa (APENAS PCDF)						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.569.751.608,00	1.488.707.176,00	1.488.707.176,00	1.473.602.445,57	15.104.730,43	1.473.602.445,57	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não aplicável - NA	NA	NA	NA	NA	NA
Fórmula de Cálculo do Índice						
Campo não aplicável aos recursos do FCDF.						
Análise do Resultado Alcançado						

Campo não aplicável aos recursos do FCDF.

Fonte: SIAFI – Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em que pese não constar da instrução exigida pela Portaria nº 123/2011, do TCU, a tabela a seguir detalha em ações os valores destinados pelo Programa 0903 – “Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica” à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal, visto que o valor total do programa em questão contempla recursos não apenas para manutenção dessa Instituição, mas também para manutenção da PMDF, do CBMDF e para assistência à serviços públicos de saúde e educação.

Tal tabela também se prestará para melhor compreensão da tabela seguinte, que se refere à execução física das ações.

TABELA 03 – DOTAÇÕES DO PROGRAMA 0903 PARA MANUTENÇÃO DA PCDF

<i>Programa 0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica</i>		N. D.	AUTORIZADO (R\$)	CRÉD. ADIC = REMANEJAM R\$	LEI + CRÉDITOS R\$
A Ç Õ E S	0037 - Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal	3.1.90.00	1.017.727.854,00	(-) 140.097.800,00	877.630.054,00
		3.1.91.00	112.385,00		112.385,00
		3.3.90.00	48.098.074,00		48.098.074,00
		4.4.90.00	24.952.260,00	(+) 7.200.000,00	32.152.260,00
	00FN – Auxílio Alimentação aos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal	3.3.90.00	20.563.776,00	(+) 498.089,00	21.061.865,00
	00FQ – Auxílio Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal	3.3.90.00	785.460,00	(+) 357.515	1.142.975,00
	00FJ - Auxílio Transporte aos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal	3.3.90.00	52.800,00	(-) 51.900,00	900,00
	0041 - Pessoal Inativo e Pensionistas da PC DF	3.1.90.00	457.458.999,00	(+) 51.049.664,00	508.508.663,00
	TOTAL		1.569.751.608,00		1.488.707.176,00

Fonte: SIAFI - Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

A partir dos códigos das ações discriminados acima, apresentamos os dados do quadro abaixo, que se referem exclusivamente às ações sob responsabilidade da PCDF.

● II. Execução física das ações realizadas pela UJ.

TABELA 04 - QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta Prevista	Meta realizada	MR 2011
28	845	0903	0037	OP	D	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
28	845	0903	00FN	OP	D	Servidor beneficiado	5.637	5.637	Não se aplica
28	845	0903	00FQ	OP	D	Criança atendida	689	689	Não se aplica
28	845	0903	00FJ	OP	D	Servidor beneficiado	25	25	Não se aplica
28	845	0903	0041	OP	D	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Lei Federal nº 12.381, de 09/02/2011 “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010” – Anexo IV.

Análise crítica

De acordo com a Portaria nº 123/2010-TCU, após apresentação do presente quadro o gestor da unidade deve promover análise crítica acerca do mesmo, contemplando aspectos como cumprimento das metas, ações que apresentaram problemas de execução, ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas, ações Prioritárias na LDO, e ainda outras questões que tenham provocado impacto na Execução Física das ações realizadas pela UJ e que não tenham sido abordadas nos tópicos anteriores.

Tal análise, conforme já ressaltamos em diversos pontos do presente relatório, resta comprometida, haja vista que os recursos do FCDF, por constituírem mero encargo financeiro da União, estão alocados no programa 0903, que é não finalístico e não agrega produtos e metas específicos à esse orçamento, classificando-se na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras transferências”.

De qualquer sorte, objetivando dar maior transparência na execução dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, o quadro a seguir detalha as ações realizadas com os mesmos, as quais estão em consonância com o Plano Plurianual do Distrito Federal.

TABELA 05 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

NOME DO PROJETO	Unidade de Medida	QTE	PRODUTO	VALOR (R\$)
Pagamento Ativo (inclusive exerc. ant)	Pessoa	5.637	Servidor Remunerado	877.630.054,00
Encargos sobre folha de pagamento	Folha	1	Folha	112.385,00
Pagamento de Inativos e Pensionistas (inclusive exerc. ant)	Pessoa	3.548	Pessoa Atendida	508.508.663,00
Auxílio Alimentação	Pessoa	5.637	Benefício Concedido	21.061.865,00
Manutenção da Polícia Civil do DF	Un	1	Órgão Mantido	48.098.074,00
Auxílio Creche	Pessoa	1.360	Benefício Concedido/mes	1.142.975,00
Auxílio Transporte	Pessoa	177	Benefício Concedido/mês	900,00
Aquisição de veículos para a Polícia Civil	un	207	Equip. adquirido	8.325.660,00
Aquisição de aparelhos e equipamentos de comunicação	un	1.128	Ap/Equip. adquirido	3.989.888,57
Aquisição de aparelhos, equip.e utensílios médico, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	un	79	Apar/Ut/Equip. Adquirido	286.180,00
Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos	un	88	Apar. Adquirido	58.975,30
Aquisição de coleções e materiais bibliográficos	un	7	Col. Adquirida	4.875,10
Aquisição de equipamentos de manobra e patrulhamento	un	200	Equip. adquirido	37.000,00
Aquisição de equipamentos para áudio, vídeo e foto	un	38	Equip. adquirido	74.266,6
Aquisição de máquinas, utensílios e equipamentos diversos	un	303	Maq/Ut/Equip. Adquirida	2.567.510,75
Aquisição de equipamentos de processamento de dados	un	51	Equiq. Adquirido	48.750,5

Aquisição de máquinas, ferramentas e utensílios de oficina.	un	5	Maq. Adquirida	10.065,99
Aquisição de mobiliários em geral	un	1.035	Mob. Adquirido	1.038.199,04
Aquisição de peças não incorporáveis a imóveis	m²	13.098	Equip. adquirido	2.038.973,45
Aquisição de equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	un	1	Equip. adquirido	45.000,00
Construção do Edifício Tecnológico	m²	3.089	Prédio Construído	3.339.288,34
Finalização da obra da 5ª Delegacia de Polícia	m²	1.700	Prédio Construído	3.086.172,13
Construção da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher	m²	1.400	Delegacia construída	798.768,39
Construção do Alambrado da APC	m²		Alambrado construído	1.410.680,11
Construção do Edifício Sede da Polícia Civil	m²	8.000	Prédio Construído	4.992.005,73
TOTAL				1.488.707.176,00

Fonte: SIAFI - Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

■

■ d) *Desempenho Orçamentário e Financeiro:*

De acordo com a Portaria nº 123/2011-TCU, este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais. A seguir são apresentados os quadros A.2.3, A.2.4, A.2.5, A.2.6, do tópico 2.4.1 da Portaria nº 123/2011-TCU, que se refere à Programação Orçamentária da Despesa, consignando que não foi incluído o quadro A.2.7 por que esse se refere à programação orçamentária da despesa recebida por movimentação, a qual não ocorreu no âmbito da PCDF, visto que seus créditos são originários exclusivamente do FCDF.

● I. Programação Orçamentária das Despesas

TABELA 06 - QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Constitucional do Distrito Federal	73.901	170392

TABELA 07 - QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – J e Enc. dívida		3- Outras Despesas Correntes	
					Exerc.			
			Exercícios		Exerc.		Exercícios	
2011		2010		2011	010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta UO	1.475.299.238,00	1.324.510.906,00			69.500.110,00	54.028.899,00	
	PLOA	1.475.299.238,00	1.324.510.906,00			69.500.110,00	54.028.899,00	
	LOA	1.475.299.238,00	1.324.510.906,00			69.500.110,00	54.028.899,00	
CRÉDITOS	Suplementares		(+) 51.049.664,00	(+) 49.700.000,00			(+) 855.604,00	(+) 17.000.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		(-) 140.097.800,00	(-) 101.100.000,00			(-) 51.900,00		
Outras Operações								
Total			1.386.251.102,00	1.273.110.906,00			70.303.814,00	71.028.899,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TABELA 08 - QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta UO	24.952.260,00	14.952.260,00				
	PLOA	24.952.260,00	14.952.260,00				
	LOA	24.952.260,00	14.952.260,00				
CRÉDITOS	Suplementares	(+) 7.200.000,00	(+) 10.000.000,00				
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
Total		32.152.260,00	24.952.260,00				

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TABELA 09 - QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reser Conting.	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta UO	69.500.110,00	54.028.899,00	24.952.260,00	14.952.260,00		
	PLOA	69.500.110,00	54.028.899,00	24.952.260,00	14.952.260,00		
	LOA	69.500.110,00	54.028.899,00	24.952.260,00	14.952.260,00		
CRÉDITOS	Suplementares	(+) 855.604,00	(+) 17.000.000,00	(+) 7.200.000,00	(+) 10.000.000,00		
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados	(-) 51.900,00					
	Outras Operações						
Total		70.303.814,00	71.028.899,00	32.152.260,00	24.952.260,00		

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Análise crítica

De acordo com a Portaria nº 123/2011-TCU, a par das informações prestadas nos quadros acima, deve a UJ proceder a uma análise crítica da programação orçamentária, originária e adicional, analisando as dotações propostas pela UO, PLOA e LOA e alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior de modo a demonstrar o estágio atual alcançado pela UJ na gestão dos seus créditos. Segundo essa Portaria, o gestor deverá examinar as alterações ocorridas na programação orçamentária que sejam relevantes para a gestão, analisando as suas razões e os seus impactos, positivos ou negativos, nas atividades da UJ.

Conforme já fora exposto, o processo de orçamentação do FCDF é diferenciado dos demais órgãos da União, pois os recursos do FCDF são despesas obrigatórias da União, previamente definidas para utilização em sua finalidade, cabendo ao seu gestor apenas encaminhar proposta ao MPOG discriminando sua aplicação para a PCDF, a PMDF, o CBMDF e para assistência à saúde e à educação.

Assim, a PCDF apresenta anualmente seu pleito de orçamento ao gestor do FCDF, e não ao MPOG, o qual, dentro das possibilidades desse Fundo, e das necessidades das diversas unidades orçamentárias por ele mantidas, aloca os quantitativos solicitados ou não.

Dessa forma, o campo “Dotação proposta pela UO” reflete o valor que de fato o gestor do FCDF destinou à UJ, e não a proposta que esta apresentou, a qual refletia suas efetivas necessidades. Assim, os valores solicitados pela PCDF ao gestor do FCDF são diferentes daqueles que são alocados no Fundo, visto que despesas para pessoal, ativo e inativo, tem sido invariavelmente atendidos em valores inferiores às efetivas necessidades da PCDF. Tal fato encontra-se melhor explicitado no Item 3.2 do presente relatório, no qual abordamos a questão dos reconhecimentos de passivos de exercícios anteriores.

● II. Execução Orçamentária das Despesas;

Seguindo as orientações traçadas pela Portaria nº 123/2011-TCU, as informações sobre a Execução Orçamentária devem estar divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, sendo um relativo à Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ e outro relativo à Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

Contudo, tendo em vista que a UJ não recebeu créditos por movimentação, que segundo o Item 2.4.1.4 da Portaria 123/2011-TCU seriam o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ, não existem informações a serem prestadas nos quadros de nº A.2.11, A.2.12 e A.2.13 dessa Portaria, que se referem à execução orçamentária da UJ relativa à créditos recebidos por movimentação.

**TABELA 10 - QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Valores R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	18.133,84	64.544,12	18.133,84	64.544,12
Tomada de Preços	0,00	216.072,37	0,00	216.072,37
Concorrência	13.822.334,65	15.250.345,42	13.822.334,65	15.250.345,42
Pregão	51.853.727,64	52.406.683,91	51.853.727,64	52.406.683,91
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	10.321.543,17	5.974.291,75	10.321.543,17	5.974.291,75
Inexigibilidade	2.996.467,67	1.273.109,67	2.996.467,67	1.273.109,67
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	133.217,86	109.921,09	133.217,86	109.921,09
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	1.408.891.631,82	1.247.477.882,05	1.408.891.631,82	1.247.233.651,66
Diárias	351.571,28	215.685,82	351.571,28	215.685,82
Outros	318.548,07		318.548,07	

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TABELA 11 - QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

GND	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.386.251.102,00	1.272.936.926,11	1.386.249.184,22	1.314.995.897,72	0,00	0,00	1.386.249.184,22	1.314.994.897,72
11 – Venc. Pes. civil	832.565.005,05	802.831.644,26	832.565.005,05	802.831.644,26	0,00	0,00	832.565.005,05	802.831.644,26
01 – Após. e reformas	363.614.079,49	329.878.066,80	363.614.079,49	329.878.066,80	0,00	0,00	363.614.079,49	329.878.066,80
03 – Pensões	110.722.369,13	98.807.607,61	110.722.369,13	93.144.190,52	0,00	0,00	110.722.369,13	93.144.190,52
Demais elem. do grupo	79.349.648,33	41.419.607,44	79.347.730,55	89.141.996,14	1.917,78	0,00	79.347.730,55	89.141.996,14
2 – Juros e Enc. da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes	70.303.814,00	71.028.878,40	63.292.743,97	62.019.558,97	7.011.070,03	9.009.319,43	63.292.743,97	62.019.558,97
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	35.887.759,92	38.326.434,51	30.590.817,78	32.380.983,87	5.296.942,14	5.945.450,64	30.590.817,78	32.380.983,87
46 – Auxílio aliment.	19.509.421,23	17.921.192,00	19.509.421,23	17.921.192,00	0,00	0,00	19.509.421,23	17.921.192,00
30 – Mat. de consumo	6.480.703,81	11.694.971,37	5.921.390,00	9.229.387,39	559.313,07	2.465.583,98	5.921.390,00	9.229.387,39
Demais elem. do grupo	8.425.929,04	3.086.280,52	7.271.114,22	2.487.995,71	1.154.814,82	598.284,81	7.271.114,22	2.487.995,71

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TABELA 12 - QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	32.152.260,00	24.952.260,00	23.819.102,19	23.201.389,64	8.333.157,81	1.750.870,36	23.819.102,19	23.201.389,64
51 – Obras e instalações	13.626.914,70	15.298.631,77	7.673.527,69	13.856.956,02	5.953.387,01	1.441.675,75	7.673.527,69	13.856.956,02
52 – Equip. e mat.	18.525.345,30	9.653.628,23	16.145.574,50	9.344.433,62	2.379.770,80	309.194,61	16.145.574,50	9.344.433,62

Perman.								
5 – Inv. Financeiras								
6 – Amort. da Dívida								

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Análise crítica

De acordo com a Portaria nº 123/2011-TCU, preenchidos esses Quadros, deve o gestor proceder a uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ, analisando as alterações significativas ocorridas no exercício, o contingenciamento no exercício, e ainda os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária.

Quanto ao comportamento das despesas de um exercício para o outro, observa-se, no grupo de despesas de pessoal ativo, inativo e pensionistas, incremento da ordem de R\$ 113.314.175,89 (cento e treze milhões, trezentos e quatorze mil, cento e setenta e cinco mil Reais e oitenta e nove centavos) o que se deveu ao pagamento de despesas de exercícios anteriores autorizadas pelos Decretos 29.662/2008 e 33.324/2011, bem assim ao pagamento de despesas da folha de dezembro/2010, não conhecidas, por falta de recursos, no exercício próprio.

Nos principais elementos de despesas correntes, observou-se significativa redução nos gastos executados no grupo “339030 - material de consumo”, que sofreram redução da ordem de R\$ 5.214.267,56 (cinco milhões, duzentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e sete Reais e cinquenta e seis centavos), observando-se também pequeno incremento nos gastos executados no grupo “339039 – serviços de terceiros pj”, que sofreram acréscimo da ordem de R\$ 2.438.674,59 (dois milhões, quatrocentos e trinta e oito Reais, seiscentos e setenta e quatro Reais e cinquenta e nove centavos).

A significativa redução dos gastos no primeiro grupo (material de consumo) é atribuída, em primeiro lugar, a necessidade de adequação desses gastos aos recursos de custeio disponibilizados para a Unidade, que em 2011 sofreram decréscimo da ordem de R\$ 3.369.926,00 (três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e seis Reais), os quais reduziram de R\$ 51.468.000,00 no exercício de 2010 para R\$ 48.098.074,00 no exercício de 2011. Nesse passo, observou-se significativa redução nos gastos executados nos sub-elementos de despesas “339030.17 – material de processamento de dados”, “339030.39 – material para manutenção de veículos” e no grupo “339030.24 – materiais para manutenção de bens móveis”. O incremento observado no segundo grupo (serviços de terceiros PJ) é atribuído aos inevitáveis reajustes de preços de insumos que ocorrem de um exercício para o outro.

Também se observou, nas despesas correntes relativas ao auxílio alimentação incremento da ordem de R\$ 1.588.229,23 (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e vinte e nove Reais e vinte e três centavos), fato que ocorreu tão somente por que o benefício no valor de R\$ 304,00 (trezentos e quatro Reais), no exercício de 2010, fora praticado nesse valor apenas a partir de primeiro de fevereiro desse ano (conforme Portaria MPOG nº 42, de 09 de fevereiro de 2010) ao passo que no exercício de 2011 o fora durante o exercício todo.

Como resultado da continuidade das obras iniciadas e em curso no exercício de 2010, observou-se investimentos em obras no exercício de 2011 próximos ao que fora investido naquele exercício, ocorrendo variação a menor da ordem de R\$ 1.671.717,07 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e dezessete Reais e sete centavos). Os gastos em equipamentos foram maiores em 2011 com relação à 2010, observando-se incremento da ordem de R\$ 8.871.717,87 (oito milhões, oitocentos e setenta e um, setecentos e dezessete Reais e oitenta e sete centavos), fato que decorreu do incremento dos recursos de investimento nesse exercício e ao atendimento de demandas por investimento de exercícios anteriores até então não atendidas, como a relativa a aquisição de veículos, que no exercício de 2011 recebeu aporte da ordem de R\$ 8.325.660,00 (oito milhões, trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta Reais).

Quanto a eventos, internos e externos com força a prejudicar a execução orçamentária da UJ, pode-se afirmar que a programação e execução da despesa da unidade ocorreu de forma regular e ininterrupta, haja vista que, por trabalhar com recursos que constituem despesa obrigatória da União, não sofreu contingenciamento ou corte de recursos que comprometessem suas atividades, sendo certo ainda que tanto o orçamentário, quanto o financeiro necessário ao desempenho de suas atividades, foram disponibilizados.

Há que se ressaltar nesse aspecto, contudo, que ocorreram significativos cancelamentos e remanejamentos nas dotações de pessoal, as quais, a despeito disso, foram

praticamente suficientes para fazer face às necessidades da Unidade, sendo necessário o reconhecimento de dívida da folha, no exercício de 2012, da ordem de R\$ 10.513.228,94 (dez milhões, quinhentos e treze mil, duzentos e vinte e oito Reais e noventa e quatro centavos). Os recursos de investimento e custeio não foram provisionados conforme solicitou a Unidade, contudo, foram os primeiros acrescidos por crédito adicional, sendo certo que, graças ao desempenho da Unidade, foram as despesas de custeio adequadas ao orçamento que lhe fora disponibilizado.

TABELA 13 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS/DESPESAS

AÇÃO		ANO		
		2009	2010	2011
Ação 0037 - Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal	GND 01	885.660.100,20	809.694.356,00	877.742.439,00
	GND 03	44.468.000,00	51.468.000,00	48.098.074,00
	GND 04	19.183.800,00	24.952.260,00	32.152.260,00
0041 - Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Civil, do Distrito Federal	GND 01	399.542.805,00	463.416.550,00	508.508.663,00
00 - Auxílio Alimentação aos Servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	GND 03	11.139.219,00	17.921.192,00	21.061.865,00
00 - Auxílio Pré Escolar aos Servidores da Polícia Civil	GND 03	1.394.220,00	1.364.173,00	1.142.975,00
00 - Auxílio Transporte aos Servidores da Polícia Civil	GND 03	309.876,00	275.534,00	900,00
Total Geral		1.361.698.020,20	1.369.092.065,00	1.488.707.176,00

Fonte: SIAFI - Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

● III. Indicadores Institucionais.

Conforme informações prestadas pela Divisão de Planejamento Administrativo – DPA/DAG (Memorando nº 12/2012-DPA) “para que a Polícia Civil alcance os seus objetivos e prioridades organizacionais, deverá continuamente analisar as alternativas de atuação surgidas ao longo do exercício de modo a adequar o seu plano de ação anual, inicialmente estabelecido com base no seu planejamento estratégico, às ocorrências ou possibilidades de ocorrências de eventos internos ou externos, sujeitos ou não ao seu controle, que, representando oportunidades ou ameaças, são capazes de influenciar diretamente o seu desempenho operacional. Em outras palavras, a Polícia Civil não pode prescindir de um sistema de avaliação – indispensável tanto para a tomada de decisão atual, quanto para orientar as ações futuras. Ele permite estipular ações corretivas, bem como, valorizar e incentivar práticas bem-sucedidas. A avaliação deve servir para que se analisem as causas e os efeitos dos desvios entre o programado e o realizado, de forma que os gestores possam recomendar suas ações corretivas.”

Ainda, segundo a DPA, no mesmo documento suso mencionado, “juntamente com o esboço do Plano Estratégico para o quadriênio 2011/2014, foi encaminhado a Direção Geral – DGPC o ‘Projeto Preliminar de Concepção dos Indicadores de Desempenho’ da Polícia Civil, com o propósito de tornar a avaliação uma atividade sistêmica, organizada e integrada à rotina da gestão da PCDF e que seja capaz de:

- medir e demonstrar os resultados e o desempenho da instituição de forma confiável, sistemática e transparente (o desafio da mensuração);

- constituir uma base para a aprendizagem e para a construção do conhecimento a respeito da atuação da Polícia, do seu público-alvo e do seu contexto (o desafio da interpretação); e
- melhorar ou inovar as decisões, o gerenciamento, a execução das ações e a alocação de recursos nos níveis estratégico, setorial (tático) e operacional da organização (o desafio da decisão e gestão).”

Conforme a DPA, a implantação destes indicadores permitirá uma melhora no processo de coordenação organizacional, a partir da discussão fundamentada dos resultados e o estabelecimento de compromissos entre os diversos setores da Instituição. Num segundo instante possibilitará a incorporação de sistemas de reconhecimento pelo bom desempenho, tanto institucionais como individuais, e também dará maior transparência à gestão e favorecerá a prestação de contas (Relatório de Gestão/TCU).

A sociedade civil, por sua vez, se beneficiará com um diagnóstico preciso de algumas atividades da PCDF, que com transparência busca a melhoria do desempenho dos seus servidores, o que se traduz em maior confiança, comprometimento, lealdade e produtividade. O fundamental no estudo apresentado é a opção por uma gestão eficiente e transparente, conforme se espera do poder público.

- 3.2 - Item 03 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Conforme instruções constantes do Item 3.1 da Portaria nº 123/2011-TCU, o Quadro A.3.1 visa a demonstrar a movimentação e o saldo, no exercício de referência do Relatório de Gestão, das Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI nas UG associadas à UJ, que representam o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

Tais contas contábeis se referem, respectivamente, a reconhecimento de passivos referente à fornecedores, pessoal, encargos, obrigações tributárias e débitos diversos. Tendo em vista que o FCDF possui natureza contábil, não há registro de movimentação de passivos nessas contas, até por que o passivo eventualmente existente e que foi reconhecido e registrado na execução da despesa são do GDF e não da União, razão pela qual acatamos determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal de registrar esses passivos no sistema próprio do Distrito Federal.

De fato, a execução de passivos de exercícios anteriores no âmbito do FCDF no exercício de 2011 observou as prescrições do art. 50 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal para o exercício de 2011, Lei Distrital nº 4.499, de 27/08/2010, e ainda os Decretos regulamentares nº 32.845, de 08 de abril de 2011 e 29.662, de 28 de outubro de 2008, os quais são observados pelos órgãos da Administração Distrital por ocasião do reconhecimento das dívidas de exercícios encerrados. Foi editado, ainda, o **Decreto Distrital nº 33.324, de 09 de novembro de 2011**, autorizando, especificamente, “o pagamento de dívidas administrativas ao pessoal ativo, inativo, pensionistas e ex-servidores da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências”.

Dessa sorte, o Quadro A.3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos” não será apresentado, por ser inaplicável, contudo, apresentamos o demonstrativo a seguir, que se refere à reconhecimento e pagamento de passivos de exercícios anteriores conforme legislação mencionadas.

TABELA 14 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

MINISTÉRIOS	VALOR			VALOR TOTAL
	Dec. 93.872/86, § 2º, “a”	Idem, § 2º, “b”	Idem, § 2º, “c”	
MF – Fundo Constitucional do Distrito Federal – Polícia Civil do Distrito Federal	80.437.336,07	0,00	0,00	80.437.336,07

Detalhamento da Despesa Executada

RUBRICA	DECRETOS	VALOR (R\$)
Pessoal Ativo, Inativo e Benefícios Assistenciais	Decretos 29.662/2008 e 33.324/2011	80.437.336,07
Outras Despesas Correntes	Decreto 32.845/2011	0,00
TOTAL		80.437.336,07

Fonte: SIAFI – Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Análise crítica

Conforme já relatado na introdução da presente prestação de contas, não obstante termos imprimido esforço no sentido de obter as condições para custear todas as folhas de pagamento com os recursos orçamentários do exercício financeiro a que pertencem, visto que na proposta orçamentária da PCDF solicitamos o provisionamento de recursos para pagamento de pessoal necessários a evitar a prática do reconhecimento de dívidas, foram reconhecidos passivos da folha de pessoal referente a ativos/inativos/pensionistas referente ao mês de dezembro/2010 da ordem de R\$ 58.236.070,40 (cinquenta e oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, setenta Reais e quarenta centavos), conforme posição SIAFI janeiro/2011.

Ao longo do exercício, com base nos autorizativos constantes dos Decretos Distritais nºs 29.662/2008 e 33.324/2011 foram reconhecidos e pagos despesas de exercícios anteriores da ordem de R\$ 22.201.265,67 (vinte e dois milhões, duzentos e um mil, duzentos e sessenta e cinco Reais e sessenta e sete centavos), totalizando o pagamento de despesas de pessoal de exercícios anteriores da ordem de R\$ 80.437.336,07 (oitenta milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e seis Reais e sete centavos).

Quanto ao pagamento de despesas de exercício anterior relativas à folha de pessoal de dezembro de 2010, é preciso destacar que tal fato ocorreu por que, a despeito de solicitadas dotações suficientes para fazer face a tais despesas no exercício próprio, no caso 2010, foram elas atendidas em valor inferior ao solicitados, sendo certo que, mesmo as dotações atendidas no exercício de 2010, assim como as atendidas em 2011, foram parcialmente remanejadas, o que também teve impacto no cumprimento das despesas obrigatórias de pessoal.

É certo que, sendo as despesas da manutenção da Polícia Civil financiadas com recursos da União por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal e executadas diretamente no SIAFI, deveriam elas, em especial as de pessoal, ser integralmente aportadas dentro de cada exercício, contudo, o Distrito Federal como gestor do Fundo, para se socorrer de suas dificuldades orçamentárias com saúde, educação, e atendimento do limite de despesas de pessoal estabelecido pela LRF, tem atendido apenas parcialmente nossas demandas de recursos, abrindo espaço para ocorrências desta natureza.

○ 3.3 - Item 04 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU- Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

○ O Quadro A.4.1 da Portaria nº 123/2011-TCU, abaixo descrito, contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos pela PCDF e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2011, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm estrutura de informação que se descreve a seguir.

TABELA 15 - QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	39.020,77	32.869,16	0,00	6.151,61
2009	230.294,77	630,00	224.143,16	6.151,61
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	10.760.189,79	612.848,54	9.196.614,85	950.726,40
2009	94.150.922,28	19.300,19	94.131.622,09	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI – Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

- 3.4 - Item 05 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU - Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

O presente tópico pretende apresentar informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica.

Para tanto, e de acordo com a Portaria nº 123/2011-TCU, as informações sobre os recursos humanos da unidade serão demonstradas por intermédio dos quadros A.5.1 a A.5.9.

- a) *Composição do quadro de servidores ativos*

TABELA 16 - QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	5940	5359	32	183
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5940	5359	32	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5940	5346	32	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	13	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	5940	5359	32	183

Fonte: SIGRH/SIAPE

TABELA 17 - QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRAB. DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	118
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	107
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	11
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	02
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	02
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0

2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	09
4.1. Doença em pessoa da família	05
4.2. Capacitação	04
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	08
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	03
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	04
5.5. Mandato classista	01
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	137

Fonte: SIGRH/SIAPE

TABELA 18 - QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	*	03	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	03*	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	1155	896	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1155	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	13	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	1155	912	0	0

Fonte: SIGRH/SIAPE – 03 ocupantes de cargos comissionados estão contidos no total de funções gratificadas.

TABELA 19 - QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	401	1618	3054	262	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	401	1618	3054	262	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	05	07	04	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	05	07	04	0
3. Totais (1+2)	401	1623	3061	266	11

Fonte: SIGRH/SIAPE

TABELA 20 - QUADRO A.5.5 – QUAN. DE SERV. DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	08	989	3288	1012	40	09
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	08	989	3288	1012	40	09
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	02	14	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	02	14	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	08	991	3302	1012	40	09

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIGRH/SIAPE

Obs.: Os dados podem sofrer alterações em razão de inconsistências e por falta de atualização.

■

- b) *Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;*

TABELA 21 - QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	2032	148
1.1 Voluntária	1713	144
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	319	04
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	171	03
2.1 Voluntária	87	0
2.2 Compulsória	01	0
2.3 Invalidez Permanente	83	03
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	2203	151

Fonte: SIGRH

TABELA 22 - QUADRO A.5.7 – COMP. DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	1164	44

Fonte: SIGRH – não foi possível separar os regimes.

■

- c) *Composição do quadro de estagiários;*

O quadro A.5.8 se refere à composição do quadro de estagiários da Instituição. Tendo em vista que os estagiários em atividade na PCDF são geridos pela SEPLAG/DF, e que por isso não possuem vínculo com a instituição, deixamos de apresentar as informações do referido quadro.

■ d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;

TABELA 23 - QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri-buições	Gratifi-cações	Adicio-nais	Indeniza-ções	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	1.082.794.760,70	12.879.393,70	92.411.427,89	22.868.384,19	20.718.060,67	1.763.201,26	3.683.286,69	16.068.954,71	313.146,19	1.253.500.616,00
	2010	1.061.801.057,02	11.636.938,25	62.967.613,73	24.608.224,33	20.984.521,53	1.326.686,29	7.357.767,32	10.819.365,86	440.494,43	1.201.942.668,76
	2009	1.034.812.055,44	11.880.310,64	64.371.480,44	23.425.322,06	12.462.650,43	381.422,63	4.417.190,53	243.516,90	386.026,56	1.152.379.975,63
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										

Fonte: SIAPE

Obs.: No quadro consta o custo de pessoal dos servidores: a) de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão; b) cedidos com ônus ou em licença; c) ocupantes de cargo DFG/DFA; d) ocupantes de funções gratificadas

e) *Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;*

Esse tópico se refere aos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, que segundo a Portaria nº 123/2011-TCU, deverão ser apresentados por intermédio de dos quadros A.5.9, A.5.10, A.5.11, A.5.12 e A.5.13. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; o segundo trata da relação dos empregados terceirizados substituídos; o terceiro contempla os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais; o quarto trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o quinto trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão. Tendo em vista que não há ocorrência das situações descritas nos quadros A.5.9, A.5.10, A.5.11, deixamos de apresentá-los no presente tópico, passando a seguir a apresentação dos quadros A.5.12 e A.5.13.

TABELA 24 - QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL													
UG/Gestão: 170.395/00001						CNPJ: 37.115.482.0001-35							
Informações sobre os contratos													
Ano	Área	Nat.	Nº do cont	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	96/08	00.332.833/0008-26	29/04/11	28/04/12	335	287					P
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Processo de contratação nº 052.000.734/2009.

TABELA 25 - QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano	Área	Nat	Nº do Cont.	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	7, 10 e 11	E	15/11	00.332.833/0008-26	29/04/11	25/10/11	175	144					E
2011	7, 10 e 11	E	38/11	00.332.833/0008-26	26/10/11	22/04/12	179	169					A
Observações:													
Os quantitativos referente ao campo “C” (efetivamente contratados) tomou por base a média dos postos preenchidos durante a vigência do contrato.													
LEGENDA													
Área:													
Conservação e Limpeza;													
Segurança;													
Vigilância;													
Transportes;													
Informática;													
Copeiragem;													
Recepção;													
Reprografia;													
Telecomunicações;													
Manutenção de bens móveis													
Manutenção de bens imóveis													
Brigadistas													
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

■

■ f) *Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.*

Conforme informações prestadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas, a PCDF ainda não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Contudo, encontram-se em desenvolvimento por essa unidade, indicadores relacionados ao percentual de absenteísmo por cargo, percentual de ocupação dos cargos, percentual de previsão de aposentadorias por cargo, percentual de ocupação do cargo por sexo, percentual de ocupação por departamento, percentual de ocupação por idade e percentual de ocupação do cargo por classe do cargo.

○ 3.5 - Item 06 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre transferências mediante convênio e outros ajustes

No presente Item são solicitadas informações “sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.”

Tendo em vista que os recursos do FCDF constituem obrigação constitucional da União com objeto específico, e que os mesmos não contemplam execução mediante transferência, o presente tópico não se aplica à sua prestação de contas. Assim, os quadros A.6.1 à A.6.5, referentes à esse tópico, não serão preenchidos e apresentados, por serem inaplicáveis.

○ 3.6 - Item 07 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Declarações sobre SICONV e SIASG

Neste item é solicitada “Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.”

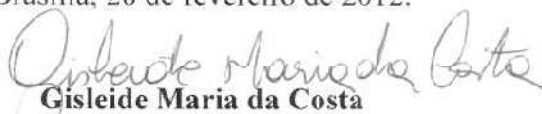
Abaixo a declaração em questão, com a ressalva pertinente quanto aos lançamentos no SICONV, que não é utilizado no âmbito da PCDF por que os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal não admitem execução de despesas na modalidade de transferência mediante convênio, conforme mencionado no tópico anterior.

**QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
DADOS NO SIASG E SCONV**

DECLARAÇÃO

Eu, Gisleide Maria da Costa, CPF nº 399.893.301-82, Chefe da Seção de Controle de Contratos e Convênios, exercido na Divisão de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Geral da PCDF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores, esclarecendo, ainda, que a PCDF não lança ajustes no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme previsto nos referidos normativos, por que os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF não admitem execução na modalidade “Transferência”.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.


Gisleide Maria da Costa
(CPF 399.893.301-82)

Chefe da Seção de Controle de Contratos e Convênios/DOF/DAG/PCDF

- 3.7 - Item 08 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre entrega e tratamento declarações de bens e rendas

O Item 08 da Parte A Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU requer sejam apresentadas “Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.”

De acordo com o Item 8 da Portaria nº 123/2011-TCU, tais informações objetivam discriminar, “para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei” devendo estar estruturadas nos moldes do Quadro A.8.1, o qual, após devidamente preenchido pelo Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF, é a seguir exposto:

TABELA 27 - QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro

Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1310	0	0
	Entregaram a DBR	1132	0	0
	Não cumpriram a obrigação	178	0	0

Fonte: SIGRH/SIAPE

Análise crítica

Em complemento às informações contidas no quadro A.8.1, o Departamento de Gestão de Pessoas-DGP informou que a unidade incumbida de gerenciar a recepção da DBR é a Divisão de Cadastro desse Departamento.

Ainda segundo o DGP, a Divisão de Cadastro expediu comunicado geral, em 27/02/2012, via Intranet PCDF, dirigido aos 178 (cento e setenta e oito) servidores dos cargos comissionados, que ainda não entregaram a declaração de que trata a Lei nº 8730/93, fixando a data de 15/03/2012 para o cumprimento da obrigação.

O DGP informou que ainda não há sistema informatizado para esse gerenciamento, e que as declarações são recebidas em papel, lançadas em uma planilha para controle e posteriormente arquivadas na pasta funcional de cada servidor, com controle restrito do arquivo para servidores.

Por fim, informa o DGP que não há realização de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

○ 3.8 - Item 09 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre o controle interno

Nesse Item são solicitadas “Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando” (...) a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Procedimentos de controle; d) Informação e Comunicação; e e) Monitoramento”, “de forma a evidenciar a suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem ou ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações”.

Em que pese a determinação contida no Decreto Distrital nº 32.752, de 04 de fevereiro de 2011, no sentido de que “deverá ser prevista, na nova estrutura organizacional e no regimento interno de cada Secretaria de Estado, Unidade de Controle Interno composta por servidores da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal” a PCDF ainda não instituiu tal controle, sendo submetida, no entanto, ao controle interno da União, por meio da CGU e do Distrito Federal, por meio da CGDF.

Apesar disso, considerando o controle interno que hoje é implementado pela CGU e pela CGDF, apresentamos, a seguir, as respostas solicitadas no Quadro A.9.1, que se refere à “Estrutura de Controles Internos da UJ”.

TABELA 28 - QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

○

○ 3.9 - Item 10 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre sustentabilidade ambiental nas contratações e sobre destinação de resíduos sólidos

O Item 10 da Parte A Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU refere-se à “informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.”

As licitações para aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) necessários ao funcionamento da PCDF foram realizados, no exercício de 2011, no âmbito da Subsecretaria de Licitações da Secretaria de Estado e Planejamento do Distrito Federal, a qual, enquanto órgão do Governo do Distrito Federal, não está submetida aos normativos editados pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG. Assim, à PCDF, órgão pertencente a administração direta do GDF, não é aplicável o Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, salvo melhor juízo.

○ 3.10 - Item 11 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre gestão do patrimônio

Aqui são solicitadas “informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.” Pelas razões já expostas no item anterior, também não se aplicam à PCDF as informações do presente Item.

○ 3.11 - Item 12 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – “Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)”

No Item 12 da Portaria nº 123/2011, com o objetivo de “analisar o grau de desenvolvimento da gestão de TI na UJ”, são solicitadas as informações relativas ao “Planejamento da área”, ao “Perfil dos recursos humanos envolvidos”, à “Segurança da informação”, ao “Desenvolvimento e produção de sistemas” e ao “Contratação e gestão de bens e serviços de TI.”

Para tanto, é solicitado o preenchimento do Quadro A.12.1, que se refere à “Gestão de TI da UJ”, o qual, após a sucinta abordagem a seguir efetuada, é devidamente preenchido.

■ a) *Planejamento da área*

A PCDF possui um Plano de Ação na área de TI com objetivo de estabelecer um novo patamar tecnológico que viabilize aos usuários da PCDF serviços de alta disponibilidade e performance na execução de suas atividades diárias. Do ponto de vista institucional, a meta é o desenvolvimento de novos projetos que agilizem e potencializem as investigações, diminuam a quantidade de papéis utilizados e se integrem aos sistemas existentes. Busca-se, ainda, desenvolver sistemas e bases de dados que registrem e monitorem informações fundamentais para formulação e avaliação dos procedimentos policiais para os tomadores de decisão.

Nesse sentido, a área de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação da PCDF tem adotado medidas concretas voltadas à modernização de seu parque tecnológico e excelência de seus recursos humanos, o que assegura a melhoria constante dos processos de desenvolvimento e manutenção dos Sistemas legados da PCDF. Estão entre as prioridades o acompanhamento dos serviços de consultoria, suporte técnico e manutenção em sistemas adquiridos de terceiros e equipamentos de TI, além do gerenciamento dos serviços terceirizados em TIC e de todo o parque tecnológico (rede, comunicação, estações de trabalho, sistemas operacionais, softwares, etc.), com ênfase na importância Gestão de TIC e na segurança da informação.

■ b) *Perfil dos recursos humanos envolvidos*

A equipe de TI da PCDF é composta por servidores efetivos da entidade e terceirizados, executando as seguintes atividades: administração da rede, análise da segurança da rede, análise de dados, administração de bancos de dados, auxílio e suporte a usuários, desenvolvimento, entre outras atividades que compõem o dia a dia de TIC da PCDF.

Porém, com o advento de novas tecnologias e a aceleração do uso de recursos tecnológicos de uma forma geral, as demandas são crescentes e a equipe se mantém constante, gerando uma sobrecarga de serviços que poderia refletir numa piora na qualidade dos mesmos. Dessa forma, a Polícia Civil do Distrito Federal tem a necessidade de adquirir serviços que tenham soluções completas (software, treinamento e recursos humanos necessários) e investir na qualificação dos servidores da PCDF para serem gestores destes contratos.

■ c) *Segurança da informação;*

Um dos principais objetivos da PCDF hoje é a melhoria da segurança da informação em todos os seus processos, de forma a garantir a integridade dos dados armazenados e a confidencialidade das informações de seus sistemas, através de: Proteção para Rede Corporativa – *Firewall*; Proteção para Rede Corporativa – IPS (Intrusion Protection Systems), Certificação Digital, Sala Segura, AFIS - Automatic Fingerprint Information System, acessos, Continuidade do Negócio – Backup / Restore, Outsourcing da Operação de Serviços de SI (Segurança da Informação), entre outros.

A PCDF possui contratos com empresas especializadas na prestação de serviços de administração, monitoramento e consultoria de ativos de segurança (Firewall, Intrusion Prevention System, Antivírus, Filtros para Web, Proxy-Squid, Filtros SMTP, Anti-spam, Antispyware, consolidação de logs e Intrusion Detection System) e análises de vulnerabilidades e riscos.

■ d) *Desenvolvimento e produção de sistemas;*

A PCDF se utiliza vários sistemas corporativos para suportar suas atividades diárias. Vários destes sistemas são desenvolvidos pela própria PCDF e a maioria deles contém informações extremamente sensíveis por se tratar de dados sobre a Segurança Pública. Entre eles citamos: Horus Net (Gestão de Pessoas), Cartorium (Sistema de Procedimentos Cartorários), Ocorrências (Sistema de Ocorrências Policiais), Proced (Sistema de Procedimentos Policiais),

SCONDE (Sistema de Controle e Gerenciamento de Denúncias), Protocolo (Sistema de Contorole e Gerenciamento de Protocolo), LightBase (diversos controles em diversas unidades).

■ e) *Contratação e gestão de bens e serviços de TI.*

A PCDF realizou contratações de bens e serviços na área de TIC da PCDF e executou em 2011 vários contratos contínuos com o intuito de provisionar os investimentos a serem feitos na área de TIC no que tange a gestão do ambiente de Informatizado da Polícia Civil. As contratações de bens e serviços efetuadas tiveram como foco o PDTI da PCDF relacionando os requisitos estratégicos e técnicos pertinentes à DITEC, observado seu alinhamento com o Planejamento Estratégico da PCDF.

Os investimentos realizados visaram garantir o processo de melhoria continuada dos itens de hardware, software, organização administrativa e recursos humanos da DITEC, buscando soluções para problemas atuais identificados na Divisão que limitem o alcance dos objetivos e metas institucionais da PCDF.

TABELA 29 - QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	48 servidores e 14 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Em torno de 30%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					

LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

○ 3.12 - Item 13 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre cartões de pagamento

O Item 13 da Parte A Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU solicita Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.” Conforme dados extraídos do SIAFI e apresentados pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Divisão de Orçamento e Finanças, foram executados os seguintes valores com cartões de pagamento do governo federal:

TABELA 30 – QUADRO A.13.1 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG	Valores em R\$ 1,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Ind.	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Sandro Pereira do Nascimento	376.251.601-49	R\$ 8.000,00		R\$ 5.989,38	R\$ 5.989,38
Maria Emilia C. G. Diniz	004.298.631-10	R\$ 4.000,00		R\$ 1.085,82	R\$ 1.085,82
Aline de Mattos	782.874.481-15	R\$ 3.000,00		R\$ 2.994,15	R\$ 2.994,15
Eber Sather da Silva Junior	538.553.881-72	R\$ 8.000,00		R\$ 755,00	R\$ 755,00
Andre Mauricio de Carvalho Vilar	427.674.902-68	R\$ 3.965,00		R\$ 120,00	R\$ 120,00
José Lopes Ribeiro	308.363.011-53	R\$ 8.000,00		R\$ 1.470,90	R\$ 1.470,90
Braz Felizardo da Silveira	409.843.461-04	R\$ 2.000,00		R\$ 724,46	R\$ 724,46
Andre Mauricio de Carvalho Vilar	427.674.902-68	R\$ 3.965,00		R\$ 739,20	R\$ 739,20
Sandro Pereira do Nascimento	376.251.601-49	R\$ 8.000,00		R\$ 6.478,14	R\$ 6.478,14
Eduardo Dias Ramalho	902.715.301-97	R\$ 4.000,00		R\$ 2.530,75	R\$ 2.530,75
Cíntia Alessandra de Paiva Weiler	695.224.641-04	R\$ 2.000,00		R\$ 292,96	R\$ 292,96
Rodrigo Bonach Batista Pires	648.243.651-04	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00		R\$ 8.000,00
George Estefani de Souza do Couto	796.742.161-20	R\$ 8.000,00	R\$ 4.800,00		R\$ 4.800,00
Iris Helena Rosa	400.210.681-00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00		R\$ 8.000,00
Jonas Bessa de Paula	023.835.876-30	R\$ 2.000,00	R\$ 500,00		R\$ 500,00
Jorge Luiz Xavier	430.308.906-00	R\$ 8.000,00	R\$ 7.200,00		R\$ 7.200,00
Jorge Luiz Xavier	430.308.906-00	R\$ 4.000,00	R\$ 3.200,00		R\$ 3.200,00
Leonardo de Castro Cardoso	701.865.881-00	R\$ 5.000,00	R\$ 2.400,00		R\$ 2.400,00
Total utilizado pela UG			R\$ 34.100,00	R\$ 23.180,76	R\$ 57.280,76

TABELA 31 - QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em
R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	8*	R\$ 40.500,00	10*	R\$ 23.180,75	R\$ 63.680,75
2010	8*	R\$ 44.130,00	12*	R\$ 28.070,56	R\$ 72.200,56
2009	10*	R\$ 38.832,18	5*	R\$ 8.880,78	R\$ 47.712,96

Fonte: SIAFI – Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Cabe destacar, no presente tópico, que os suprimentos de fundos executados no âmbito da PCDF não são exclusivamente por meio de Cartão de Crédito Corporativo, sendo também concedidos suprimentos mediante instrução de processo e emissão de ordem bancária para saque, na forma do Decreto Distrital nº 13.771, de 07 de fevereiro de 1992, modalidade de concessão imprescindível à condução das investigações policiais e a realização da atividade fim da PCDF. Assim, incluindo valores executados nessa modalidade, os suprimentos de fundos concedidos na unidade totalizaram de R\$ 133.217,86 (cento e trinta e três mil, duzentos e dezessete Reais e oitenta e seis centavos) no exercício de 2011.

- 3.13 - Item 14 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre renúncia tributária

O presente Item da DN nº 108/2010 do TCU requer “informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.” As informações do presente item não se aplicam à PCDF, conforme relatado na introdução.

- 3.14 - Item 15 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre deliberações TCU e relatórios de auditoria

Nesse item são solicitadas “informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.”

No exercício de 2011, a unidade não foi objeto de deliberações do TCU voltadas à sua atuação. Quanto aos Relatórios de Auditoria dos órgãos de controle interno da União e do Distrito Federal, foram atendidas as recomendações conforme abaixo relatado.

TABELA 32 - QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 09254 / 2011	2.1.1 Assunto – consistência dos registros	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO 01 - Providenciar, junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal, e encaminhar cópia do Parecer consultivo emitido pela Comissão, instituída pela Portaria/PGDF nº 2/1997, referente ao Processo nº 030.000.370/93, que trata da anistia do servidor, matrícula SIAPE nº 1407518 e matrícula GDF nº 21.068-4, anistiado e readmitido no ano de 1994.			
RECOMENDAÇÃO 02 - Atualizar os assentamentos funcionais do servidor aposentado, bem como o cadastro			

funcional do SIAPE, registrando todos os períodos de afastamento. RECOMENDAÇÃO 03 - Não realizar pagamento de exercícios anteriores sem a devida documentação que o legitime.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal – Departamento de Gestão de Pessoas			001929
Síntese da providência adotada:			
Conforme informações prestadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, as recomendações foram atendidas.			
Síntese dos resultados obtidos			
A cópia do Parecer consultivo emitido pela Comissão instituída pela Portaria/PGDF nº 2/1997, referente ao Processo nº 030.000.370/93, foi obtida junto à Procuradoria do Distrito Federal. A Unidade não procede a qualquer pagamento de exercício anterior sem documentação que o legitime.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria nº 09254 / 2011	3.1.2 – Assunto – Avaliação dos resultados	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO: 001 - Reiteramos a adoção de providências para aprovação e implantação do “Projeto de Concepção dos Indicadores de Desempenho” a ser implantado no âmbito da Polícia Civil do DF.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal – Divisão de Planejamento Administrativo			001929
Síntese da providência adotada:			
Conforme informações prestadas pela Divisão de Planejamento Administrativo, por meio do Memorando nº 12/2012-DPA, atualmente encontra-se instituída, por meio da Portaria nº 20, de 07 de junho de 2010, uma Comissão incumbida de elaborar o alinhamento do Plano Estratégico da PCDF para o quadriênio 2011 – 2014 e o projeto preliminar de indicadores de desempenho da PCDF.			
Síntese dos resultados obtidos			
Elaboração do “Projeto Preliminar de Concepção dos Indicadores de Desempenho”.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 09254 / 2011	3.1.4 – Assunto – movimentação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO 001 - Dar prosseguimento aos ditames do Decreto Federal nº 4.050/2001, proceder a suspensão do pagamento da remuneração dos servidores policiais civis cedidos, e já notificados, sem que haja o reembolso mensal da remuneração, pelo órgão cessionário;			
RECOMENDAÇÃO 002 - Concluir a análise dos recursos apresentados pelos servidores cedidos para o exercício de função não correlata ao cargo, e no caso de confirmação, comunicar sobre a necessidade de retorno à origem, sob pena de suspensão da remuneração, no mês subsequente;			
RECOMENDAÇÃO 003 - Analisar as solicitações de cessão de servidores policiais, a outros órgãos, dando			

conhecimento às autoridades competentes pela autorização, sobre a impossibilidade do afastamento quando se tratar de atribuições não inerentes ao seu cargo.			
RECOMENDAÇÃO 004 - Dar prosseguimento aos ditames do Decreto Federal nº 4.050/2001, procedendo a suspensão do pagamento da remuneração dos servidores policiais civis cedidos para atribuições não correlatas ao seu cargo, e já notificados, sem contudo retornarem à origem;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal – Departamento de Gestão de Pessoas			001929
Síntese da providência adotada:			
Conforme informações prestadas pela Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, as recomendações do relatório de auditoria em questão estão sendo atendidas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aplicação dos recurso do FCDF conforme diretrizes constitucionais e legais de sua instituição.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria nº 249.921	3.1.1 – Assunto – Formalização legal	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO: Incluir nas próximas contratações de obras, antes da elaboração do orçamento detalhado do custo global da obra os respectivos projetos, em observância ao disposto na Lei 8.666/93, art. 6º, IX, que preceitua que o projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra, e possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal – Divisão de Arquitetura e Engenharia / Comissão Permanente de Licitação			001929
Síntese da providência adotada:			
A Divisão de Arquitetura e Engenharia, bem assim a Comissão Permanente de Licitação, foram cientificadas quanto ao teor da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
As unidades responsáveis adotarão as medidas necessárias ao atendimento da recomendação, por ocasião de situações que se enquadrem à mesma, o que aumentará a eficiência na gestão dos recursos públicos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Auditoria nº 249.921	3.1.1 – Assunto – Pagamentos contratuais	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO: Aprimorar as fiscalizações quando da conferência dos serviços executados, a fim de evitar pagamentos sem a efetiva prestação dos serviços.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal – Divisão de Arquitetura e Engenharia			001929
Síntese da providência adotada:			
A Divisão de Arquitetura e Engenharia foi cientificada quanto ao teor da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
A unidade adotará as medidas necessárias ao atendimento da recomendação, por ocasião de situações que se enquadrem à mesma, o que promoverá uma maior eficiência na gestão dos recursos públicos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria nº 249.921	3.1.1 – Assunto – Inspeção física da execução	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO: Cumprir fielmente o estipulado no edital, e se for o caso quando necessário sua modificação sem alterar o objeto contratado, efetuar por meio de Termo Aditivo, com amparo no Art. 65 da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal – Divisão de Arquitetura e Engenharia			001929
Síntese da providência adotada:			
A Divisão de Arquitetura e Engenharia, bem assim a Comissão Permanente de Licitação e a Divisão de Orçamento e Finanças, foram cientificadas quanto ao teor da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
As unidades adotarão as medidas necessárias ao atendimento da recomendação, por ocasião de situações que se enquadrem à mesma, o que promoverá uma maior eficiência na gestão dos recursos públicos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Auditoria nº 249.924	3.1.1 – Assunto – Formalização legal	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			001929
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO: Em suas próximas aquisições de veículos, demonstrar, claramente, a necessidade da quantidade e da qualidade dos veículos a serem adquiridos, fazendo constar nos autos do procedimento a justificativa das definições referidas e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal – Divisão de Transportes			001929
Síntese da providência adotada:			
A Divisão de Transportes da PCDF foi cientificada quanto ao teor da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Serão adotados, por aquisição das próximas aquisições de veículos, os procedimentos sugeridos na recomendação, o que promoverá uma maior eficiência na gestão dos recursos públicos.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 564/2010 – DIAPE/Controladoria/Secretaria de Estado de Transparência e Controle do GDF	1.2	Despacho às fls. 33 do processo nº 052.001.899/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL			
Descrição da Recomendação:			
1 – Esclarecer ou reiterar quantos dias de efetivo exercício o servidor Ezequiel Policarpo de Medeiros possui na carreira e no cargo de policial Civil do DF, bem como a data de ingresso no serviço policial. 2 – Refazer o mapa de licença-prêmio para fazer constar os períodos corretos de licença-prêmio convertidos em pecúnia.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadoria e Pensões da DRH			
Síntese da providência adotada:			
1 – Emissão de demonstrativo de tempo de serviço na PCDF; 2 – Emissão de mapa de licença-prêmio.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aposentadoria do servidor julgada legal pelo TCDF, conforme Decisão nº 4.203/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Alterações no sistema com a finalidade de evitar, em outros processos, a inexistência ocorrida.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 114/2011 – DIAPE/Controladoria/Secretaria de Estado de Transparência e Controle do GDF	1	Despacho às fls. 35 do processo nº 052.002026/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atualmente Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
Correção no mapa de tempo de serviço do servidor Carlos Melo de Sousa referente ao tempo estritamente policial.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões			
Síntese da providência adotada:			
Emissão de demonstrativo de tempo de serviço.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aposentadoria do servidor julgada legal pelo TCDF por intermédio da Decisão nº 4.203/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Alterações no sistema com a finalidade de evitar, em outros processos, a inexistência ocorrida.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 201/2011 – DIAPE/Controladoria/Secretaria de Estado de Transparência e Controle do GDF FEDERAL	1	Despacho às fls. 35 do proc. nº 052.001.797/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
Juntar aos autos cópia da carteira de identidade da servidora Maria Neusa da Paz Costa.			

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões			
Síntese da providência adotada:			
Juntada aos autos da cópia da carteira de identidade da servidora.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aposentadoria da servidora julgada legal, conforme decisão TCDF nº 5.950/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Adoção de maior controle dos documentos necessários à instrução de processos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 200/2011 – DIAPE/Controladoria/Secretaria de Estado de Transparência e Controle do GDF FEDERAL	1.2	Despacho às fls. 35 do proc. nº 052.002165/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
1 – Elaborar novo abono provisório da servidora Carmen Lucia Monteiro Cunha Souto para fazer constar o cargo e o subsídio de agente de polícia. 2 – Tornar sem efeito o documento substituído.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões.			
Síntese da providência adotada:			
1 – Elaboração de um novo abono provisório de acordo com as determinações da nota técnica. 2 – O documento substituído foi tornado sem efeito.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aposentadoria da servidora julgada legal pelo TCDF por intermédio da Decisão nº 5.441/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Adoção de um novo modelo de abono provisório.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 202/2011 DIAPE/Controladoria/Secretaria de Estado de Transparência e Controle do GDF FEDERAL	1	Despacho às fls. 203 do proc. nº 052.000668/2006
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
Juntar aos autos os termos de apostilamento referentes ao cancelamento das pensões temporárias dos filhos do ex-servidor Carlos Justo do Carmo, por motivo de terem completado 21 anos de idade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões			
Síntese da providência adotada:			
Juntada do apostilamento ao processo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Concessão da pensão julgada legal pelo TCDF, conforme decisão nº 5.889/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Adoção do procedimento realizado nos demais processos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 192/2011- DIAPE/Controladoria/Secretaria de Estado de	1	Despacho às fls. 40 do proc. nº 052.000045/2011

	Transparência e Controle do GDF FEDERAL		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
Juntar o processo de aposentadoria do instituidor da pensão, referente ao ex-servidor Ivan Baptista Dias.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões.			
Síntese da providência adotada:			
Juntada por apensação do processo de aposentadoria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Concessão da pensão julgada legal pelo TCDF, conforme decisão nº 5.678/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Observância do procedimento realizado nos demais processos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 212/2010- Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF	1.2	Despacho às fls. 70 do proc. nº 052.001598/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
1 – Correção do demonstrativo de tempo de serviço do ex-servidor Gilberto Luiz da Silva para exclusão da licença-prêmio e transformação desta em pecúnia. 2 – Anexar demonstrativo de licença médica e outros afastamentos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões			
Síntese da providência adotada:			
1 – Correção e juntada aos autos de novo demonstrativo de tempo de serviço. 2 – Juntada aos autos do relatório de afastamentos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Concessão da pensão julgada legal pelo TCDF, conforme Decisão nº 6.425/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Adoção do procedimento nos demais processos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 346/2011- Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF	1.2	Despacho às fls. 42 do proc. nº 052.002467/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
1 – Corrigir no abono provisório o valor do subsídio atribuído ao cargo de perito criminal. 2 – Informar no histórico funcional a concessão do abono permanência devido à servidora Lea Sebastiana Meireles dos Santos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões.			
Síntese da providência adotada:			
1 – Correção e juntada aos autos de novo abono provisório. 2 – Registro no histórico funcional do abono permanência.			

Síntese dos resultados obtidos			
Aposentadoria da servidora julgada legal pelo TCDF, conforme decisão nº 6.950/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Adoção do procedimento nos demais processos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 203/2011- Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF	1	Despacho às fls. 55 do proc. nº 052.001894/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos, atual Departamento de Gestão de Pessoas, da PCDF			
Descrição da Recomendação:			
Verificar se há algum beneficiário que não requereu a pensão civil do ex-servidor Jackson Ferreira Brito, haja vista no contracheque juntado aos autos constar quatro pensões alimentícias.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Aposentadorias e Pensões.			
Síntese da providência adotada:			
Exarado despacho esclarecendo que o valor questionado no contracheque do ex-servidor refere-se a pagamento proporcional de 08 (oito) dias proporcional ao mês anterior.			
Síntese dos resultados obtidos			
Concessão da pensão julgada legal pelo TCDF, conforme Decisão nº 6.423/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de prov. pelo gestor			
Determinação de esclarecimento atendida.			

- 3.15 - Item 15 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Informações sobre tratamento de recomendações do controle interno

Aqui são solicitadas “informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.” Conforme mencionado na resposta do Item 09, a PCDF ainda não possui unidade de controle interno, submetendo-se ao controle da Corregedoria Geral do Distrito Federal – CGDF e à Controladoria Geral da União – CGU, cujas recomendações são prontamente atendidas pelo órgão.

- 3.16 - Item 15 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU – Outras informações

No Item 15 da Parte A Anexo II da DN nº 108/2010 do TCU, a Decisão Normativa em questão abre espaço para “Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.” Tendo em vista que a presente prestação de contas já abordou de forma exaustiva os pontos que tinham que ser abordados, não existem informações complementares a serem prestadas.

● 4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Portanto, e em conclusão, pode-se afirmar que, a despeito das dificuldades relatadas na introdução da presente prestação de contas, a PCDF fez uma boa gestão dos recursos que lhe foram destinados pelo FCDF e logrou êxito em cumprir sua missão institucional.

Para o exercício de 2012, a Instituição espera dar continuidade ao seu plano de investimentos, tanto em recursos materiais quanto humanos, com vistas não só a ampliar sua capacidade operativa, mas também a viabilizar a melhoria de condições de trabalho de seus profissionais e valorizar a carreira policial, condições imprescindíveis ao sucesso de nossa missão institucional. Espera também que o GDF e a União promovam entre si um maior entendimento acerca das questões relacionadas à organização e manutenção das polícias e do CBMDF, que supere o mero

repassse de recursos pela União ao GDF e que alcance as questões de fundo relacionadas a uma efetiva organização e manutenção das forças de segurança pública no Distrito Federal, nos termos preconizados pela Constituição Federal.

Brasília, 02 de março de 2012.

TITULAR DO ÓRGÃO:

JORGE LUIZ XAVIER – Diretor Geral da Polícia Civil

Assinatura _____ Telefone: 3362-5801

ORDENADOR DE DESPESAS:

SILVERIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE – Diretor do DAG

Assinatura _____ Telefone: 3362-5838

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

NILSON ALMEIDA QUIRINO – Diretor da DOF

Assinatura _____ Telefone: 3362-5840

ANEXO V – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	19.331.318,02	31.820,07	DESPESAS CORRENTES	8.587.026.526,76	7.532.703.822,82
RECEITA DE CONTRIBUICOES	19.279.873,26	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.004.287.468,49	7.034.777.206,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.444,76	31.820,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	582.387.051,86	497.776.843,25
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			OUTRAS DESPESAS	582.387.051,86	497.776.843,25
DEDUCOES DA RECEITA	-195,22	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	352.006,41	149.773,32
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	17.554.405.429,12	15.409.645.054,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.517,01	90.899,82
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	17.554.226.558,81	15.372.254.687,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333.489,40	58.873,50
REPASSE RECEBIDO	8.737.443.995,56	7.685.571.324,00	DESPESAS DE CAPITAL	158.841.573,20	152.674.549,11
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.747.440.077,06	7.679.535.311,52	INVESTIMENTOS	158.841.033,20	152.674.549,11
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	8.747.440.077,06	7.679.535.311,52	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	540,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	11.939.800,87	6.036.012,48	INVESTIMENTOS	540,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	57.402.685,32	1.112.039,43	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	8.882.750.379,04	7.737.833.913,84
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	178.870,31	37.390.366,60	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	8.863.240.385,93	7.700.411.727,17
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	178.870,31	37.390.366,60	SUB-REPASSE CONCEDIDO	8.747.440.077,06	7.679.535.311,52
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.177.136.224,11	1.027.427.586,07	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	8.747.440.077,06	7.679.535.311,52
VALORES EM CIRCULACAO	374.838.821,96	627.283.515,39	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.112.039,43	6.036.012,48
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	374.838.821,96	627.283.515,39	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	114.688.269,44	14.840.403,17
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	115.877.214,89	21.178.503,02	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	19.509.993,11	37.422.186,67
VALORES DIFERIDOS	115.800.308,87	21.101.597,00	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	19.509.993,11	37.422.186,67
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.122.254.297,03	1.013.892.174,40
DEPOSITOS	123.703.755,42	294.083,06	VALORES EM CIRCULACAO	674.964.560,84	374.838.821,96
CONSIGNACOES	123.361.902,82	47.589,51	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	674.964.560,84	374.838.821,96
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	277.655,23	240.404,67	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	72.319.994,51	21.522.066,02
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	64.197,37	6.088,88	VALORES DIFERIDOS	72.243.088,49	21.445.160,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	548.751.024,62	361.656.333,43	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
FORNECEDORES	1.771.150,67	97.104,36	DEPOSITOS	294.083,06	165.231,43
DO EXERCICIO	1.680.667,94	460,02	CONSIGNACOES	47.589,51	93.947,93
DE EXERCICIOS ANTERIORES	90.482,73	96.644,34	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	240.404,67	64.427,73
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	232.558.281,48	104.730.727,73	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	6.088,88	6.855,77
RESTOS A PAGAR	314.161.565,18	256.684.717,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	360.739.372,00	612.969.451,20
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	259.308.758,70	255.767.755,93	FORNECEDORES	97.104,36	84.646,20
CANCELADO	54.852.806,48	916.961,43	DE EXERCICIOS ANTERIORES	97.104,36	84.646,20
VALORES EM TRANSITO	142.926,09	24.589,57	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	104.730.727,73	227.370,90
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	117.101,20	119.194,41	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	255.767.755,93	612.422.449,58
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	13.965.407,22	17.015.151,17	VALORES EM TRANSITO	24.589,57	45.511,63
INCORPORACAO DE DIREITOS	117.101,20	3.006.439,31	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	119.194,41	172.171,29
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	117.101,20	3.006.439,31	OUTROS DEBITOS	0,00	17.301,60
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	119.942,28	13.902.258,10	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	13.936.286,62	4.396.603,79
EXERCICIOS ANTERIORES	747,87	1.723,07	BAIXA DE DIREITOS	804.676,60	4.224.432,50
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	119.194,41	13.900.535,03	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	804.676,60	4.224.432,50
AJUSTES DE CREDITOS	13.728.363,74	106.453,76	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	13.131.610,02	119.194,41
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	13.728.363,74	106.453,76	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	117.101,20	119.194,41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	13.014.508,82	0,00
			AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	52.976,88
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	0,00	52.976,88
INGRESSOS	18.750.872.776,03	16.437.104.460,17	DISPENDIOS	18.750.872.776,03	16.437.104.460,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	732.367.246,16	375.950.861,39	PASSIVO FINANCEIRO	732.367.149,02	375.950.764,25
CREDITOS EM CIRCULACAO	674.964.560,84	374.838.821,96	DEPOSITOS	123.703.755,42	294.083,06
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	674.847.459,64	371.832.382,65	CONSIGNACOES	123.361.902,82	47.589,51
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	117.101,20	3.006.439,31	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	64.197,37	6.088,88
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	57.402.685,32	1.112.039,43	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	277.655,23	240.404,67
VALORES DIFERIDOS	57.402.685,32	1.112.039,43	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	493.898.218,14	360.739.372,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	83.031.719,26	715.745.117,20	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	234.329.432,15	104.827.832,09
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	23.288.819,44	678.058.308,57	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.680.667,94	460,02
CREDITOS EM CIRCULACAO	23.187.802,26	677.954.714,62	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	90.482,73	96.644,34
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-117.101,20	-3.006.439,31	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	232.459.472,68	104.631.918,93
DIVERSOS RESPONSABLEIS	656.892,41	656.892,41	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	98.808,80	98.808,80
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	22.028.489,60	679.793.381,26	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	619.521,45	510.880,26	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	259.308.758,70	255.767.755,93
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	101.017,18	103.593,95	A LIQUIDAR	259.308.758,70	255.767.755,93
ESTOQUES	101.017,18	103.593,95	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	142.926,09	24.589,57
PERMANENTE	59.742.899,82	37.686.808,63	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	117.101,20	119.194,41
IMOBILIZADO	59.727.863,40	37.686.808,63	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	114.765.175,46	14.917.309,19
BENS MOVEIS E IMOVEIS	59.727.863,40	37.686.808,63	VALORES DIFERIDOS	114.688.269,44	14.840.403,17
INTANGIVEL	15.036,42	0,00	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
ATIVO REAL	815.398.965,42	1.091.695.978,59	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-164.895.127,14	-255.886.950,34
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-164.895.127,14	-255.886.950,34
			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
			PROVISOES	94.530.732,76	0,00
			RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-117.101,20	-119.194,41
			RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-117.101,20	-119.194,41
			RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-259.308.758,70	-255.767.755,93
			PASSIVO REAL	567.472.021,88	120.063.813,91
			PATRIMONIO LIQUIDO	247.926.943,54	971.632.164,68
			PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	971.632.164,68
			PATRIMONIO	0,00	971.632.164,68
			RESULTADOS ACUMULADOS	247.926.943,54	0,00
			RESULTADO DO EXERCICIO	-723.705.221,14	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	971.632.164,68	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	815.398.965,42	1.091.695.978,59
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-815.398.965,42	-1.091.695.978,59
ATIVO COMPENSADO	217.217.586,84	166.494.983,39	PASSIVO COMPENSADO	217.217.586,84	166.494.983,39
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	217.217.586,84	166.494.983,39	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	217.217.586,84	166.494.983,39
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	615,29	1.911,16	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	615,29	1.911,16
GARANTIAS DE VALORES	4.237.485,85	2.248.510,47	VALORES EM GARANTIA	4.237.485,85	2.248.510,47
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	212.979.485,70	164.244.561,76	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	212.979.485,70	164.244.561,76
ATIVO	1.032.616.552,26	1.258.190.961,98	PASSIVO	1.032.616.552,26	1.258.190.961,98



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	18.073.191.553,93	15.797.331.807,48	ORCAMENTARIAS	17.609.354.369,85	15.385.969.488,56
RECEITAS CORRENTES	19.331.318,02	31.820,07	DESPESAS CORRENTES	8.587.026.526,76	7.532.703.822,82
RECEITA DE CONTRIBUICOES	19.279.873,26	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.004.287.468,49	7.034.777.206,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.444,76	31.820,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	582.387.051,86	497.776.843,25
DEDUCOES DA RECEITA	-195,22	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	352.006,41	149.773,32
INTERFERENCIAS ATIVAS	17.554.226.558,81	15.372.254.687,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.517,01	90.899,82
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.554.226.558,81	15.372.254.687,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333.489,40	58.873,50
REPASSE RECEBIDO	8.737.443.995,56	7.685.571.324,00	DESPESAS DE CAPITAL	158.841.573,20	152.674.549,11
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.747.440.077,06	7.679.535.311,52	INVESTIMENTOS	158.841.033,20	152.674.549,11
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	11.939.800,87	6.036.012,48	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	540,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	57.402.685,32	1.112.039,43	INVESTIMENTOS	540,00	0,00
MUTACOES ATIVAS	499.633.872,32	425.045.299,98	INTERFERENCIAS PASSIVAS	8.863.240.385,93	7.700.411.727,17
INCORPORACOES DE ATIVOS	277.816.934,16	218.206.962,09	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	8.863.240.385,93	7.700.411.727,17
AQUISICOES DE BENS	100.659.198,69	67.268.682,92	SUB-REPASSE CONCEDIDO	8.747.440.077,06	7.679.535.311,52
INCORPORACAO DE CREDITOS	177.157.735,47	150.938.279,17	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.112.039,43	6.036.012,48
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	221.816.938,16	206.838.337,89	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	114.688.269,44	14.840.403,17
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	178.675.043,44	363.692.722,57	MUTACOES PASSIVAS	245.883,96	179.389,46
INTERFERENCIAS ATIVAS	3.516.512,71	37.635.760,05	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	245.883,96	179.389,46
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	3.337.642,40	245.393,45	LIQUIDACAO DE CREDITOS	245.883,96	179.389,46
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	178.479,87	37.390.366,60	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.366.217.448,66	956.967.612,67
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	390,44	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	22.847.635,51	37.667.580,12
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	175.158.530,73	326.056.962,52	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	3.337.642,40	245.393,45
INCORPORACOES DE ATIVOS	106.340.317,03	88.371.228,52	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	178.479,87	37.390.366,60
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	29.549.982,95	24.892.329,33	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	19.331.513,24	31.820,07
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	72.925.849,61	41.593.690,77	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.343.369.813,15	919.300.032,55
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	15.036,42	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.017.431.534,98	132.703.813,72
INCORPORACAO DE DIREITOS	3.849.448,05	21.885.208,42	BAIXA DE BENS IMOVEIS	27.676.769,35	21.156.701,14
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	55.089.849,96	237.579.280,24	BAIXA DE BENS MOVEIS	153.394.783,90	89.642.371,11
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.728.363,74	106.453,76	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	25.000,00	0,00
AJUSTES FINANCEIROS	13.728.363,74	106.453,76	BAIXA DE DIREITOS	836.334.981,73	21.904.741,47
RESULTADO PATRIMONIAL	723.705.221,14	181.912.571,18	INCORPORACAO DE PASSIVOS	325.938.278,17	786.543.241,95
DEFICIT	723.705.221,14	181.912.571,18	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	52.976,88
			AJUSTES FINANCEIROS	0,00	52.976,88
			SUPERAVIT	0,00	0,00
VARIACOES ATIVAS	18.975.571.818,51	16.342.937.101,23	VARIACOES PASSIVAS	18.975.571.818,51	16.342.937.101,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	19.331.122,80	-19.331.122,80	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	8.748.271.757,00	8.748.271.757,00	8.745.868.099,96	2.403.657,04
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	0,00	0,00	19.279.873,26	-19.279.873,26	DESPESAS CORRENTES	8.532.447.002,00	8.587.247.002,00	8.587.026.526,76	220.475,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00	51.249,54	-51.249,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	7.941.914.000,00	8.004.306.356,00	8.004.305.985,50	370,50
					OUTRAS DESPESAS CORREN	590.533.002,00	582.940.646,00	582.720.541,26	220.104,74
					DESPESAS DE CAPITAL	215.824.755,00	161.024.755,00	158.841.573,20	2.183.181,80
					INVESTIMENTOS	215.824.755,00	161.024.755,00	158.841.573,20	2.183.181,80
SUBTOTAL I	0,00	0,00	19.331.122,80	-19.331.122,80	SUBTOTAL I	8.748.271.757,00	8.748.271.757,00	8.745.868.099,96	2.403.657,04
TOTAL	0,00	0,00	19.331.122,80	-19.331.122,80	TOTAL	8.748.271.757,00	8.748.271.757,00	8.745.868.099,96	2.403.657,04
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	8.726.536.977,16	-8.726.536.977,16	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	8.745.868.099,96	-8.745.868.099,96	TOTAL GERAL	8.748.271.757,00	8.748.271.757,00	8.745.868.099,96	2.403.657,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS A RECEBER	-674.964.560,84	-374.838.821,96
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-674.964.560,84	-374.838.821,96
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-674.847.459,64	-371.832.382,65
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-117.101,20	-3.006.439,31
			VALORES DO ATIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	-57.402.685,32	-1.112.039,43
			RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	-57.402.685,32	-1.112.039,43
			DEPOSITOS	123.703.755,42	294.083,06
			CONSIGNACOES	123.361.902,82	47.589,51
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	64.197,37	6.088,88
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	277.655,23	240.404,67
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	493.898.218,14	360.739.372,00
			OBRIGACOES A PAGAR	493.755.292,05	360.714.782,43
			FORNECEDORES	1.771.150,67	97.104,36
			DO EXERCICIO	1.680.667,94	460,02
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	90.482,73	96.644,34
			PESSOAL A PAGAR	232.558.281,48	104.730.727,73
			DO EXERCICIO	232.459.472,68	104.631.918,93
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	98.808,80	98.808,80
			RESTOS A PAGAR	259.308.758,70	255.767.755,93
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	259.308.758,70	255.767.755,93
			RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	117.101,20	119.194,41
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	142.926,09	24.589,57
			VALORES A DEBITAR	88.480,96	1.911,62
			ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	54.445,13	22.677,95
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	114.765.175,46	14.917.309,19
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	114.688.269,44	14.840.403,17
			OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	97,14	97,14
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	57.285.681,26	10.841.215,98
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	0,00	2.887.244,90
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO	-117.101,20	-119.194,41
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	117.101,20	3.006.439,31
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-57.285.584,12	-13.728.363,74
			DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBI	-57.285.584,12	-13.728.363,74
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-57.402.685,32	-1.112.039,43
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO CONCED	57.402.685,32	1.112.039,43
	0,00	0,00	CREDITOS EM CIRCULACAO	-674.964.560,84	-374.838.821,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTÍTULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 1

TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	19.331.318,02	31.820,07
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	19.331.318,02	31.820,07
DEDUCOES DA RECEITA	-195,22	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	19.331.122,80	31.820,07
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	8.587.026.526,76	7.532.703.822,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.004.305.985,50	7.034.868.106,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	582.720.541,26	497.835.716,75
DESPESAS DE CAPITAL	158.841.573,20	152.674.549,11
INVESTIMENTOS	158.841.573,20	152.674.549,11
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	8.745.868.099,96	7.685.378.371,93
RESULTADO ORCAMENTARIO	-8.726.536.977,16	-7.685.346.551,86
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	17.554.226.558,81	15.372.254.687,43
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.554.226.558,81	15.372.254.687,43
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	499.633.872,32	425.045.299,98
INCORPORACAO DE ATIVOS	277.816.934,16	218.206.962,09
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	221.816.938,16	206.838.337,89
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	8.863.240.385,93	7.700.411.727,17
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	8.863.240.385,93	7.700.411.727,17
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	245.883,96	179.389,46
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	245.883,96	179.389,46
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	463.837.184,08	411.362.318,92
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	463.837.184,08	411.362.318,92
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.516.512,71	37.635.760,05
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	3.337.642,40	245.393,45
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	178.479,87	37.390.366,60
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	390,44	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	175.158.530,73	326.056.962,52
INCORPORACAO DE ATIVOS	106.340.317,03	88.371.228,52
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	55.089.849,96	237.579.280,24
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	13.728.363,74	106.453,76
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	22.847.635,51	37.667.580,12
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	3.337.642,40	245.393,45
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	178.479,87	37.390.366,60
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	19.331.513,24	31.820,07
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.343.369.813,15	919.300.032,55
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.017.431.534,98	132.703.813,72
INCORPORACAO DE PASSIVOS	325.938.278,17	786.543.241,95
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	52.976,88
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-723.705.221,14	-181.912.571,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 28/02/2012	PAGINA 1

TITULOS	2011	2010
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	19.331.318,02	31.820,07
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	19.331.318,02	31.820,07
DEDUCOES DA RECEITA	-195,22	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	19.331.122,80	31.820,07
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
ENCARGOS ESPECIAIS	8.745.868.099,96	7.685.378.371,93
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	8.745.868.099,96	7.685.378.371,93
RESULTADO ORCAMENTARIO	-8.726.536.977,16	-7.685.346.551,86
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	17.554.226.558,81	15.372.254.687,43
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.554.226.558,81	15.372.254.687,43
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	499.633.872,32	425.045.299,98
INCORPORACAO DE ATIVOS	277.816.934,16	218.206.962,09
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	221.816.938,16	206.838.337,89
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	8.863.240.385,93	7.700.411.727,17
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	8.863.240.385,93	7.700.411.727,17
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	245.883,96	179.389,46
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	245.883,96	179.389,46
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	463.837.184,08	411.362.318,92
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.		
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	463.837.184,08	411.362.318,92
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.516.512,71	37.635.760,05
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	3.337.642,40	245.393,45
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	178.479,87	37.390.366,60
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	390,44	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	175.277.725,14	326.056.962,52
INCORPORACAO DE ATIVOS	106.459.511,44	88.371.228,52
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	55.089.849,96	237.579.280,24
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	13.728.363,74	106.453,76
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	22.847.635,51	37.667.580,12
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	3.337.642,40	245.393,45
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	178.479,87	37.390.366,60
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	19.331.513,24	31.820,07
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.343.369.813,15	919.300.032,55
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.017.431.534,98	132.703.813,72
INCORPORACAO DE PASSIVOS	325.938.278,17	786.543.241,95
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	52.976,88
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-723.586.026,73	-181.912.571,18

ANEXOS DA PMDF

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 1
CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2011

INGRESSOS	
INGRESSOS	2.570.821.404,38
RECEITAS CORRENTES	11.579.256,80
RECEITA DE CONTRIBUICOES	11.579.256,80
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.079.025.094,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	2.079.025.094,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	2.078.296.135,93
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	2.078.296.135,93
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	728.958,07
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	480.217.053,58
VALORES EM CIRCULACAO	191.046.120,52

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 2
CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2011

INGRESSOS	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	191.046.120,52
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	34.624.973,65
VALORES DIFERIDOS	34.624.973,65
DEPOSITOS	54.572.855,23
CONSIGNACOES	54.518.980,92
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	53.874,31
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	199.972.356,31
FORNECEDORES	61.138,06
DO EXERCICIO	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	61.138,06
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	109.936.043,62
RESTOS A PAGAR	89.969.868,88

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO
	2011
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	55.345.643,10
CANCELADO	34.624.225,78
VALORES EM TRANSITO	5.305,75
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	747,87
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	747,87
EXERCICIOS ANTERIORES	747,87

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
BALANCO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO

DISPENDIOS	EXERCICIO
	2011
DISPENDIOS	2.570.821.404,38
DESPESAS CORRENTES	2.023.218.751,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.839.413.543,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	183.789.134,04
OUTRAS DESPESAS	183.789.134,04
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	16.073,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.073,96
DESPESAS DE CAPITAL	55.806.343,00
INVESTIMENTOS	55.806.343,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	46.204.230,45
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	34.624.973,65
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	34.624.973,65
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	11.579.256,80

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 5
 CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011

DISPENDIOS	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	11.579.256,80
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	445.592.079,93
VALORES EM CIRCULACAO	254.546.056,55
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	254.546.056,55
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	728.958,07
VALORES DIFERIDOS	728.958,07
DEPOSITOS	8.315,29
CONSIGNACOES	196,01
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.140,75
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	5.978,53
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	190.308.750,02
FORNECEDORES	61.598,08
DE EXERCICIOS ANTERIORES	61.598,08
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 6
 CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011

DISPENDIOS	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	45.448.367,51
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	144.796.872,81
VALORES EM TRANSITO	1.911,62

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 DADOS REFERENTES A : 01Fe2012 as 00:56 USUARIO : RIBEIRO
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 170393 FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	2.079.025.094,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	2.023.218.751,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.839.413.543,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	183.805.208,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	55.806.343,00
INVESTIMENTOS	0,00	55.806.343,00
SUBTOTAL I	0,00	2.079.025.094,00
 TOTAL	 0,00	 2.079.025.094,00
 TOTAL GERAL	 0,00	 2.079.025.094,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF6=REST.
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 DADOS REFERENTES A : 01Fe2012 as 00:56 USUARIO : RIBEIRO
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 170393 FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

D E S P E S A S	EXECUCAO	ECONOMIA/EXCESSO EXECUCAO DESPESA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	2.079.025.094,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.023.218.751,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.839.413.543,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	183.805.208,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	55.806.343,00	0,00
INVESTIMENTOS	55.806.343,00	0,00
SUBTOTAL I	2.079.025.094,00	0,00
 TOTAL	 2.079.025.094,00	 0,00
 TOTAL GERAL	 2.079.025.094,00	 0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 DADOS REFERENTES A : 01Fe2012 as 00:56 USUARIO : RIBEIRO
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 170393 FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	2.079.025.094,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	2.023.218.751,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.839.413.543,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	183.805.208,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	55.806.343,00
INVESTIMENTOS	0,00	55.806.343,00
SUBTOTAL I	0,00	2.079.025.094,00
TOTAL	0,00	2.079.025.094,00
TOTAL GERAL	0,00	2.079.025.094,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF6=REST.
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 DADOS REFERENTES A : 01Fe2012 as 00:56 USUARIO : RIBEIRO
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 170393 FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

D E S P E S A S	EXECUCAO	ECONOMIA/EXCESSO EXECUCAO DESPESA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	2.079.025.094,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.023.218.751,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.839.413.543,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	183.805.208,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	55.806.343,00	0,00
INVESTIMENTOS	55.806.343,00	0,00
SUBTOTAL I	2.079.025.094,00	0,00
TOTAL	2.079.025.094,00	0,00
TOTAL GERAL	2.079.025.094,00	0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

ATIVO		EXERCICIO
		2011
ATIVO		330.742.512,35
ATIVO FINANCEIRO		254.546.056,55
CREDITOS EM CIRCULACAO		254.546.056,55
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		254.546.056,55
ATIVO NAO FINANCEIRO		75.579.577,08
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		22.325.258,09
CREDITOS EM CIRCULACAO		22.224.240,91
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		22.028.489,60
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		195.751,31
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		101.017,18
ESTOQUES		101.017,18
PERMANENTE		53.254.318,99
IMOBILIZADO		53.254.318,99

CONTINUA...
 PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

ATIVO		EXERCICIO
		2011
BENS MOVEIS E IMOVEIS		53.254.318,99
ATIVO REAL		330.125.633,63
ATIVO COMPENSADO		616.878,72
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		616.878,72
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B		615,29
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS		616.263,43

CONTINUA...
 PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

PASSIVO	EXERCICIO
	2011
PASSIVO	330.742.512,35
PASSIVO FINANCEIRO	254.545.959,41
DEPOSITOS	54.572.855,23
CONSIGNACOES	54.518.980,92
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	53.874,31
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	165.348.130,53
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	109.997.181,68
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	61.138,06
PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	109.936.043,62
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	55.345.643,10
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

PASSIVO	EXERCICIO
	2011
A LIQUIDAR	55.345.643,10
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	5.305,75
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	34.624.973,65
VALORES DIFERIDOS	34.624.973,65
PASSIVO NAO FINANCEIRO	39.185.089,66
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	39.185.089,66
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
PROVISOES	94.530.732,76
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	55.345.643,10-
PASSIVO REAL	293.731.049,07
PATRIMONIO LIQUIDO	36.394.584,56
PATRIMONIO/CAPITAL	855.751.615,75
PATRIMONIO	855.751.615,75
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - PATRIMONIAL

USUARIO : CAP HUDSON
 TELA: 5
 CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011

PASSIVO	
RESULTADO DO PERIODO	819.357.031,19-
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	330.125.633,63
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	1.149.482.664,82-
PASSIVO COMPENSADO	616.878,72
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	616.878,72
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	615,29
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	616.263,43

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL**



D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para fins de prestação de contas, que os administradores e responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos da Polícia Militar do Distrito Federal apresentaram neste Departamento, cópia da documentação exigida pela Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 (**Art. 4º**), relativas ao período base das respectivas gestões (**exercício 2011, Ano-Calendário 2010**).

Brasília-DF, de março de 2012.

ALEXANDRE ANTÔNIO DE O. CORRÊA - CEL QOPM

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoal/PMDF

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS	EXERCICIO
	2011
VARIACOES PASSIVAS	3.268.749.858,21
ORCAMENTARIAS	2.113.650.067,65
DESPESAS CORRENTES	2.023.218.751,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.839.413.543,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	183.789.134,04
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	16.073,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.073,96
DESPESAS DE CAPITAL	55.806.343,00
INVESTIMENTOS	55.806.343,00
INTERFERENCIAS PASSIVAS	34.624.973,65
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	34.624.973,65
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	34.624.973,65
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.155.099.790,56

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56 USUARIO : CAP HUDSON
 UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS	EXERCICIO
	2011
INTERFERENCIAS PASSIVAS	11.579.256,80
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	11.579.256,80
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.143.520.533,76
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	925.953.444,21
BAIXA DE BENS MOVEIS	90.828.912,80
BAIXA DE DIREITOS	835.124.531,41
INCORPORACAO DE PASSIVOS	217.567.089,55
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00
SUPERAVIT	0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56

USUARIO : CAP HUDSON

UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

TELA: 3

CONF. COM RESTRICAO

EXERCICIO

2011

VARIACOES PASSIVAS

VARIACOES PASSIVAS

ORCAMENTARIAS

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

INVESTIMENTOS

INTERFERENCIAS PASSIVAS

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO

RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO

3.268.749.858,21

2.113.650.067,65

2.023.218.751,00

1.839.413.543,00

183.789.134,04

16.073,96

16.073,96

55.806.343,00

55.806.343,00

34.624.973,65

34.624.973,65

34.624.973,65

1.155.099.790,56

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

POSICAO ATE: 01Feb2012 AS 00:56

USUARIO : CAP HUDSON

UG/GESTAO: 170393/00001 - FCDF-SSP - POLICIA MILITAR DO DF

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

TELA: 4

CONF. COM RESTRICAO

EXERCICIO

2011

VARIACOES PASSIVAS

INTERFERENCIAS PASSIVAS

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO

DECRESCIMOS PATRIMONIAIS

DESINCORPORACOES DE ATIVOS

BAIXA DE BENS MOVEIS

BAIXA DE DIREITOS

INCORPORACAO DE PASSIVOS

RESULTADO PATRIMONIAL

SUPERAVIT

11.579.256,80

0,00

11.579.256,80

1.143.520.533,76

925.953.444,21

90.828.912,80

835.124.531,41

217.567.089,55

0,00

0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

ANEXOS DO CBMDF



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL**



DECLARAÇÃO

Declaro, para compor o processo de Prestação de Contas Anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal, o item 8, da Parte A, do Anexo II da Decisão Normativa/TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, que os servidores abaixo relacionados estão em dia com as exigências legais de prestar Declaração de Bens e de Rendas de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, perante a esta unidade de pessoal.

SERVIDOR	CPF
Júlio Cesar dos Santos	308.225.211-72
Edson de Oliveira Barroso	265.931.221-49
João Roberto de Oliveira Barroso	221.686.801-91
Carlos Roberto de Carvalho Sobrinho	263.100.231-87
Everton Rocha da Silveira	364.947.551-00
Hernani de Carvalho	463.123.901-87
Alexandre Costa Oliveira	455.118.291-53
José Flávio Rós	339.431.251-49
Marcelo Souza Rocha	247.852.531-34
Carlos Emilson Ferreira dos Santos	516.690.561-04
Athos Alexandre Ferreira Camargo	364.355.541-53
Rommel Nascimento	492.807.911-68
Valdir Luiz Ferrari Júnior	471.368.121-00

Brasília, 14 de março de 2012.

PAULO FERNANDES – Cel. QOBM/Comb.
Diretor de Gestão de Pessoal
Matr. 1399822